Anabela Carvalho
(organizadora)

As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos

Índice

Agradecimentos

Capítulo 1 – Introdução
Anabela Carvalho

Capítulo 2 – Entre a ciência e a política: a emergência das alterações climáticas como uma questão pública
Anabela Carvalho

Parte I: Actores sociais e comunicação sobre alterações climáticas

Capítulo 3 – Discursos de actores sociais sobre alterações climáticas
Anabela Carvalho

Capítulo 4 – Estratégias comunicativas dos actores sociais
Anabela Carvalho e Eulália Pereira

Parte II: Mediatizações

Capítulo 5 – A reconstrução mediática das alterações climáticas
Anabela Carvalho, Eulália Pereira, Ana Teresa Rodrigues e Ana Patrícia Silveira

Capítulo 6 – O trabalho de produção jornalística e a mediatização das alterações climáticas
Anabela Carvalho, Eulália Pereira e Rosa Cabecinhas

Parte III: Os cidadãos e as alterações climáticas

Capítulo 7 – Representações sociais sobre alterações climáticas
Rosa Cabecinhas, Anabela Carvalho e Alexandra Lázaro

Capítulo 8 – Uso dos media e envolvimento com as alterações climáticas
Alexandra Lázaro, Rosa Cabecinhas e Anabela Carvalho

Capítulo 9 – Conclusões
Anabela Carvalho

Agradecimentos

O projecto de investigação que deu origem a este livro não poderia ter sido desenvolvido sem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Em nome da equipa de investigação, expresso o meu reconhecimento pelo financiamento desse projecto intitulado 'A Política das Alterações Climáticas: Discursos e Representações': POCI/COM/56973/2004.

Inúmeras pessoas contribuíram para a pesquisa de que aqui se dá conta, a maior parte delas de forma anónima, através da sua participação em inquéritos e exercícios de associação livre de palavras. O projecto beneficiou enormemente das entrevistas concedidas por um largo conjunto de indivíduos que, na qualidade de actores sociais com relevo para a questão das alterações sociais ou de jornalistas, gentilmente cederam o seu tempo e partilharam connosco experiências e opiniões. Do mesmo modo, foi profundamente útil o contributo dos participantes nos grupos focais que organizámos. A todos, o nosso forte agradecimento.

Anabela Carvalho
Investigadora Responsável do projecto 'A Política das Alterações Climáticas: Discursos e Representações'

Capítulo 1
Introdução

Anabela Carvalho

1. Âmbito e objectivos do livro

Nas últimas duas décadas, as alterações climáticas transformaram-se numa questão pública e política de grande importância. Emergindo inicialmente da esfera científica, a questão conquistou um nível de atenção nos media e noutras arenas públicas muito significativo e desencadeou processos políticos inéditos. Com fortes ligações ao campo económico, as alterações climáticas têm também cruciais dimensões éticas e culturais.

As escalas espaciais e temporais associadas à questão sobrepõem-se e relacionam-se de forma complexa: sendo em muitos aspectos um problema global, as alterações climáticas são geradas por gases com efeito de estufa que são emitidos em contextos locais concretos com os principais impactos a ocorrer em décadas futuras e, em grande medida, em locais geograficamente distantes.

Como é socialmente construído o significado desta questão complexa e multi-dimensional? Embora caracterizadas por manifestações físicas, as alterações climáticas apresentam-se aos cidadãos essencialmente através de diferentes tipos de discurso: notícias na televisão, fotografias no site de uma organização não-governamental, gráficos num jornal, entre vários exemplos possíveis. Mesmo quando as pessoas têm um contacto sensorial com uma manifestação das alterações climáticas, como o degelo de glaciares, a interpretação desse fenómeno depende de conhecimentos ou concepções mentais que terão adquirido através de algum tipo de discurso. Tais definições têm importantes implicações para o modo como percepcionamos o mundo, bem como para os processos de decisão e acção, e justificam exame sistemático por parte das ciências sociais e humanas.

Este livro resulta de um projecto de investigação intitulado 'A Política das Alterações Climáticas: Discursos e Representações', financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCI/COM/56973/2004), e desenvolvido por uma equipa multidisciplinar na Universidade do Minho. O projecto visou, essencialmente, analisar os significados que são associados às alterações climáticas e compreender a relação entre os discursos de vários actores sociais, o discurso dos media e as representações sociais dos cidadãos sobre a questão.

Este capítulo introdutório começa por uma síntese das causas e impactos das alterações climáticas e passa, depois, a uma apresentação mais detalhada do projecto de investigação que deu origem a este livro.

2. As alterações climáticas: causas, impactos e desafios

No livro *O Fim da Natureza*, Bill McKibben (1989) sugere que, ao ter alterado a composição da atmosfera, o Homem transformou irreversivelmente o planeta. Modificar a atmosfera equivale a modificar o elemento comum de sustentação de toda a vida na Terra e dar início a alterações complexas em toda a biosfera. O conhecimento científico actual (e.g. IPCC, 2007a) aponta uma multiplicidade de impactos possíveis para a intensificação do efeito de estufa: da perda de biodiversidade ao aumento da intensidade e frequência de tempestades, da falta de água ao aumento do número de mortes em períodos de calor extremo, as consequências deste fenómeno constituem, porventura, o maior risco com que a humanidade se confronta no presente século.

Nos dois últimos séculos, a industrialização, o transporte motorizado e a agricultura, entre outras actividades, produziram milhares de milhões de toneladas de dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, clorofluorcarbonetos (CFCs) e outros gases. Tal como o vidro de uma estufa, estes gases permitem a passagem de radiação solar através da atmosfera mas absorvem parte da energia que é reflectida pela superfície terrestre sob a forma de raios infra-vermelhos, impedindo a sua libertação para o espaço e causando um aumento da temperatura no planeta. O 'efeito de estufa' é um fenómeno natural e altamente benéfico para a vida na Terra, já que sem o mesmo a temperatura média seria inferior em 33°C. No entanto, a acumulação continuada destes gases na atmosfera intensificou o efeito de estufa de forma potencialmente perigosa.

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa), a entidade que regularmente revê e sintetiza a investigação científica sobre esta questão, refere, no seu último relatório, que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera em 2005 excedia largamente os níveis de variação natural nos últimos 650.000 anos (IPCC, 2007b: 2) e que o ritmo de aumento da concentração de dióxido de carbono e de metano na atmosfera na era industrial muito provavelmente não tinha precedentes nos últimos 10.000 anos (ibid.: 3).

Está actualmente estabelecido, para além de toda a dúvida razoável, que este aumento na concentração de gases com efeito de estufa se deve sobretudo a actividades humanas (IPCC, 2007a), com destaque para a produção e utilização de energia a partir de combustíveis fósseis.

Segundo o IPCC, é altamente provável que estas mudanças tenham conduzido ao aumento em 0,74 ± 0,18°C da temperatura média global que se registou no século XX (IPCC, 2007a). Com base em projecções que utilizam modelos climáticos complexos (os chamados 'modelos de circulação global'), o IPCC aponta para um aumento de 1,1 a 6,4°C na temperatura média global durante o século XXI (IPCC, 2007a). O intervalo de incerteza nestas projecções deve-se, essencialmente, às diferentes estimativas de emissões futuras de gases com efeito de estufa; dado que não é possível prever como estas evoluirão, pois dependem das políticas energéticas dos Estados, de medidas de mitigação e de múltiplos outros factores, o IPCC produz diferentes cenários em que assentam as projecções de aumento da temperatura média global.

Para além da elevação das temperaturas, a intensificação do efeito de estufa tem como consequência a instabilidade acrescida dos padrões meteorológicos e uma maior frequência de ocorrências meteorológicas extremas. As estações do ano, tal como as conhecemos, poderão alterar-

se. Tempestades, secas e inundações poderão ocorrer mais frequentemente e de forma mais severa (IPCC, 2007a).

As alterações climáticas antropogénicas terão repercussões ao nível dos ecossistemas e múltiplas espécies animais e vegetais serão afectadas em todo o globo. Não tendo capacidade de adaptação ao ritmo de mudança que já se vem registando nas últimas décadas, várias espécies têm já vindo a sofrer impactos negativos. Potencialmente, ecossistemas inteiros serão alterados, como é o caso de determinadas áreas que à medida que se tornarem mais quentes e secas serão propensas à desertificação (IPCC, 2007c).

As sociedades humanas não ficarão imunes aos impactos das alterações climáticas, prevendo-se uma grande variedade de riscos. A agricultura pode tornar-se inviável nalgumas áreas do planeta (em contraste, a produtividade agrícola pode aumentar noutros locais); serão necessárias adaptações substanciais em termos de produtos cultivados, tempos de cultivo apropriados, técnicas, etc. O turismo poderá registar perdas enormes em determinadas áreas, como é o caso de locais onde a existência de neve é crucial ou de destinos que se poderão tornar demasiado quentes (por outro lado, os destinos normalmente frios podem tornar-se mais atractivos com o aumento das temperaturas).

A ocorrência mais frequente de tempestades, inundações, incêndios e outros fenómenos extremos pode gerar danos materiais em larga escala ao nível de edifícios de habitação e de outras infra-estruturas, podendo, também, haver numerosas perdas de vidas humanas. As alterações climáticas podem, igualmente, ter implicações para a saúde humana. Note-se que a onda de calor que se registou na Europa no Verão de 2003, traduziu-se num excesso de mortes superior a 30.000 (UNEP, 2004). O IPCC projecta um aumento da mortalidade associada a doenças cárdio-respiratórias devido às alterações climáticas (IPCC, 2007c). Prevê, também, que a distribuição geográfica da malária e de outras doenças tropicais se expanda com o aumento das temperaturas (ibid.). Com o desenrolar destas transformações, são previsíveis migrações humanas em massa na medida em que as condições de vida se deteriorem nalgumas áreas do planeta. As consequências sociais e políticas são difíceis de imaginar.

Temperaturas médias mais elevadas traduzem-se normalmente num aumento do degelo dos calotes polares, o que conduz a uma subida do nível do mar. Tais aumentos têm-se registado sistematicamente e acelerado nas últimas décadas (IPCC, 2007b). Consequentemente, várias zonas do planeta, como as ilhas do Pacífico de baixa altitude e grandes partes do Bangladesh, podem no futuro ficar submersas ou ver reduzida a sua superfície com a subida do nível do mar.

Portugal tem uma vulnerabilidade relativamente elevada às alterações climáticas, especialmente devido à sua localização geográfica. O Projecto SIAM – Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures – (SIAM I e SIAM II[1]) efectuou uma avaliação integrada dos impactos e medidas de adaptação às alterações climáticas com base em cenários climáticos futuros obtidos por meio de modelos informáticos (Santos, Forbes & Moita, 2002; Santos & Miranda, 2006). A maior parte das simulações apontam para um aumento da temperatura média na Península Ibérica entre 4 e 7°C até 2100. As subidas de temperatura serão particularmente acentuadas no interior do

[1] Ver também projectos CLIMAAT II - Climate and Meteorology of the Atlantic Islands (Azores, Madeira and Canary Islands) e PORTCOAST - Present and future Portuguese coastal climate and its impacts on the biological communities.

país durante o Verão, projectando-se uma maior frequência e intensidade de ondas de calor em todo o território.

Os modelos utilizados apontam para uma redução significativa da precipitação, embora a mesma aumente no Inverno, decrescendo nas outras estações. Os períodos de seca tenderão a ser mais frequentes. O risco de incêndio apresenta uma subida acentuada nos cenários climáticos futuros. Segundo as projecções efectuadas, a quantidade e a qualidade da água dos rios portugueses serão negativamente afectadas, sobretudo no Sul do país. São ainda projectadas alterações na produtividade agrícola, com variações regionais, e uma aceleração dos processos de erosão do solo. Ao nível da flora e fauna nacional projectam-se vários tipos de impactos que podem incluir a redução dos habitats e a diminuição das populações de várias espécies ou mesmo a extinção.

Nas zonas costeiras, prevê-se um aumento da erosão, que tem vindo a ser agravada pela redução do caudal dos rios associado à construção de barragens. No século XX, o nível do mar subiu entre 10 e 20 cm ao longo da costa portuguesa, sendo estimada uma subida entre 25 e 110 cm até à década de 2080 (Santos, Forbes & Moita, 2002).

As alterações climáticas terão, também, consequências ao nível da saúde em Portugal: aumento do número de mortes devidas a ondas de calor; potencial aumento de doenças transmitidas através de comida, de água, de insectos e de roedores; e agravamento dos impactos na saúde da poluição do ar.

Perante estes cenários, podemos concluir que as alterações climáticas são um dos maiores riscos enfrentados pela humanidade, embora ainda se verifiquem algumas tentativas para o negar. A produção de gases com efeito de estufa está profundamente embrenhada no modo de funcionamento das sociedades modernas e nos estilos de vida predominantes. Os transportes, o aquecimento e outros usos de energia a nível doméstico, o fabrico de produtos e outras actividades industriais são as principais fontes de gases com efeito de estufa resultantes das actividades humanas. Note-se que as alterações climáticas têm fortes ligações a actividades e organizações económicas muito poderosas, como a indústria petrolífera. Para ser encontrada uma resposta eficaz será necessária a acção coordenada de governos, cientistas, empresas e cidadãos o que, obviamente, constitui um enorme desafio, agravado pela urgência do problema.

Todos os países contribuem para as alterações climáticas através da emissão de gases com efeito de estufa. No entanto, as suas responsabilidades são altamente diferenciadas, sendo o contributo dos EUA e da China, por exemplo, incomparavelmente superior ao do Nepal ou do Quénia. Os países ocidentais altamente industrializados têm o maior peso na geração do problema, não só por causa do seu actual volume de emissões mas também pela sua responsabilidade histórica, já que os seus processos de industrialização têm muitas dezenas de anos. Tal registo histórico é significativo devido ao ciclo de vida dos gases com efeito de estufa: o dióxido de carbono, por exemplo, persiste na atmosfera durante um período muito longo que não pode ser estimado com precisão mas que, segundo alguns investigadores, pode ser de milhares de anos (Archer, 2005; Caldeira & Wickett, 2005).

Outro factor essencial na análise da responsabilidade de cada país é a dimensão da sua população. Existem fortes argumentos para ter em conta as emissões per capita de cada país, em

vez das suas emissões absolutas. No caso da China, que é desde 2006 considerado o país com maior volume total de emissões de gases com efeito de estufa, o cálculo das emissões per capita coloca-o numa posição comparativa bastante baixa. Ignorar factores demográficos no cálculo da responsabilidade pelas alterações climáticas equivale a uma homogeneização daquilo que Agarwal & Narain (1991) designaram como as 'emissões de luxo' de alguns e as 'emissões de sobrevivência' de outros. Os debates e as decisões políticas em torno destas questões estão, portanto, fortemente impregnados de valores sociais e culturais.

As emissões históricas e as emissões per capita são indicadores de responsabilidade profundamente contestados nas relações internacionais, com os países em vias de desenvolvimento tipicamente a advogar a consideração de ambas e a defender o seu direito ao percurso de desenvolvimento de que usufruíram os países industrializados (algo que, a ser reconhecido, significaria reduções ainda maiores por parte destes), e os últimos a defender metas baseadas nos volumes recentes de emissões de cada país.

As alterações climáticas colocam questões fundamentais ao nível da justiça e da equidade. Apesar do seu contributo ínfimo para o problema, países como o Tuvalu ou o Bangladesh têm uma enorme vulnerabilidade relativamente aos impactos das alterações climáticas tanto devido às suas características geográficas como à sua débil capacidade económico-financeira para protecção e adaptação. África, os mega deltas asiáticos e as ilhas de baixa altitude do Pacífico estão entre as regiões que enfrentam maiores ameaças. Todas estão geográfica (e, na maior parte dos casos, culturalmente) distantes dos principais responsáveis pela emissão de gases causadores das alterações climáticas e que, eticamente, tendem a ser considerados também responsáveis por garantir a sua redução (Gardiner et al, 2010; Harris, 2010). Há também que apontar injustiças intergeracionais já que as alterações climáticas afectarão, sobretudo, as gerações futuras sem que as mesmas tenham contribuído para causar o problema.

Esta breve análise permite-nos compreender que, para além de ser uma questão científica, política e económica, as alterações climáticas são, também, uma questão social e moral. Jamieson (2010) nota que, em vez de serem vistas como mais um problema técnico que pode ser gerido, as alterações climáticas podem ser encaradas como um desafio fundamental aos nossos valores.

3. Investigar os significados das alterações climáticas: a análise dos discursos e das representações sociais

Nas suas análises das negociações internacionais sobre a camada de ozono e das políticas em torno do problema das chuvas ácidas, Litfin (1994) e Hajer (1995), respectivamente, mostraram como o ambiente é socialmente construído através de conceptualizações promovidas por diferentes actores sociais. A selecção de ângulos, a enfatização de determinados argumentos e a utilização de narrativas específicas são algumas das práticas comunicativas empregues para promover uma determinada agenda política, reprimir determinadas opções ou apontar alternativas de acção.

Vários investigadores têm indicado que a linguagem empregue para comunicar sobre ambiente (léxico, metáforas, formas retóricas, etc), bem como os sentidos que lhe são associados em

diferentes arenas públicas, variam profundamente (e.g. Harré, Brockmeier & Mühlhäusler, 1999; Dryzek, 1997; Ereaut & Segnit, 2006). A pluralidade de definições explica-se pelo facto de que tanto a identificação de um problema ambiental como a formulação de respostas para o mesmo se prende com conhecimentos, valores, preferências e visões do mundo. Estes aspectos são particularmente prementes no caso das alterações climáticas dadas as questões envolvidas no problema e a diversidade de actores sociais que se pronuncia sobre ele. Ressalve-se que a própria 'problematicidade' (ou 'não-problematicidade') da questão é construída de modos muito diferentes (Freundenburg, 2000). Como tal, a análise da forma como diferentes posições ideológicas são imbricadas no discurso científico, político e empresarial sobre alterações climáticas é fundamental (e.g. Demeritt, 2001; Carvalho, 2007).

Que perspectivas promovem os vários actores sociais relativamente às alterações climáticas? Como é que eles se posicionam relativamente à necessidade de actuação face ao problema? De que forma promovem os seus pontos de vista em várias arenas públicas e nos media? Apesar da sua importância na construção social das alterações climáticas, o discurso de actores políticos, cientistas, empresas e organizações ambientais, e a sua inscrição nas respectivas culturas institucionais, permanece ainda relativamente pouco estudada (cf. Roe, 1994; McCright & Dunlap, 2000; Weingart, Engels & Pansegrau, 2000). Um dos objectivos deste livro é contribuir para a compreensão do discurso de diferentes actores sociais sobre alterações climáticas.

O discurso dos actores sociais é um dos três elos do modelo conceptual em que este livro se baseia e que está representado na figura 1. Note-se que o conceito de 'discurso' é aqui entendido simultaneamente como prática textual (por exemplo, quando falamos do 'discurso do jornal X ou Y') e como relações de significação (por exemplo, quando falamos dum 'discurso técnico-gestionário'). Juntamente com o discurso dos actores sociais, propomos ter em conta as estratégias de comunicação utilizadas pelos mesmos para promover os seus pontos de vista, tais como comunicados de imprensa, conferências de imprensa, organização de eventos, etc. Referimo-nos, portanto, a diferentes práticas de comunicação estratégica com o objectivo de alcançar visibilidade social e aprovação.

Os outros dois elos do modelo são o discurso mediático e as representações sociais, sendo que cada elemento deve ser analisado no quadro da cultura específica em que é desenvolvido e, no seu conjunto, no contexto sócio-cultural em que interagem. Este circuito social da comunicação propõe uma visão relacional de práticas discursivas e de representações sociais. Tal modelo tem como importantes influências, entre outras, os modelos sobre o 'circuito da cultura' (Johnson, 1997; Du Gay, 1997; cf. Carvalho & Burgess, 2005) e as análises integradas dos diferentes momentos na 'vida' de um texto jornalístico – produção, texto, recepção (e.g. Deacon, Fenton & Bryman, 1999). Continuaremos a reflectir sobre este modelo mais abaixo neste capítulo e noutros momentos ao longo do livro.

Atentemos agora nos media. É incontestável que os mesmos funcionam como um espaço de disseminação, interpretação e discussão das ideias propostas por diferentes actores sociais. De facto, reproduzindo selectivamente e/ou recriando o sentido dos discursos de múltiplos indivíduos e organizações, os media têm um papel central na contínua (re)construção social da realidade (e.g.

Fairclough, 1995). A amplitude social que conferem a propostas ou argumentos torna-os altamente apelativos para políticos, activistas, empresários e outros. Por essa razão, há uma batalha pela visibilidade mediática entre actores sociais, que desenvolvem vários tipos de estratégias de comunicação para promoverem as suas perspectivas. De que forma é que as ideias sobre alterações climáticas avançadas por diferentes actores sociais influenciam o discurso mediático? Esta é uma das questões a que este livro vai procurar responder.



Figura 1. O circuito social da comunicação.

Para além de reproduzirem (de forma selectiva) as perspectivas de actores sociais, os media produzem também modos originais de ver as questões sociais. As organizações mediáticas funcionam segundo lógicas e dinâmicas próprias que condicionam, necessariamente, a sua forma de cobertura das alterações climáticas. Os critérios de noticiabilidade, as normas e culturas profissionais, e a política editorial de cada órgão têm repercussões na forma como a questão é tratada tal como apontado, por exemplo, por Boykoff & Boykoff (2004). Devem ainda ser referidas as pressões e condicionamentos de natureza política, económica e cultural que são externos às organizações mediáticas e que têm também implicações para o seu funcionamento e para os discursos que produzem. Os media – e as suas práticas discursivas – são, assim, tanto *produtores* de sentido como

produto de um determinado contexto sócio-cultural, tendo com ele uma relação mutuamente constitutiva.

A questão geral que este livro vai privilegiar, ao nível da análise dos media, é a da construção de significados das alterações climáticas. Como é que diferentes media 'falam' das alterações climáticas? Por outras palavras, que discurso(s) promovem acerca da questão? Interessa-nos compreender como é que através da utilização da linguagem verbal e de outros recursos semióticos, os media, bem como outros actores sociais, constroem determinados significados para a questão das alterações climáticas, nas suas múltiplas vertentes e interconexões complexas com os domínios da política, da ciência, da economia, etc. O risco associado às alterações climáticas e a responsabilidade para lidar com a questão são aspectos vitais – e altamente contestados – nos discursos sobre a questão. Nesses discursos, como referido acima, jogam-se preferências, valores e visões do mundo que procuraremos identificar na análise a desenvolver. Tal análise terá em conta o contexto social em que os discursos emergem e circulam. Dada a importância dos media para a transformação de questões sociais em problemas políticos, para a legitimação de um dado status quo político ou económico, e para a promoção ou contestação de determinadas agendas, atentaremos à função que os textos mediáticos sobre alterações climáticas poderão ter tido nesse contexto.

Sendo uma questão multi-dimensional – ambiental, política, económica, cultural, etc –, caracterizada por formas de causalidade difusa e por múltiplas escalas espaciais e temporais, as alterações climáticas colocam grandes desafios aos media (Moser & Dilling, 2007; Carvalho, 2008), que tendem a preferir questões caracterizadas por maior 'facticidade' e proximidade. Neste contexto, este livro procurará, também, debruçar-se sobre as seguintes questões: Que tipo de acontecimentos ou iniciativas motiva a cobertura das alterações climáticas em Portugal? Que dimensões da questão dominam o tratamento mediático?

A centralidade dos media para a definição de significados socialmente partilhados relativamente ao ambiente tem sido relevada em múltiplos estudos (e.g. Anderson, 1997; Hansen, 2010; Ramos, 2009). A consciencialização relativamente a determinadas questões, a sua prioritização e a geração de preocupação junto dos públicos são impactos dos media muitas vezes apontados (e.g. McCombs & Shaw, 1972). Contudo, a sua influência ao nível do modo de pensar e de agir dos cidadãos é algo bastante mais complexo e difícil de investigar. Os modos de existência, as experiências e as condições concretas em que os cidadãos conduzem as suas vidas constituem um contexto fundamental para a leitura de qualquer aspecto da realidade e as alterações climáticas (e os diferentes discursos sobre as mesmas) são também recriados à luz destas culturas de vida ou, na expressão de Raymond Williams (1981), 'culturas vividas'.

Consideramos que o conceito de 'representações sociais', desenvolvido no âmbito da Psicologia Social, pode dar um contributo valioso para compreender estas questões. As representações sociais têm sido entendidas como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, gerado no decurso da comunicação interpessoal quotidiana (e.g. Moscovici, 1981; Jodelet, 1989), sendo as atitudes uma das suas dimensões (e.g. Vala, 2000). Os media e outros meios de comunicação são vistos como elementos importantes de influência social, que intervêm na elaboração das representações sociais.

A investigação sobre alterações climáticas indica que, na maior parte dos países, as pessoas têm consciência do problema e se preocupam com ele; porém, a sua compreensão do mesmo é deficiente e a disponibilidade para agir é limitada (e.g. Dunlap, 1998; Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007). As fontes de informação sobre alterações climáticas apontadas como mais importantes tendem a ser os meios de comunicação social (Nave, Schmidt & Pato, 2002). Estes dados conferem pertinência à investigação sobre representações sociais do problema.

De que forma é que os cidadãos vêem a questão das alterações climáticas? De que forma percepcionam e se posicionam face ao risco associado ao problema? Que atitudes expressam relativamente à possibilidade de acção/inacção? Estas são algumas das questões orientadores deste estudo. Para além disso, sendo um dos nossos objectivos analisar a relação entre os discursos mediatizados e as representações dos indivíduos e grupos, procuraremos conhecer práticas de exposição às mensagens mediáticas e identificar conexões com as representações sociais sobre alterações climáticas.

Este livro estrutura-se em três partes. Na primeira parte, analisam-se as múltiplas definições das alterações climáticas que são promovidas pelos vários actores sociais e as suas estratégias de comunicação. Na segunda parte, são analisados os discursos mediáticos sobre as alterações climáticas, a nível da imprensa e da televisão em Portugal. É dada particular atenção aos mecanismos de reprodução das vozes dos vários actores sociais. A representação mediática das alterações climáticas é também compreendida enquanto produto do trabalho jornalístico, que é marcado por condições concretas de natureza operativa, normativa e cultural. A terceira parte do livro centra-se nas representações sociais sobre a questão e procura identificar ligações entre os significados que circulam na(s) esfera(s) pública(s) e as percepções e atitudes que os cidadãos portugueses manifestam relativamente ao problema.

A ordem dos capítulos deste livro coloca em primeiro lugar os actores sociais, em segundo lugar os media e em terceiro as representações sociais. Esta sequência pode ser útil em termos analíticos mas a relação entre estes elementos não é de todo linear nem unidireccional. Por exemplo, o discurso mediático tem múltiplas repercussões no discurso (e noutras práticas) de actores sociais; as representações sociais dos 'cidadãos comuns' são também partilhadas por múltiplos 'públicos específicos' – de investigadores a políticos, de activistas a jornalistas – que são responsáveis por novos discursos sobre alterações climáticas. É fundamental analisar estes processos de influência mútua e os 'circuitos culturais' em que em que o sentido é produzido e transformado (Carvalho & Burgess, 2005), com atenção à evolução diacrónica dos discursos no médio e longo prazos, no sentido de compreender as condições de continuidade e mudança.

Como afirmámos num texto de apresentação do projecto de investigação que deu origem a este livro, o seu objectivo último é 'analisar as relações entre os vários momentos do discurso e representação, ou seja, procuraremos explicar os processos circulares através dos quais o discurso é construído e reconstruído e identificar implicações para a acção.' (Carvalho et al., 2005: 1938)

Referências bibliográficas

Agarwal, A. & Narain, S. (1991) *Global Warming in an Unequal World*, New Delhi: Centre for Science and Environment.

Anderson, A. (1997) *Media, Culture and the Environment*, London: University College Press.

Archer, D. (2005) 'Fate of fossil fuel CO2 in geologic time', *Journal of Geophysical Research* 110 C09S05.1–C09S05.6.

Boykoff, M. T. & Boykoff, J. M. (2004) 'Balance as bias: Global warming and the US prestige press', *Global Environmental Change* 14: 125-136.

Caldeira, K. & Wickett, M. E. (2005) 'Ocenan model predictions of chemistry changes form carbon dioxide emissions to the atmosphere and ocean', *Journal of Geophysical Research* 110 (C9): C09S04.1–12.

Carvalho, A. (2007) 'Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge. Re-reading news on climate change', *Public Understanding of Science* 16 (2): 223-43.

Carvalho, A. (2008) 'The challenges of communicating climate change' in A. Carvalho (ed.) (2008) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, pp. 9-11. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

Carvalho, A. & Burgess, J. (2005) 'Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985-2003', *Risk Analysis* 25 (6): 1457-1469.

Carvalho, A., Lázaro, A., Cabecinhas, R. & Ramos, R. (2005) 'Discursos e representações ambientais: processos comunicativos entre actores sociais, media e cidadãos', in A. Fidalgo, F. Ramos, J. Paquete de Oliveira & O. Mealha, *Actas do IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, pp. 1931-1939 (CD-ROM), Aveiro: Universidade de Aveiro.

Deacon, D., Fenton, N. & Bryman, A. (1999) 'The natural history of a news item', *Media, Culture & Society* 21(1): 9-34.

Demeritt, D. (2001) 'The construction of global warming and the politics of science', *Annals of the Association of American Geographers* 91(2): 307-337.

Du Gay, P. (ed) (1997) *Production of Culture/Cultures of Production*, London: Sage/The Open University.

Dryzek, J. (1997) *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*, Oxford: Oxford University Press.

Dunlap, R. E. (1998) 'Lay perceptions of global risk: Public views of global warming in cross-national context', *International Sociology 13* (4): 473-98.

Ereaut, G. & Segnit, N. (2006) *Warm Words: How are We Telling the Climate Story and Can We Tell it* Better? London: Institute for Public Policy Research.

Fairclough N. (1995) *Media Discourse*, London: E. Arnold.

Freudenburg, W. R. (2000) 'Social construction and social constrictions: Toward analyzing the social construction of 'The Naturalized' and well as 'The Natural'', in G. Spaargaren, A. P. J. Mol & F. H. Buttel (eds.) *Environment and Global Modernity*, pp.103-119, London, Sage.

Gardiner, S. M., Caney, S., Jamieson, D. & Shue, H. (eds.) (2010) *Climate Ethics: Essential Readings*, Oxford: Oxford University Press.

Hajer, M. (1995) *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.

Hansen, A. (2010) *Environment, Media and Communication*, London: Routledge.

Harré, R., Brockmeier, J. & Mühlhäusler, P. (1999) *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*, London: Sage.

Harris, P.G. (2010) *World Ethics and Climate Change: From International to Global Justice*, Edinburgh: Edinburgh University Press.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007a) *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*, Cambridge: Cambridge University Press.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007b) 'Summary for Policy-Makers', *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*, http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg1/ar4-wg1-spm.pdf, acesso a 23 Maio 2009.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007c) *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*, Cambridge: Cambridge University Press.

Jamieson, D. (2010) 'Ethics, public policy and global warming' in S. M. Gardiner, S. Caney, D. Jamieson & H. Shue (eds.) *Climate Ethics: Essential Readings*, pp. 77-86, Oxford: Oxford University Press.

Jodelet, D. (1989) 'Les représentations sociales: un domaine en expansion', in D. Jodelet (coord.) *Les Représentations Sociales*, pp. 47-78, Paris: PUF.

Johnson, R. (1986) 'The story so far and further transformations?' in D. Punter (ed.) *Introduction to Contemporary Cultural Studies*, pp. 277-313, London: Longman.

Litfin, K. (1994) *Ozone Discourses: Science and Politics in Global Environmental Cooperation*, New York: Columbia University Press.

Lorenzoni, I., Nicholson-Cole, S. & Whitmarsh, L. (2007) 'Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications', *Global Environmental Change* 17: 445-59.

McCombs, M. & Shaw, D. (1972) 'The agenda-setting function of the mass media', *Public Opinion Quarterly* 36: 176-187.

McCright, A. & Dunlap, R. (2000) 'Challenging global warming as a social problem: an analysis of the conservative movement's counter-claims', *Social Problems* 47(4): 499-522.

McKibben, B. (1989) *The End of Nature*, New York: Random House.

Moscovici, S. (1981) 'On social representations', in J. P. Forgas (ed.) *Social Cognition: Perspectives on Everyday understanding*, pp. 47-61, London: Academic Press.

Moser, S. C. & Dilling, L. (eds) (2007) *Creating a Climate for Change: Communicating Climate Change and Facilitating Social Change*, Cambridge: Cambridge University Press.

Nave, J. G., Schmidt, L. & Pato, J. (2002*) As Alterações Climáticas no Quotidiano: Estudo Comportamental de Curta duração. Relatório Final.* Lisboa: ISCTE.

Ramos, R. (2009) *O Discurso do Ambiente na Imprensa e na Escola: Uma Abordagem Linguística*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Roe, E. (1994) *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice*, Durham & London: Duke University Press.

Santos, F. D., Forbes, K. & Moita, R. (eds.) (2002) *Climate Change in Portugal: Scenarios, Impacts and Adaptation Measures - SIAM Project*, Lisboa: Gradiva.

Santos, F. D. & Miranda, P. (orgs.) (2006) *Alterações Climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação - Projecto SIAM II*, Lisboa: Gradiva.

UNEP (United Nations Environment Program) (2004) *Environment Alert Bulletin* 2 - *Impacts of summer 2003 heatwave in Europe,* http://www.grid.unep.ch/product/publication/EABs.php, acesso a 28 Maio 2009.

Vala, J. (2000) 'Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social', in J. Vala & M. B. Monteiro (coords.) *Psicologia Social*, pp. 456-502, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Weingart, P., Engels, A. & Pansegrau, P. (2000) 'Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media', *Public Understanding of Science* 9: 261-283.

Williams, R. (1981) *Culture*, Glasgow: Fontana.

Capítulo 2

Entre a ciência e a política: a emergência das alterações climáticas como uma questão pública

Anabela Carvalho

Resumo

Este capítulo faz uma análise cronológica da evolução da questão das alterações climáticas no âmbito da ciência e da política. Após uma breve reflexão sobre o surgimento histórico da 'agenda ambiental', o capítulo centrar-se-á nos eventos ocorridos a partir de 1988 na área das alterações climáticas. O capítulo discute os principais desenvolvimentos nos campos da ciência e da política (e, partindo daí, nas esferas económica e social) até à actualidade, e reflecte sobre as suas repercussões na atenção pública e na mobilização política internacional. A par com a dimensão internacional, este texto procura fazer uma biografia da questão das alterações climáticas em Portugal, identificando os momentos e as acções mais determinantes para a sua construção enquanto problema político e social.

1. Introdução

A percepção humana sobre o ambiente mudou consideravelmente nas três últimas décadas. Embora já anteriormente fosse perceptível uma certa consciência dos riscos decorrentes de transformações no ambiente, as preocupações estavam limitadas ao espaço físico que rodeia os indivíduos, estando, portanto, as atenções e a tomada de decisões concentradas apenas a nível local e nacional. Nos anos 80 e 90 surgiu um outro tipo de ameaça ambiental: alterações ambientais à escala global.

O ambiente 'global' passou a ocupar um lugar central nas agendas científicas e políticas, e os estudos de opinião pública evidenciam um interesse geral no que refere a problemas como o ozono e as alterações climáticas (Bostrom et al., 1994; Bord, Fisher & O'Connor, 1998). O actual 'estatuto' científico, social e político de uma questão como as alterações climáticas não foi subitamente adquirido, mas desenvolveu-se de modo gradual como resultado de uma multiplicidade de reivindicações e debates envolvendo diferentes tipos de actores sociais.

A história científica e política das alterações ambientais à escala global tem sido analisada por investigadores no campo das relações internacionais, da política, da geografia e de outras áreas disciplinares (e.g. Benedick, 1991; Rowlands, 1995; Paterson, 1996; Bolin, 2008; Weart, 2008), dando um contributo essencial para compreendermos as escolhas, os pressupostos e as condições envolvidos na produção de conhecimento e na tomada de decisões políticas.

Este capítulo visa reflectir sobre a evolução histórica da ciência e política das alterações climáticas, procurando compreender como a questão foi adquirindo significado social[1].

Como Hajer (1995: 24) afirma:

> 'If key problems like acid rain, global warming, or the diminishing ozone layer, are to be seen as examples of historically constituted sets of claims, the question for empirical research is what these claims were, where these claims came from, and above all, how they were combined and recognized as a policy problem.'

2. A origem da 'agenda climática'

Vários momentos-chave integram a história da formação daquilo a que poderemos chamar 'consciência ambiental'. O livro *Silent Spring* de Rachel Carson publicado em 1962, a imagem do planeta Terra visto da Lua em 1969, o relatório do Clube de Roma intitulado *Limites do Crescimento*, publicado em 1972 (Meadows et al., 1972), e o relatório da Comissão Brundtland, *O Nosso Futuro Comum*, de 1987 (World Commission on Environment and Development, 1987), são alguns dos ícones de uma nova consciência. Uma série de acidentes deram forma aos riscos ambientais, concentrando a atenção e a discussão sobre a degradação ambiental. A explosão de um reactor nuclear em Three Mile Island em 1979, o derrame de produtos químicos no Rio Reno em 1986, o acidente nuclear de Chernobyl em 1986 e o derrame de crude do petroleiro Exxon Valdez em 1989 são apenas alguns casos que mobilizaram o interesse dos media em todo o mundo (Gale, 1987; Rubin, 1987; Daley, 1991). Todavia, o âmbito geográfico percebido destes problemas era ainda relativamente limitado.

Dos anos 80 em diante, um novo tipo de problemas ambientais transforma-se no principal alvo de atenção pública. Estas são questões que transpõem fronteiras nacionais e que, no caso do ozono e das alterações climáticas, adquirem importância global na medida em que os seus efeitos são sentidos em todo o planeta (embora possivelmente de maneira distinta).[2]

A destruição da camada de ozono foi o primeiro problema global a despertar atenção e a conduzir à acção política internacional. A investigação levada a cabo durante os anos 70 e princípios da década de 80 conduziu a uma divergência de opiniões sobre a gravidade do ritmo da destruição da camada de ozono. Contudo, em Maio de 1985, a dimensão do problema ficou bem patente quando o British Antarctic Survey deu a conhecer a sua descoberta de uma redução significativa dos níveis de ozono sobre o continente Antárctico (Farman, Gardiner & Shanklin, 1985). Este 'buraco' na camada de ozono conferiu uma elevada tangibilidade (Rowlands, 1995) ao problema. A sua relação com as latas de spray e outros produtos geradores de clorofluorcarbonetos (CFCs) e os potenciais impactos na saúde da redução da camada de ozono estratosférico, cedo conquistaram a atenção dos media

[1] Algumas partes deste texto são uma tradução adaptada do primeiro capítulo da tese de doutoramento de Anabela Carvalho (2002), intitulada 'Climate in the News. The British Press and the Discursive Construction of the Greenhouse Effect' (London: University College London), não publicada.

[2] Os impactos das alterações climáticas são, sem dúvida, extensíveis a todo o planeta. No entanto, se a origem do problema for levada em conta, o termo 'global' torna-se impreciso na medida que se registam diferenças abissais nas quantidades de emissões produzidas em diferentes regiões do planeta e podemos estar, com esse termo, a minimizar a responsabilidade dos países industrializados (Roe, 1994; Demeritt, 2001).

(Bell, 1994), conduzindo à mobilização pública e a mudanças comportamentais no que diz respeito a padrões de consumo.

As negociações internacionais para regular as emissões de CFCs e de outros produtos químicos que danificam a camada de ozono conduziram a um novo tipo de política: um regime de gestão internacional do ambiente (Young, 1989). A Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono de 1985, o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono de 1987, e os Ajustes e Emendas de Londres (1990) e de Copenhaga (1992) ao Protocolo são os principais resultados daquilo que é frequentemente citado como um exemplo de diplomacia ambiental bem sucedida (Benedict, 1991; Litfin, 1994).

As alterações climáticas evoluíram lentamente nas agendas políticas internacionais (Depledge, 2001) e até ao momento alcançaram muito menos do que o regime de gestão internacional do ozono, em termos de regulamentação e sobretudo de implementação. De seguida, irá analisar-se a 'biografia das alterações climáticas' e as suas datas mais significativas (ver Rowlands, 1995; Paterson, 1996; Leggett, 2000; Bolin, 2008; Weart, 2008).

Embora já se tivesse dado início às investigações científicas sobre as alterações climáticas em décadas anteriores[3], foi nos anos 80 que começou a emergir um consenso científico. Em 1985, uma conferência internacional sobre dióxido de carbono e variações climáticas realizou-se em Villach, Áustria, no âmbito do Programa Climático Mundial[4]. Através da análise dos avanços científicos sobre o clima, os cientistas presentes na conferência concluíram que o aumento das concentrações atmosféricas de CO2 provocaria a elevação das temperaturas médias globais à superfície de forma dramática (entre 1.5 e 4.5° C para uma duplicação da concentração de CO2 – WMO/NASA, 1986). Dando início ao processo de politização das alterações climáticas, os cientistas recomendaram a investigação sobre opções políticas no que respeita à mitigação e adaptação face ao problema, e indicaram que uma convenção global poderá vir a ser considerada necessária (ibid.).

Nos dois anos que se seguiram registou-se um progresso político gradual e as alterações climáticas começaram efectivamente a atrair a atenção política e pública em 1988. A 23 de Junho desse ano, quando os EUA enfrentavam uma seca de grandes proporções, James Hansen, responsável do Goddard Institute for Space Studies da NASA, compareceu perante o Comité do Senado dos Estados Unidos sobre Energia e Recursos Naturais. Afirmou que praticamente não tinha dúvidas de que o aumento da temperatura sentido durante a década então em curso se devia ao aquecimento global e apelou à necessidade de acção para se encontrarem respostas para o problema. A declaração de Hansen atraiu um interesse generalizado e contribuiu para um significativo aumento da cobertura mediática sobre as alterações climáticas (e.g. Mazur, 1998).

O primeiro encontro político internacional sobre alterações climáticas ocorreu entre 27 e 30 de Junho de 1988. Tratou-se da Conferência de Toronto 'Atmosfera em Mudança: Implicações para a Segurança Global'. Na convicção de que estavam a lidar com uma enorme ameaça ('an uncontrolled globally pervasive experiment whose ultimate consequences could be second only to a global nuclear

[3] Ver e.g. Paterson (1996) e Weart (2008) para o desenvolvimento histórico dos estudos científicos das alterações climáticas.

[4] O Programa Climático Mundial foi criado em 1979 pela Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization).

war', Toronto Conference, 1988: 46), os representantes de 48 países recomendaram como objectivo inicial para 2005 uma redução de 20% dos níveis de dióxido de carbono. Com os seus riscos assim elevados, as alterações climáticas rapidamente assumiram uma posição importante nas agendas políticas de todo o mundo. No Reino Unido, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher afirmou publicamente que a humanidade poderia ter 'iniciado inconscientemente uma experiência massiva com o sistema do planeta' (cit., por ex., por Porritt, 1988). Nos E.U.A., o Presidente George Bush prometeu dar mais atenção ao problema. Este tipo de intervenções políticas sobre a matéria terão contribuído para o aumento da cobertura jornalística em vários países (e.g. Mazur, 1998; Carvalho & Burgess, 2005) e, consequentemente, motivado mais atenção e consciencialização pública.

Na frente científica, o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) foi também criado em 1988. Com o apoio da OMM (Organização Meteorológica Mundial) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), o painel reuniu os melhores cientistas do mundo que estudam a atmosfera, conforme designação dos governos nacionais ou de outras entidades autorizadas. Os seus objectivos eram (e permanecem) fazer uma avaliação completa da informação científica, técnica e sócio-económica sobre as alterações climáticas e formular estratégias de resposta para enfrentar o problema. O IPCC não desenvolve investigação nova mas sim a revisão de estudos publicados. O Painel organiza-se em três Grupos de Trabalho. O Grupo de Trabalho I centra-se sobre o conhecimento científico das alterações climáticas, o Grupo II analisa os impactos e vulnerabilidades dos sistemas naturais e sócio-económicos às mudanças do clima, e o Grupo III debruça-se sobre as formas de mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, formulando orientações sobre possíveis formas de acção, bem como sobre as medidas de adaptação às mudanças que se verificam já e, com toda a probabilidade, se agravarão no futuro.

O Grupo de Trabalho I do IPCC publicou o seu Primeiro Relatório de Avaliação em Maio de 1990. O relatório expressava o consenso entre os especialistas mais importantes do mundo neste campo. O Grupo afirmou estar 'certo' de que os aumentos das emissões de gases com efeito de estufa resultantes das actividades humanas teria o seguinte efeito: '[it] will enhance the greenhouse effect, resulting on average in an additional warming of the Earth's surface' (IPCC, 1990: xi). Caso nenhuma medida fosse tomada para moderar as emissões de gases com efeito de estufa, estimou-se o aumento da temperatura num intervalo de 1-3° C. Apesar da confiança relativamente a estas projecções, o IPCC afirmou que prevaleciam incertezas relativamente ao papel da variação natural no aquecimento registado durante o século XX. O Painel indicou igualmente que era necessária uma redução de 60-80% das emissões de CO_2 para estabilizar as concentrações na atmosfera aos níveis então registados (IPCC, 1990: 5).

A Segunda Conferência Mundial sobre o Clima, em Novembro de 1990, começou a preparar o caminho para um acordo internacional sobre alterações climáticas. A declaração da conferência fez um apelo a todas as nações no sentido de começarem a definir objectivos ou a estabelecer programas para a redução efectiva de emissões de gases com efeito de estufa. A Assembleia-Geral das Nações Unidas criou um Comité Intergovernamental de Negociação (CIN) em Dezembro desse ano com a incumbência de negociar uma Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas. Nos dois anos que se seguiram, durante as cinco sessões do CIN, procedeu-se à redacção e adaptação do documento. A

assinatura formal da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) ocorreu em Junho de 1992 no Rio de Janeiro, durante a chamada 'Cimeira da Terra'. Ficou acordado na Convenção um compromisso sério de redução de emissões de gases com efeito de estufa por parte dos países desenvolvidos.

> 'As Partes Contratantes constituídas por países desenvolvidos e as outras Partes, incluídas no anexo I[5] comprometem-se, especificamente, segundo os termos seguintes: Cada uma destas Partes deverá adoptar políticas e tomar as medidas correspondentes para a mitigação das alterações climáticas, limitando as suas emissões antropogénicas de gases de efeito de estufa e protegendo e desenvolvendo os seus sumidouros e reservatórios de gases com efeito de estufa.' (United Nations, 1992)[6]

O objectivo fixado para o final da década era o retorno aos níveis de emissões antropogénicas de dióxido de carbono e de outras emissões de gases com efeito de estufa registados em 1990. Com a ratificação do quinquagésimo país, a CQNUAC entrou em vigor em 1994.

3. Do Rio a Bali

Desde 1990 verificou-se um progresso decisivo na análise científica do aquecimento global. Os Modelos de Circulação Global, modelos informáticos que simulam o mecanismo complexo do clima global, foram consideravelmente melhorados. A introdução de mais variáveis e outras formas de complexificação de tais modelos tornou-os muito mais sofisticados e fiáveis. Contudo, permaneceram ainda lacunas na compreensão de alguns aspectos, como a interacção oceano-atmosfera, o papel das nuvens no clima e o impacto da circulação oceânica nos climas regionais e globais. Em 1995, o IPCC emitiu o seu Segundo Relatório de Avaliação, que dizia existir uma 'influência humana discernível' sobre o clima (IPCC, 1996). Este relatório representou um reforço considerável do conhecimento científico sobre a questão das alterações climáticas.

Em Março de 1995, a 1ª Conferência das Partes da CQNUAC, ocorrida em Berlim, deu um passo em frente no regime de gestão internacional das alterações climáticas reconhecendo a necessidade de objectivos mais rigorosos do que os estabelecidos na Convenção. Na 3ª Conferência das Partes (COP-3) da CQNUAC, que teve lugar em Quioto de 1 a 10 de Dezembro de 1997, foi formalmente aceite um Protocolo que definiu, pela primeira vez, metas quantitativas para redução das emissões de gases com efeito de estufa. O Protocolo de Quioto determinou um decréscimo de aproximadamente 5.2% em tais emissões nos 15 anos seguintes à sua assinatura (2008-2012). Foram acordados diferentes objectivos para as Partes da CQNUAC. Os Estados Unidos comprometeram-se a levar a cabo cortes de 7% nas suas emissões, a União Europeia 8% e o Japão 6% abaixo dos níveis de 1990.

---

[5] Alemanha, Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Comunidade Europeia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Lituânia, Nova Zelândia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Roménia, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia.

[6] Tradução constante do Decreto n.º 20/93 de 21 de Junho, que aprova, para ratificação, a CQNUAC: http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DECRETO_020_93.htm, acesso a 11 de Setembro de 2010.

No sentido de permitir que os objectivos de mitigação fossem alcançados da forma financeiramente mais eficiente, foram acordados três 'Mecanismos de Flexibilidade': comércio de emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo permite aos países do Anexo I adquirir créditos de emissão a países que, não tendo compromissos nesse sentido no âmbito do Protocolo de Quioto, reduzam as suas emissões de gases com efeito de estufa. Através da Implementação Conjunta, os países do Anexo I podem investir em projectos de redução de emissões em qualquer outro país do Anexo I, em alternativa a efectuar reduções no espaço doméstico. Estes mecanismos foram objecto de várias críticas, tendo suscitado a preocupação de que dariam aos países desenvolvidos liberdade para emitir gases com efeito de estufa que seriam 'artificialmente' compensados.

O Protocolo de Quioto só viria a entrar em vigor em Fevereiro de 2005, quando foi concluída a ratificação por um número de países que correspondiam ao requisito da CQNUAC de que se tratassem de países 'desenvolvidos' cujas emissões de gases com efeito de estufa fossem equivalentes a 55% das emissões totais em 1990. Os Estados Unidos da América – país responsável por cerca de um quarto das emissões atmosféricas do mundo – ficou de fora.

As negociações internacionais em torno das alterações climáticas envolvem a realização anual de uma Conferência das Partes (COP) da CQNUAC, que se realizou pela primeira vez, como referido acima, em 1995. De entre as COPs anuais, merece naturalmente relevo a COP3, que ocorreu em Dezembro de 1997 em Quioto, de onde saiu o Protocolo com o mesmo nome. De resto, os avanços têm sido bastante lentos e repletos de tensões entre os signatários da Convenção. Exemplo de tal é a COP6, que se iniciou em Haia em Novembro de 2000, e que fracassou por desentendimento entre as Partes, acabando por ser suspensa. A reunião foi retomada em Julho do ano seguinte, em Bona. George W. Bush tornara-se, entretanto, Presidente dos EUA e anunciara publicamente o abandono do Protocolo de Quioto, por ser, alegadamente, contrário aos interesses do país. A posição dos EUA, em Bona e noutras COPs, foi objecto de profunda contenção e ofereceu justificação para que outros países se recusassem a assumir metas de mitigação das alterações climáticas. Apesar de tudo, a COP6 resultou nos chamados Acordos de Bona com incidência em quatro áreas fundamentais: Mecanismos de Flexibilidade – foi acordado que não haveria um limite quantitativo à creditação que os países poderiam fazer do uso destes mecanismos (comércio de emissões, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta); Sumidouros de Carbono – os países poderiam creditar actividades que conduzissem à remoção de dióxido de carbono da atmosfera, como a gestão florestal, e não haveria um limite quantitativo uniforme para tal; Cumprimento – foram acordadas algumas medidas sancionatórios do não-cumprimento do Protocolo de Quioto; e Finanças – foram acordados três fundos para mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Também em 2001, foi publicado o Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC, que reviu as previsões para o aumento global da temperatura. Para o presente século, o IPCC estimava que o aumento da temperatura se situaria num intervalo compreendido entre 1.4 e 5.8° C (IPCC, 2001). O Quarto Relatório de Avaliação do IPCC foi lançado publicamente em Fevereiro de 2007, numa reunião em Paris que teve grande repercussão mediática à volta do mundo. No 'Summary for Policy-Makers' do

Relatório de Síntese afirmava-se: 'Warming of the climate system is unequivocal, as is now evident from observations of increases in global average air and ocean temperatures, widespread melting of snow and ice, and rising global average sea level' (IPCC, 2007: 2). O grau de confiança manifestado pelos cientistas relativamente ao conhecimento científico das alterações climáticas era, agora, bastante superior a anteriores relatórios. O relatório apontava para um intervalo de aumento da temperatura média global até ao final do século de 1.1 a 6.4˚ C.

Note-se que a 12 de Outubro de 2007, o Prémio Nobel da Paz foi atribuído em simultâneo ao IPCC e Al Gore pelos seus contributos para o estudo e divulgação da questão das alterações climáticas. O livro e documentário de Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*, lançados em 2006, tiveram um grande impacto internacional.

Voltando à dimensão política das alterações climáticas, e dando um salto no tempo, refira-se a COP13, que decorreu em Bali no final de 2007. Aí, foram desenvolvidos esforços no sentido de acordar um compromisso internacional relativamente às medidas que entrariam em vigor após caducar o Protocolo de Quioto, em 2012. O 'Bali Road Map' definiu um processo negocial para decorrer até 2009 no sentido de alcançar um acordo pós-Quioto, tendo sido considerado um marco importante nas negociações internacionais.

Para além das negociações no âmbito da CQNUAC e do Protocolo de Quioto, é pertinente mencionar aqui a política para as alterações climáticas definida no âmbito da União Europeia, até porque constitui o principal enquadramento para a política nacional. A Comissão Europeia tem desenvolvido iniciativas relacionadas com o clima desde 1991, quando acordou a estratégia comunitária para limitar as emissões de dióxido de carbono e melhorar a eficiência energética, que inclui a promoção de electricidade produzida a partir de energias renováveis, compromissos voluntários dos produtores automóveis para redução de emissões e propostas de taxação de produtos energéticos (Comissão Europeia, 2009).

Em 2000, foi lançado o Programa Europeu para as Alterações Climáticas que definiu a estratégia da União Europeia para implementação do Protocolo de Quioto. O elemento principal do Programa é o Comércio Europeu de Licenças de Emissão, o primeiro instrumento internacional de regulação das transacções de direitos de emissão de gases de efeito de estufa.

Os líderes europeus acordaram em 2007 uma abordagem integrada à questão das alterações climáticas e da energia e comprometeram-se a transformar a Europa numa economia com elevada eficiência energética e baixa intensidade carbónica (Comissão Europeia, 2009). A União Europeia assumiu também um compromisso unilateral de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 20% até 2020 (relativamente ao ano-base de 1990). No caso de se efectuar um acordo internacional significativo entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento para redução de emissões, a União Europeia propôs elevar a sua meta para 30%.

4. Portugal e as alterações climáticas

Em Portugal, as questões ambientais emergiram socialmente de forma mais tardia do que na maior parte dos países ocidentais. Até aos anos 80 há uma enorme falta de atenção a este tipo de temática nos media portugueses e mesmo durante essa década é escassa a cobertura desta área (Schmidt, 2003). A RTP, enquanto serviço público de televisão, manteve uma postura de 'demissão' relativamente aos problemas ambientais até ao início dos anos 90. Schmidt (2003: 427) afirma que 'a televisão pública acabou por não dinamizar uma cultura ambientalista consistente, articulando o local com o global e fazendo a extrapolação cívica e política necessária a uma responsabilização individual e colectiva'. É apenas nos anos 1991-1995 que se dá a 'eclosão mediática do ambiente em Portugal' (Schmidt, 2003: 427), com o aumento de notícias e a politização dos problemas, em grande parte devido ao aparecimento das televisões privadas, rádios locais e novos jornais.

A desatenção mediática terá sido, em grande parte, o reflexo de um sistema político que ignorou o ambiente enquanto problema social. A ausência de acção política e o silêncio relativamente às dificuldades que se iam definindo neste domínio contribuíram, certamente, para o distanciamento da comunicação social. Num quadro social em que os valores ambientais nunca foram privilegiados, estes factores terão alimentado o desinteresse público relativamente a este tipo de questões. Efectivamente, em dois Inquéritos Nacionais às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (Almeida: 2000; 2004), verificou-se um baixo nível de cultura ambiental e uma grande dependência dos media (e, em particular, da televisão) enquanto fonte de informação.

A questão das alterações climáticas emerge no espaço público português pela via da política externa. Essencialmente, o envolvimento nacional com a questão foi moldado pela ligação à União Europeia. No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia (UE-15) comprometeu-se a reduzir as emissões globais dos seus membros em 8% face aos níveis de 1990. Tendo em conta os estádios de industrialização e desenvolvimento económico dos seus membros, a União Europeia definiu uma distribuição diferenciada de responsabilidade para alcançar esse objectivo através do Acordo de Partilha de Responsabilidade (Decisão nº 2002/358/CE de 25 de Abril). Portugal assumiu, no quadro destes acordos, o compromisso de limitar o aumento das suas emissões de gases com efeito de estufa em 27%, no período de 2008-2012, relativamente aos valores de 1990. O país ratificou o Protocolo de Quioto a 31 de Maio de 2002.

No sentido de dar resposta aos seus compromissos internacionais, Portugal desenvolveu um conjunto de instrumentos políticos. Em 1998, foi criada a Comissão Nacional para as Alterações Climáticas por Resolução do Conselho de Ministros. Esta comissão, de carácter interministerial, foi encarregue de preparar o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), cuja primeira versão viria a ser apresentada em 2001. O documento foi posteriormente aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004 (publicada no Diário da República de 31 de Julho), definindo as medidas à época consideradas adequadas para Portugal atingir as metas que lhe foram fixadas. O PNAC 2004 definiu medidas de mitigação das emissões nacionais e identificou responsabilidades sectoriais nas áreas de energia (incluindo os subsectores transportes, residencial e serviços,

indústria), agricultura e pecuária, floresta e resíduos. A necessidade de revisão deste documento, devido a desenvolvimentos nacionais, internacionais e comunitários, deu origem a novas versões em 2006 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, publicada no Diário da República de 23 de Agosto) e em 2007 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2008, de 4 de Janeiro).

O Programa Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) definiu os limites de emissões para um conjunto de unidades com elevadas emissões de gases com efeito de estufa, que estão incluídas no Comércio Europeu de Licenças de Emissão. O PNALE I vigorou entre 2005 e 2007 tendo sido substituído pelo PNALE II para o período 2008-2012.

No sentido de financiar medidas provavelmente necessárias para compensar a diferença entre a meta nacional de emissões e os valores efectivamente atingidos, foi criado o Fundo Português de Carbono. O objectivo é apoiar projectos que visem reduções de emissões ou remoções por sumidouros de gases com efeito de estufa previstos no Protocolo de Quioto. Estima-se que, com as medidas previstas na regulamentação actualmente existente, haverá lugar a um défice de cerca de 3 MtCO2eq/ano relativamente aos compromissos assumidos por Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto de da União Europeia. Para cumprir esses objectivos o governo terá que recorrer aos Mecanismos de Flexibilidade previstos no Protocolo com financiamento do Fundo Português de Carbono.

Numa intervenção feita na Assembleia da República a 24 de Janeiro de 2007, num debate mensal que foi dedicado às alterações climáticas, o Primeiro-Ministro José Sócrates afirmou que o governo pretendia colocar Portugal 'em linha com os países mais avançados no combate ao aquecimento global.' (Portal do Governo, 2007). Apesar do discurso dos governos mais recentes, a questão das alterações climáticas não foi considerada uma prioridade política em Portugal durante vários anos após a assinatura do Protocolo de Quioto. Vejamos o seguinte excerto de um artigo do *Público* de 2004:

> 'No dia em que termina a segunda fase de discussão pública sobre o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), a Quercus diz-se "muito pessimista" em relação ao cumprimento por Portugal do Protocolo de Quioto. Em comunicado, a Associação Nacional de Conservação da Natureza lembra as declarações na Assembleia da República do primeiro-ministro Durão Barroso e do ministro do Ambiente Amílcar Theias sobre o cumprimento de Quioto. Ao afirmarem que "não é relevante Portugal cumprir Quioto dado que o Protocolo não está ainda em vigor e que é indiferente para o mundo o contributo do nosso país nesta matéria, deixam antever um enorme pessimismo em relação à prioridade política das alterações climáticas", diz a Quercus.' (Público, 2004)

Nos últimos anos, têm sido feitos investimentos notáveis no sector das energias renováveis, com particular destaque para a eólica. No entanto, a política portuguesa para as alterações climáticas tem-se mostrado sucessivamente frágil a dois níveis: transportes e eficiência energética. O sector dos transportes foi aquele que mais cresceu em termos de emissões de gases com efeito de estufa desde 1990, o que é maioritariamente atribuível aos transportes rodoviários de passageiros (Institute for the Environment, 2006). Em Fevereiro de 2007, a Quercus afirmava que 'o aumento previsto de 110% nas emissões entre 1990 e 2010 para o sector dos transportes deveriam exigir uma maior prioridade de actuação neste sector' (Quercus, 2007). A opção de sucessivos governos de promoverem a

construção de estradas e auto-estradas e o desinvestimento progressivo no transporte ferroviário e na articulação dos transportes públicos em geral tem alimentado crescentemente o uso do automóvel com consequências muito negativas ao nível das emissões de gases de efeito de estufa.

Outra questão problemática são os incêndios florestais, responsáveis por uma quantidade significativa de emissões de gases com efeito de estufa e pela destruição do efeito de sumidouro de carbono que têm as florestas. Por exemplo, em 2003, ano em que arderam 425 mil hectares, Portugal reportou à Convenção sobre Alterações Climáticas 10 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

Como referido acima, o país tem feito progressos significativos na introdução de tecnologias para captação de energias renováveis com um impacto positivo ao nível das emissões associadas à geração de electricidade. Em 2007, o Primeiro Ministro José Sócrates definiu o compromisso de que, em 2010, 45% de toda a electricidade consumida no país teria por base energia renovável (Portal do Governo, 2007).

Embora, ao contrário de outros países, não tenha havido uma contestação social com expressão relativamente às torres e geradores eólicos, outros desenvolvimentos na área das energias renováveis têm gerado maior resistência social. Trata-se, sobretudo, dos projectos de construção de várias novas barragens em rios nacionais.

O plano de construção de uma barragem no Rio Sabor, anunciado em 2004, deu origem a repetida contestação por parte de associações ambientais e investigadores da área do ambiente. A Plataforma Sabor Livre é constituída pelas associações QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza), LPN (Liga para a Protecção da Natureza), FAPAS (Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens), GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), OLHO VIVO e SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves). A oposição à barragem foi conduzida até à Comissão Europeia, que acabou por decidir pelo arquivamento da queixa de que a barragem violava disposições comunitárias de protecção e conservação da natureza.

O Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico prevê a construção de dez novas barragens no período 2007-2020, de forma a aumentar a capacidade hidroeléctrica do país para 7000 MW, visando, alegadamente, reduzir a dependência energética do país e as emissões de gases com efeito de estufa. No entanto, é de notar que a construção destas novas barragens representa apenas 3,3% do consumo total final de electricidade do país. É, portanto, questionável se este é o investimento mais adequado para reduzir as emissões nacionais de gases com efeito de estufa num contexto em que têm sido desaproveitadas melhores oportunidades em termos de custo-benefício no sector dos transportes e da poupança energética. A aposta continuada no aumento da oferta em vez da redução do consumo não parece fazer sentido enquanto estratégia de combate às alterações climáticas.

Em 2004, as emissões nacionais de gases com efeito de estufa situavam-se 41% acima do ano base de 1990. Apesar dos progressos acima referidos ao nível das energias de fonte renovável, que têm levado a uma inflexão da tendência de crescimento das emissões, Portugal só conseguirá cumprir as metas de Quioto com recurso aos Mecanismos de Flexibilidade, agravando, portanto, a sua já débil situação financeira.

Até aqui, esta secção incidiu sobre os aspectos políticos das alterações climáticas em Portugal. A construção social da questão depende, no entanto, também, da pesquisa científica e da sua projecção pública. Neste domínio, destaca-se o projecto SIAM – Climate Change in Portugal: Scenarios, Impacts and Adaptation Measures – (Santos, Forbes & Moita, 2002; Santos & Miranda, 2006), que decorreu em duas fases entre 1999 e 2006. O SIAM fez uma avaliação dos impactos das alterações climáticas com base em cenários climáticos futuros desenvolvidos através de Modelos de Circulação Global e propôs medidas de adaptação. Este projecto teve uma visibilidade superior à restante investigação sobre alterações climáticas que é conduzida em Portugal (por exemplo, na Universidade de Aveiro) e o seu coordenador, Filipe Duarte Santos, tem tido, ao longo dos últimos anos, presença frequente nos meios de comunicação social.

5. Considerações finais

Como indicado neste capítulo, 1988 foi um ano-chave na emergência das alterações climáticas como uma questão pública, tendo sido marcado por acontecimentos que desencadearam processos cruciais como a criação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. De então para cá, tem-se desenvolvido uma intensa actividade a nível político e científico mas o progresso tem sido muito mais lento do que seria necessário para evitar os piores impactos da intensificação do efeito de estufa na atmosfera. Na medida em que representou um compromisso internacional alargado de limitação das emissões de gases com efeito de estufa, o Protocolo de Quioto foi um acordo notável. Porém, a meta de aproximadamente 5% de redução das emissões (face ao ano de 1990) é claramente insuficiente. Para além do mais, o Protocolo expirará em 2012 pelo que é premente encontrar um substituto para esse documento.

Não obstante a importância de um acordo internacional sobre a redução dos gases com efeito de estufa, o principal desafio será a implementação de políticas para conseguir tal objectivo, tratando-se, antes de mais, de uma responsabilidade nacional. Uma grande diversidade de políticas e medidas climáticas está a ser explorada em diferentes países. A substituição dos combustíveis fósseis – que foram fundamentais na filosofia de desenvolvimento do século passado – por fontes de energia mais limpas é uma das transformações mais importantes exigidas pelas alterações climáticas. Para além disso, a questão das alterações climáticas requer uma reestruturação decisiva de políticas e economias industriais. A acção não se pode limitar a medidas de política ambiental pois dar respostas eficazes a este problema depende fundamentalmente da integração de objectivos de redução de emissões noutros domínios políticos, sobretudo aqueles que se relacionam com energia e transportes. Tal pode requerer mudanças a nível institucional, de modo a assegurar a coordenação e coerência da acção política. Por último, a questão 'meta-política' das alterações climáticas exige coordenação entre os níveis internacional, nacional, regional e local (Jordan & O'Riordan, 1997).

Obviamente, as alterações climáticas requerem uma acção substancial do Estado para poderem ser enfrentadas eficazmente. Duplas responsabilidades no estímulo do desenvolvimento económico e na

protecção ambiental conduziram frequentemente os governos a envolverem-se num processo que privilegia uma postura 'gestionária' face às questões ambientais, procurando legislar um grau de protecção limitado, suficiente para desviar a crítica mas não suficientemente significativo para fazer 'descarrilar' o motor do crescimento (Torgerson, 1995). Todavia, as alterações climáticas e as ameaças que estas apresentam exigem uma acção mais estrutural. Como tal, a tensão entre o papel do Estado como um mediador no processo capitalista de acumulação de riqueza e crescimento económico, e o seu papel como regulador de questões ambientais tem que ser resolvida (ver Litfin, 2000).

A par com um forte compromisso político para responder às alterações climáticas globais, torna-se necessário o contributo de múltiplas esferas da economia e da sociedade. As indústrias que trabalham no domínio dos equipamentos que visam melhorar a eficiência energética, as energias renováveis, o sector dos seguros, o movimento ambientalista, os consumidores, e muitos outros têm um papel importante a desempenhar.

As alterações climáticas são, também, um problema *público* fundamental. Dizem respeito a cada indivíduo e a cada sociedade como um todo[7]. Lidar eficazmente com este problema irá exigir o envolvimento dos indivíduos na mudança de hábitos de utilização de energia e transportes. Além disso, a acção política sobre alterações climáticas oscila em função das atitudes públicas e do significado público da questão pelo que o papel dos discursos que circulam no espaço público mediatizado é fundamental.

A actuação das instâncias políticas e dos agentes económicos tem, até ao momento, ficado muito aquém daquilo que é necessário fazer para enfrentar os riscos associados às alterações climáticas, como já mencionado acima. Apesar dos (fracos) compromissos assumidos em Quioto, os níveis globais de emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar. É importante perceber como é que *mudanças e continuidades* políticas têm sido legitimadas publicamente. É igualmente necessário compreender como se têm justificado e legitimado determinadas opções, assim como têm sido postas em causa. Tanto os progressos científicos neste domínio como a acção (ou inacção) dos decisores políticos assumem uma face pública que devemos questionar.

Nas últimas décadas, os media tiveram uma importância significativa na construção social do ambiente como um problema público e na amplificação de uma visão 'global' de várias questões ambientais. Harré, Brockmeier & Mühlhäusler (1999) afirmam que o 'Greenspeak' ter-se-á disseminado, internacionalmente, através dos media. Que expressões assume este 'idioma' em Portugal? De que forma é que a questão das alterações climáticas tem sido discursivamente construída por diferentes actores sociais e pelos media? Que relações podem ser identificadas entre tais discursos e a forma como os cidadãos percepcionam, se posicionam e actuam face ao problema? Estas são interrogações a que os próximos capítulos procurarão oferecer respostas.

[7] Esta ideia é particularmente válida para os países industrializados, uma vez que muitos países em vias de desenvolvimento têm uma quota-parte de responsabilidade ínfima na causalidade do problema.

Referências bibliográficas

Almeida, J. F. (org.) (2000) *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta.

Almeida, J. F. (org.) (2004) *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta.

Bell, A. (1994) 'Climate of opinion: public and media discourse on the global environment', *Discourse & Society* 5 (1): 33-64.

Benedick, R. (1991) *Ozone Diplomacy. New Directions in Safeguarding the Planet*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bolin, B. (2008) *A History of the Science and Politics of Climate Change: The Role of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, Cambridge: Cambridge University Press.

Bord, R., Fisher, A. & O'Connor, R. (1998) 'Public perceptions of global warming: United States and international perspectives', *Climate Research* 11 (1): 75-84.

Bostrom, A., Morgan, M., Fischhoff, B. & Read, D. (1994) 'What do people know about global climate change? I. Mental models', *Risk Analysis* 14 (6): 959-70.

Carvalho, A. & Burgess, J. (2005) 'Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985-2003', *Risk Analysis* 25 (6): 1457-69.

Comissão Europeia (2009) 'Climate change', http://ec.europa.eu/environment/climat/home_en.htm, acesso a 14 de Setembro de 2009.

Daley, P. with O'Neill, D. (1991) '"Sad is too mild a word": press coverage of the Exxon Valdez oil spill', *Journal of Communication* 41 (4): 42-57.

Demeritt, D. (2001) 'The construction of global warming and the politics of science', *Annals of the Association of American Geographers* 91 (2): 307-37.

Depledge, J. (2001) 'The Organization of the Kyoto Protocol Negotiations. Lessons for Global Environmental Decision-making', PhD thesis, University College London.

Farman, J., Gardiner, B. & Shanklin, J. (1985) 'Large losses of total ozone in Antarctica reveal seasonal ClOx/NOx interaction', *Nature* 315: 207-10.

Gale, R. (1987) 'Calculating risk: radiation and Chernobyl', *Journal of Communication* 37 (3): 68-73.

Hajer, M. (1995) *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.

Harré, R., Brockmeier, J. & Mühlhäusler, P. (1999) *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*, London: Sage.

Institute for the Environment (with the collaboration of Ecoprogresso – Environment and Development Consultants, SA) (2006) 'Fourth National Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change - First National Communication in the context of the Kyoto Protocol', Amadora: Institute for the Environment.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (1990) *Climate Change. The IPCC Scientific Assessment*, Cambridge: Cambridge University Press

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (1996) *Climate Change 1995. Economic and Social Dimensions of Climate Change*, Cambridge: Cambridge University Press.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2001) *Climate Change 2001. Impacts, Adaptation, and Vulnerability*, Cambridge: Cambridge University Press.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) (2007) *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*, Cambridge: Cambridge University Press.

Jordan, A. & O'Riordan, T. (1997) 'Social Institutions and Climate Change: Applying Cultural Theory to Practice', CSERGE Working Paper GEC 97-15, University of East Anglia & University College London: Centre for Social and Economic Research on the Global Environment.

Leggett, J. (2000) *The Carbon War. Global Warming and the End of the Oil Era*, London: Penguin.

Litfin, K. (1994) *Ozone Discourses. Science and Politics in Global Environmental Cooperation*, New York: Columbia University Press.

Litfin, K. (2000) 'Environment, wealth and authority: global climate change and emerging modes of legitimation', *International Studies Review* 2 (2): 119-48.

Mazur, A. (1998) 'Global environmental change in the news', *International Sociology* 13 (4): 457-72.

Meadows, D., Meadows, D., Randers, J. & Behrens, W. (1972) *The Limits to Growth*, New York: Universe Books.

Paterson, M. (1996) *Global Warming and Global Politics*, London and New York: Routledge.

Porritt, J. (1988) 'Down-to-earth agenda. Suggestions to Mrs Thatcher', *The Times*, 29.09.88.

Portal do Governo (2007) 'Debate mensal: Alterações Climáticas - Intervenção do Primeiro-Ministro no debate mensal na Assembleia da República sobre Alterações Climáticas, http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/PrimeiroMinistro/Intervencoes/Pages/20070124_PM_Int_AR_Alteracoes_Climaticas.aspx, acesso a 9 de Setembro de 2009.

Público (2004) 'Alterações climáticas: Quercus pessimista em relação ao cumprimento por Portugal do Protocolo de Quioto', *Público,* 01.03.2004, http://www.publico.pt/Sociedade/quercus-pessimista-em-relacao-ao-cumprimento-por-portugal-do-protocolo-de-quioto_1187375, acesso a 9 de Setembro de 2009.

Quercus (2007) 'Como vai Portugal cumprir? Um esforço possível para os portugueses', http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?articleID=1919&categoryID=567, acesso a 15 de Setembro de 2009.

Roe, E. (1994) *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice,* Durham and London: Duke University Press.

Rowlands, I. (1995) *The Politics of Global Atmospheric Change*, Manchester: Manchester University Press.

Rubin, D. (1987) 'How the news media reported on Three Mile Island and Chernobyl', *Journal of Communication* 37 (3): 42-57.

Santos, F. D., Forbes, K. & Moita, R. (eds.) (2002) *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures - SIAM Project,* Lisboa: Gradiva.

Santos, F. D. & Miranda, P. (eds.) (2006) *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Santos, Projecto SIAM II*, Lisboa: Gradiva.

Schmidt, L. (2003) *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Torgerson, D. (1995) 'The uncertain quest for sustainability: public discourse and the politics of environmentalism', in F. Fischer & M. Black (eds) *Greening Environmental Policy. The Politics of a Sustainable Future*, pp. 3-20, Liverpool: Paul Chapman.

Toronto Conference (1988) 'The Changing Atmosphere: Implications for Global Security', in D. Abrahamson (ed.) (1989) *The Challenge of Global Warming*, pp. 44-62, Washington: Island Press.

United Nations (1992) *Framework Convention on Climate Change*, Geneva: United Nations.

Weart, S. (2008) *The Discovery of Global Warming. Revised and Expanded Edition*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

WMO/NASA (1986) *Atmospheric Ozone 1985: Assessment of Our Understanding of the Processed Controlling Its Present Distribution and Change*, 3 vols., WMO Global Ozone Research and Monitoring Project Report, N. 16, Geneva: WMO.

World Commission on Environment and Development (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press.

Young, O. (1989) *International Cooperation. Building Regimes for Natural Resources and the Environment*, Ithaca, NY: Cornell University Press.

Capítulo 3
Discursos de actores sociais sobre alterações climáticas

Anabela Carvalho

Resumo

Que discursos sobre as alterações climáticas são formulados por diferentes actores sociais em Portugal? Que visões e propostas são avançadas face ao problema? A construção social das alterações climáticas depende da informação, argumentos e perspectivas disseminadas por cientistas, Governo, ONGs e outras entidades. Este capítulo produz uma análise da forma como vários actores sociais 'pensam' as alterações climáticas e os riscos e responsabilidades associados à questão. Centrando-se sobre a documentação disponível no ciberespaço português, o capítulo recorre à análise de conteúdo e à análise de discurso para examinar comparativamente o que dizem diferentes entidades e conclui que as alterações climáticas são construídas sob o prisma dos discursos do *desenvolvimento sustentável* e da *modernização ecológica* numa abordagem predominantemente técnico-gestionária.

1. Introdução

Se o ambiente não fala por si, quem falará? Esta pergunta, muitas vezes parafraseada, salienta a necessidade de reconhecer a importância de diferentes agentes na construção social dos problemas ambientais. As alterações climáticas, com a sua natureza difusa no espaço e no tempo, requerem, ainda com maior acuidade do que outros problemas, a voz de 'claims-makers' (e.g. Hannigan, 1995), ou seja, os vários actores sociais que definem a questão. Dado tratar-se de uma questão multifacetada, é expectável que múltiplos indivíduos e múltiplas instituições se pronunciem sobre ela e que o façam numa grande variedade de fóruns. É também expectável que as interpretações das alterações climáticas propostas por alguns actores sociais tenham uma influência particularmente forte sobre os media e, portanto, também, sobre os debates que têm lugar em cada sociedade sobre esta matéria.

Este capítulo procura responder às seguintes questões: Que discursos sobre as alterações climáticas são formulados por diferentes actores sociais em Portugal? Que visões e propostas são avançadas face ao problema? Começa-se por uma breve discussão de estudos relevantes e prossegue-se com uma análise da documentação de diferentes actores sociais disponível na Internet.

2. Estudos sobre discursos de diferentes actores sociais relativamente às alterações climáticas

O processo de apresentação pública de dados, argumentos e pontos de vista ('claims-making') é uma condição indispensável para que a atenção pública e política incida sobre uma questão. Ou seja, a visibilidade pública e política de uma determinada matéria ou domínio está dependente do facto de determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco.

Beck (1992) afirma que a invisibilidade social é uma das principais características dos riscos ambientais modernos. Os cientistas e organizações científicas têm uma posição privilegiada na sua detecção e interpretação, sendo o conhecimento especializado de tal modo importante que Beck afirma que as 'relações de definição' (e não as 'relações de produção' de Karl Marx) são as principais linhas de conflito e de diferenciação na actual sociedade de risco. Muitas das questões debatidas nos círculos de decisão política e na esfera pública relativamente às alterações climáticas prendem-se com conhecimento: Como é que a composição da atmosfera está a evoluir? Quais são as causas e as consequências de tal evolução? Como é que o problema pode ser combatido? A ciência é assim um campo basilar na construção social e política das alterações climáticas.

O interface entre ciência e política envolve vários tipos de pressões, dilemas e desafios. Uma das questões potencialmente contenciosas nas relações entre o campo da ciência e o campo da política é a incerteza no conhecimento científico. As representações da incerteza são particularmente importantes no campo das alterações climáticas, dada a sua complexidade científica e as exigências políticas que coloca (e.g. Shackley & Wynne, 1996). Enquanto a incerteza é uma componente normal do processo de investigação e é associada na comunidade científica a rigor e objectividade com formulações discursivas que envolvem probabilidades e percentagens, esta é reduzida no mundo político a dois extremos – a opção pela inacção, sendo a incerteza enfatizada – ou a acção – em cujo caso a questão da incerteza é suspendida.

A incerteza pode servir, discursivamente, para legitimar mais investigação científica e para impulsionar um reforço do poder dos cientistas relativamente a uma determinada questão, com a exclusão de outros actores sociais (Zehr, 2000). A incerteza científica pode, por outro lado, ser usada para justificar a resistência a políticas de mitigação, tal como aconteceu nos EUA durante as administrações de George Bush Sr. e George W. Bush.

O conhecimento científico das alterações climáticas tem sido fortemente contestado por alguns grupos sociais que têm procurado amplificar a ideia de incerteza em relação aos aspectos mais fundamentais do problema – a intensificação do efeito de estufa, o seu carácter antropogénico e os impactos sobre o clima global – ou mesmo negar, taxativamente, tais aspectos. McCright & Dunlap (2003) demonstram como o movimento conservador norte-americano se mobilizou para destacar a 'não-problematicidade' das alterações climáticas aliando-se a 'think tanks' de direita, à indústria dos combustíveis fósseis e a cientistas que por motivos ideológicos (Lahsen, 2008), financeiros ou outros se assumiram como 'cépticos' relativamente a esta questão. Outros autores (e.g. Oreskes & Conway,

2010) têm analisado as múltiplas tácticas de promoção das alegações dos 'negacionistas', que envolvem campanhas mediáticas, publicação de livros, organização de conferências e outras.

Por parte dos cientistas que têm vindo a demonstrar a ocorrência das alterações climáticas, o discurso tende a ser reservado e sóbrio por uma questão de 'estilo' profissional e devido à permanência de incertezas, como referido acima. Na sua análise da evolução dos discursos sobre as alterações climáticas na Alemanha, nas esfera científica, política e mediática, Weingart, Engels & Pansegrau (2000) apontam o facto, relativamente excepcional, de já em 1986 um grupo de cientistas se ter referido à questão em termos catastrofistas, o que terá gerada uma onda mediática de excessivo dramatismo. Comunicar a existência de um risco elevado e com carácter de urgência dando espaço às incertezas existentes no conhecimento é um enorme desafio para a comunidade científica[1].

Como é que os agentes políticos têm construído discursivamente as alterações climáticas? Em primeiro lugar, há que referir a forma como o discurso científico sobre alterações climáticas tem sido recontextualizado no âmbito do discurso político. Como sugerido acima, por parte de alguns actores políticos, as incertezas e as zonas de desconhecimento científico relativamente a esta questão têm sido transformadas em justificações para a inacção. Por outro lado, outros actores políticos têm adoptado o princípio da precaução no seu discurso, sendo que, face a riscos ambientais elevados e à complexidade da questão, optam pela defesa de medidas de mitigação.

Num estudo sobre o Reino Unido, Carvalho (2005) mostrou como as alterações climáticas foram apropriadas por vários Primeiros Ministros para legitimar e sustentar outros projectos, tal como o investimento na indústria nuclear. Dada a sua natureza complexa e multifacetada, as alterações climáticas tem sido sujeitas a múltiplas formas de manipulação discursiva no foro político, em particular no que diz respeito a políticas energéticas.

A questão foi também largamente sujeita a uma estratégia discursiva de globalização, ou seja, ao invés de se focarem na responsabilidade dos países com maiores emissões de gases com efeito de estufa, vários governos e actores políticos influentes (e.g. George Bush Sr. e Margaret Thatcher) procuraram constituir as alterações climáticas num problema global, em que todos os países estariam envolvidos e em cuja resolução todos teriam que participar (Carvalho, 2005). Roe (1994) considera que a escala do 'global' é usada para rejeitar a análise das alterações climáticas a níveis espaciais inferiores (local, regional, nacional). Na sua opinião, perspectivar as alterações climáticas como um problema global significa que só uma intervenção ao nível global pode ser eficaz. Tal formulação tem, portanto, uma função prescritiva e desculpa a inacção local e nacional (que é onde as emissões de gases com efeito de estufa são geradas). Para além destes efeitos discursivos no âmbito político, a investigação tem mostrado que os cidadãos consideram as alterações climáticas como um problema global e tendem a desvalorizá-las no espaço geográfico que habitam (e.g. Cartea & Blanco, 2008). Tal poderá dever-se, pelo menos em parte, às formas de representação mediática da questão. Vários estudos têm concluído que a questão das alterações climáticas é frequentemente perspectivada nos

[1] Alguns cientistas têm optado por relevar a dimensão do risco e a possibilidade de mudança abrupta e irreversível através de expressões como 'tipping points' (no sistema climático da Terra) (Russill, 2008).

media como uma questão de política intergovernamental ou uma questão transnacional (Carvalho & Pereira, 2008; Olausson, 2009; Sampei & Aoyagi-Usui, 2009) e quase nunca como uma questão local. A construção discursiva das alterações climáticas como um problema global, conduzida por determinados actores políticos, terá tido um efeito estruturante.

Os discursos políticos sobre as alterações climáticas estão longe de ser unívocos. É bem conhecido o facto de que há, desde os anos 90, significativas diferenças de posicionamento por parte de países e grupos de países. Enquanto alguns aceitam o consenso científico que aponta para a intensificação das alterações climáticas antropogénicas e procuram alcançar acordos internacionais para uma efectiva mitigação (e.g. União Europeia, Aliança dos Pequenos Estados Insulares), outros têm essencialmente bloqueado as negociações internacionais (e.g. EUA, Arábia Saudita).

Um ponto comum a praticamente todos os governos é a centralidade da economia. Liftin (2000) argumenta que a autoridade estatal nos tempos modernos está fortemente ligada à capacidade dos governos de promoverem a prosperidade económica. Dada a relação que tem existido entre geração de riqueza e utilização de combustíveis fósseis, as alterações climáticas colocam, a seu ver, desafios ao papel do Estado como garante de produção de riqueza e, portanto, à sua legitimidade. Neste quadro, o discurso do 'desenvolvimento sustentável' (World Commission on Environment and Development, 1987) é altamente apelativo para os Estados. Prometendo a conciliação do ambiente com a economia, tornou-se numa linguagem consensual mas também (ou talvez 'porque') altamente ambígua (e.g. Luke, 1995). Nalguns usos, o conceito torna-se praticamente equivalente a 'crescimento económico sustentado' com alguns tons de verde. Nas versões mais optimistas desta linha discursiva, as práticas de protecção ambiental transformam-se mesmo num motor de crescimento económico: através de soluções tecno-científicas inovadoras seria possível melhorar o estado do ambiente e dinamizar as economias, com criação de emprego e ganhos financeiros. Não é de estranhar que este chamado discurso da 'modernização ecológica' se tenha vindo a tornar num importante aliado político relativamente a vários problemas ambientais (e.g. Hajer, 1995; ver tipificação de Dryzek, 1997, mais abaixo). O problema com este discurso é que alimenta a ideia de que não existem limites ao consumo, por um lado, e, por outro lado, não está provada a sua eficácia em larga escala de uma forma que conduza a uma mitigação significativa das emissões de gases com efeito de estufa.

Nas últimas décadas, as organizações não-governamentais (ONGs) que operam na área do ambiente têm vindo a afirmar-se como actores sociais de relevo. Seja na defesa da Antárctica, na protecção dos oceanos ou da camada de ozono estratosférico (e.g., Ringius, 1997), as associações ambientais tornaram-se verdadeiros 'pivots' da acção cívica, procurando representar o ambiente e aqueles que dele dependem. A sua influência e projecção dependem, naturalmente, dos seus recursos organizacionais e financeiros, como ilustrado pelas diferenças entre a Greenpeace e inúmeras pequenas (e, na maior parte dos casos, desconhecidas) organizações que operam ao nível nacional ou local.

No campo das alterações climáticas, Gough & Shackley (2001) apontam três modos de participação das ONGs: 'lobbying' e campanhas; desenvolvimento de soluções políticas criativas; e

construção de conhecimento. De facto, para além de procurarem exercer pressão e influenciar decisões no sentido da protecção do ambiente, as associações ambientais dão ainda importantes contributos para o debate em termos de propostas de acção, e em termos de recolha e tratamento de dados sobre o estado do ambiente.

A face mais conhecida do chamado 'discurso ambientalista' liga-se com as acções levadas a cabo por ONGs como a Greenpeace ou outras mais recentes mas que recorrem a tácticas semelhantes (por exemplo, Plane Stupid, no Reino Unido). Dirigindo-se claramente aos media, estas organizações procuram obter visibilidade pelo choque, surpresa ou superlatividade do comportamento: os activistas que procuram enfrentar enormes navios em pequenos botes, aqueles que se acorrentam aos portões de uma empresa, a faixa que é pendurada na Torre Eifel chamando a atenção para as emissões de gases com efeito de estufa. O carácter algo espectacular e dramático deste tipo de discurso acarreta muitas vezes um custo de credibilidade e também um risco de superficialidade na comunicação: estas organizações obtêm espaço nos media mas as questões pelas quais se pugnam não são adequadamente discutidas, sendo que é a acção e os seus agentes, e não o problema a que se referem, que se torna notícia (e.g. Gitlin, 1980).

Lester & Hutchins (2009: 591) vêem nos novos media oportunidades únicas de comunicação para as ONGs, referindo-se à ...

> ...'capacity of the internet and the web for *sustainable self-representation* (see Couldry, 2003b). Systematic and ongoing experimentation with self-representation via online communication promises to avoid both the fickleness of changing news agendas, the vicissitudes of reporting and editorial practices, and the contending corporate interests of large-scale news conglomerates.'

O seu estudo sobre algumas ONGs australianas revelou que estas usam a Internet sobretudo para chegar aos media convencionais (jornais, rádio e televisão) e que, embora seja um meio importante, a Internet não está associada a um novo modelo de poder comunicacional.

Que discursos sobre o ambiente promovem as ONGs? A resposta tem, necessariamente, que apontar para a diversidade. Enquanto algumas ONGs recusam os modelos antropocêntricos dominantes e advogam transformações basilares ao nível da relação entre os seres humanos e a natureza, as organizações mais influentes adoptam perspectivas muito mais próximas do 'desenvolvimento sustentável' e mesmo da 'modernização ecológica'. Alguns analistas consideram que as grandes ONGs têm sido 'co-optadas' pelo sistema político-económico vigente e que o 'discurso verde' se institucionalizou em múltiplas esferas com objectivos distintos (e.g. Jamison, 2001).

No seu conjunto, as empresas são responsáveis por uma enorme fasquia das emissões totais de gases de efeito de estufa. Sectores económicos como o da produção de energia eléctrica e o da extracção e comercialização de combustíveis fósseis têm aí um peso muito elevado. As grandes empresas petrolíferas, em particular, têm sido fortemente criticadas pela sua contribuição para o problema e pela resistência em agir. Na última década, os seus discursos têm sido bastante diferentes. Algumas empresas, como a Exxon e a Texaco, refutaram publicamente as alterações climáticas antropogénicas, lançando, nos EUA por exemplo, grandes campanhas de comunicação

nesse sentido, associando-se aos chamados cientistas 'cépticos' e desenvolvendo acções de lobby, de que é exemplo a 'Global Climate Coalition', um grupo de empresas que procurou contrariar os planos de redução de gases com efeito de estufa (ver Sourcewatch, 2010). Outras empresas, como a BP e a Shell, procuraram redefinir a sua imagem face ao problema, orientando o seu discurso para a reconversão para as energias renováveis e outras acções mitigadoras das alterações climáticas.

Le Menestrel, van den Hove & Bettignies (2002) analisam os 'dilemas éticos' que a questão das alterações climáticas coloca à indústria petrolífera: entre a não-limitação de emissões e obtenção de maiores lucros, por um lado, e a limitação de emissões e a baixa de lucros, por outro lado. Tendo em conta vários casos concretos concluem que é possível as empresas re-perspectivarem a sua actuação tendo em conta outros tipos de avaliação de consequências e horizontes temporais mais alargados, e passarem a considerar a ética como motor de vantagem comparativa no mercado, tornando-se mais inovadoras, competitivas e socialmente responsáveis. Em contraste com esta perspectiva, Ihlen (2009) verificou que muitas das maiores empresas a nível mundial integram actualmente a questão das alterações climáticas nos seus relatórios corporativos mas afirma que '[t]here is little to suggest (...) that corporations engage in the radical rethinking of systemic problems that the situation's gravity would seem to call for'. Para muitos analistas, a inclusão de referências às alterações climáticas nas práticas de comunicação empresariais é, essencialmente, uma forma de 'greenwashing' (Greer & Bruno, 1997). Numa análise de uma série de anúncios publicitários, Linder (2006) mostrou como os produtores dos mais variados bens de consumo (de sapatos a automóveis) exercem uma inversão semiótica que transforma as alterações climáticas numa razão para consumir mais e não menos. O 'verde' tornou-se praticamente hegemónico no discurso corporativo e tem, frequentemente, manifestações (quase) irónicas.

Na análise do discurso de diferentes actores sociais sobre as alterações climáticas que se seguirá neste capítulo, irá procurar-se dar especial atenção aos temas do risco e da responsabilidade. Por um lado, pretende-se olhar para o modo como diferentes organizações perspectivam os impactos das alterações climáticas e até que ponto assumem posições optimistas ou pessimistas relativamente à questão. Por outro lado, ter-se-á em conta a questão da construção social da responsabilidade face às alterações climáticas. Quem são os agentes constituídos como responsáveis por mitigar o problema? Que soluções são advogadas?

A tipificação de Dryzek (1997) ajuda a organizar os discursos sobre ambiente em função de um conjunto de questões que são centrais para o presente estudo: Que formas de lidar com os problemas ambientais se promove? Que tipo de acções se advoga? Que responsabilidade se atribui a diferentes agentes, como o Estado, as empresas e os cidadãos? Dryzek identifica nove discursos-tipo. A partir dos anos 70 do século XX, a ideia da existência de limites nos recursos planetários e portanto, também, a ideia de limites ao crescimento conduziu ao *sobrevivencialismo*, um discurso negado pelo *prometeanismo*, que assenta na crença de que, tal como Prometeu, os seres humanos são capazes de alcançar progresso e crescimento económico sem fim. Para além destes discursos contrários, Dryzek organiza os discursos sobre ambiente em três grupos: discursos reformistas

orientados para a resolução de problemas, discursos de sustentabilidade e discursos radicais. O primeiro grupo inclui os seguintes: *racionalidade administrativa*, um discurso que torna o Estado e os peritos técnicos nos principais agentes de resolução de problemas; *pragmatismo democrático*, que crê na mobilização dos cidadãos e de grupos sociais e na sua influência sobre os processos de decisão política; e *racionalidade económica*, que privilegia as forças de mercado na resposta a problemas ambientais. Os discursos de sustentabilidade englobam dois tipos: *desenvolvimento sustentáve*l e *modernização ecológica*. Ambos os discursos procuram integrar protecção ambiental, crescimento económico e justiça social, salvaguardando os direitos das futuras gerações. O discurso da *modernização ecológica* vai mais além, defendendo a ideia de que a política 'verde' e a tecnologia 'verde' podem gerar riqueza, ou seja, ganhos em duas frentes. Por fim, Dryzek aponta dois discursos que advogam mudanças radicais na forma como lidamos com os problemas ambientais: *romantismo verde* e *racionalidade verde*. O primeiro apela a uma mudança na consciência humana e o segundo considera que os problemas ambientais só serão resolvidos através de transformação estruturais e com uma política substancialmente diferente. Procuraremos, neste capítulo, avaliar se os discursos dos actores sociais portugueses corresponde a um (ou mais) destes discursos-tipo.

3. Recolha de dados

A pesquisa aqui reportada centrou-se, essencialmente, em materiais disponíveis na Internet. Apesar de estarmos conscientes de que, com isto, não tivemos em conta muita documentação potencialmente importante para este estudo, a opção pela Internet deveu-se à maior facilidade de acesso e pode ser validada com base no argumento de que, actualmente, esta é uma 'arena pública' central. A 'web' funciona, também, como o espaço nobre de auto-apresentação e comunicação externa de qualquer organização.

> 'O modo como vários tipos de actores sociais – de instituições oficiais a cidadãos individuais – representam as alterações climáticas, e os riscos e responsabilidades associadas ao problema, num espaço em que têm quase total liberdade de expressão é muito significativo. Quando comparada com outros media, a 'web' possibilita, de certa forma, a 'desintermediação' da comunicação, ou seja, um discurso 'directo' que, embora não equivalente à interacção face-a-face, é um bom contributo para (...) o debate e decisão informada (...).' (Carvalho, 2007: 231).

A Internet é, portanto, uma montra muito importante da diversidade de discursos sobre alterações climáticas que circulam nas sociedades contemporâneas. A 'web' é, ainda, um arquivo relativamente abrangente de documentos, pelo que nos foi possível recolher elementos produzidos ao longo de vários anos por parte de diferentes actores sociais.

As pesquisas na Internet foram realizadas nos primeiros meses de 2006 com os seguintes termos: 'alterações climáticas', 'aquecimento global', 'efeito de estufa' e 'Protocolo de Quioto'. Procedeu-se à recolha de todos os documentos disponíveis na Internet de instituições como universidades, governo, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e outras[2]. Tais documentos são de natureza diversa: programas governamentais, discursos parlamentares, materiais de campanha de ONGs, etc. A tabela seguinte apresenta o volume de dados recolhidos para cada categoria de actor social.

[2] Naturalmente, foram excluídos os documentos que diziam respeito a outros países onde se fala português.

Tabela 1. Número de documentos sobre alterações climáticas encontrados na Internet para diferentes categorias de actores sociais em Portugal (2006)[3].

Tipo de actor social	Número de documentos
Associação Ambiental	100
Governo Central	78
Grupo de Interesse/Associação Profissional	30
Empresa	23
Universidade/Unidade de Investigação	21
Governo Local	7
Outro	19
Total	278

A maior parte dos documentos sobre alterações climáticas disponíveis na Internet em 2006 tinham sido produzidos por organizações não-governamentais da área do ambiente. De entre a centena de documentos colectados, 90% eram da responsabilidade da Quercus, sendo a maior parte comunicados datados entre 1999 e 2006. A visibilidade mediática da Quercus em Portugal, incomparavelmente superior à de qualquer outra ONG ambiental, poderá estar associada a uma significativa pró-actividade na disseminação das suas posições e propostas.

Dado o carácter fundacional da ciência para compreender as alterações climáticas poder-se-ia esperar um número mais elevado de documentos originários de universidades e centros de investigação. O volume de documentação recolhida poderá reflectir o facto de ser relativamente pequeno o número de investigadores sobre alterações climáticas em Portugal mas poderá também dever-se ao pouco investimento na comunicação pública por parte das instituições envolvidas.

Ao distinguirmos o governo central do governo local, pretendemos focalizar especial atenção neste último nível de decisão e ressaltar a importância das políticas locais para as alterações climáticas. O baixo número de documentos encontrados sugere que o assunto não era visto como uma prioridade por parte das autoridades locais.

Como referido por Carvalho (2007: 236), uma pesquisa realizada em Novembro de 2006 no motor de pesquisa Google com a expressão 'alterações climáticas' no domínio .pt, gerava cerca de 192.000 resultados. Uma busca com as palavras 'cambio climático' em .es apontava para cerca de 613.000 páginas 'web', com 'changement climatique' em .fr para cerca de 556.000 e com 'climate change' em .uk para cerca de 953.000. Tendo em conta apenas as diferenças populacionais, Portugal parecia não estar mal posicionado, pelo menos relativamente a Espanha e França,

[3] Esta tabela e os parágrafos seguintes reproduzem, com adaptações, partes do seguinte texto: Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) 'Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond', in A. Carvalho (ed.) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, pp. 126-56, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

relativamente à quantidade de 'sites' sobre as alterações climáticas no ciberespaço. No entanto, ao compararmos os resultados obtidos nos domínios .gov.pt e .gov.uk emergia uma enorme diferença: 820 e 130.000 resultados (aproximadamente), respectivamente[4]. Apesar de ter muitas limitações, este indicador sugere a existência de um envolvimento político muito distinto por parte dos dois países relativamente à questão das alterações climáticas.

4. Discursos dos actores sociais no ciberespaço

Dada a sua natureza multifacetada e a sua inerente complexidade, as alterações climáticas podem ser discursivamente construídas a partir de diferentes perspectivas e ângulos. Identificar os macro-temas privilegiados por diferentes actores sociais na sua comunicação sobre alterações climáticas pode não apenas revelar preferências e agendas mas também ajudar-nos a fazer inferências sobre os impactos dos discursos nas percepções dos cidadãos. Nesse sentido, efectuámos uma análise de conteúdo de todos os documentos recolhidos. Foram construídas três categorias macro-temáticas – ciência, economia e política/regulamentação – que cobrem a maior parte das questões presentes nos documentos, e que correspondem aos aspectos essenciais da emergência social e da gestão das alterações climáticas. Foi ainda construída uma categoria adicional para outros temas residuais.

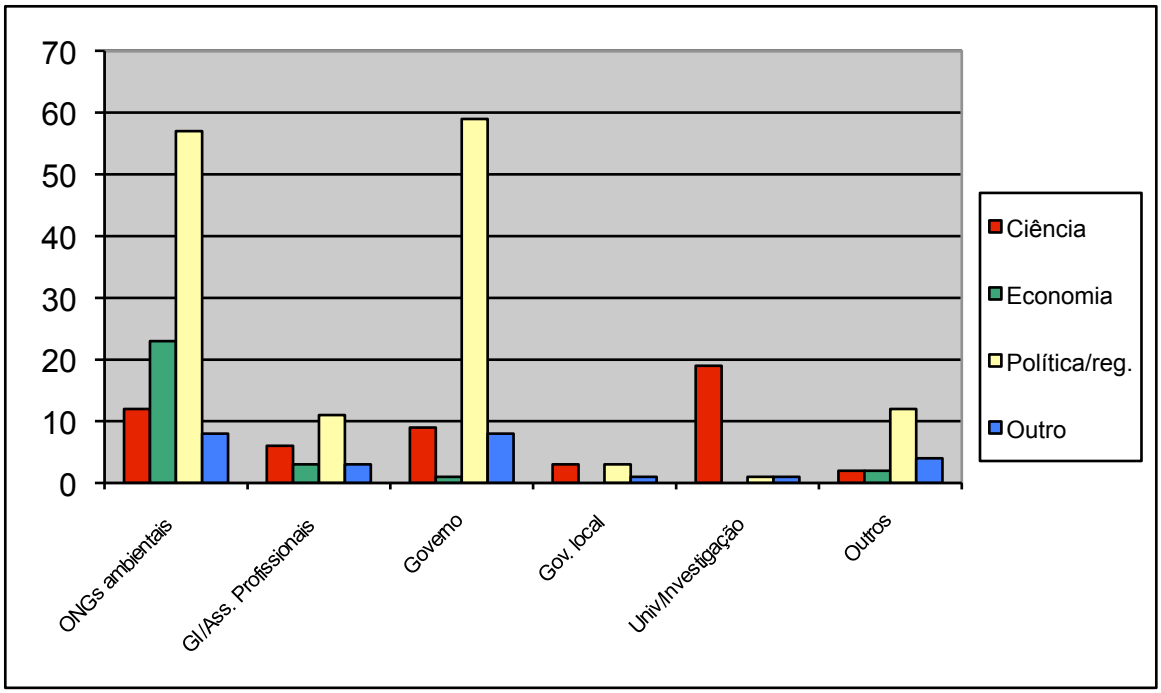


Figura 1: Temas presentes no discurso dos actores sociais.

O método empregue consistiu em determinar qual era o tema dominante em cada documento. Apesar de ter limitações (dado que nos levou a não ter em conta outros temas potencialmente

[4] No entanto, em Junho de 2010, o número de resultados para 'alterações climáticas' no domínio .gov.pt era de cerca de 4.890. No domínio .pt não se tinha registado grande alteração (cerca de 243.000 resultados), o que contrasta fortemente com a progressão registada no Reino Unido (cerca de 3.930.000 resultados nessa data).

presentes nalguns textos), esta opção permitiu-nos produzir uma síntese simples dos mais importantes ângulos através dos quais as alterações climáticas são socialmente construídas. A figura 1 mostra uma clara proeminência do tema política/regulamentação no discurso da maior parte dos actores sociais. Tendo-se as alterações climáticas tornado crescentemente uma matéria de gestão política, múltiplos actores sociais pronunciam-se regularmente sobre as opções e medidas de regulamentação. Por outro lado, é revelador o facto da dimensão económica das alterações climáticas ter, no total, quase o mesmo número de ocorrências que a dimensão científica, e o facto de corresponder a quase metade do número de documentos das ONGs ambientais que tratam do tema política/regulamentação.

No sentido de analisar de forma mais aprofundada a comunicação dos actores sociais sobre alterações climáticas foi levada a cabo uma Análise Crítica de Discurso (cf. Carvalho, 2008) em que foram tidas em conta os seguintes aspectos: temas ou objectos do discurso (à semelhança do que foi explicado nos parágrafos acima: quais os aspectos ou ângulos das alterações climáticas que foram privilegiados); actores (que actores sociais estão presentes nos textos e quais são os seus papéis); estrutura do texto (e.g. o que foi escolhido para o título e para o primeiro parágrafo) e escolhas lexicais e retóricas (e.g. metáforas). Foram também analisadas as estratégias discursivas dos vários actores sociais (i.e., como é que constroem discursivamente a realidade no sentido de gerar um determinado efeito ou alcançar um objectivo) e procurou-se identificar valores, preferências e visões do mundo ou, de modo mais geral, ideologias. A Análise Crítica de Discurso foi útil no sentido de identificar tipos de discurso com base na proposta classificatória de Dryzek (1997), que dá expressão a diferentes posições valorativas.

Começaremos por analisar o discurso do governo português, centrando posteriormente a atenção noutros actores sociais. Há que referir que, na altura do estudo, uma pesquisa no domínio .gov.pt apontava, nas primeiras dezenas de resultados sobre alterações climáticas, quase exclusivamente para resoluções, pareceres e directivas (sobre o PNAC, a Comissão para as Alterações Climáticas, as posições do Parlamento Europeu e outras instâncias europeias, etc), o que configura um discurso tecnicista relativamente ao problema[5] (Carvalho, 2007: 231).

> 'Naturalmente, a regulamentação das emissões de gases com efeito de estufa é fundamental e é importante que tal informação esteja disponível. No entanto, para a maior parte dos cidadãos este não é um discurso facilmente compreensível ou gerador de interesse. Ao construírem maioritariamente as alterações climáticas como uma questão de gestão técnico-administrativa, os 'sites' governamentais excluem o cidadão comum do discurso político sobre o problema. Para além deste tipo de páginas 'web', o governo disponibiliza 'notícias' e discursos políticos sobre as alterações climáticas, que em muitos casos também se referem a medidas de gestão, e portanto indiciam o mesmo tipo de racionalidade. Tais documentos parecem, também, servir uma estratégia promocional.' (ibid.: 231-2)

[5] O 'site' do Instituto do Ambiente (www.iambiente.pt; acesso em 20 de Outubro de 2006) trata o tema das alterações climáticas em quatro submenus: 'Programa Europeu para as Alterações Climáticas'; 'Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)'; 'Inventário Nacional de Emissões de GEE'; e 'Terceira Comunicação Nacional'. Mesmo neste organismo, o discurso é exclusivamente sobre regulamentação (ou gestão política) do problema e predominantemente 'técnico', faltando uma análise integrada da questão das alterações climáticas.

O discurso do governo português sobre alterações climáticas tende a encaixar-se numa ou mais de três categorias propostas por Dryzek (1997): *racionalidade administrativa*, *racionalidade económica* e uma versão neo-liberal de *modernização ecológica*. O excerto seguinte da 'Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2001', sobre a aprovação da 'estratégia para as alterações climáticas', oferece-nos algumas pistas sobre a posição do governo:

> '(...) o Estado Português está determinado a honrar os seus compromissos internacionais, ao mesmo tempo que assume o seu papel indissociável de agente regulador das acções que importa sejam assumidas pelos diferentes sectores de actividade e pelos cidadãos, mantendo presente a preocupação de reduzir ao mínimo indispensável os eventuais impactes negativos sobre a sociedade no seu todo.' (Conselho de Ministros, 2001).

A acção face às alterações climáticas é aqui construída como um compromisso externo ao país ('compromissos internacionais'). O governo emprega uma estratégia de auto-posicionamento como regulador (passivo) das acções de outros. Não faz qualquer tentativa para envolver discursivamente a sociedade em relação ao projecto de mitigação das alterações climáticas mas enfatiza que o bem-estar da sociedade não deverá ser afectado por acções que tenham esse objectivo, assim sugerindo que tais acções têm impactos potencialmente negativos. Há aspectos de *racionalidade administrativa* e sobretudo de *racionalidade económica* neste discurso.

Na Primavera de 2003, houve duas tomadas de posição sobre política energética dignas de nota. A 13 de Março de 2003, o governo apresentou as 'Orientações da Política Energética Portuguesa' e a 3 de Abril anunciou publicamente decisões sobre alterações ao mercado de energia. A 'liberalização do mercado' foi apresentada como primeiro objectivo (Conselho de Ministros, 2003) sendo salientados os 'benefícios para o consumidor' (Ministério das Finanças/Ministério da Economia, 2003).

O governo defendia que as suas decisões reforçariam a posição do sector energético português e melhorariam a competitividade das empresas nacionais (Conselho de Ministros, 2003). A 'política energética portuguesa', dizia-se 'assentava sobre três eixos estratégicos: assegurar a segurança do abastecimento nacional; fomentar o desenvolvimento sustentável; promover a competitividade nacional.' (ibid.) Num estilo típico do discurso de *racionalidade económica*, a retirada do Estado do sector da energia era apresentada como desejável e o governo construído como um facilitador do mercado livre.

A apresentação pública do 'pacote' legislativo intitulado 'Vencer na economia do carbono', a 20 de Janeiro de 2005, funcionou como contexto para o lançamento de ideias claramente associadas com um discurso de *modernização ecológica*. As alterações climáticas foram apresentadas como uma oportunidade para transformar Portugal num vencedor na economia do carbono (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2005). Por outras palavras, poder-se-ia afirmar que a degradação ambiental surge, neste discurso, como uma oportunidade para ganhar dinheiro.

'Ao nível do poder local, a 'web' portuguesa é um extenso espaço de silêncio relativamente ao problema das alterações climáticas' (Carvalho, 2007: 232). Em Junho de 2006, apenas foram encontradas referências à questão nos 'sites' de seis Câmaras Municipais – Almada, Arraiolos,

Gaia, Lisboa, Porto, Seixal[6]. Com a excepção de Almada, as autoridades municipais não apresentavam qualquer informação sobre políticas municipais desenvolvidas ou a desenvolver relativamente a este problema que, tendo um impacto global, tem origem local[7]. Em particular, a ausência de reflexão no 'site' da Câmara Municipal de Lisboa (até à data da pesquisa) sobre as possibilidades de acção local é profundamente surpreendente dada a dimensão populacional, o nível de utilização de transportes e outras formas de consumo de energia na região. Há uma multiplicidade de políticas municipais que são, directa ou indirectamente, geradoras de gases de efeito de estufa, como as opções de uso do solo, a construção de estradas e outros estímulos directos ou indirectos à utilização do automóvel.

No conjunto das organizações não-governamentais que operam na área do ambiente, a Quercus é, como referido acima, aquela que tem mais documentos sobre alterações climáticas no seu 'site'. A Quercus parece dirigir-se essencialmente aos media, já que a grande maioria dos seus textos são comunicados. Em termos de temas, a vertente da regulamentação das alterações climáticas é dominante. Ao contrário do que se poderia esperar, à época da pesquisa, a estrutura do 'site' da Quercus[8] não conduzia à questão das alterações climáticas já que as rubricas em que este se organizava não contemplavam tal tema. Seria necessário percorrer os comunicados ou fazer uma pesquisa com a expressão 'alterações climáticas' para se abrir o caminho para as informações e tomadas de posição que a Quercus ía produzindo sobre o tema. Uma outra apresentação da informação – mais estruturada, sistemática e, ao mesmo tempo, dinâmica (o que, obviamente, não excluiria os comunicados) – seria certamente muito útil para um cidadão ou uma organização interessada na questão[9] (Carvalho, 2007: 232). Os 'sites' das outras organizações não-governamentais de vocação ambiental, como a Liga para a Protecção da Natureza e o GAIA[10], também não ofereciam uma análise integrada do problema das alterações climáticas, apostando nas tomadas de posição ocasionais sobre aspectos específicos[11]. O GEOTA[12] tinha alguma informação 'de fundo' sobre o problema mas muito escassa e não actualizada.

Atentemos agora às construções discursivas da problemática por parte das ONGs. Nos documentos que recolhemos, a Quercus não propunha alterações sociais radicais para lidar com as alterações climáticas. Tendia a adoptar um discurso que cruza a *racionalidade administrativa* com a *modernização ecológica*. Uma análise dos seus comunicados revela que constitui o governo no seu

---

[6] Almada: http://www.m-almada.pt/website/main.php?id=4601; Arraiolos: http://www.cm-arraiolos.pt/informacao_municipal/2005/janeiro2005_completo.htm; Gaia: http://www.energaia.pt/matriz/gee1.php; Lisboa: http://e-polen.cm-lisboa.pt/Junho2006.htm; Porto: http://www.cm-porto.pt:8081/ambiente/evtecnicos.htm; Seixal: http://www3.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/AMBIENTE/AR/Navegacao_Secundaria/QUALIDADE/ (acesso em 11 de Junho de 2006).

[7] A Câmara Municipal de Almada dava conta da substituição de parte da frota automóvel da Câmara por veículos híbridos, como forma de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa: http://www.apve.pt/upload/docs/convite_cma.pdf (acesso em 11 de Junho de 2006).

[8] www.quercus.pt (acesso em 18 de Outubro de 2006).

[9] Algumas das campanhas que a Quercus promove, como a 'Ecocasa' (www.ecocasa.org), têm um potencial impacto no combate ao problema das alterações climáticas. No entanto, a Quercus opta por não fazer uma ligação expressa entre a campanha e o problema.

[10] LPN: www.lpn.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006); GAIA – Grupo de Acção e Intervenção Ambiental: gaia.org.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006).

[11] Como exemplo de uma alternativa de representação das alterações climáticas nos 'sites' de organizações ambientais veja-se http://www.foe.co.uk/campaigns/climate/index.html (acesso em 19 de Outubro de 2006).

[12] GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente: www.geota.pt (acesso em 19 de Outubro de 2006).

principal interlocutor, ao qual apela para definir limites mais apertados para as emissões de gases com efeito de estufa ou melhor implementar as políticas definidas para a questão. A Quercus denuncia frequentemente problemas associados ao desempenho governamental e recomenda determinados cursos de acção. A sua promoção de formas de regulamentação política, por exemplo através da introdução de uma taxa de carbono aplicada a todos os usos de energia, indicia um discurso de *racionalidade administrativa*. Para além do mais, a Quercus sanciona o poder das organizações intergovernamentais e do direito internacional para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A Comissão Europeia, por exemplo, é frequentemente mencionada no discurso da Quercus, sendo normalmente construída como uma referência em termos de política ambiental no sentido de fazer pressão sobre o governo nacional. Por exemplo, um comunicado conjunto da Quercus e de quatro outras ONGs ambientais datado de 1 de Abril de 2004 apontava o facto de que, uma vez que o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO2 2005/2007 não significava qualquer redução nas emissões projectadas e dava sinais ao mercado que eram contrários à necessidade de eficiência energética, as ONGs não tinham alternativa senão apresentar uma queixa à Comissão Europeia contra o governo português (GAIA/GEOTA/LPN/Quercus/CPADA, 2004). O título do documento, 'Alterações Climáticas: Plano Português Dá Licença para Emitir', fazia uma analogia com o filme de James Bond, sendo um claro dispositivo retórico. Noutro documento, a Quercus defendia que as reduções de emissões não deveriam ser vistas como 'uma mera obrigação, mas acima de tudo como uma oportunidade de tornar a nossa economia mais eficiente e portanto mais competitiva' (Quercus, 2003), uma perspectiva típica da *modernização ecológica*. No entanto, a análise que a Quercus fazia do desempenho português não era optimista: por exemplo, a 31 de Janeiro de 2006 afirmava que a revisão do Plano Nacional para as Alterações Climáticas mostrava a 'incapacidade' de Portugal implementar medidas para cumprir as obrigações assumidas no âmbito do Protocolo de Quioto e que o país tinha 'perdido credibilidade' (Quercus, 2006).

Foram identificadas referências às alterações climáticas nos 'sites' de várias organizações ligadas a interesses económicos, como a CONFAGRI (Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal), o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) e a AEP (Associação Empresarial de Portugal)[13], e nos de algumas empresas. Na altura em que efectuámos a pesquisa, o 'site' da CONFAGRI era o primeiro resultado que surgia no motor de pesquisa Google para a expressão 'alterações climáticas'. De todos os 'sites' portugueses que consultámos, era aquele que disponibilizava mais informação sistematizada, embora numa linguagem algo técnica e não aludindo à questão da responsabilidade face ao problema (Carvalho, 2007: 233). As páginas 'web' de outras organizações da área económica referiam-se predominantemente às alterações climáticas a propósito de questões de regulamentação e nalguns casos para assumir uma posição defensiva relativamente à redução das emissões de gases com

[13] www.confagri.pt; www.iapmei.pt; www.aeportugal.pt (acesso em 19.10.06).

efeito de estufa[14]. Em finais de 2006, eram poucas as empresas que se referiam ao problema e às suas práticas relacionadas com o mesmo[15](ibid.).

A nossa análise sugere que, à época da pesquisa, a investigação portuguesa sobre alterações climáticas tinha uma visibilidade relativamente baixa nos 'sites' das instituições onde era conduzida. Uma importante excepção a tal era o projecto SIAM ('Climate Change in Portugal: Scenarios, Impacts and Adaptation Measures'), liderado por Filipe Duarte Santos, da Universidade de Lisboa, e desenvolvido em duas fases (desde 1999) com a participação de cerca de 40 investigadores. Para além duma breve descrição do projecto, o 'site'[16] disponibilizava vários documentos para 'download'. Porém, o 'site' nada dizia sobre as conclusões do projecto – que são, obviamente, a informação que mais poderá interessar aos cidadãos (bem como a públicos específicos). Fazendo o 'download' e lendo os capítulos do relatório da Fase 1 e as apresentações, em formato Powerpoint, dos estudos sectoriais da Fase 2, poder-se-ia conhecer alguns aspectos de tais conclusões. Contudo, estes formatos não são, claramente, os mais adequados para um público não especialista aceder à informação (Carvalho, 2007: 231). À parte o SIAM, nos 'sites' das universidades, institutos e laboratórios portugueses, a investigação relevante para a questão das alterações climáticas tinha muito pouco destaque[17].

Eram raras as referências à investigação portuguesa sobre alterações climáticas nos 'sites' dos vários actores sociais, o que configura uma deficiência de interdiscursividade na 'web' nacional. Havia poucas referências ao SIAM e praticamente nenhumas a outros estudos ou projectos nacionais[18].Assim, 'quase nada se diz sobre Portugal enquanto agente de causalidade das alterações climáticas ou sobre os impactos que o problema poderá estar a ter e terá em Portugal, o que seria uma importante forma de tornar o problema 'real' para os portugueses.' (Carvalho, 2007: 231) À semelhança do que acontece noutras práticas discursivas (como discutido noutros capítulos

[14] Veja-se, por exemplo, http://www.aeportugal.pt/Inicio.asp?Pagina=/Aplicacoes/Noticias/Noticia&Codigo=4052 (acesso a 14 de Junho de 2006).
[15] A EDP encontrava-se entre as poucas excepções: http://www.edp.pt/EDPI/Internet/PT/Group/Sustainability/ClimaticChange/default.htm (acesso em 20 de Novembro de 2006).
[16] www.siam.fc.ul.pt (acesso em 15 de Outubro de 2006).
[17] Em Janeiro de 2006, pouco mais se encontrava do que referências a conferências ou exposições sobre o tema (e.g., http://infociencias.fc.ul.pt/noticia.aspx?id=2754&info=150&seccao=universidade; acesso em 25 de Janeiro de 2006).
[18] Em universidades e instituições de investigação, as referências ao SIAM eram sobretudo em forma de notícia sobre o lançamento dos resultados do projecto ou entrevistas ao seu coordenador e, por isso, encontravam-se já em páginas de arquivo (e.g.: http://infociencias.fc.ul.pt/noticia.aspx?id=1594&info=137&seccao=directo, acesso em 17 de Outubro de 2006). Entre as raras excepções estavam os dois seguintes 'sites' 'permanentes': http://www.fc.ul.pt/sites/aidd/projectos.html e http://www.isa.utl.pt/def/gemf/siam.htm (acesso em 17 de Outubro de 2006).
Da parte de outros 'actores sociais relevantes' também quase não havia referências ao SIAM. O Portal das Energias Renováveis (http://www.energiasrenovaveis.com/html/canais/noticias/noticias0704.asp; acesso em 17 de Outubro de 2006) e a empresa RA+ Soluções térmicas (http://www.raplus.pt/310106_2.htm; acesso em 17 de Outubro de 2006) estavam entre as poucas excepções que identificámos. No 'site' da CONFAGRI eram formuladas críticas à informação divulgada sobre o SIAM: 'Sem muita divulgação e com o relatório apenas disponível por cobrança, resta o acesso livre digital aos cidadãos de apenas algumas das apresentações' (http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/AltClimaticas/Documentos/doc35.htm, acesso em 17 de Outubro de 2006).
Nos 'sites' dos organismos públicos e, em particular nos organismos ligados à ciência, a investigação (quer portuguesa quer estrangeira) sobre as alterações climáticas não tinha expressão. Por exemplo, nas páginas do programa Ciência Viva em Junho de 2006, encontrava-se apenas um documento sobre alterações climáticas: http://www.cienciaviva.pt/divulgacao/coloquios/ss/ (acesso em 7 de Junho de 2006).

deste livro), as alterações climáticas são construídas como um problema 'global' e portanto difuso e distante (ibid.).

Finalmente, há a referir os discursos sobre alterações climáticas presentes em 'blogs' da autoria de cidadãos portugueses. Identificámos múltiplos 'blogs' orientados para as questões ambientais em geral e que incluíam ocasionalmente 'posts' sobre este problema específico. Outros, porém, centram-se expressamente sobre a questão das alterações climáticas. É o caso de 'Mitos climáticos'[19], um 'blog' de Rui G. Moura que se dedicava a denunciar aquilo que o autor considerava como falsas ideias sobre o clima e sua mudança[20]. O movimento 'céptico' tinha também expressão em 'blogs' como 'Blasfémias', 'O Insurgente' e alguns outros[21]. Procurando balizar o panorama mais recente do 'negacionismo' na blogosfera, efectuámos novas pesquisas em 2010 que deram conta de uma significativa proliferação de tais posições[22]. Naturalmente, há também vários 'blogs' que dão conta do conhecimento produzido pela comunidade científica internacional[23], mas parece existir uma grande assimetria entre o consenso científico sobre o problema e a sua expressão na 'blogosfera' nacional.

5. Conclusões

Neste capítulo, procurou-se analisar o discurso de vários tipos de actores sociais portugueses sobre alterações climáticas. Recorrendo à documentação disponível na Internet, mostrou-se que, à época da pesquisa, eram as associações ambientais o tipo de entidade mais pró-activa na comunicação sobre a questão. Esta categoria de actor era, porém, dominada claramente por uma ONG – a Quercus – o que remove a diversidade de perspectivas e propostas de organismos cívicos que seria desejável. No seu discurso, a Quercus constituía o governo no principal responsável por lidar com as alterações climáticas, o que deveria ser feito através de medidas políticas (*racionalidade administrativa*) com um potencial para revitalizar a economia (*modernização ecológica*) (Dryzek, 1997).

O governo central disponibilizava na Internet sobretudo resoluções, pareceres e directivas relacionadas com as alterações climáticas, o que configurava um discurso tecnicista. As alterações climáticas eram 'pensadas' pelo Governo em termos que oscilavam entre a *racionalidade administrativa*, a *racionalidade económica* e a *modernização ecológica*. Implicitamente, sugeria-se

[19] http://mitos-climaticos.blogspot.com (acesso em 20 de Novembro de 2006).
[20] Pouca informação era disponibilizada sobre Rui G. Moura. Um artigo disponível em http://www.aguaonline.co.pt/arquivo/opiniao/panicoclimatico.htm (acesso em 19 de Outubro de 2006) identificava-o como 'Engenheiro. Mestrado em Climatologia'.
[21] Blasfémias: http://blasfemias.net; O Insurgente: http://oinsurgente.org (acesso em 17 de Novembro de 2006). Ver também Quarta República: http://quartarepublica.blogspot.com/2006/11/ainda-problemtica-das-alteraes.html e Clima Louco: http://climalouco.blogspot.com/2006/01/alteraes-climticas-ou-variabilidade.html (acesso em 17 de Novembro de 2006).
[22] Por exemplo:
Falar do Tempo: http://falardotempo.blogspot.com/; Ecotretas: http://ecotretas.blogspot.com/; Fiel Inimigo: http://fiel-inimigo.blogspot.com/; Pontas Soltas: http://www.pontassoltas.com/ Acesso a 7 de Junho de 2010.
[23] Por exemplo: Ambio: http://ambio.blogspot.com/; Futuro comprometido: http://futureatrisk.blogspot.com/; Desertos e desertificação: http://desertosedesertificacao.blogspot.com/
Acesso em 7 de Junho de 2010.

que o problema era passível de resolução (ou pelo menos de gestão) pelo governo, através de medidas compatíveis com as lógicas do mercado que poderiam, até, produzir ganhos económicos significativos. Ao nível da governação local, as alterações climáticas eram largamente ignoradas, quase não existindo referências à questão no espaço digital dos municípios.

As empresas portuguesas e outras entidades ligadas a sectores profissionais dedicavam também muito pouca atenção à problemática das alterações climáticas. Ao contrário de outros países, em Portugal, as empresas e os representantes de interesses económicos, não negam normalmente a problematicidade das alterações climáticas ou a sua origem antropogénica. Do mesmo modo, não foram identificadas práticas de 'negacionismo' nos 'sites' de instituições públicas ou privadas. Tais posições resumem-se a 'blogs' de indivíduos (ou de pequenos grupos de pessoas), devendo-se no entanto notar que o seu número tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos.

As instituições ligadas à investigação científica demonstraram ter, igualmente, um nível relativamente baixo de actividade na comunicação sobre alterações climáticas. A comunidade científica limita a sua intervenção discursiva a questões técnico-científicas e evita referir-se às opções de acção para lidar com o problema. Foram encontradas muito poucas referências à investigação portuguesa sobre alterações climáticas nos 'sites' dos vários actores sociais, encontrando-se pouca informação sobre o contributo de Portugal para o problema e sobre os seus impactos previsíveis. A responsabilidade e vulnerabilidade nacionais eram raramente discutidas. As alterações climáticas eram essencialmente construídas como um problema 'global' e, portanto, difuso e distante.

O quadro analítico aplicado às alterações climáticas por parte de todos os actores sociais aqui tidos em conta corresponde aos discursos do *desenvolvimento sustentável* e da *modernização ecológica*, que avançam soluções tecno-científicas para a degradação ambiental e priorizam o crescimento económico. Registou-se uma completa ausência de discursos mais radicais ou transformadores. O discurso do *desenvolvimento sustentável*, por ser conciliatório e integrador, tende a disciplinar o campo discursivo, aniquilando o espaço para a oposição.

Relativamente aos riscos associadas às alterações climáticas, o discurso dos actores sociais, com a excepção relativa das ONGs ambientais, caracteriza-se predominantemente pelo optimismo moderado. Enquanto o Governo promove, como vimos, a resolução das alterações climáticas através de regulação e medidas económicas, os restantes actores evitam análises dramáticas do problema. Encontram-se muito poucas referências aos riscos das alterações climáticas nos documentos dos actores sociais portugueses disponíveis na Internet: por exemplo, os cientistas parecem por vezes ser excessivamente cautelosos na comunicação sobre os seus potenciais impactos. Por seu lado, as ONGs fazem uma avaliação negativa do desempenho do Governo (e, portanto, da sua capacidade de lidar com o problema) embora evitem leituras fatalistas das alterações climáticas.

Este capítulo tem duas limitações principais. Por um lado, o facto de que a documentação analisada foi recolhida em 2006 significa que existe a possibilidade de se terem registado alterações significativas nos discursos dos actores sociais. Por outro lado, como referido anteriormente, a

análise aqui apresentada cingiu-se a documentos disponíveis na 'web', pelo que foi condicionada pela decisão das diferentes entidades colocarem, ou não, conteúdos sobre a questão das alterações climáticas online; acima, foram já apresentadas razões que justificam esta decisão e que se prendem com a centralidade crescente da Internet nas práticas comunicativas dos actores sociais. Apesar destas limitações, este capítulo ofereceu um conjunto de pistas para reflectir sobre o modo como a questão das alterações climáticas tem sido (re)construída discursiva na sociedade portuguesa.

Por fim, apresenta-se uma breve reflexão sobre a utilização que os actores sociais fazem da Internet. Por parte do Governo e das associações ambientais (sendo certo que se trata aqui, essencialmente, da Quercus), a 'web' parece ser usada essencialmente como veículo de auto-legitimação e/ou de auto-promoção orientada para os media (como sugerido pelo investimento significativo na produção de comunicados e notícias). Como também apontado por Neto (2008), num estudo sobre as organizações ambientais portuguesas, a utilização da Internet não esteve associada a transformações estruturais no modo de funcionamento ou nas práticas de comunicação, sendo que os fins prosseguidos mantiveram-se basicamente os mesmos que com tecnologias anteriores. O potencial dialógico e democratizador da Internet, glorificado por alguns analistas (e.g. Gimmler, 2001) não se terá materializado em Portugal relativamente à questão das alterações climáticas e aos enormes desafios que coloca para a vida social e política.

> '[A] 'web' portuguesa disponibiliza pouca informação para leigos sobre a complexa problemática das alterações climáticas, … O que é dito na 'web' por parte de instituições que o cidadão poderia considerar relativamente credíveis (universidades, organismos de Estado, organizações não-governamentais) é predominantemente 'técnico', requerendo conhecimentos e competências específicos prévios [e] (…) falta no ciberespaço português a análise integrada das várias opções de acção e de inacção.' (Carvalho, 2007: 234-35).

Em suma, 'o discurso técnico-gestionário dominante não promove uma cultura de cidadania activa e de participação política efectiva' nem 'contribui para uma governação democrática do problema' (ibid.: 235).

Referências bibliográficas

Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage.

Carvalho, A. (2005) 'Representing the politics of the greenhouse effect. Discursive strategies in the British media', *Critical Discourse Studies* 2 (1): 1-29.

Carvalho, A. (2007) 'As alterações climáticas no ciberespaço português: Mediações dos saberes e dos poderes', *Revista de Comunicação e Linguagens* 38: 253-63.

Carvalho, A. (2008) 'Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of Critical Discourse Analysis', *Journalism Studies* 9 (2): 161-77.

Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) 'Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond', in A. Carvalho (ed.) Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions, pp. 126-56, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,

Universidade do Minho. . E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

Cartea, P. A. M. & Blanco M. A. (2008) 'La representación del cambio climático en la sociedad española: De la conciencia a la acción', *Segurydad y Medio Ambiente* 109: 30-47.

Conselho de Ministros (2001) 'Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2001, http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/RCM_059_2001.htm, acesso a 20 de Março de 2010.

Conselho de Ministros (2003) 'Resolução que Aprova as Orientações da Política Energética Portuguesa – Resolução do Conselho de Ministros n. 63/2003', http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/Ministerios/MEc/Documentos/Pages/20030313_MEc_Doc_Politica_Energetica.aspx, acesso a 20 de Março de 2010.

Dryzek, J. (1997) *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.

Ereaut, G. & Segnit, N. (2006) *Warm Words: How are We Telling the Climate Story and Can We Tell it* Better? London: Institute for Public Policy Research.

Gimmler, A. (2001) 'Deliberative democracy, the public sphere and the Internet', *Philosophy & Social Criticism* 27 (4): 21-39.

Gitlin, T. (1980) *The Whole World is Watching. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*, Berkeley, CA: University of California Press.

Gough, C. & Shackley, S. (2001) 'The respectable politics of climate change: the epistemic communities and NGOs', *International Affairs* 77 (2): 329-46.

Greer, J. & Bruno, K. (1997) *Greenwash: The Reality Behind Corporate Environmentalism*, New York: Apex Press.

Hajer, M. (1995) *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.

Hannigan, J. (1995) *Environmental Sociology. A Social Constructionist Perspective*, London & New York: Routledge.

Ihlen, O. (2009) 'Business and climate change: The climate response of the world's 30 largest corporations', Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture 3 (2): 244-62.

Jamison, A. (2001) *The Making of Green Knowledge. Environmental Politics and Cultural Transformation*, Cambridge: Cambridge University Press.

Jasanoff, S. (1990) *The Fifth Branch: Science Advisers as Policymakers*, Cambridge, MA & London: Harvard University Press.

Lahsen, M. (2008) 'Experiences of modernity in the greenhouse: A cultural analysis of a physicist ''trio'' supporting the backlash against global warming', *Global Environmental Change* 18: 204-219.

Le Menestrel, M., van den Hove, S. & Bettignies, H. (2002) 'Processes and consequences in business ethical dilemmas: The oil industry and climate change', *Journal of Business Ethics* 41: 251-66.

Lester, L. & Hutchins, B. (2009) 'Power games: environmental protest, news media and the internet', *Media, Culture & Society* 31(4): 579-95.

Litfin, K. (2000) 'Environment, wealth and authority: Global climate change and emerging modes of legitimation', *International Studies Review* 2(2): 119-48.

Linder, S. (2006) 'Cashing-in on risk claims: On the for-profit inversion of signifiers for ''global warming''', *Social Semiotics,* 16 (1): 103-32.

Luke, T. (1995) 'Sustainable development as a power/knowledge system: The problem of 'governmentality', in F. Fischer & M. Black (eds.), *Greening Environmental Policy: The Politics of a Sustainable Future*, pp. 21-32, London: Paul Chapman.

McCright, A. & Dunlap, R. (2003) 'Defeating Kyoto: The conservative movement's impact on U.S. climate change policy', *Social Problems* 50 (3): 348-73.

Ministério das Finanças/Ministério da Economia (2003) 'Proposta de Reestruturação do Sector Energético Português', http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/Ministerios/MF/Documentos/Pages/20030403_Gov_Doc_Sector_Energetico.aspx, acesso a 20 de Março de 2010.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2005) 'Sessão Pública de Apresentação do Pacote Legislativo Alterações Climáticas 'Vencer na Economia do Carbono', http://www.pcm.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MAOTDR/PNAC_Portugal_Alteracoes_Climaticas.pdf, acesso a 20 de Março de 2010.

Neto, P. P. (2008) 'Internet-driven changes in environmental NGO action', *TripleC – Cognition, Communication, Co-operation* i (i): 125-33.

Olausson U. (2009) 'Global warming—global responsibility? Media frames of collective action and scientific certainty', Public Understanding of Science 18(4): 421-36.

Oreskes, N. & Conway, E. (2010) *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*, New York: Bloomsbury Press.

Quercus (2003) 'Alterações Climáticas - Portugal em Relação ao Mundo e à União Europeia em Termos de Emissões', http://quercus.sensocomum.pt/pages/defaultArticleViewOne.asp?storyID=256, acesso a 24 de Janeiro de 2006.

Quercus (2006) 'Alterações Climáticas - Novo PNAC Mostra Incapacidade de Portugal na Implementação de Medidas para Cumprir Quioto, a Menos de 2 Anos do Prazo', http://quercus.sensocomum.pt/pages/defaultArticleViewOne.asp?storyID=1520, acesso a 6 de Fevereiro de 2006.

Ringius, L. (1997) 'Environmental NGOs and regime change: The case of ocean dumping of radioactive waste', *European Journal of International Relations* 3 (1): 61-104.

Roe, E. (1994) *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice,* Durham & London: Duke University Press.

Russill, C. (2008) 'Tipping point forewarnings in climate change communication: Some implications of an emerging trend', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture* 2 (2): 133-53.

Sampei Y. & Aoyagi-Usui, M. (2009) 'Mass-media coverage, its influence on public awareness of climate change issues, and implications for Japan's national campaign to reduce greenhouse gas emissions', *Global Environmental Change* 19: 203-12.

Shackley, S. & Wynne, B. (1996) 'Representing uncertainty in global climate change science and policy: Boundary-ordering devices and authority', *Science, Technology & Human Values* 21(3): 275-302.

Sourcewatch (2010) 'Global Climate Coalition', http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Global_Climate_Coalition, acesso a 27 de Março de 2010.

Weingart, P., Engels, A. & Pansegrau, P. (2000) 'Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media', *Public Understanding of Science* 9: 261-83.

World Commission on Environment and Development (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press.

Zehr, S. (2000) 'Public representations of scientific uncertainty about global climate change', *Public Understanding of Science* 9: 85-103.

Capítulo 4
Estratégias comunicativas dos actores sociais

Anabela Carvalho e Eulália Pereira

Resumo

As alterações climáticas requerem a intervenção de determinados actores sociais para se transformarem em questões públicas e políticas. De que forma é que tais actores promovem os seus pontos de vista em várias arenas públicas e nos media? Que relação mantêm com os media e com os seus profissionais? Neste capítulo, procura-se reflectir sobre estas questões com base em entrevistas realizadas com vários tipos de actores sociais. Por meio de uma análise comparativa, são identificadas diferenças e semelhanças entre actores sociais relativamente aos seguintes aspectos: percepções gerais da mediatização das alterações climáticas; valorações dos diferentes media; comunicação com os media; percepções da reconstrução mediática do seu discurso; e relações com os jornalistas. O capítulo inclui ainda uma análise das práticas de consumo dos media pelos actores sociais entrevistados e uma síntese de desafios para a comunicação das alterações climáticas que referiram.

1. Introdução

Tal como outras questões sociais, o ambiente e, mais especificamente, as alterações climáticas requerem a intervenção de determinados actores sociais para se transformarem em questões públicas e políticas. Spector & Kitsuse (1973; 1977) foram dos primeiros investigadores a contribuir para a compreensão dos processos de 'claims making' quando definiram problemas sociais não como condições estáticas, mas como o resultado de definições colectivas, chamando a atenção para as actividades de grupos 'making assertions of grievances and claims to organizations, agencies and institutions about some putative conditions' (1973: 146). Num artigo de 1976, Solesbury defendeu que para uma questão ambiental ser bem sucedida no sistema político, os 'issue entrepreneurs' (promotores de questões públicas, mobilizadores de acção) devem assumir três tarefas: 'conquistar atenção', 'dar mostras de legitimidade', e 'apelar à acção'.

Onde devem estes objectivos ser alcançados? Que espaços devem ser utilizados pelos 'issue entrepreneurs' para alcançarem uma maior eficácia? Uma década após o artigo de Solesbury, Hilgartner & Bosk (1988) propuseram um 'modelo de arenas públicas' que se referia aos vários fóruns envolvidos na definição e legitimação de problemas sociais: media, governo, comunidade científica, instituições de educação, tribunais e inquéritos públicos, indústria e organizações não governamentais. Destacando a competição entre várias questões por atenção, legitimidade e recursos sociais, Hilgartner & Bosk assinalaram que as arenas públicas têm 'capacidades limitadas de resposta' e funcionam segundo determinados 'princípios de selecção' das questões sociais. Mais recentemente, Hannigan (1995)

reformulou a proposta de Solesbury sustentando que a 'identificação', a 'apresentação' e o 'debate público' são as três tarefas envolvidas na construção social de problemas ambientais. Em suma, a investigação sobre o processo de 'claims making' indica que a intervenção de actores sociais é importante para a percepção pública de um determinado problema ou realidade, e para as decisões e acções decorrentes da mesma. O tipo de fórum ou arena onde os actores sociais tentam divulgar as suas reivindicações é igualmente crucial.

Este capítulo procura indagar de que forma é os actores sociais procuram promover os seus discursos sobre alterações climáticos e, em particular, como se relacionam com os media e com os jornalistas.

2. Actores sociais no espaço público: estratégias de comunicação e relação com os media

Até que ponto é que indivíduos e organizações desenvolvem acções de divulgação e amplificação de ideias sobre as alterações do clima? De que forma é que promovem os seus pontos de vista em várias arenas públicas e nos media? Que relação mantêm com os media e com os seus profissionais?

A interacção entre actores sociais e jornalistas é marcada por uma diversidade de interesses, objectivos e lógicas de funcionamento específicas. Por um lado, é de vital importância para os jornalistas o acesso a informação e pontos de vista de actores sociais que possam ser relevantes para o tratamento mediático de uma determinada matéria ou que sobre ela possuam novos dados. Por outro lado, múltiplos actores sociais procuram visibilidade mediática para si e para os seus pontos de vista ou propostas, com o objectivo de aumentar a sua credibilidade e/ou notoriedade, influenciar um processo de decisão, ganhar legitimidade social para uma determinada opção, ou outro fim. As relações entre fontes e jornalistas são, portanto, de dependência recíproca. Marcadas por vezes pela conflitualidade, tais relações correspondem com frequência a um padrão de colaboração.

Ericson, Baranek & Chan (1989) sugerem que frequentemente há uma convergência entre fontes de informação e jornalistas a diversos níveis. Muitas vezes, os assessores de comunicação de determinadas entidades produzem comunicados de imprensa que são reproduzidos na imprensa como notícias. A profissionalização da comunicação organizacional que tem ocorrido nas últimas décadas, a par com o corte de recursos nas empresas jornalísticas, tem fortalecido esta tendência e facilitado a chamada 'gestão da informação' por parte de entidades interessadas.

São relativamente escassas as análises sobre as práticas comunicativas de diferentes actores sociais sobre a problemática das alterações climáticas, uma lacuna de investigação que seria importante colmatar. Num estudo comparativo entre a França, Alemanha e Bélgica, Mormont & Dasnoy (1995) apontaram diferenças significativas entre as percepções e estratégias das fontes mediáticas sobre as alterações climáticas. Assim, em França, a relação entre os cientistas e os media enquadrava-se naquilo a que os autores designaram como um 'modelo teatral', em que os cientistas desqualificavam os media, considerando que os mesmos eram dominados por modas e factores irracionais; na Alemanha, era dominante o 'modelo de comunicação pública', sendo os cientistas de opinião que alguns media eram referências importantes e que os aspectos irracionais e emocionais de alguns discursos mediáticos eram normais; finalmente, na Bélgica, encontraram um 'modelo intermédio'. Importantes diferenças existiam

também na forma como os debates eram estruturados no campo político e no modo como os peritos eram usados em processos de consulta pública nos três países.

Segundo esse estudo, as relações entre cientistas e jornalistas, por um lado, e as representações mentais dos cientistas sobre as mesmas, por outro, reforçar-se-iam mutuamente.

> 'The representations that scientists have of the media derive from the structural state of the relationships between scientists and journalists; by inducing behaviour which is sometimes that of withdrawal, sometimes that of commitment, such representations confirm and reinforce the configuration of relationships from which they originate.' (Mormont & Dasnoy, 1995: 53)

A posição privilegiada que os cientistas ocupam na produção de conhecimento torna-os uma fonte valorizada pelos jornalistas, funcionando como elemento credibilizante das estórias que produzem. No entanto, atritos de vários tipos caracterizam a interacção entre estas duas comunidades. As linguagens e objectivos típicos de cada grupo são profundamente dissonantes. Os cientistas receiam a excessiva simplificação da investigação pelos jornalistas, a perda de controlo sobre as suas afirmações e a potencial perda de credibilidade junto dos seus pares. Efectivamente, Bell (1994) analisou a representação das alterações climáticas nos media da Nova Zelândia e identificou múltiplos problemas: falta de rigor científico, apresentação de cenários e projecções como se tratasse de certezas, e exagero na referência aos impactos das alterações climáticas. Laddle, Jepson & Whittaker (2005) detectaram também múltiplos enviesamentos no discurso mediático sobre um estudo relativo ao impacto das alterações climáticas no desaparecimento de espécies. No circuito comunicacional, os 'press releases' elaborados pelas instituições de investigação e a sua reconstrução por ONGs e por diferentes tipos de media foram apontados como problemáticos.

Por sua vez, os jornalistas sentem frequentemente dificuldades na relação com os cientistas aos seguintes níveis: acesso aos cientistas e à sua investigação, compreensão da pesquisa em determinadas áreas científicas, identificação do 'ângulo humano', e tensão entre imperativos comerciais, rigor e interesse público. As exigências da profissão significam uma forte pressão temporal e consideração de critérios de noticiabilidade que nem sempre se coadunam com a epistemologia típica da ciência.

Peters (1995) descreveu a interacção entre estas duas culturas profissionais como sendo tanto de co-operação como de conflito. Contudo, nos últimos anos, há crescentes sinais de uma aproximação entre as duas comunidades, marcada, sobretudo, por mudanças no posicionamento de muitos cientistas relativamente aos media. Em primeiro lugar, parece registar-se uma valorização crescente da mediatização por parte dos cientistas e proliferam as iniciativas que procuram promover as suas competências de comunicação (guias, cursos, workshops, etc). Por outro lado, como noutros contextos sócio-profissionais, também no âmbito da comunidade científica se tem registado uma tendência para a profissionalização das actividades de comunicação com múltiplas universidades e outras unidades de investigação a empregarem profissionais de relações públicas.

Num estudo nos cinco países com maiores índices de investigação e desenvolvimento, Peters et al. (2008) concluíram que os contactos entre cientistas e jornalistas eram mais frequentes e mais satisfatórios para os primeiros do que o que se pensava anteriormente. Embora permanecessem receios relacionados com a possibilidade de citação incorrecta pelos jornalistas ou com a imprevisibilidade da cobertura jornalística, os cientistas consideraram o impacto percebido do contacto com os media, bem como a

interacção com os media, maioritariamente positivos. Os cientistas parecem ter uma atitude mais crítica relativamente à cobertura mediática da ciência, em geral, do que relativamente à cobertura do seu próprio trabalho.

> '(…) when assessing the quality of media coverage of scientific topics in general on four aspects (accuracy, use of credible sources, presence of a hostile tone, and comprehensiveness), scientists on average were neither clearly positive nor negative (…) we take the difference between assessment of one's own contacts and assessment of media science coverage in general as a cue that scientists apply different criteria when assessing journalistic performance with respect to coverage of their own research relative to research in general.' (Peters et al., 2008: 2005)

Há, no entanto, que referir que este estudo incidiu sobre domínios de investigação (epidemiologia e investigação sobre células estaminais) que têm uma mediatização muito mais acentuada do que muitos outros, o que pode ter condicionado os resultados.

Num estudo sobre a comunidade científica portuguesa, Mendonça (2006) refere que, na interacção com os jornalistas, muitos cientistas tendem a ajustar o seu discurso às características típicas dos media e ir ao encontro das lógicas e critérios jornalísticos, revelando um grau de satisfação relativamente elevado com o resultado do contacto.

Não faz sentido pensar a comunicação de ciência como uma mera actividade desinteressada de disseminação de conhecimento. A visibilidade mediática, em particular, tem um valor estratégico importante para os cientistas e muitos procuram 'utilizar' os media como forma de promoção pessoal/profissional (Bucchi, 1998). A projecção social e a maior facilidade na obtenção de financiamento para a sua investigação serão algumas das motivações. Nesse sentido, os cientistas, como outros actores sociais, desenvolvem estratégias de comunicação com os jornalistas em que há um processo de negociação de estilos e racionalidades.

Passemos agora aos actores políticos. As relações entre os sistemas político e mediático têm sido apelidadas de 'simbióticas' por vários autores (e.g. Cohen, 1963; Bennett, 1988). O'Heffernan (1991) referiu-se a uma 'exploração mútua interdependente', o que sugere a existência de ganhos para ambas as partes. No entanto, alguns analistas consideram que o poder pende mais para o lado dos actores políticos (e.g. Hall et al., 1978; Herman & Chomsky 1988; Chomsky, 1989; 1991). A dependência dos jornalistas relativamente às fontes oficiais e a influência do sistema político sobre os media colocariam os primeiros numa situação de subserviência.

A capacidade da esfera política definir a agenda mediática, bem como dos media colocarem novas questões na agenda política, é uma das facetas mais conhecidas da relação entre os media e a política. Porém, tal relação é mais complexa e, para além do processo de 'agenda-setting', expressa-se, por exemplo, na capacidade dos media influenciarem decisões políticas, definirem o desempenho político considerado aceitável e determinarem o ritmo da acção política (O'Heffernan, 1991). Por sua vez, os agentes políticos podem tentar usar os media para diferentes propósitos, tais como manter opções em aberto, criar apoio para determinadas opções e mesmo influenciar outros governos relativamente à sua política externa (ibid.).

O papel da opinião pública tem que ser tido em conta na análise da comunicação política. Segundo Bourdieu (1977), o discurso político é duplamente determinado, estando constantemente envolvido em

duas batalhas: uma batalha interna no campo político e uma batalha externa no campo societal, onde os actores políticos buscam em permanência legitimação pública para as suas propostas.

Para as empresas, o equivalente à opinião pública são os clientes (e potenciais clientes). Tal como os Governos e outras instâncias políticas, as empresas e outras unidades económicas fazem um investimento significativo na gestão da sua imagem e os media são, por isso, um alvo privilegiado de atenção. Juntamente com outras formas de comunicação externa, como a organização de eventos, os profissionais de relações públicas ao serviço das empresas fazem um trabalho regular de assessoria de imprensa, o que significa que originam um fluxo significativo de informação para os media.

No capítulo 3, referimo-nos já à posição das empresas da área dos combustíveis fósseis e à forma como, juntamente com outras entidades que vêem na questão das alterações climáticas uma ameaça aos seus interesses, têm desenvolvido estratégias de 'negacionismo' relativamente à questão. Nalguns países, como os EUA, tais estratégias têm tido uma repercussão significativa no discurso mediático (e.g. Oreskes & Conway, 2010). Há, também, que ter em conta que, embora de menor dimensão, há empresas e áreas de actividade económica que potencialmente têm a ganhar com a adopção de medidas de mitigação das alterações climáticas.

Consideremos, por fim, as estratégias comunicativas das organizações não-governamentais (ONGs). Os media são uma arena discursiva de crucial importância para as ONGs ambientais contribuindo para a aumentar a sua influência sobre a opinião pública e os processos de decisão política (Hansen, 1993; Hansen, 2000; Anderson, 1997). Gamson & Wolfsfeld (1993) conceptualizaram a relação entre os media os movimentos sociais como sendo de 'dependência mútua de sistemas interactivos'. Os movimentos sociais oferecem aos media formas apelativas de representação da realidade, através das suas interpretações, comentários, manifestações, etc, e os ingredientes de 'protesto' e 'conflito' que agradam aos media. Porém, segundo os investigadores citados, os movimentos sociais necessitam mais dos media do que vice-versa: para a mobilização do público, para a legitimação do seu estatuto, para a gestão do sentido das questões. O poder mediático é, portanto, superior ao poder dos movimentos sociais.

Anderson (1997) apontou, também, a valorização que as associações ambientais fazem da cobertura jornalística, e em particular da imprensa, devido ao impacto percebido sobre os agentes políticos e sobre os outros media. A contínua centralidade dos media tradicionais para as ONGs foi recentemente demonstrada por Lester & Hutchins (2009) num estudo sobre associações ambientais na Austrália. Os seus usos da Internet parecem ser direccionados fortemente para a imprensa e televisão.

Mormont & Dasnoy (1995: 59) definiram as relações entre actores sociais e os media como um 'interplay of competition and complementarity'. Tendo em conta as conclusões dos estudos revistos acima, esta parece ser uma caracterização pertinente. Ao longo deste capítulo, analisaremos as estratégias de diferentes entidades relativamente à questão das alterações climáticas e veremos se tal definição tem correspondência na realidade portuguesa.

3. Metodologia

A análise de documentos produzidos por actores sociais disponíveis na Internet, tal como apresentada no capítulo anterior, permite-nos identificar diferentes propostas de indivíduos e organizações para pensar e tomar decisões relativamente à questão das alterações climáticas. No entanto, essa opção metodológica apresenta limitações: não nos permite compreender a percepção que os actores sociais têm de diferentes práticas de comunicação sobre alterações climáticas, não nos possibilita investigar a relação entre actores sociais e órgãos de comunicação social, só nos permite estudar de forma limitada as acções desenvolvidas pelos diferentes actores sociais para amplificar publicamente as suas perspectivas, e não faculta a possibilidade de explorar mais a fundo outras questões subjacentes ao projecto que deu origem a este livro (tais como argumentos e formas de legitimação de determinadas posições). No sentido de dar resposta a tais finalidades, realizou-se um conjunto de entrevistas com 11 actores sociais (tantos quantos responderam à solicitação de entrevista do total de 18 que foram contactados), com diferentes perfis e afiliados a diferentes tipos de instituições (tabela 1).

Tabela 1: Actores sociais entrevistados

Nome	**Afiliação**	**Categoria**
Humberto Rosa	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território	Governo Central
Paulo Calau	ADENE – Agência para a Energia	Outro - próximo do Governo Central[1]
Viriato Soromenho-Marques	High Level Group on Energy and Climate Change – Comissão Europeia; Universidade de Lisboa	Organização Internacional; Universidade/ Unidade de Investigação
Filipe Duarte Santos	Universidade de Lisboa (coordenador do SIAM)	Universidade/ Unidade de Investigação
Ricardo Trigo	Universidade de Lisboa (investigador do SIAM)	Universidade/ Unidade de Investigação
João Santos Pereira	Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (investigador do SIAM)	Universidade/Unidade de investigação
Pedro Macedo	Universidade Católica Portuguesa; Cidades Sustentáveis	Universidade/ Unidade de Investigação; Associação Ambiental
Francisco Ferreira	Quercus; (Universidade Nova de Lisboa)	Associação Ambiental; (Universidade/ Unidade de Investigação)
Pedro Jorge Pereira	GAIA (Grupo de Acção e Intervenção Ambiental)[2]	Associação Ambiental

[1] De acordo com o seu 'site', a ADENE é uma 'instituição de tipo associativo de utilidade pública sem fins lucrativos, participada maioritariamente (69,66%) por instituições do Ministério da Economia e Inovação: Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE), Direcção Geral de Empresa (DGE) e Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI). As empresas concessionárias dos serviços públicos de fornecimento de electricidade e gás (EDP e Galp Energia) detêm 22% do capital social, sendo ainda 5.74% partilhados pelo LNEC, ISQ, FEUP, AMP, CCDRN e CBE.' www.adene.pt, acesso a 28 de Março de 2010.

João Soveral	CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal	Grupo de Interesse/ Associação Profissional
Júlia Seixas	E-Value[3]; (Universidade Nova de Lisboa)	Empresa; (Universidade/ Unidade de Investigação)

O conjunto de actores sociais que foi seleccionado para entrevista foi constituído com base na contabilização da presença dos discursos dos actores sociais nos artigos publicados no *Público* e *Correio da Manhã* no primeiro trimestre de 2007[4], bem como na ausência de outros actores sociais. Assim, foram seleccionados actores sociais correspondentes a categorias com maior número de presenças nos artigos, por um lado, e alguns actores sociais que, sendo potencialmente relevantes para a discussão pública das alterações climáticas devido à acção que desenvolvem, não são referidos nos textos jornalísticos, por outro lado (Pedro Jorge Pereira/GAIA, Pedro Macedo/ Universidade Católica Portuguesa e grupo Cidades Sustentáveis e Paulo Calau/ADENE). Este último critério permitiu alargar a análise para além do 'círculo de visibilidade' mediática.

Seguindo a categorização exposta acima neste capítulo, as entrevistas foram efectuadas a um actor do Governo Central (Humberto Rosa, Secretário de Estado do Ambiente); um associado a 'Outra' entidade – no caso próxima do Governo (Paulo Calau); um ligado a uma 'Organização Internacional' mas fazendo-o na qualidade de especialista/investigador (Viriato Soromenho-Marques); quatro actores sociais afiliados a 'Universidades/Unidades de Investigação', sendo três investigadores na área da climatologia ou dos impactos das alterações climáticas (Filipe Duarte Santos, João Santos Pereira, Ricardo Trigo) e outro fazendo pesquisa e intervenção ao nível das estratégias locais de sustentabilidade e da promoção da participação pública (Pedro Macedo); dois de 'Associações Ambientais' (Francisco Ferreira, Pedro Jorge Pereira); um representante de uma 'Empresa' (Júlia Seixas); e um representante de um 'Grupo de Interesse/ Associação Profissional' (João Soveral). Na tabela 1, é indicada a entidade que cada actor social representava no âmbito da entrevista e, entre parênteses, outra afiliação que cada um possa ter. Os actores sociais foram agrupados por cores (diferentes tons de cinzento) conforme a categoria a que pertencem e em função da proximidade que têm de determinadas áreas de intervenção: assim, Paulo Calau, por exemplo, foi agrupado juntamente com o elemento do Governo Central porque a ADENE é uma entidade participada predominantemente por instituições governamentais; por sua vez, João Soveral e Júlia Seixas foram agrupados sob a mesma cor por representarem a área económica e os interesses profissionais. Embora seja membro de um grupo ligado a uma Organização Internacional, Viriato Soromenho-Marques é também professor universitário e investigador, razão pela qual foi colocado entre as duas categorias. Finalmente, Pedro Macedo pertence ao Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior

[2] No seu 'website', o GAIA define-se como 'uma associação ecologista, inovadora, plural, apartidária e não hierárquica. Foi fundada em 1996 em Lisboa e actua a nível nacional e regional com núcleos no Porto e no Alentejo, para além do de Lisboa.' http://gaia.org.pt/node/327, acesso a 30 de Março de 2010.

[3] 'A E.Value é uma empresa de consultoria e desenvolvimento, com competências nas áreas da engenharia e economia do ambiente, em particular na economia do carbono. (...) A E.Value foi fundada em 2004. A E.Value é responsável pelo desenvolvimento e colocação no mercado da marca CarbonoZero®. Foi também responsável pela Iniciativa Mais Responsabilidade Mais Ambiente.', http://www.evalue.pt/conteudo.php?mid=30101010, acesso a 30 de Março de 2010.

[4] Cf. Pereira (2009) para uma análise do discurso jornalístico nesse período.

de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, sendo coordenador do plano Futuro Sustentável (Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto) e de outros projectos de promoção da cidadania e desenvolvimento sustentável, bem como ambientalista, partilhando, por isso, algumas características com os membros das Associações Ambientais entrevistados.

Os actores sociais constantes da tabela 1 reflectem um pouco da multidimensionalidade da temática das alterações climáticas. É verdade que a grande maioria dos entrevistados filia-se por formação de base na área das engenharias e das ciências, mas variam os cargos e as funções desempenhadas. Dos 11 entrevistados, cinco são engenheiros (Ambiente, Florestal, Química), dois são formados em Ciências Geofísicas, um em Biologia, um em Filosofia, um é bacharel em Electrotecnia e um outro é licenciado em Publicidade e Comunicação. De destacar que sete possuem doutoramento. Este facto poderá dever-se à importância que o testemunho do especialista assume em matérias cuja complexidade convoca as explicações avalizadas dos estudiosos. É de relevar ainda o facto de apenas um dos entrevistados ser do sexo feminino. Do ponto de vista da análise, a diversidade de actores sociais, das características dos cargos que desempenham, da sua formação de base, e do seu lugar na sociedade dificulta um pouco a análise comparativa. No entanto, essa dificuldade pode ser encarada como uma riqueza, já que abre o leque das perspectivas sobre a problemática da comunicação das mudanças globais do clima.

Como sugerido acima, os principais objectivos associados à realização das entrevistas relacionam-se com a percepção dos actores sociais relativamente à mediatização das alterações climáticas e com as suas práticas e estratégias de comunicação sobre o assunto.

Todas as entrevistas foram presenciais e semi-directivas, tendo ocorrido entre 22 de Outubro de 2007 e 11 de Março de 2008 (conforme resposta e disponibilidade dos entrevistados), em Lisboa (nove) e no Porto (duas). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de modo integral. Uma das dificuldades do tratamento deste tipo de informação, não quantificável, nem redutível a categorias estanques e mensuráveis é a impossibilidade de validar as conclusões retiradas através da força dos números. O objectivo que conduziu a análise foi o de reter os elementos que pudessem contribuir para compreender o modo como diferentes actores perspectivam a comunicação sobre alterações climáticas e, em particular, o papel dos media nesse processo.

A análise das entrevistas foi inspirada pelo modelo proposto por Boeije (2002) para o tratamento de informação recolhida por meio de entrevistas semi-directivas. No trabalho aqui apresentado, foi feita uma adaptação e simplificação de tal opção analítica, a qual assenta no Método de Comparação Constante avançado por Glaser & Strauss (e.g. 1967), na sua 'grounded theory'. Mais especificamente, a nossa análise envolveu dois procedimentos principais: comparação sistemática e criação de categorias temáticas. A comparação foi feita a dois níveis: a) comparação dentro de cada entrevista – comparação do discurso de cada actor social em diferentes momentos da entrevista; b) comparação entre diferentes entrevistas – opiniões e posições expressas nas entrevistas de diferentes actores sociais. A construção de grandes categorias temáticas procurou reflectir duas dimensões, profundamente relacionadas: a) os temas já presentes no guião das entrevistas – e seleccionados em função dos quadros teóricos, dos objectivos do projecto e das análises já

efectuadas ao nível do discurso dos actores sociais e dos media – e b) os temas, questões e posições formuladas pelos entrevistados.

4. Comunicar sobre alterações climáticas: percepções dos actores sociais

Nesta secção procede-se a uma análise comparativa dos pontos de vista expressos pelos actores sociais[5], bem como uma análise crítica de aspectos relevantes das suas declarações que saem do âmbito da comparação, mas que são valiosos para o estudo em causa. As sub-secções abaixo (4.1. – 4.7.) correspondem às grandes categorias temáticas que emergiram da análise das entrevistas e que foram, em grande parte, influenciadas pelas questões colocadas aos actores sociais.

4.1. Percepções gerais da mediatização das alterações climáticas

Através das entrevistas realizadas, procurou-se analisar a percepção que os actores sociais têm dos media e da influência que podem ter junto dos seus públicos. Com maior ou menor ênfase, os actores sociais entrevistados consideraram a presença das alterações climáticas nos media importante para a comunicação sobre o tema e para que os cidadãos tomem contacto com, pelo menos, algumas das vertentes da problemática. Vários referem-se a um aumento da consciencialização pública relativamente ao problema, devido à ampla mediatização da questão, a par com factores como o documentário de Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*, o relatório Stern e o Quarto Relatório do IPCC. João Santos Pereira, por exemplo, identifica uma transformação radical relativamente ao que se passava dez anos antes:

> 'Com este volte-face, toda a gente fala sobre alterações climáticas. Por exemplo, se está a chover ou se está a fazer calor, é agora frequente que o chofer do táxi comente e atribua às alterações climáticas. O que é bom, porque este *awareness* – quer dizer, a capacidade de compreender mais um fenómeno – leva a uma maior receptividade.'

Alguns actores sociais referem-se, porém, à diferença entre estar ciente de um problema e compreendê-lo. Como afirma Francisco Ferreira, 'as pessoas agora já conhecem o tema e já reconhecem que há um problema, mas não percebem, muitas das vezes, bem, o que estará em jogo ou não.' Segundo este dirigente da Quercus, a complexidade inerente à questão e as múltiplas valências das alterações climáticas criam dificuldades para o tratamento mediático.

Para além das funções que os media desempenham para o 'público geral', um dos entrevistados sublinhou a sua importância para os especialistas:

> 'Acho que este é mesmo um daqueles temas em que a principal fonte de informação de todos nós, especialistas e não especialistas é a comunicação social. Mesmo se os assuntos em profundidade depois têm que ser tratados e estudados por quem profissionalmente está no sector, acaba por ser, muitas vezes, a comunicação social que dá a novidade, a notícia de que se chegou a um

[5] Todos os entrevistados foram contactados para verificação do que neste capítulo se diz sobre as suas posições e opiniões. Na transcrição das afirmações dos entrevistados procurou-se manter as características de oralidade.

acordo, da alteração de um posicionamento político... E aí, todos nós, mais ou menos conhecedores do assunto, tomamos conhecimento através da comunicação social.' (João Soveral)

Duas análises particulares do papel dos media relativamente às alterações climáticas justificam menção. Uma foi avançada por João Soveral, que afirma que 'quem conduziu, digamos, o assunto – para além de alguns grupos de pressão – foram claramente os media e a comunicação social à escala mundial, porque o poder político, neste caso, e salvo uma ou outra excepção, foi claramente a reboque de algo que se lhe impôs e foi imposto'. O representante da CAP aponta assim os media como o principal agente na construção social e política das alterações climáticas. Por seu lado, Pedro Macedo, acredita que, na ausência de cobertura mediática, as entidades interessadas haveriam de encontrar canais e formas de comunicação para chegarem aos cidadãos.

'Imaginando um cenário que é um pouco difícil de imaginar, que é os órgãos de comunicação social não falarem disto, como há uma série de associações, de entidades que estão preocupadas com este assunto e estão a trabalhar esta questão, as associações ambientalistas, o próprio Governo, sei lá, uma série de especialistas a falar sobre estas questões que (...) têm canais próprios, acho que passaria sempre o tema.'

Pedro Macedo desvaloriza, de certa forma, a capacidade de massificação da informação que é uma das marcas dos media clássicos, crendo que a difusão de uma mensagem para a generalidade dos cidadãos poderia processar-se à margem do funcionamento do campo mediático. As sessões de esclarecimento junto das comunidades locais são uma das fórmulas ensaiadas pelo grupo Cidades Sustentáveis, no âmbito da implementação da Agenda 21 Local. Estas formas de comunicação são, obviamente, muito importantes. No entanto, estas acções são limitadas na percentagem de cidadãos que efectivamente atingem, ao mesmo tempo que são mais exigentes para com o cidadão, convocando o espírito da democracia participativa e a disponibilidade dos cidadãos para agir, o que implica um esforço de procura de informação mais elevado do que o exigido pelos meios de comunicação de massa (por outro lado, as campanhas de sensibilização porta a porta, sejam pela distribuição através do correio, sejam em mão, requerem custos que não se sabe se os cidadãos ou as entidades implicadas estariam dispostos a assumir).

Quando questionados sobre a evolução da cobertura mediática das alterações climáticas, quase todos os actores sociais entrevistados apontam o aumento da frequência do tema nos media e a elevada visibilidade da questão na altura (2007). Consideram que, na generalidade, se registara uma melhoria na cobertura mediática, com menos imprecisões do que alguns anos antes. Apesar de tudo, sobressai das respostas uma atitude crítica relativamente à forma como o assunto é mediatizado e (embora expresso por outras palavras) às implicações que tal pode ter sobre as representações sociais. Deve ser referido que quase todos os actores sociais entrevistados expressaram uma opinião elogiosa do trabalho realizado por Ricardo Garcia, do jornal *Público*.

Tabela 2: Avaliação da cobertura mediática das alterações climáticas pelos actores sociais entrevistados

Actor social - Questão	Humberto Rosa, MAOT	Paulo Calau, ADENE	Viriato Soromenho-Marques, HLGECC	Filipe Duarte Santos, UL	Ricardo Trigo, UL	João Santos Pereira, ISA	Pedro Macedo, UCP	Francisco Ferreira, Quercus	Pedro Jorge Pereira, GAIA	João Soveral, CAP	Júlia Seixas, E-Value
Avaliação da cobertura mediática das AC	Positiva mas com problemas; melhoria na qualidade	Cobertura tem vindo a melhorar mas ainda é pouco específica	Variável; muitas falhas quando se os media tentam fazer análises da questão (e não apenas notícias); sensacionalista	Positiva mas por vezes com fraca funda-mentação científica	Bastante positiva relativamente a SIAM e em geral; por vezes superficial; tendência para associar catástrofes a AC	Positiva, embora com problemas ocasionais	Bastante positiva; falta informação concreta sobre soluções	Algo crítica – deveria ser mais vasta e rigorosa	Crítica – sensacio-nalista; superficial	Cobertura muito incipiente e sensacio-nalista	Relativamente positiva no momento mas, até há pouco, frequentes incorrecções

São de vários tipos os problemas apontados. O ambientalista da Quercus e académico, Francisco Ferreira, aponta como falha a inexistência de uma abordagem abrangente, que permita às pessoas compreender a real dimensão da problemática nas suas variadas vertentes.

Júlia Seixas, responsável pela E-Value e professora na Universidade Nova de Lisboa, reconhece a existência de progressos recentes na mediatização do problema mas refere que:

> 'ainda há relativamente pouco tempo (...) lia coisas perfeitamente inacreditáveis, em que tão depressa se falava de alterações climáticas e gases de efeito de estufa e depois tudo era justificado com o buraco do ozono, quando um fenómeno não tem nada a ver com o outro. Havia alguma falta de entendimento, de investimento no conhecimento dos jornalistas e isso baralha as pessoas.'

Apesar de considerar que no período de realização das entrevistas a cobertura era boa na generalidade, Filipe Duarte Santos afirma que ocasionalmente surgem notícias cuja 'fundamentação científica é frágil e errónea'. Por seu turno, Ricardo Trigo, o outro investigador da Universidade de Lisboa que entrevistámos, refere a tendência para associar catástrofes meteorológicas às alterações climáticas:

> 'Os títulos gordos são tipicamente as catástrofes que aconteceram ontem – (...) as cheias, os fogos – em que se tenta fazer uma associação, muitas vezes perigosa, com as alterações climáticas, porque o decidir atribuir o aumento da frequência das cheias ou os incêndios de Verão às alterações climáticas é muito difícil.'

Na mesma linha, João Soveral aponta o sensacionalismo dos media como um problema enquanto Viriato Soromenho-Marques alude à tendência para se criar nos media uma aparência de polémica relativamente às alterações climáticas.

Pela voz do representante do grupo GAIA, Pedro Jorge Pereira, surge uma crítica à superficialidade e ao sistema de valores reproduzido pelos media.

> 'Por vezes, há um aspecto perverso. Por exemplo, vemos a forma como as alterações climáticas são abordadas pelo lado económico. E é um pouco absurdo, estando nós a abordar uma questão com implicações tão sérias em termos de vidas humanas, estarmos meramente a cingir-nos aos prejuízos económicos que as alterações climáticas vão causar, ou… É quase sintomático do grau de miopia ou de fundamentalismo económico que o pensamento do lucro económico atinge nos dias de hoje. Quando os prejuízos económicos se colocam acima de outros, como a destruição da natureza, como a perda de vidas humanas, nomeadamente, acho que há aqui uma deturpação de

valores muito acentuada. E acho que, neste caso, os media têm uma responsabilidade muito acrescida, porque os órgãos de comunicação social reproduzem essa lógica.'

Pedro Macedo refere-se a um outro problema: a falta de informação concreta, nos media, sobre soluções para mitigar as alterações climáticas.

Finalmente, o Secretário de Estado do Ambiente considera que: '[há uma] síndrome da auto-flagelação, ou seja, sempre que é possível dizer que Portugal não vai cumprir (...), isso é notícia garantida e, muitas vezes, deturpada.'

4.2. Valorações dos diferentes media

Compreender a valoração que os actores sociais fazem dos diferentes meios de comunicação enquanto fontes de informação e agentes propulsores de debate público e político foi outra finalidade das entrevistas. Na generalidade, os entrevistados consideram os jornais um veículo de informação fundamental e reconhecem-lhes algum poder de agendamento. Porém, vários destacam a televisão como o meio de maior abrangência em termos de audiências, considerando que os jornais não chegam ao 'grande público'. Registam-se, no entanto, reservas relativamente ao tratamento – necessariamente rápido – que é dado à questão nos noticiários, razão pela qual vários entrevistados dão preferência a formatos como o documentário, debates e entrevistas (e.g. Paulo Calau, Ricardo Trigo). Para além da dimensão das audiências, é comentado o diferente modo de funcionamento sócio-psicológico da televisão e dos jornais:

'Se quisermos que as pessoas fiquem preocupadas, então, a televisão é a mais acutilante. Porque chega a mais gente e é mais visual e pode ser mais dramatizada, não é? Se quisermos que as pessoas aprendam alguma coisa, então, penso que a imprensa escrita é mais interessante' (João Santos Pereira).

Apesar de ser considerado por muitos como o mais importante, a televisão foi considerada pela maior parte dos actores sociais como o meio mais difícil de convocar para o tratamento das alterações climáticas, devido à complexidade e ao carácter multifacetado da questão. Apesar da dificuldade apontada por alguns em interessar a rádio por este tipo de tema (Francisco Ferreira, Júlia Seixas), este meio foi também referido como uma aposta de futuro por ter grande penetração entre os adolescentes e jovens adultos (Júlia Seixas), uma faixa da população que está prestes a tomar decisões de consumo relevantes.

4.3. Comunicação dos actores sociais com os media

As notícias não existem sem fontes de informação. Os actores sociais ou posicionam-se como fontes de informação, ou tornam-se fontes de informação pela acção dos meios de comunicação, que os convocam para a elaboração de peças jornalísticas. De que forma é que os actores sociais entrevistados vêem a sua posição relativamente aos media? Consideram-se fontes de informação? Divulgam informação com o intuito de captar visibilidade mediática? Promovem eventos? A partir das entrevistas semi-directivas realizadas no âmbito deste projecto foi possível concluir que todos

os entrevistados se consideram fontes de informação embora alguns deles refiram que não o são concretamente em relação às alterações climáticas, acabando por sê-lo em assuntos relacionados. No entanto, registaram-se diferenças significativas na pró-actividade que os inquiridos afirmam ter na comunicação com os media (ver tabela 3). Enquanto alguns levam a cabo acções direccionadas para a comunicação social e procuram aí conquistar um espaço de projecção pública das suas perspectivas, outros, como Viriato Soromenho-Marques, declaram-se disponíveis para contactos com os media, mas apenas quando iniciados pelos últimos.

A associação ambientalista Quercus é um dos actores sociais que marca presença com assiduidade nos meios de comunicação de massa. Os seus elementos estão preparados para surgir nos media, promovem a disseminação de informação (como demonstram os dados apresentados neste capítulo) e desencadeiam eventos de forma a conferir projecção mediática aos assuntos de que se ocupam. Francisco Ferreira reconhece que é contactado para comentar as diversas vertentes da problemática das alterações climáticas e faz um balanço muito positivo da visibilidade mediática alcançada:

> 'Quase todas as actividades que promovemos... dou-lhe o exemplo de quando pusemos uma escala de seis metros, quer no Porto, na Ponte D. Luís, quer em Lisboa, na Rua Augusta, teve uma cobertura mediática grande. Quando estivemos em Bali, durante a conferência, tivemos uma cobertura também grande. Sempre que emitimos um comunicado tivemos.'

Nas formas de comunicação promovidas pela Quercus, refere no entanto a necessidade 'saber dosear o alarmismo com o rigor' e afirma 'que às vezes não é fácil'.

Em contraste com a Quercus, a outra ONG cujo representante entrevistámos não tem voz na mediatização das alterações climáticas. O representante do GAIA, Pedro Jorge Pereira, refere que é contactado para se pronunciar sobre questões em torno da mobilidade, que são aquelas a que a associação a que pertence mais se dedica, mas não sobre alterações climáticas. Em termos de estratégias de comunicação com os media, realça a importância da criatividade:

> 'Por vezes – e é também uma crítica que faço ao movimento ambientalista, e o GAIA incluído – muitas vezes, o tipo de acções e acções de protesto que se realizam são um bocado banais, são sempre um lugar-comum, repetidas, e têm um formato… não têm nenhuma característica de inovação'.

Pedro Jorge Pereira faz também uma crítica a várias características dos media, quer de natureza estrutural quer discursiva:

> Pergunta – 'Considera que a divulgação das acções e campanhas do GAIA tem merecido atenção suficiente por parte dos órgãos de comunicação social, ou julga que algumas deveriam ter merecido mais atenção e, eventualmente, deveriam ter tido...?'
> Pedro Jorge Pereira – '(...) os critérios que estabelecem a agenda mediática são, na grande parte dos casos, de ordem sensacionalista e, habitualmente, os media pertencem a grandes grupos económicos, para os quais, obviamente, as audiências são vitais. Creio que isso acaba de certa forma por, inevitavelmente, filtrar toda a informação que não interessa aos meios de comunicação social.'
> Pergunta – 'O activismo ecológico não é atractivo em termos mediáticos?'
> Pedro Jorge Pereira – 'Torna-se atractivo quando, e até um pouco perverso, mas quando são acções que saem muito da normalidade. Se bem que isso acarreta um problema que é o risco de nesse tipo de acções, ficar a própria acção e não o essencial da mensagem.'

À semelhança do que acontece com outros actores sociais, a visibilidade dos cientistas nos media parece estar dependente de ocorrências concretas, em particular quando rompem com a normalidade.

> Pergunta: 'É certo que costuma ser contactado para comentar assuntos ligados às alterações climáticas. Lembra-se, ou tem presente, quais são as situações em que isso acontece mais?'
> Filipe Duarte Santos – 'Sim, isso é talvez fácil de responder. Isso acontece quando existe uma condição meteorológica ou climática extrema.'

Ricardo Trigo formula uma crítica ao modo de fazer jornalismo da maior parte dos media e indica a sua preferência por outras modalidades de comunicação:

> 'Normalmente, o jornalista médio português só contacta quando está à rasca numa história premente que é necessário ser escrita para amanhã (...) Desse ponto de vista, acho que é mais eficaz passar a qualidade da informação em ambientes de seminários e mais expositivos, onde as pessoas estão com calma e estão a aprender com duas, três, quatro pessoas especialistas em áreas que cobrem um certo aspecto.'

Da parte dos cientistas entrevistados, recolheu-se a ideia de que estão disponíveis para responder às solicitações dos jornalistas, mas não desenvolvem iniciativas especificamente dirigidas aos media. No entanto, os cientistas – ou as suas organizações – divulgam informação para os media sobre determinados eventos, tal como o lançamento de livros ou estudos e a realização de conferências. Alguns elementos da comunidade científica expressam desaprovação da comunicação dos cientistas com os media:

> '(...) há outro problema que é: quando os cientistas querem tornar-se notícia. Também acontece. E isso é dramático, quando isso acontece. Quando não são os jornalistas que vão ter com os cientistas, mas são os cientistas que vão, geralmente o resultado é desastroso.' (Viriato Soromenho-Marques)
> '(...) acho que há um perigo muito importante, que é a tentativa dos cientistas de instrumentalizarem os jornalistas, para sua própria auto-promoção.' (João Santos Pereira)

Nalguns casos, a falta de contacto dos media pode relacionar-se com a ausência de um plano de comunicação sobre alterações climáticas. Sobre o Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica Portuguesa, Pedro Macedo afirma que está 'a montar uma estratégia também de comunicação das alterações climáticas e (...) queremos também começar a fazê-lo. Queremos ser mais um actor nesta área.'

Da parte da associação de agricultores, João Soveral assume a prática de contacto com os media: 'já aconteceu (...) eu solicitar à comunicação social a divulgação de iniciativas ou de determinadas mensagens que me interessavam. A CAP é um grupo de pressão, é um grupo de lobbying e, portanto, isso faz parte do dia-a-dia aqui.'

> Pergunta – 'E de que forma costuma fazê-lo? Envia comunicado, agenda conferência de imprensa…'
> João Soveral – 'A CAP tem, neste caso, o sector florestal da CAP tem um site que é o portal florestal – não sei se conhece – sou eu que o faço. E, portanto, é uma das formas mais eficazes e eficientes, para mim, de divulgar o que me interessa. Quando há assim um caso específico, geralmente, falo com o jornalista A ou o jornalista B.'

João Soveral destaca, portanto, dois modos de comunicação com os media: o website da CAP, como veículo de difusão de informação, e o contacto com jornalistas, que normalmente desenvolve com base em relações previamente estabelecidas com órgãos de comunicação social que contactam a confederação para conhecerem a sua posição relativamente a determinadas questões.

Dado que a agricultura nem sempre obtém destaque mediático, considera que a forma mais eficaz de promover informação junto dos media é tornar abrangente a informação que se pretende veicular, porque os media interessam-se tanto mais por um assunto quanto maior for a sua capacidade de interessar a generalidade do público.

No que diz respeito aos organismos governamentais (ou afins, como é o caso da ADENE), a comunicação com os media passa por profissionais da área. Paulo Calau, o representante da ADENE que foi entrevistado, refere que é uma agência de comunicação que faz os contactos com os media, o que considera muito eficaz dado o aumento de visibilidade das questões energéticas nos media. Afirma que as solicitações que lhe são dirigidas por jornalistas não são sobre alterações climáticas mas sim sobre energia e certificação energética.

> Paulo Calau – 'A linguagem pode não ser a da alteração climática. A nossa linguagem é a da poupança de energia, mas ela está associada. (...) quando propomos alguma coisa, já dizemos quanto é que poupa em CO2, ou nós próprios dizemos que aquele trabalho, para ser feito, ou aquele evento, para ser feito, gastou x toneladas de CO2 que vão ser compensadas segundo a perspectiva do 'Carbon Free'.'
> Pergunta - 'E acha que existe sensibilidade por parte dos agentes com quem trabalham a essa linguagem?'
> Paulo Calau – 'Sim. Dos agentes com quem trabalhamos, sim. Isso claramente. E nós vemos isso. E, agora, estou a falar pelos meus colegas, daquilo que tem mais impacto agora que é a certificação de edifícios. Nós reparamos que há um conjunto de entidades que são importantes para o país, como o imobiliário, como os bancos, etc, que, mesmo antes de serem obrigados ou de terem que ter certificados energéticos, já estão a fazê-los por iniciativa própria.'

A tabela 3 sintetiza as diferentes modalidades de contacto entre os entrevistados e os media.

Tabela 3: Formas de contacto entre os actores sociais e os media

Actor social - Questão	**Humberto Rosa, MAOT**	**Paulo Calau, ADENE**	**Viriato Soromenho-Marques, HLGECC**	**Filipe Duarte Santos, UL**	**Ricardo Trigo, UL**	**João Santos Pereira, ISA**	**Pedro Macedo, UCP**	**Francisco Ferreira, Quercus**	**Pedro Jorge Pereira, GAIA**	**João Soveral, CAP**	**Júlia Seixas, E-Value**
Contactado pelos media Se sim, em que situações	Sim – sobre eventos e medidas políticas	Sim, mas não especificamente sobre AC (sobre energia e certificação energética)	Sim – para comentar relatórios ou notícias	Sim - sobretudo quando ocorrem condições meteorológicas ou climáticas extremas	Sim – sobre vários aspectos (R. Trigo só aceita falar sobre assuntos da sua especialidade)	Sim – sobretudo sobre sequestro de carbono	Sim, mas não especificamente sobre AC	Sim - para analisar e comentar acontecimentos	Sim, mas não especificamente sobre AC (sobre transportes, mobilidade)	Sim - para comentar assuntos relacionados com o papel da floresta	Sim – relativamente à iniciativa 'Carbono Zero'
Contacta os media (ou desenvolve estratégias dirigidas aos media) Se sim, que abordagem	[Pergunta não colocada porque é conhecido que o MAOT tem vários mecanismos de contacto com os media]	Sim – ADENE fá-lo através de uma empresa de comunicação	Não	Aquando do lançamento de estudos ou livros divulgam informação aos media	Indirectamente, através da participação em conferências e seminários	--	Sim, no âmbito de protocolos para produção partilhada de conteúdos	Sim – divulgam grande quantidade de informação; promovem eventos	Sim – através de acções que procuram ganhar visibilidade	Sim – coloca informação no 'portal florestal' da CAP e nalguns casos contacta jornalistas directamente	Sim – através da Internet e de eventos

4.4. Percepções da reconstrução mediática do discurso dos actores sociais

Uma das questões de permanente discussão em torno das relações entre media e fontes de informação é a conciliação entre os discursos de um lado e do outro. A adequação de um aos objectivos comunicacionais do outro nem sempre resulta na satisfação das partes. A transformação da versão das fontes pela aplicação dos critérios jornalísticos nem sempre é recebida pelos actores sociais em causa como marca de um discurso que é trabalhado de forma a preencher os parâmetros estabelecidos pelos valores-notícia, pelas limitações de espaço e de tempo, e por constrangimentos organizacionais mais ou menos efectivos. Este abismo que aparenta, por vezes, ser incontornável, resulta em relações que podem até ser tensas entre as actores sociais convocados para se pronunciarem na espaço público através dos media, e aqueles mesmos que os convocam e se apropriam do seu discurso, moldando-o.

Os actores sociais entrevistados deixam transparecer alguma desta tensão. Ao analisar a representação que os media produzem do seu discurso, admitem rever-se em algumas das situações em que são citados, embora alguns sejam mais críticos do que outros (ver tabela 4). A posição mais crítica é assumida por Júlia Seixas.

> Pergunta – 'Costuma rever-se naquilo que é divulgado, depois de ser contactada?'
> Júlia Seixas – 'Não. Raramente. Raramente talvez seja um bocadinho excessivo se calhar, mas... para aí em 50% das vezes.
> (...) um ou outro caso me trouxe muitos dissabores e eu, a partir daí, passei a ser muito mais selectiva a responder aos jornalistas (Risos). (...) no caso foi uma entrevistadora de rádio, montou a sua peça e depois o editor cortou. Portanto, tudo o que eu disse, que resultou de um longo raciocínio, apareceu fora do contexto e foi muito mal interpretado e completamente distorcido. E, portanto, o entendimento que tenho mais ou menos com alguns jornalistas é, se querem a minha opinião, enviam as perguntas por e-mail e eu respondo por e-mail, pronto.' (Risos)

Paulo Calau e Pedro Jorge Pereira referem-se também a casos de deturpação da mensagem comunicada aos jornalistas. O último considera mesmo que o tratamento jornalístico é, muitas vezes, 'decepcionante'. Nos antípodas desta posição encontra-se, curiosamente, outro representante de uma ONG – Francisco Ferreira – que se diz retratado nas mensagens que passa através dos media de tal forma que assume que é promotor de informação que, depois, se torna referência para a discussão dos assuntos. Entre estes dois pólos posicionam-se os restantes actores sociais.

Tabela 4: Apreciação da reconstrução mediática do discurso dos actores sociais

Actor social - Questão	**Humberto Rosa, MAOT**	**Paulo Calau, ADENE**	**Viriato Soromenho-Marques, HLGECC**	**Filipe Duarte Santos, UL**	**Ricardo Trigo, UL**	**João Santos Pereira, ISA**	**Pedro Macedo, UCP**	**Francisco Ferreira, Quercus**	**Pedro Jorge Pereira, GAIA**	**João Soveral, CAP**	**Júlia Seixas, E-Value**
Apreciação da reconstrução mediática do discurso dos actores sociais	Parcialmente positiva	Alguns episódios negativos	Variável – depende do meio de comunicação e do controlo que tem sobre o que aparece	Variável	Positiva – com algumas excepções	Muito positiva – ao contrário do que acontecia no passado	Variável – com alguma frequência há excesso de dramatismo	Positiva	Parcialmente crítica – ênfase na acção comunicativa das ONGs e não no problema; episódios de deturpação	Positiva – devido à experiência de gestão da informação e da relação com os jornalistas	Variável – 50% das vezes é negativa

A tabela 4 aponta para divergências importantes no juízo formulado pelos vários actores sociais – de uma opinião semi-negativa a uma opinião muito positiva. De notar, contudo, que cerca de metade dos entrevistados formula uma apreciação favorável da cobertura que os media fazem de si ou das suas actividades. Apesar de a maior parte dos restantes enfatizar a variabilidade na qualidade do

desempenho mediático, não foram registadas avaliações claramente negativas. Mesmo os cientistas, cujo discurso tem sido muitas vezes apontado como sendo muito distante do dos media, não formulam uma apreciação negativa generalizada do discurso jornalístico. Entre os actores sociais que são representantes de entidades que os media não associam às alterações climáticas (GAIA, Cidades Sustentáveis, ADENE), o tom de crítica é mais elevado.

4.5. Relações com os jornalistas

As relações entre jornalistas e fontes de informação são matéria amplamente estudada no âmbito dos estudos da comunicação. Nas entrevistas efectuadas no âmbito deste trabalho, procurou-se indagar de que forma é que os actores sociais olham para os jornalistas, nomeadamente, na forma como tratam o tema das alterações do sistema climático. A opinião geral sustentada pelos actores sociais entrevistados é a de que a muitos jornalistas se mostram impreparados para lidar com o tema das alterações climáticas (e.g. Filipe Duarte Santos, Humberto Rosa, Pedro Jorge Pereira, Júlia Seixas).

> Júlia Seixas – 'Os jornalistas (...) ou vêm ter com uma pessoa para se lhes explicar coisas básicas e o tema é explicar alterações climáticas, ou então, se é para falar de um tema específico... mas para falar de um tema específico, o jornalista tem que se preparar um bocadinho em casa, porque senão, estamos meia hora a dar formação de base ao telefone. Já me aconteceu isso várias vezes, e na verdade eu não tenho tempo para isso.'

Alguns entrevistados colocam a tónica na aprendizagem que tiveram que fazer para se relacionarem com os jornalistas, no sentido de as suas declarações não virem a sair deturpadas.

> Filipe Duarte Santos – 'É preciso de facto ter algum cuidado com as palavras que se dizem. Evidentemente que o jornalista está interessado em notícias que sejam o mais sensacionais possíveis. Enfim, que comprometam o entrevistado… enfim, que comprometam, até pode ser no bom sentido, mas quer dizer, mas que sejam qualquer coisa que seja novo, não é? E de facto é preciso ter um certo cuidado com isso.'
> Pergunta – 'Com a experiência vai-se ganhando esse treino?'
> Filipe Duarte Santos – 'Com o tempo, enfim, 'trial and error', 'trial and error', é o processo de 'trial and error'.'

Alguns actores sociais dizem fazer uma selecção – ou, pelo menos, manifestam preferência – por determinadas formas de comunicação com os media em que sentem ter mais controlo, como a autoria de textos para a imprensa e as declarações em directo (Viriato Soromenho-Marques) ou o email (Júlia Seixas).

Apesar de tudo, a grande maioria concebe a possibilidade de estabelecer relações de confiança com jornalistas, sendo que alguns apontam constrangimentos que podem influenciar a qualidade dessa relação (ver tabela 5). Por exemplo, Humberto Rosa admite que a relação positiva é possível, mas com alguma tensão. Paulo Calau considera que apenas é possível fomentar relações de confiança com jornalistas especializados.

Tabela 5: Análise da possibilidade de relação de confiança com os jornalistas

Actor social - Questão	Humberto Rosa, MAOT	Paulo Calau, ADENE	Viriato Soromenho-Marques, HLGECC	Filipe Duarte Santos, UL	Ricardo Trigo, UL	João Santos Pereira, ISA	Pedro Macedo, UCP	Francisco Ferreira, Quercus	Pedro Jorge Pereira, GAIA	João Soveral, CAP	Júlia Seixas, E-Value
Relação de confiança com jornalistas?	Sim, depende da interacção ao longo do tempo	Sim, com jornalistas especializados	Sim, se houver respeito mútuo, rigor, transparência	Sim, ao longo do tempo	Sim, com alguns jornalistas	Sim, se houver seriedade de ambas as partes	Sim, se houver honestidade	Sim, desenvolve-se ao longo do tempo; depende da experiência do jornalista com assunto	Talvez; condicionada pela falta de liberdade do jornalista	Sim, desde que haja compreensão mútua dos interesses de cada lado	Depende dos jornalistas

A seriedade, a honestidade, o respeito, a transparência, o rigor e a compreensão dos interesses mútuos de ambas as partes são características que os entrevistados apontam como determinantes para que a relação de confiança se estabeleça.

> 'Uma vez um [jornalista] pediu-me umas informações sobre sequestro do carbono e eu dei-lhe os papéis que tinha e que eu achei que era importante para ele ler. E ele, passado uma hora, telefonou-me para tirar dúvidas. Nunca me tinha acontecido e foi muito bom sinal, porque esclareci-lhe as dúvidas. Nós não temos, muitas vezes, a noção da reacção das pessoas às coisas que escrevemos utilizando o jargão próprio das ciências em que trabalhamos. E isso é uma das coisas que é fundamental: ultrapassar a barreira da desconfiança.'

Estas palavras de João Santos Pereira enfatizam a importância de uma atitude dialogante entre jornalistas e investigadores que, por variadas razões, frequentemente não existe.

É de salientar que Ricardo Garcia, do *Público*, foi referido, repetidamente, como exemplo de um jornalista no qual os actores sociais confiam inteiramente.

4.6. Práticas de consumo dos media pelos actores sociais

Na óptica de circularidade de influência que subjaz a este projecto de investigação, há que ter em conta o facto de que os diferentes actores sociais são tanto 'produtores' como 'consumidores' de discursos sobre alterações climáticas. Assim, nas entrevistas realizadas foi também abordada a questão das práticas de utilização dos media relativamente a esta questão. Vários afirmam ler regularmente sobre o assunto nos jornais, por necessidade/dever profissional (e.g. Humberto Rosa; Paulo Calau) ou no sentido de avaliar a qualidade da informação (e.g. João Santos Pereira; Júlia Seixas). As preferências dos actores sociais em termos de meios mostram um quadro de diversidade, mas com um ponto comum: o jornal *Público* foi referido pela grande maioria dos entrevistados. O diário foi tido como referência pelos actores sociais e com muita frequência surgiu associado, mais uma vez, o nome do jornalista Ricardo Garcia (com quem alguns dos entrevistados mantêm, aliás, uma relação de jornalista-fonte) como sinónimo de elevada qualidade profissional. Apesar de tudo, há referência por parte de alguns entrevistados a uma certa irregularidade na cobertura das alterações climáticas pelo *Público* (e.g. João Santos Pereira).

Três entrevistados manifestaram preferência pelas versões electrónicas dos jornais e outros dois afirmaram que recorrem à Internet para se informarem, sem especificar se consultam ou não os 'sites' dos jornais (Pedro Macedo e Pedro Jorge Pereira – o último assinala a vantagem de a Internet ser

mais livre de constrangimentos editoriais). Quatro entrevistados referem a televisão como um dos meios que mais 'consomem', salientando os canais de notícias, os noticiários e os programas temáticos sobre a problemática. Alguns dizem ter preferência pelas publicações estrangeiras. Só uma pessoa se refere à rádio, em específico à TSF, como estando entre as suas escolhas relativamente à obtenção de informação sobre alterações climáticas. A *Visão*, o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Notícias*, a RTP2, a SIC Notícias e a RTP1 são também órgãos que os actores sociais referem entre as suas referências em termos de informação sobre as mudanças globais do clima (tabela 6).

Tabela 6: Meios de comunicação preferidos pelos actores sociais relativamente às alterações climáticas

Actor social/ Questão	**Humberto Rosa, MAOT**	**Paulo Calau, ADENE**	**Viriato Soromenho-Marques, HLGECC**	**Filipe Duarte Santos, UL**	**Ricardo Trigo, UL**	**João Santos Pereira, ISA**	**Pedro Macedo, UCP**	**Francisco Ferreira, Quercus**	**Pedro Jorge Pereira, GAIA**	**João Soveral, CAP**	**Júlia Seixas, E-Value**
Meios de comunicação preferidos	*Público*/lê recortes de imprensa de todos os jornais	Jornais gratuitos (pelo menor tempo de leitura), jornais e revistas semanais, programas especializados na SIC Noticias e RTP2, *Água&Ambiente*	*Público*, por vezes *Diário de Notícias* e *Courrier Internacional*; imprensa internacional	*Público*, *Diário de Notícias*, *Expresso*, por vezes *Jornal de Notícias* e *Visão*	*Público*, *Diário de Notícias*, *Expresso*, TSF, RTP1, SIC Notícias, *Scientific American*, *National Geographic*	Prefere a imprensa à televisão (não se refere a nenhum órgão)	*Público*, 'Internet'	*Público*, *Diário de Notícias*, por vezes *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Visão*	'Internet', RTP2, *Público*, *Jornal de Notícias*	Jornais online; *Público*; programas de análise em televisão	Televisão-programas de informação; jornais de fim de semana

Os actores sociais entrevistados, na generalidade, não conhecem bem ou pelo menos não são leitores regulares do jornal 'popular' que fez parte do presente estudo, o *Correio da Manhã* (há algumas excepções: Francisco Ferreira, João Soveral, Viriato Soromenho-Marques, Júlia Seixas). Daqui pode-se inferir dois aspectos importantes sobre a circulação dos discursos sobre alterações climáticas: por um lado, os actores sociais não concebem e implementam estratégias comunicativas dirigidas para esse tipo de órgão de comunicação; por outro lado, esse órgão não tem influência (significativa) sobre os actores que integram a nossa lista, o que confirma a noção de que é a imprensa de referência aquela que tem maior impacto sobre decisores e agentes sociais em posições de poder.

4.7. Sugestões e desafios para a comunicação das alterações climáticas

Que temas, perspectivas e formas de abordagem das alterações climáticas gostariam os diferentes actores sociais de ver nos media?

Produzir análises mais integradoras das diferentes dimensões do problema é a resposta de vários entrevistados a esta questão. Paulo Calau advoga a importância de ter em conta, simultaneamente, os antecedentes do problema, acções possíveis sobre o mesmo e impactos de tais acções: 'O que falta é realmente (...) a análise dos ciclos de vida, o que é que se pode fazer, como, quem é quem. Apelar às pessoas: 'ok, há este problema, o que é que nós podemos fazer, ou quem é que pode fazer, ou o que é que pode ser feito…'.' A necessidade de tornar visível a responsabilidade dos diferentes agentes sociais emerge claramente do seu discurso, bem como a importância da informação sobre as repercussões que determinadas mudanças comportamentais poderiam ter sobre o clima.

Francisco Ferreira assume uma posição semelhante, embora se refira exclusivamente à acção individual dos cidadãos:

> '(...) é preciso fazer reportagens integradoras, que toquem naquilo que está a acontecer, naquilo que está a ser negociado e naquilo que nós podemos fazer. E nas vantagens e oportunidades que há em fazer isso (...) [senão] é difícil as pessoas perceberem por que é que as renováveis estão ligadas a isso, por que é que eu andar menos de carro pode ser importante ou não.'

Por seu turno, Pedro Macedo afirma que, depois de uma fase em que enfatizou os aspectos dramáticos do problema, seria importante dar uma maior ênfase às soluções possíveis. Defende a possibilidade das pessoas participarem e discutirem diferentes opções.

A opinião de Humberto Rosa contrasta com as propostas integradoras apresentadas anteriormente:

> 'o que falha de facto, é não irem precisamente ao campo sectorial. Há sempre uma tendência para pedir ao Ministério do Ambiente para falar num plano geral, quando seria mais interessante, creio eu, os jornalistas irem hoje à área dos transportes, amanhã à energia, depois à agricultura, resíduos, agro-pecuária e ir por aí fora ver o que é que cada sector está a fazer.'

Um aspecto comum a todas as perspectivas expressas acima é a tónica na responsabilidade e nas opções de acção mitigadora das alterações do clima.

Um conjunto de entrevistados centraram as suas sugestões sobre a vertente dos impactos e riscos associados às alterações climáticas: Filipe Duarte Santos propõe a realização de trabalhos jornalísticos acerca das grandes incertezas existentes relativamente aos campos de gelo da Gronelândia e Viriato Soromenho-Marques gostaria de ver publicada 'uma reportagem de guerra climática' em que se fosse 'ao terreno' e analisasse as implicações das alterações climáticas em termos de segurança estratégica.

João Soveral considera que existe 'exagero' no tratamento mediático das consequências das alterações climáticas e propõe uma aproximação do discurso do quotidiano dos cidadãos (refira-se que a necessidade de ligação com o dia-a-dia das pessoas foi também enfatizada por outros entrevistados).

> 'Há uma grande componente ficcional porque se procura o extremo, isto é a hipótese extrema dentro do concebível. Isso, a comunicação social tem feito: o que pode acontecer às sociedades, às cidades costeiras (...). O que é muito pouco abordado são as consequências no dia-a-dia do eu. Eu não tenho que me preocupar se Portugal vai ficar submerso com o degelo das calotes e etc., porque a escala é tão incomensurável que eu, à minha escala individual, não há nada que eu possa fazer para evitar, até no meu dia-a-dia. Mas as consequências de uma mudança do clima, podem-se fazer sentir na vida quotidiana das pessoas, de formas, não diria insidiosas, mas pouco nítidas [como] o encarecimento dos combustíveis, [a subida] da conta da electricidade, (...) o desenvolvimento de situações insalubres em termos de saúde humana.'

Por seu lado, Júlia Seixas considera que 'há mais disponibilidade em termos de valores do que propriamente em termos financeiros. E aí a comunicação está toda por fazer.'

A consultora da E-Value defende que os media se refiram aos impactos das alterações climáticas para além do mundo 'ocidental': 'temos muitas fontes de informação ocidentais, tivemos uma cobertura enorme do Katrina. E a China, que passou uma fase terrível com uma seca brutal? A Turquia, sabe que a Turquia está a atravessar uma seca brutal? (...) quase não se ouve falar.'

Júlia Seixas refere também um exemplo do que considera ser bom jornalismo sobre alterações climáticas, na medida em que liga diferentes facetas do problema e o actualiza relativamente a um domínio de acção específico: trata-se de um artigo que vira no *Financial Times* com uma fotografia do recuo dos glaciares da Patagónia sendo o conteúdo da notícia sobre um *ranking* dos principais investimentos na área da energia em todo o mundo. 'Bastou apenas aquela imagem.' Não eram feitas quaisquer outras referências às alterações climáticas.

Os entrevistados referiram-se também a vários tipos de dificuldades e desafios que se colocam à comunicação das alterações climáticas. Pedro Macedo apontou dissonâncias relacionadas com escalas geográficas.

> 'A questão das alterações climáticas não surgiu como área prioritária proveniente da participação pública. As pessoas não dizem especificamente "o principal problema da minha freguesia são as alterações climáticas." Não quer dizer que até não digam algo que esteja relacionado. Mas nós também temos a capacidade de perceber que tecnicamente esse é um tema-chave e introduzimos isso como prioridade regional.'

Ao nível local, parece haver um afastamento da problemática das alterações climáticas, sendo que múltiplos estudos (e.g. Cartea & Blanco, 2008) têm demonstrado que o público tende a desvalorizar a questão das alterações climáticas nos espaços geograficamente próximos. Das palavras de Pedro Macedo, emerge também a importância de desenvolver um esforço de articulação de escalas e de re-significação desta problemática planetária ao nível dos contextos específicos em que os cidadãos existem.

Por sua vez, Filipe Duarte Santos menciona a questão das escalas temporais. Referindo-se às sessões de divulgação do projecto SIAM que tinham levado a cabo em várias regiões do país, com os diferentes agentes locais (autarquias, empresas, ONGs, etc), afirmou que houve uma boa receptividade mas pouca apetência por pensar os impactos das alterações climáticas no longo prazo.

> 'Por exemplo, (...) no caso das pescas, o que acontecia era que estavam lá de facto armadores, pescadores, pessoas ligadas ao sector das pescas, mas quando dizíamos que aquilo eram cenários para 10 anos, para 20 anos, para 30 anos, eles diziam: 'mas aquilo que nos interessa é o que acontece amanhã, ou daqui a uma semana!'.'

Finalmente, uma nota para o desafio da ambivalência de algumas opções de acção no combate às emissões de gases com efeito de estufa. Pedro Macedo refere-se ao exemplo das barragens, propagandeadas pelo Governo como sendo benéficas para a questão das alterações climáticas mas sendo causadoras de vários outros problemas:

> 'É difícil comunicar essa ambiguidade, esses efeitos positivos e negativos. É difícil avaliá-los e também é difícil comunicá-los. Mas tem que ser um esforço de todos de conseguir transmitir essa mensagem e, acima de tudo, as pessoas têm que perceber que não há grandes soluções e, acima de tudo, que a diversidade é a nossa melhor estratégia, não é?'

5. Conclusões

Este capítulo debruçou-se sobre as estratégias de diferentes actores sociais para comunicar publicamente sobre alterações climáticas, com particular incidência na sua relação com os media. Procurou-se compreender se desenvolvem acções que visam a amplificação social das suas ideias sobre o tema e de que forma promovem a sua visibilidade.

Começou-se por indagar sobre a percepção que os actores sociais têm da mediatização das alterações climáticas. Os entrevistados consideram que esta questão deve figurar entre os temas tratados pelos media e que essa presença é socialmente importante. A forma como é feita a comunicação sobre a problemática tem, na perspectiva da maioria, vindo a melhorar mas merece algumas referências negativas, tais como falta de rigor, superficialidade e sensacionalismo (cf. Bell, 1994). Os cientistas – e aqueles que acumulam a função de investigador com outras – tendem a colocar a tónica na necessidade de maior precisão mas, de resto, não se verificam linhas de discurso definidas segundo a formação ou os cargos desempenhados pelos entrevistados.

Apesar de ser considerado por muitos como o mais influente e estrategicamente mais importante, a televisão foi considerada pela maior parte dos actores sociais como o meio mais difícil de convocar para o tratamento das alterações climáticas, devido à complexidade e ao carácter multifacetado da questão.

Uma das principais finalidades deste capítulo era analisar a forma como vários actores sociais interagem com os media, a partir das entrevistas realizadas. Registámos várias semelhanças. Todos os actores sociais dizem que já foram contactados pelos media (porém, os três actores sociais que decidimos entrevistar por representarem entidades que se justificaria incluir no discurso mediático sobre alterações climáticas mas que não têm tal visibilidade – GAIA, Cidades Sustentáveis e ADENE – afirmam que nunca foram contactados expressamente sobre esta temática). Por outro lado, a maior parte dos actores sociais afirma que contacta os media com alguma regularidade relativamente a actividades que desenvolve. Mesmo os representantes de entidades sem expressão mediática em conexão com as alterações climáticas afirmam dirigir-se aos media de forma mais ou menos frequente mas sobre outros assuntos. Os canais de comunicação utilizados e as formas de abordagem dos media vão, no conjunto dos entrevistados, dos comunicados de imprensa à produção partilhada de conteúdos e à organização de eventos de rua. Nalgumas instituições, esse trabalho de comunicação é colocado sob a responsabilidade de agências ou profissionais de comunicação.

A importância estratégica da mediatização emergiu no discurso de quase todos os entrevistados. Contudo, coincidindo com os estudos que apontam algumas divergências entre as culturas profissionais de cientistas e jornalistas (e.g. Peters, 1995), notou-se entre os investigadores entrevistados uma postura mais passiva ou mesmo mais crítica da comunicação dirigida aos media do que entre as outras categorias de actores sociais. Tal não significa, porém, uma completa desqualificação dos media pelos cientistas, pelo que podemos apontar para um modelo de relacionamento semelhante ao que Mormont & Dasnoy (1995) identificaram na Bélgica.

Analisar a percepção que os actores sociais têm da forma como as suas ideias, posições ou argumentos são reconstruídos pelos media foi outro objectivo importante deste estudo. Foi entre ONGs que encontrámos as maiores discrepâncias na apreciação da forma como os media reconstroem o seu discurso: enquanto o representante da Quercus formula uma apreciação positiva, o representante do GAIA é bastante crítico. Outros actores sociais que também não obtêm, normalmente, visibilidade mediática em associação com a questão das alterações climáticas (Paulo Calau e Pedro Macedo) expressaram, do mesmo modo, opiniões algo negativas do desempenho mediático. Note-se, no entanto, que cerca de metade dos actores sociais fez uma avaliação positiva e muitos outros referiram que a qualidade era variável.

Relativamente aos jornalistas que trabalham a questão das alterações climáticas, os entrevistados consideram que muitos estão pouco preparados para lidar com a mesma. Numa atitude reflexiva, alguns actores sociais destacam a importância de ajustamentos que vêm fazendo na sua relação com os profissionais de informação, evidenciando um processo de aprendizagem que motiva maior selectividade e/ou alterações na forma de interacção. Apesar de tudo, quase todos os entrevistados afirmam ser possível manter uma relação de confiança com alguns jornalistas. Estas conclusões vão ao encontro da análise de Ericson, Baranek & Chan (1989) e de Mendonça (2006) sobre cooperação e negociação entre fontes e jornalistas.

Os actores sociais entrevistados são também públicos dos media, tal como muitos outros sectores da sociedade, pelo que nos importou conhecer as suas práticas de consumo de informação. Entre os meios de comunicação privilegiados pelos entrevistados para a temática das alterações climáticas, evidenciam-se os jornais de referência, com destaque para o *Público,* mas também a televisão (e, em particular, os canais de notícias). A Internet é já o suporte informativo preferido de um número significativo de actores sociais. Estas escolhas têm uma boa correspondência com os media analisados por este projecto de investigação (ver capítulo 5), o que dá justificação adicional para a selecção efectuada. A grande diferença diz respeito aos media mais populares, em particular o *Correio da Manhã*, que era previsível que não fossem consumidos por indivíduos em posições sócio-profissionais privilegiadas, como é o caso dos entrevistados, mas que têm uma elevada circulação entre outros grupos sociais.

Finalmente, os actores sociais apontaram inúmeros desafios que se colocam na mediatização das alterações climáticas e avançaram sugestões. Muitos consideram necessárias abordagens integradoras, que relacionem e dêem sentido às múltiplas vertentes do problema das alterações climáticas. Vários alertam para a necessidade de tornar a informação mais efectiva para os cidadãos, destacando a importância de se enfatizar os impactos quotidianos nos modos de vida, seja pelas modificações ambientais que ocorrem já e tendem a agravar-se, seja pelo apelo à acção individual no sentido de mitigar as alterações climáticas.

Cientes de que as entrevistas são processos discursivos afectados por múltiplos factores e condições, devemos observar, em particular, que as perguntas colocadas aos entrevistados poderão ter condicionado as questões discutidas no curso da entrevista. Entre as limitações deste estudo, refira-se também o número reduzido de entrevistados sem visibilidade mediática relativamente às alterações climáticas, o que dificulta uma análise e reflexão mais alargada sobre as

possíveis explicações das exclusões mediáticas. Apesar de tudo, o estudo oferece pistas muito significativas para pensar estas questões. Atente-se no caso das ONGs contactadas, que estão em situações profundamente diversas: enquanto a Quercus tem espaço regular na mediatização das alterações climáticas, o GAIA não tem qualquer expressão. Francisco Ferreira aponta um aspecto conhecido do funcionamento dos media: 'os jornalistas tentam sempre ter um conjunto de fontes mais diversificadas, até para equilibrar um pouco aquilo que é divulgado pelo Governo e pelas entidades oficiais.' Tal 'equilíbrio' parece, porém, ser sempre conseguido na imprensa portuguesa com a inclusão da Quercus. Quais as razões para as diferenças entre as ONGs? A partir do que foi referido neste capítulo e no anterior, e com base nas entrevistas que efectuámos, podem ser inferidos vários factores: a pró-actividade de cada ONG na comunicação; as formas de comunicação privilegiadas; e o facto de se referirem ou não especificamente às alterações climáticas (o que se liga com as áreas de intervenção que privilegiam). Na percepção de alguns entrevistados, há também características dos media a apontar na explicação para baixos níveis de mediatização de algumas organizações: o sistema de propriedade dos media e os valores-notícia (a busca do que é 'sensacional' e 'anormal').

Referências bibliográficas

Anderson, A. (1997) *Media, Culture and the Environment*, London: University College Press.

Bell, A. (1994) 'Media (mis)communication on the science of climate change, *Public Understanding of Science* 3: 259-75.

Bennet, L. (1988) *News: The Politics of Illusion*, New York and London: Longman.

Boeije, H. (2002) 'A purposeful approach to the constant comparative method in the analysis of qualitative interviews', *Quality & Quantity* 36: 391-409.

Bourdieu, P. (1977) *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge: Cambridge University Press.

Bucchi, M. (1998) *Science and the Media: Alternative Routes in Scientific Communication*, London: Routledge.

Cartea, P. A. M. & Blanco M. A. (2008) 'La representación del cambio climático en la sociedad española: De la conciencia a la acción', *Segurydad y Medio Ambiente* 109: 30-47.

Chomsky, N. (1989) *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies*, Boston: South End Press.

Chomsky, N. (1991) *Media Control: The Spectacular Achievements of Propaganda*, New York: Seven Stories.

Cohen, B. (1963) *The Press and Foreign Policy*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Ericson, R., Baranek, P. & Chan, J. (eds) (1989) *Negotiating Control. A Study of News Sources*, Milton Keynes: Open University Press.

Gamson, W. & Wolfsfeld, G. (1993) 'Movements and media as interacting systems', *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 528: 114-25.

Glaser, B. G. & Strauss, A. L. (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago: Aldine.

Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1978) *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, London: Macmillan.

Hannigan, J. (1995) *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective*, London & New York: Routledge.

Hansen, A. (1993) 'Greenpeace and press coverage of environmental issues', in A. Hansen (ed.) *The Mass Media and Environmental Issues*, pp. 150-78, Leicester: Leicester University Press.

Hansen, A. (2000) 'Claims-making and framing in British newspaper coverage of the 'Brent Spar' controversy', in S. Allan, B. Adam & C. Carter (eds) Environmental Risks and the Media, pp. 55-72, London & New York: Routledge.

Herman, E. & Chomsky, N. (1988) *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, New York: Pantheon.

Hilgartner, S. & Bosk, C. (1988) 'The rise and fall of social problems: a public arenas model', *American Journal of Sociology* 94 (1): 53-78.

Ladle, R. J., Jepson, P. & Whittaker, R. J. (2008) 'Scientists and the media: the struggle for legitimacy in climate change and conservation science', *Interdisciplinary Science Reviews* 30 (3): 231-40.

Lester, L. & Hutchins, B. (2009) 'Power games: environmental protest, news media and the internet', *Media, Culture & Society* 31(4): 579-95.

Mendonça, H. (2006) *Jornalismo e Ciência: Discursos, Práticas e Trajectórias até à Notícia Impressa. Interacção Jornalista-Cientista*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa: ISCTE.

Mormont, M. & Dasnoy, C. (1995) 'Source strategies and the mediatization of climate change', *Media, Culture & Society* 17 (1): 49-64.

O'Heffernan, P. (1991) *Mass Media and American Foreign Policy*, Norwood, NJ: Ablex.

Oreskes, N. & Conway, E. (2010) *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*, New York: Bloomsbury Press.

Pereira, E. (2009) *Comunicação Ambiental: As Alterações Climáticas nos Jornais*, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Peters, H. P. (1995) 'The interaction of journalists and scientific experts: co-operation and conflict between two professional cultures', *Media, Culture & Society* 17 (1): 31-48.

Peters, H. P., Brossard, D., de Cheveigné, S., Dunwoody, S., Kallfass, M., Miller, S. & Tsuchida, S. (2008) 'Science communication: Interactions with the mass media', *Science* 321 (5886): 2004-05.

Solesbury, W. (1976) 'The environmental agenda: an illustration of how situations may become political issues and issues may demand responses from government; or how they may not', *Public Administration* 54: 379-97.

Spector, M. & Kitsuse, J. (1973) 'Social problems: a reformulation', *Social Problems* 20: 145-59.

Spector, M. & Kitsuse, J. (1977) *Constructing Social Problems*, Menlo Park, CA: Cummings.

Capítulo 5
A reconstrução mediática das alterações climáticas

Anabela Carvalho, Eulália Pereira, Ana Teresa Rodrigues e Ana Patrícia Silveira

Resumo

Este capítulo analisa a representação mediática das alterações climáticas em Portugal. O estudo cobre quatro media impressos – *Público*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Visão* – que foram seleccionados devido às suas posições no mercado das audiências e devido ao seu poder para marcar as agendas políticas e sociais. Centrando-se em vários 'momentos críticos' entre 1990 e 2007, o capítulo apresenta os resultados de uma análise de conteúdo de diferentes dimensões dos artigos jornalísticos. Para além disso, faz-se uma análise crítica do discurso desses meios impressos em quatro momentos críticos entre 2003 e 2007. A televisão é também objecto de análise com base numa amostra de emissões noticiosas da RTP1, 2:, SIC e TVI. Ao longo do capítulo, procura-se comparar a representação da mudança global do clima em diferentes media com o objectivo de compreender se existem discursos alternativos. Dada a sua importância para a definição do problema e para a formulação de opções de acção, as questões do risco e da responsabilidade merecem particular importância na análise da (re)construção mediática das alterações climáticas.

1. Introdução

Múltiplos estudos indicam que os media desempenham um papel essencial como fonte de informação sobre alterações climáticas para os cidadãos (e.g. Wilson, 1995; Corbett & Durfee, 2004). Dado o carácter geográfica e temporalmente difuso do problema e o facto da sua detecção e avaliação depender fortemente da ciência, a comunicação social é um mediador crucial para o público. Para além disto, os media são actores centrais na formulação, reprodução e transformação do significado deste problema complexo e uma arena fundamental para a legitimação e/ou crítica de opções políticas e económicas.

Que vozes são dominantes na cobertura das alterações climáticas? Quais os temas mais frequentes? Que discursos circulam nos media portugueses sobre a questão e sobre a responsabilidade pela acção? Estas são algumas das questões que orientaram a preparação deste capítulo, onde se analisa a cobertura mediática sobre alterações climáticas entre 1990, ano em que o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) publicou o seu 1° Relatório de Avaliação, e 2007, data de publicação do 4° Relatório do IPCC. Nestas quase duas décadas, esta problemática ganhou uma forte relevância social e política e foi desenvolvido e posto em prática um sistema de regulação internacional da questão, com instrumentos políticos e

instituições específicas (e.g. a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto).

Procurar-se-á analisar, tanto de forma quantitativa como de forma qualitativa, o modo como os principais meios de comunicação social em Portugal trataram esta questão em vários momentos-chave. Por um lado, analisaremos aspectos como a evolução do volume de cobertura, a distribuição dos temas, as referências a actores sociais e a origem dos artigos de forma essencialmente quantitativa. Por outro lado, centrar-nos-emos de forma mais detalhada sobre um número mais reduzido de artigos jornalísticos e peças televisivas, oferecendo uma análise qualitativa na linha dos Estudos Críticos de Discurso. Tentaremos assim identificar tendências na representação mediática das alterações climáticas e compreender como determinados discursos foram sendo reproduzidos e sedimentando-se enquanto outros foram sendo excluídos da arena dos media.[1]

2. Os media e as alterações climáticas

Estudos sobre vários países apontam o final da década de 80 como um período determinante na história da mediatização das alterações climáticas e portanto, em grande medida, da sua existência como uma questão 'pública' (Mazur, 1998; Carvalho & Burgess, 2005). A partir de 1988, terá ocorrido um aumento significativo no volume de cobertura mediática, motivado por factores como um Verão anormalmente quente e seco nos EUA, as declarações prestadas por James Hansen ao Congresso norte-americano sobre a relação entre o efeito de estufa e as temperaturas então registadas, e alguns discursos de Margaret Thatcher sobre as alterações climáticas. Ao longo das duas décadas seguintes, os níveis de atenção dos media tiveram flutuações significativas. Vários autores sugerem que a cobertura das alterações climáticas é fortemente dependente de 'eventos' (e.g. Wilkins & Patterson, 1990). Por outras palavras, apesar do seu carácter contínuo, para as alterações climáticas se tornarem alvo do interesse dos media seria necessário que ocorressem reuniões políticas, encontros científicos ou outros acontecimentos.

Ao longo do tempo, houve alterações significativas nas questões e vozes presentes nos media. Enquanto que nos primeiros anos a ciência e os cientistas eram o tema e o actor social mais frequentes no tratamento das alterações climáticas, a política e os actores políticos rapidamente se tornaram dominantes (Trumbo, 1996; Carvalho & Burgess, 2005). Numa análise da imprensa britânica, Carvalho (2005) concluiu que o discurso político não só determinou os picos de cobertura, tipicamente associados a cimeiras intergovernamentais e a pronunciamentos de figuras políticas de alto nível, como teve uma importante influência nas formas de perspectivação da questão pelos media (cf. Olausson, 2009). As estratégias discursivas usadas pelos actores políticos no sentido de legitimar determinados programas de acção ou inacção foram frequentemente reproduzidas por alguns jornais de forma acrítica, embora outros tenham feito uma análise mais profunda e

[1] Várias partes deste capítulo são uma tradução do seguinte texto: Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) 'Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond', in A. Carvalho (ed.) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions,* Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 126-56. E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

distanciada. As questões de política internacional foram identificadas como dominantes em estudos da imprensa francesa (e.g. Brossard, Shanahan & McComas, 2004) e sueca (Olausson, 2009).

Um dos aspectos mais marcantes da representação mediática das alterações climáticas tem sido a visibilidade conferida aos chamados 'cépticos'. Trata-se de um pequeno número de indivíduos que negam a ocorrência as alterações climáticas ou a sua natureza antropogénica. Apesar da sua falta de credibilidade científica, os 'cépticos' têm obtido um elevado destaque em muitos meios de comunicação social, sendo muitas vezes contrastadas as posições com as do IPCC, que regularmente revê e sumariza a investigação levada a cabo por milhares de cientistas. Boykoff & Boykoff (2004) apontam para uma norma profissional do jornalismo – a procura de equilíbrio – como a causa deste problema, em que uma tendência para dar voz às duas partes (ou seja, para o 50/50) constitui, na verdade, um forte enviesamento da realidade. Por sua vez, McCright & Dunlap (2000) ressaltam o facto de os 'cépticos' serem especialmente pró-activos na disseminação das suas posições, em aliança com instituições norte-americanas conservadoras e interesses ligados aos combustíveis fósseis.

Cruzando-se com questões do foro político, económico e ambiental, as alterações climáticas são objecto dos mais variados tipos de reconstrução discursiva e argumentação e os media tornaram-se um campo de batalha em que se confrontam perspectivas, propostas e visões do mundo. Num dos primeiros estudos sobre a questão, Wilkins (1993) salientou o papel dos valores na representação mediática das alterações climáticas. Em trabalhos mais recentes, Carvalho (2005; 2007) destacou a importância do ethos ideológico (preferências, valores e visões do mundo) de cada organização mediática, demonstrando que os meios de direita mais frequentemente insistem num discurso de resistência às alterações necessárias para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. O ambiente político, económico e simbólico de cada país pode também condicionar a performance mediática. Segundo Dispensa & Brulle (2003), o tipo de governo, as estruturas económicas e os interesses industriais de cada país contribuem para explicar as diferenças internacionais na cobertura mediática das alterações mediáticas.

No entanto, há que notar que vários estudos demonstram a existência de importantes diferenças entre os media do mesmo país (e.g. Carvalho, 2005; 2007). Ereaut & Segnit (2006) consideram que a imprensa britânica se encaixa em dois 'reportórios linguísticos' principais: *alarmista* e *optimista*. O primeiro apresenta as alterações climáticas do seguinte modo: 'as awesome, terrible, immense and beyond human control. (…) It is typified by an inflated or extreme lexicon, incorporating an urgent tone and cinematic codes. It employs a quasi-religious register of death and doom, and it uses language of acceleration and irreversibility.' (p. 7) (cf. Foust & Murphy, 2009). O reportório *optimista* sugere que tudo acabará em bem e assume as seguintes formas: 'settlerdom', 'British comic nihilism', 'rhetorical scepticism', 'expert climate change denial', 'warming is good' e 'free market protection'. O *optmismo pragmático* é uma variação do reportório *optimista*. As suas formas específicas são 'establishment techno-optimism', 'non-establishment techno-optimism', 'David and Goliath', 'corporate small actions' e 'personal small actions'. No cômputo global, afirmam Ereaut & Segnit que a imagem das alterações climáticas é 'confusa' e 'contraditória' (ibid.), o que contribui negativamente para a percepção pública. Numa nota positiva, note-se que, de acordo com Ereaut (2008), entre 2006 e 2007 a linguagem da

imprensa britânica sobre alterações climáticas tornou-se mais moderada, passando do 'alarmismo' para o 'alarme'.

Vários estudos sugerem que os discursos alarmistas sobre as alterações climáticas podem ter implicações indesejáveis. O exagero relativamente aos impactos do problema ou à iminência temporal com que podem ocorrer pode conduzir a atitudes de desacreditação ou de apatia. O'Neill & Nicholson-Cole (2009), por exemplo, mostraram no seu estudo empírico como as pessoas se podem sentir mais capacitadas para agir por imagens como as de uma lâmpada de baixo consumo ou de um ciclista, e menos capacitadas por imagens geradoras de sentimentos de medo, como tempestades.

3. Metodologia

No presente estudo, a análise da representação das alterações climáticas na imprensa centrou-se em quatro publicações periódicas, entre 1990 e 2007. Os meios de comunicação impressos escolhidos foram os jornais diários *Público* e *Correio da Manhã*, o semanário *Expresso* e a revista *Visão*. Estas opções resultaram de critérios relativos ao espaço de mercado ocupado por estes meios e à diversidade de linhas editoriais.

A qualidade jornalística e a influência sócio-política tornam o *Público* e o *Expresso* nos dois principais jornais de referência no panorama nacional. Com frequência, artigos aí publicados têm repercussões na agenda política nacional, bem como na agenda dos outros media. Como jornal de cariz 'popular', o *Correio da Manhã* permite analisar outros modos de representação das alterações climáticas, com públicos bem distintos dos dois primeiros jornais. Por seu lado, a *Visão* caracteriza-se por um estilo jornalístico 'leve', de leitura fácil e pelo investimento no grafismo, que procura ser apelativo e atrair diversos tipos de leitores.

O *Público* foi lançado em 1990 e é propriedade do grupo empresarial Sonae. Tem sido o jornal de referência mais lido em Portugal, tendo apenas sido suplantado pelo *Diário de Notícias* nalguns momentos. A sua audiência média entre 1996, ano a partir do qual dispomos de dados, e o primeiro trimestre de 2007, situou-se entre os 4 e 5% (Bareme Imprensa, 2007). A sua tiragem era, no primeiro trimestre de 2007, de cerca de 68000 exemplares (APCT, 2009). Para além disto, vários estudos indicam que o *Público* tem sido o site informativo mais visitado em Portugal com um número de visitantes únicos no final do período aqui analisado de 443000 (Marktest, 2006).

Propriedade do grupo multimédia Cofina desde 2000, o *Correio da Manhã* iniciou publicação em 1979. No primeiro trimestre de 2007, tinha uma tiragem de cerca de 147000 exemplares, a mais elevada entre os jornais diários não-gratuitos (APCT, 2009). Segundo o estudo Bareme Imprensa (2007), tem tido uma audiência média entre os 8 e os 11% (ligeiramente abaixo do *Jornal de Notícias*).

O *Expresso* é, das quatro, a publicação com maior antiguidade, tendo sido fundado em 1973 por Francisco Pinto Balsemão, líder histórico do Partido Social Democrata e ex-Primeiro Ministro. A *Visão* surgiu em 1993 e é, actualmente, propriedade do mesmo grupo económico, a Impresa. O *Expresso* foi, no período analisado, a publicação semanal de informação geral mais lida em Portugal com uma

audiência média entre os 6 e os 11%. A *Visão* ocupou o segundo lugar na tabela das audiências com uma percentagem média entre os 3 e os 8% (Bareme Imprensa, 2007). Os dados da APCT (2009) indicam que as tiragens do *Expresso* e da *Visão* eram de cerca de 153000 e 138000 exemplares respectivamente no primeiro trimestre de 2007. Segundo a Impresa (2009a), o perfil de leitor do jornal é o seguinte: 'leitor com idade compreendida entre os 25 e os 54 anos, das classes A B C1, quadro médio e superior, residente em regiões urbanas.' A *Visão* tem, alegadamente, um perfil de leitor semelhante, sendo que a principal diferença diz respeito à idade, que é compreendida entre os 25 e os 44 anos (Impresa, 2009b).

De acordo com um estudo da Marktest (2007), o género é o principal factor que distingue os leitores de jornais e revistas, com os homens a preferirem jornais e as mulheres a escolherem predominantemente as revistas. As revistas ganham também em popularidade junto dos jovens entre os 15 e os 17 anos e dos estudantes.

Os artigos foram recolhidos através de dois procedimentos distintos. Entre 1990 e 2002, a pesquisa de artigos sobre alterações climáticas foi feita manualmente na versão impressa das publicações em momentos seleccionados, que serão descritos abaixo. Tal deveu-se ao facto de, na altura em que os artigos foram compilados, os media seleccionados só disponibilizarem a pesquisa electrónica a partir do ano de 2001 ou 2002.

A partir de 2002, foi efectuada uma pesquisa automática por palavra-chave nos arquivos electrónicos disponibilizados nos 'sites' dos jornais e revista em questão. A pesquisa dos artigos foi feita com recurso às palavras-chave 'alterações climáticas', 'aquecimento global', 'efeito de estufa' ou 'Protocolo de Quioto'. Todos os artigos que apresentassem uma ou mais destas palavras-chave foram recolhidos, tendo sido excluídos aqueles que não se referiam ao tema em análise.

A análise de imprensa centrou-se num conjunto de 12 períodos, descritos na tabela 1. Trata-se de momentos críticos na construção social das alterações climáticos, definidos pela ocorrência de acontecimentos-chave, como cimeiras políticas, eventos científicos e manifestações meteorológicas, entre outros, com o potencial de gerar um debate alargado sobre a questão e levar à definição (ou redefinição) de posições e argumentos. Para além de 'captar' o essencial da biografia das alterações climáticas, esta opção reduziu o corpus de artigos e tornou mais exequível a sua análise. No sentido de garantir a exaustividade da recolha de artigos publicados pré- e pós-acontecimento, por um lado, e de incluir no âmbito da análise outros artigos e debates relativos às alterações climáticas que possam ter sido despoletados pelos vários acontecimentos-chave, por outro, os períodos de tempo analisados incluíram as duas semanas anteriores e as duas semanas posteriores à sua ocorrência (no caso de acontecimentos imprevisíveis foram apenas incluídas as duas semanas posteriores).

Tabela 1. Momentos críticos na construção social das alterações climáticas e períodos analisados

Momento crítico	Período analisado
Publicação do **1° Relatório do IPCC**-Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (25 de Maio de 1990)	11 de Maio – 8 de Junho de 1990
Cimeira do Rio de Janeiro (Cimeira Mundial de Ambiente e Desenvolvimento)/assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) (1-15 de Junho de 1992)	18 de Maio – 29 de Junho de 1992
Cimeira de Berlim – 1ª Conferência das Partes da CQNUAC (28 de Março - 7 de Abril de 1995)	14 de Março – 21 de Abril de 1995
Publicação do **2° Relatório do IPCC** (6 de Junho de 1996)	22 de Maio – 20 de Junho de 1996
Cimeira de Quioto - 3ª Conferência das Partes da CQNUAC (1-10 de Dezembro de 1997)	17 de Novembro – 24 de Dezembro de 1997
Publicação do **3° Relatório do IPCC** (12 de Julho de 2001)	28 de Junho – 26 de Julho de 2001
Apresentação pública do **Plano Nacional de Alterações Climáticas** - PNAC 2001 (18 de Dezembro de 2001)	4 de Dezembro de 2001 – 1 de Janeiro de 2002
Vaga de calor em Portugal (29 de Julho – 15 de Agosto de 2003); **incêndios** florestais em larga escala	29 de Julho – 29 de Agosto de 2003
Apresentação pública do **Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão** – PNALE 2005/2007 (17 de Março de 2004)	3 de Março – 31 de Março de 2004
Entrada em vigor do **Protocolo de Quioto** (16 de Fevereiro de 2005)	2 de Fevereiro – 2 de Março de 2005
Furacão Katrina (23-31 de Agosto de 2005)	23 de Agosto – 14 de Setembro de 2005
Publicação do **Sumário Executivo do 4° Relatório do IPCC** (2 de Fevereiro de 2007/reunião do IPCC em Paris: 29 de Janeiro – 1 de Fevereiro de 2007)	16 de Janeiro – 16 de Fevereiro de 2007

De seguida, apresentam-se quatro dimensões de análise: o volume de cobertura jornalística e as tendências que daí podem ser inferidas; os actores sociais presentes nos jornais; os factores que se inferiu terem estado na origem dos textos jornalísticos, e os temas associados à representação das alterações climáticas. Posteriormente, apresentar-se-á a análise qualitativa realizada, explicando-se na respectiva secção os aspectos metodológicos relevantes.

4. Traços caracterizadores da mediatização das alterações climáticas

Nesta secção, vamos observar, de forma quantitativa, alguns elementos relativos à cobertura mediática das alterações climáticas nos quatro media impressos seleccionados para este estudo: o *Público*, o *Correio da Manhã*, o *Expresso* e a *Visão*.

4.1. Volume da cobertura mediática ao longo do tempo

Os gráficos 1 e 2 ilustram o volume de cobertura jornalística nos 12 momentos seleccionados, comparando os dois diários e as publicações semanais analisadas, respectivamente. As diferenças na atenção dedicada pela imprensa aos diferentes acontecimentos são dramáticas, indo de 0 artigos (em 1990 e 1996, no *Correio da Manhã*, por exemplo) a 55 (em 2007, no *Público*). Os gráficos permitem observar uma grande discrepância entre os níveis de cobertura nos jornais de referência e nas publicações de natureza mais popular, que têm conferido às alterações climáticas muito menos espaço.

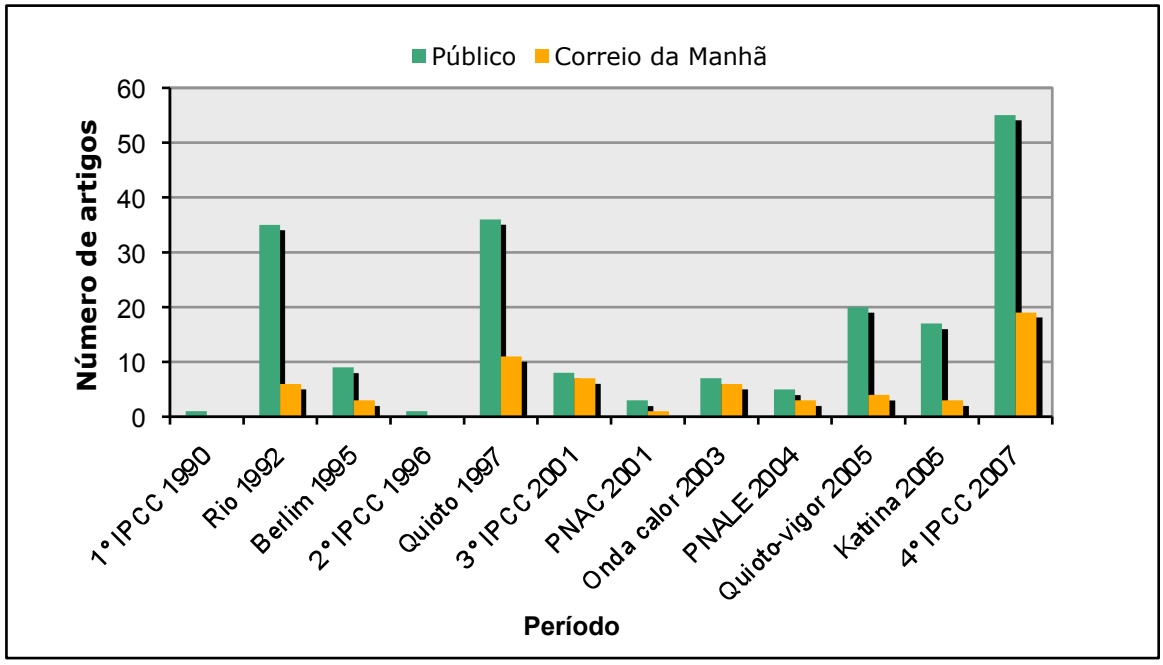


Gráfico 1. Número de artigos sobre alterações climáticas publicados no *Correio da Manhã* e no *Público*, 1990-2007.

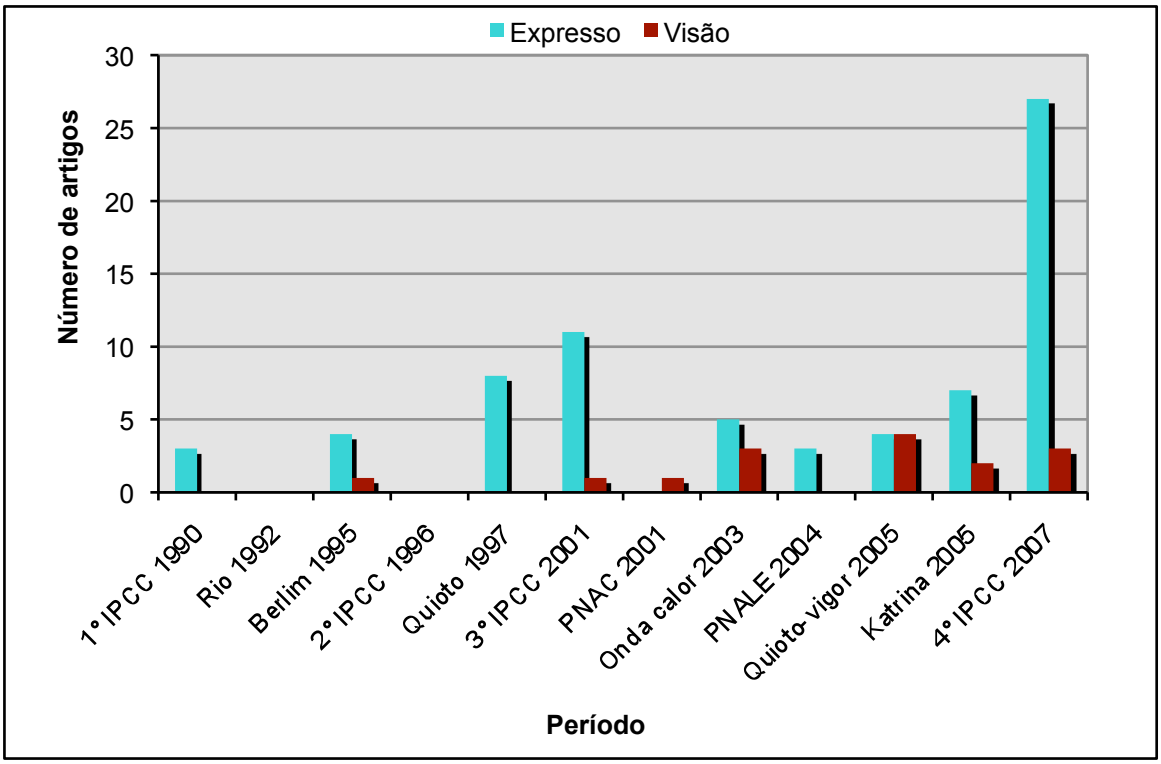


Gráfico 2. Número de artigos sobre alterações climáticas publicados no *Expresso* e na *Visão*, 1990-2007.

A análise dos gráficos permite identificar várias tendências. Em primeiro lugar, os picos de cobertura coincidem com reuniões intergovernamentais: a Cimeira Mundial de Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em Junho de 1992, onde foi assinada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC); a terceira Conferência das Partes da CQNUAC em Quioto, em Dezembro de 1997, onde foi acordado o Protocolo de Quioto; e a Publicação do Sumário Executivo do 4° Relatório do IPCC, em Fevereiro de 2007. Estando associado a uma organização intergovernamental, este último acontecimento tem um cariz mais científico do que político e contrasta com os momentos de publicação dos três primeiros relatórios dessa mesma organização (IPCC), que foram objecto de escassa atenção mediática, o que é uma segunda tendência significativa a ressaltar. Em terceiro lugar, há que notar a fraca visibilidade alcançada pelos acontecimentos nacionais. Momentos tão importantes como as apresentações públicas do Plano Nacional de Alterações Climáticas (PNAC 2001) em Dezembro de 2001 e do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE 2005/2007) em Março de 2004 mereceram um número muito reduzido de artigos por parte de todas as publicações. Em quarto lugar, pode-se referir o facto dos acontecimentos meteorológicos extremos, como a onda de calor de 2003 e o furacão Katrina, não terem sido frequentemente relacionados com o fenómeno das alterações climáticas na imprensa, em particular na imprensa de cariz mais 'popular'.

4.2. Temas presentes nos artigos

No sentido de ter uma visão global da distribuição de temas nos artigos analisados no período 1990-2007, foi realizada uma análise de conteúdo dos mesmos[2]. A análise categorial temática dos artigos produziu as seguintes 'grandes' categorias: Política, Economia, Sociedade, Ciência e Cultura. De seguida, para cada tema criámos várias subcategorias: Política (Nacional e Internacional), Economia (Indústria/Comércio, Agricultura, Novas Tecnologias e Políticas Económicas), Sociedade (Segurança, Pobreza, Saúde, Demografia, Educação/Ensino e Outro), Ciência (Biodiversidade/Natureza, Energias Renováveis e Inovação Tecnológica, Consequências Ambientais e Outro) e Cultura (Cinema)[3].

Estas categorias e subcategorias basearam-se, por um lado, nos aspectos que pressupusemos que os *media* focassem para representar a problemática das alterações climáticas, e, por outro lado, nos temas que emergiram da leitura dos artigos. A construção das categorias resultou, por outras palavras, de um misto de temas elencados a priori e de temas identificados nos textos, num processo de revisão gradual, à medida que os artigos foram sendo analisados.

Uma vez que a forma de organização temática aqui seguida pode suscitar dúvidas, torna-se pertinente explicar algumas das categorias e subcategorias estabelecidas. No âmbito da Política, consideraram-se apenas aspectos gerais relacionados com a questão, por exemplo, posições de determinados partidos em relação a alguma decisão, opções tomadas por políticos ou mesmo medidas políticas de carácter geral. Em contrapartida, a subcategoria Políticas Económicas corresponde somente a medidas ou posições definidas pelos governos que digam respeito a aspectos económicos. O estabelecimento em Portugal da ecotaxa sobre os combustíveis constitui um exemplo do que foi considerado um aspecto de Políticas Económicas. No tema Economia, a subcategoria Novas Tecnologias é distinta da subcategoria Energias Renováveis e Inovação Tecnológica, pertencente ao tema Ciência. Enquanto que Novas Tecnologias diz respeito a tecnologias amigas do ambiente adoptadas, por exemplo, por empresas ou instituições, Energias Renováveis e Inovação Tecnológica está relacionada com a descoberta, utilização, vantagens e desvantagens do uso de tecnologias que protegem o ambiente. Nas Novas Tecnologias enquadra-se a adopção de tecnologias em termos de investimentos ou no que concerne a mercados e obtenção de lucros (exemplo: a Toyota apostou no uso desta tecnologia no processo de construção de automóveis); nas Energias Renováveis e Inovação Tecnológica consideram-se aspectos, de carácter científico, relacionados com a implementação ou utilização de novas tecnologias (exemplo: vantagens da implementação de um parque eólico na serra do Caramulo). Finalmente, por Demografia entenda-se efeitos das alterações climáticas na sociedade, em termos demográficos; como Consequências Ambientais consideramos efeitos da mudança climática global em termos de natureza (cheias, vagas de calor, furacões, etc).

O objectivo desta análise foi identificar e quantificar os diferentes 'ângulos' de representação mediática das alterações climáticas, uma vez que os temas correspondem a diversas facetas desta

[2] Os resultados detalhados da análise de conteúdo podem ser consultados em Rodrigues (2008).
[3] A categoria Cultura e a subcategoria Cinema foram construídas, essencialmente, para organizar as referências ao documentário de Al Gore sobre alterações climáticas (*Uma Verdade Inconveniente*).

complexa questão. Neste campo, o registo foi efectuado do mesmo modo que o dos actores sociais, isto é, para cada artigo foram anotados todos os temas que surgiram, independentemente do número de vezes que foram focados ao longo do texto.

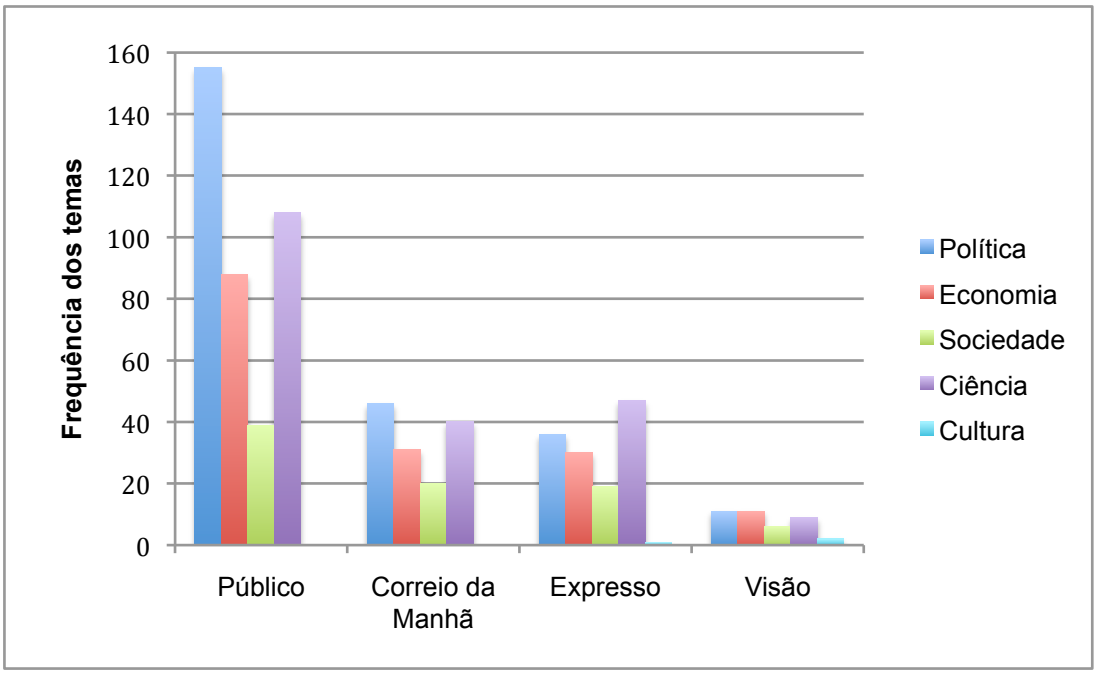


Gráfico 3: Frequência dos temas nos quatro meios de comunicação.

O gráfico 3 mostra diferenças significativas entre os quatro jornais e revista analisados. Enquanto no *Público*, a Política é claramente dominante, no *Correio da Manhã* esse tema tem apenas uma pequena vantagem sobre o tema Ciência. Este último tema é o dominante no *Expresso* e surge em segundo lugar no *Público* e *Correio da Manhã*. A Economia ocupa o terceiro lugar em todos os media, excepto na *Visão* em que surge ex aequo com a Política como o tema mais abordado. O tema Sociedade tem menos expressão do que o que poderia ser esperado, dada a profunda inserção da questão das alterações climáticas nas sociedades. Como seria expectável, o tema Cultura é residual.

Além de registar os diferentes temas que surgiram nos artigos, considerámos relevante verificar qual o tema dominante em cada um, escolhido com base no assunto principal do artigo. Nalguns artigos, verificou-se que dois temas tinham igual importância, tendo nesse caso sido ambos considerados dominantes. O gráfico seguinte resume os resultados dessa análise.

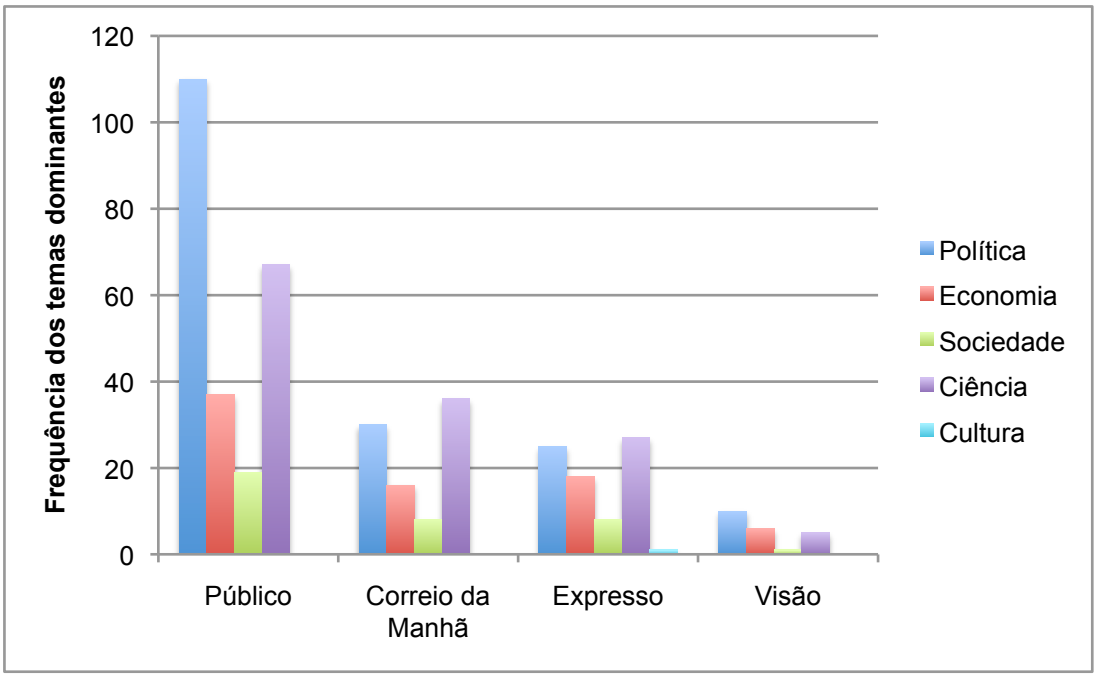


Gráfico 4: Frequência dos temas dominantes nos quatro meios de comunicação.

Enquanto tema dominante, a Política ganha, proporcionalmente, mais peso do que na análise anterior (é o tema dominante em 41% dos artigos publicados nos quatro media, sendo que quando considerados todos os temas presentes nos artigos correspondia a 35% do total). A Ciência conquista mais três pontos percentuais (32% versus 29%); de notar que no *Correio da Manhã* a Ciência ultrapassa agora a Política. Em contraste, a Economia perde algum terreno (18% versus 23%), tal como a Sociedade (8% versus 12%).

Olhemos agora para os subtemas presentes no conjunto dos media analisados.

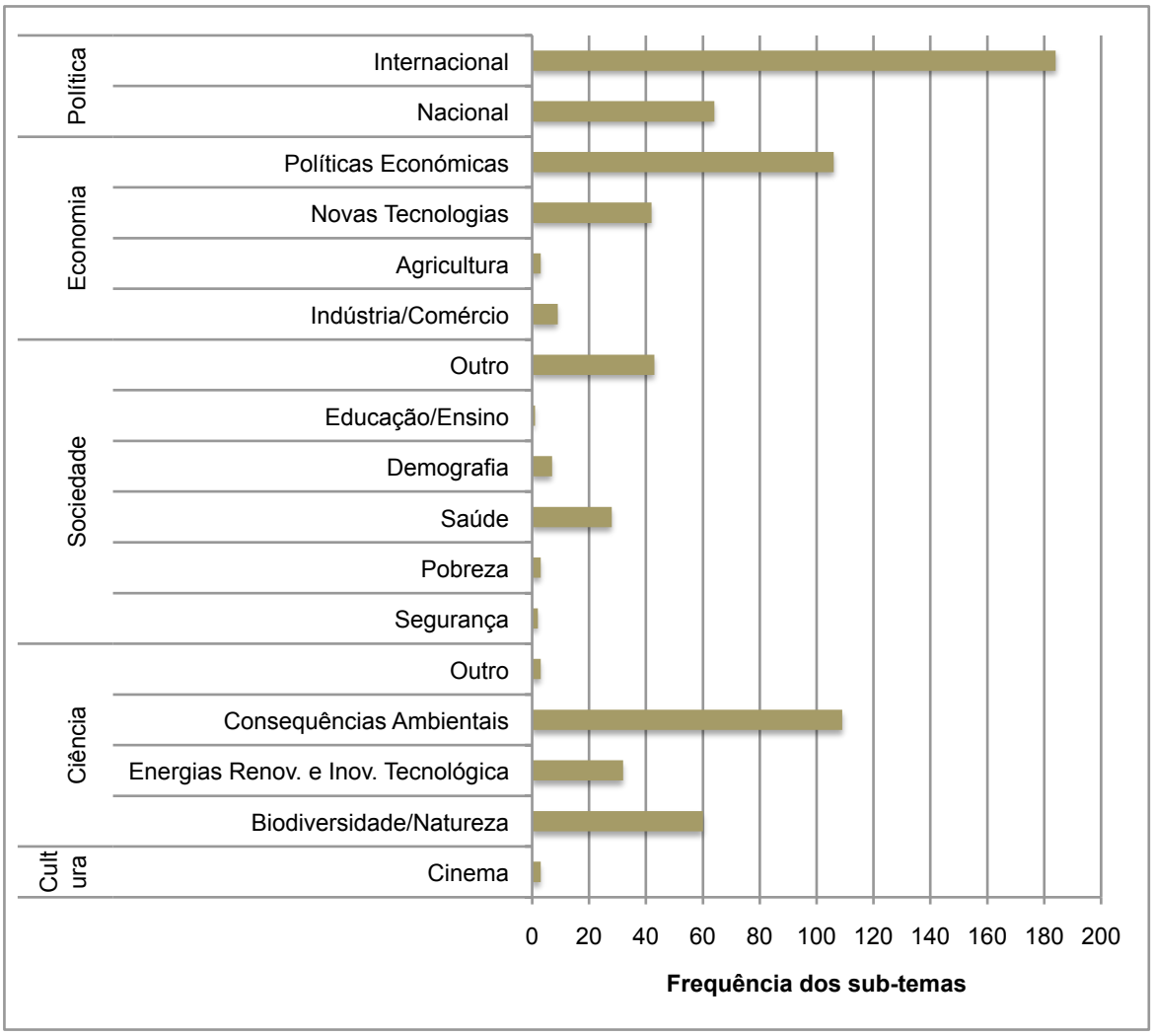


Gráfico 5: Frequência dos sub-temas nos media analisados.

O gráfico 5 revela que a Política Internacional é o sub-tema claramente maioritário no total dos artigos analisados (o que se acentua ainda mais quando atentamos nos sub-temas dominantes nos artigos – 31% versus 26% –, algo que não é apresentado detalhadamente neste capítulo por razões de espaço). Quatro dos 12 momentos críticos seleccionados para a análise relacionam-se explicitamente com este tema (Cimeiras do Rio, Berlim e Quioto, e entrada em vigor do Protocolo de Quioto). Mas tal não explica tudo, uma vez que uma análise da distribuição deste sub-tema ao longo do tempo aponta para valores muito elevados em 2001 e 2007, aquando da publicação dos 3° e 4° Relatórios do IPCC, sugerindo que há um grande enfoque político no tratamento mediático desses eventos cuja importância é essencialmente científica.

Em segundo lugar, surge o sub-tema Consequências Ambientais, que tem ligações com Biodiversidade/Natureza, também numa posição de destaque. O terceiro sub-tema mais frequente é Políticas Económicas, o que vem reforçar ainda mais o peso das questões políticas na mediatização das alterações climáticas.

Entre os sub-temas mais ausentes dos media encontramos Indústria/Comércio, um domínio com grande responsabilidade na geração de gases com efeito de estufa (embora com um contributo

menor, a Agricultura está também na origem de uma quantidade significativa destes gases e é ainda menos visível nos media).

Vários analistas têm considerado que seria importante associar mais frequentemente as alterações climáticas à área da saúde. Este sub-tema tem alguma expressão nos media impressos que examinámos mas, em contraste, a Segurança, que também é passível de grande aumento de risco com as alterações climáticas, não tem expressão. A quase total ausência de referências a Educação/Ensino, um domínio de intervenção essencial para lidar com o problema a médio e longo prazo, é também digna de nota.

4.3. Os actores sociais na imprensa

No palco dos media, tem lugar uma constante competição por visibilidade por parte de um grande número de actores sociais. Como referido acima, a questão das alterações climáticas é frequentemente objecto de pronunciamentos por uma grande variedade de instituições e indivíduos que visam a amplificação dos seus pontos de vista e a conquista de legitimidade social. As estratégias de comunicação dos vários actores (e.g. produção de comunicados de imprensa ou organização de eventos) são um factor de relevo mas o processo de selecção por parte de jornalistas e editores é, em última análise, o que determina a presença e nível de saliência dos diferentes actores sociais nos media. Tal selecção assenta numa variedade de critérios: normas profissionais, orientações organizacionais, aspectos relacionais (confiança, credibilidade percebida), etc.

A identificação das vozes presentes nos artigos analisados foi um objectivo importante deste estudo. Que actores sociais estão presentes com maior frequência nos textos jornalísticos sobre alterações climáticas? Quais os menos presentes?

Em cada artigo, foram identificados os actores sociais citados e/ou referidos. Embora existam importantes diferenças entre estas duas formas de representação discursiva (citação e referência), considerou-se que, para fins de avaliação global da visibilidade mediática dos vários actores sociais, o registo da presença dos mesmos nos textos, independentemente de se tratar de citação ou referência, seria adequado e simplificaria grandemente os procedimentos analíticos. Assim, nesta análise, não foi tido em conta o número de vezes que cada actor social foi citado ou referido em cada artigo, ou seja, foi apenas registada a sua presença, independentemente do número de menções.

Após o registo dos actores sociais presentes nos textos jornalísticos, os mesmos foram agrupados nas seguintes categorias: Governo Central, Governo Local, Organização Internacional, Universidade/Centro de Investigação, Associação Ambiental, Empresa, Outro. O critério de agrupamento dos actores sociais foi o tipo de organização a que pertencem pois julga-se importante ponderar o poder social atribuído pelos media às diferentes entidades e instituições sociais. Os indivíduos raramente falam em nome próprio sobre a questão das alterações climáticas, tendo a maior parte das vezes uma afiliação institucional que, de alguma forma, contribui para lhes conferir um determinado estatuto ou imagem.

Nos dois gráficos seguintes, apresentam-se os resultados da análise nos quatro meios impressos que foram analisados.

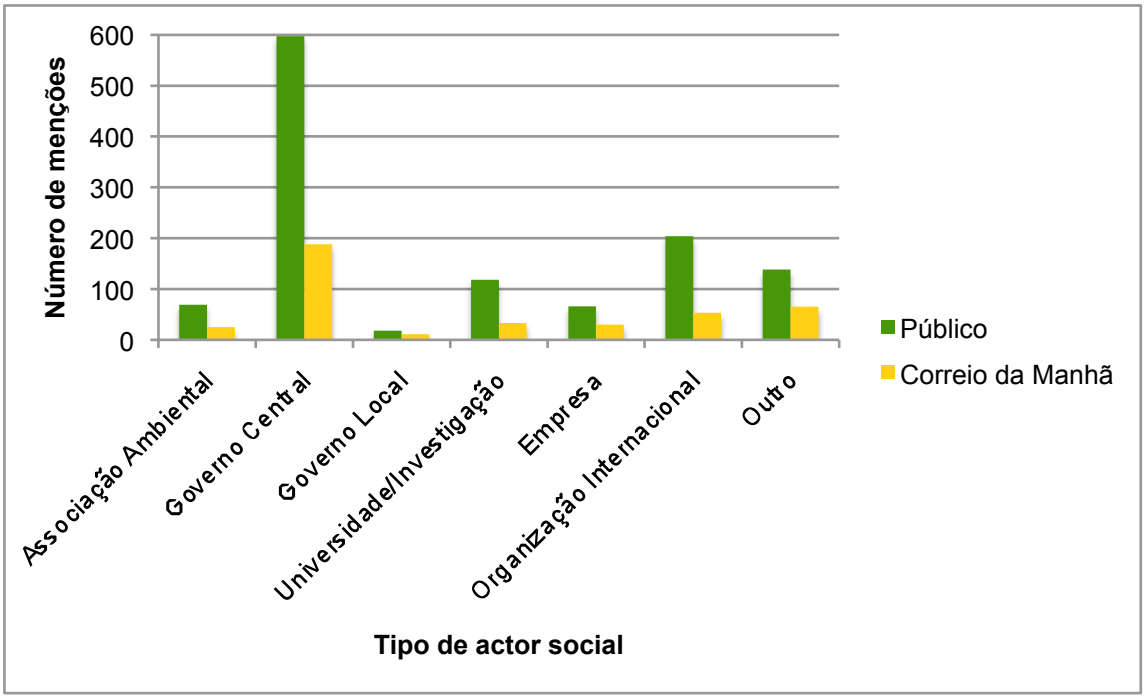


Gráfico 6: Actores sociais referidos nos artigos do *Público* e do *Correio da Manhã*.

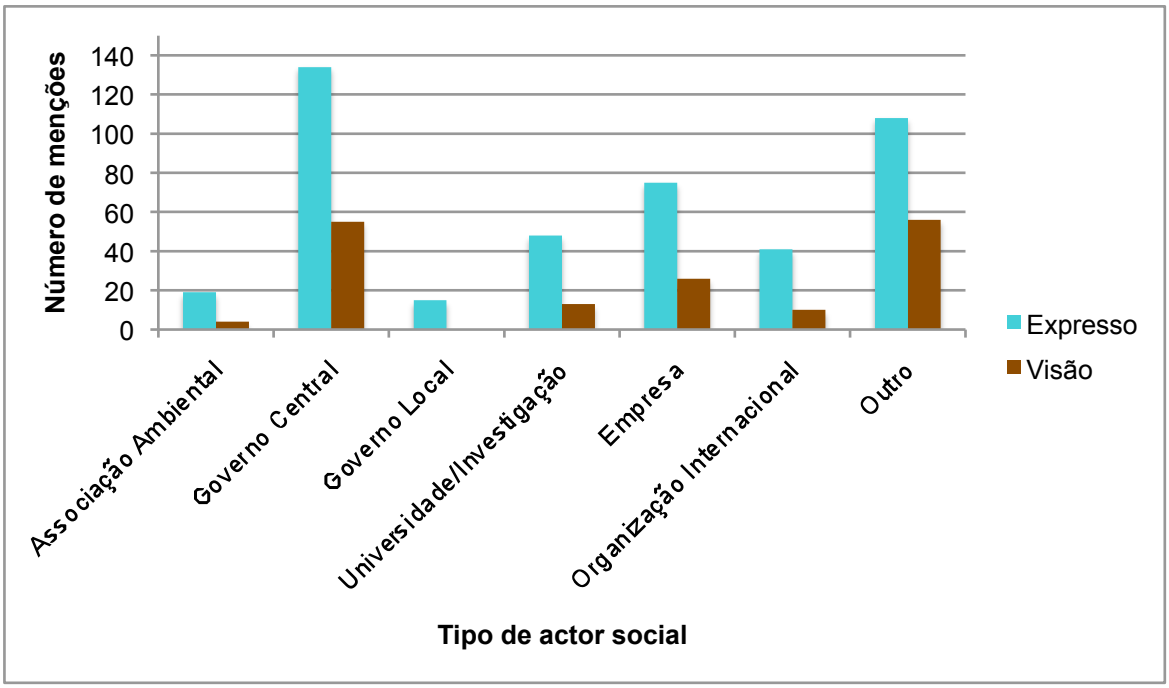


Gráfico 7: Actores sociais referidos nos artigos do *Expresso* e da *Visão*.

O Governo Central destaca-se claramente como o actor social referido mais vezes nos artigos analisados. Deve notar-se que se optou por classificar como Governo Central todas as instâncias de decisão política a nível central, em qualquer país. Para além disso, foram também colocadas nesta categoria as referências a países quando tal consistia numa alusão metonímica à posição oficial dos

mesmos (e.g. 'O texto sobre o financiamento mereceu o acordo tanto do Japão como dos Estados Unidos...', in Granado, 1992). Nesta categoria regista-se um elevado peso de Primeiros-Ministros e de Ministros de vários sectores.

A enorme proporção de referências ao Governo Central é um dado muito importante que indicia uma forte politização do discurso sobre alterações climáticas e uma clara hegemonia dos governantes na reconstrução social desta questão. A selecção dos momentos críticos analisados poderá, em parte, pelo menos, explicar o predomínio do governo. No entanto, a diversidade dos acontecimentos/questões que estiveram no centro dos momentos seleccionados, bem como o facto da análise se reportar a um período alargado antes e depois dos acontecimentos, terão mitigado (embora não eliminado completamente) possíveis enviesamentos.

Exceptuando a categoria Outro, que aglutina uma grande variedade de indivíduos e entidades, a Organização Internacional é o actor social que surge em segundo lugar em termos de volume de referências. Deve salientar-se que estas organizações são quase exclusivamente de carácter intergovernamental[4], o que reforça ainda mais a importância dos Estados no discurso mediático sobre alterações climáticas.

Os actores sociais ligados à investigação científica (Universidade/Centro de Investigação) surgem na terceira posição (excluindo Outros), o que sugere que a valorização do conhecimento científico sobre alterações climáticas é bastante frequente na prática jornalística sobre o tema.

Porventura mais surpreendente é o peso das referências a Empresas, que se acentua nos períodos mais recentes da nossa análise. À medida que as alterações climáticas se foram ligando a questões como a energia (em particular, as energias renováveis) e os transportes, os agentes de mercado emergiram no discurso dos media e tornaram-se em importantes mediadores na (re)construção social desta problemática.

Apesar de dedicarem muita da sua acção à sensibilização e mobilização (pública e política) em torno das alterações climáticas, as Associações Ambientais obtiveram, no total dos quatro media, pouco mais de metade das referências das Empresas.

Finalmente, os actores ligados ao Governo Local (e.g. municípios e instâncias associadas) mereceram o menor número de menções nos media analisados. Apesar da importância das práticas e decisões ao nível local para a emissão de gases com efeito de estufa, os media tendem a secundarizar esta escala de governação.

Existirão diferenças importantes entre os media impressos analisados neste estudo? Embora existam algumas semelhanças, há bastantes diferenças que merecem destaque. O Governo Central é o actor social com maior visibilidade nos três jornais mas é ligeiramente ultrapassado pela categoria Outro na revista *Visão*. Tal deve-se ao facto de esta revista referir uma grande diversidade de actores sociais, incluindo cidadãos e celebridades mediáticas. Por outro lado, é de referir a diferença entre a proporção de referências ao Governo Central nos jornais diários (46-49%) e nas publicações semanais analisadas (30-33%). A proporção de referências a Universidades e Centros de Investigação é semelhante em todos os media (8-11%).

[4] As organizações internacionais de carácter não-governamental que operam na área do ambiente, como a Greenpeace, foram classificadas como Associação Ambiental.

Relativamente às Organizações Internacionais, a proporção de presenças no *Público* (17%) *e Correio da Manhã* (13%) correspondem a mais do dobro da *Visão* (6%) e bastante mais do que o *Expresso* (9%).

Diferença ainda mais significativa é que se regista relativamente às Empresas. Enquanto no *Correio da Manhã* e *Público* os valores não são muito díspares (7 e 5% respectivamente), no *Expresso* e *Visão* as Empresas alcançam muito maior visibilidade relativa (17 e 16% respectivamente).

As Associações Ambientais obtêm uma proporção relativamente baixa nos quatro media impressos, embora com alguma variação (mínimo de 2% na *Visão* e máximo de 6% no *Correio da Manhã* e no *Público*). É, porém, de apontar que, se comparadas com as Empresas, as Associações Ambientais têm uma presença semelhante no *Correio da Manhã* e *Público* e claramente inferior no *Expresso* e *Visão*.

O Governo Local é o actor social com menos referências em todas as publicações.

4.4. Factores na origem dos artigos

O que motiva cobertura jornalística sobre alterações climáticas? Que tipo de acções ou iniciativas dos actores sociais dá origem a artigos jornalísticos? Para além disso, que outros acontecimentos que possam estar relacionados com as alterações climáticas captam a atenção mediática? Para responder a estas questões, procurou identificar-se, em cada artigo, o factor/acontecimento/acção que terá estado na sua origem. Foram construídas as seguintes categorias: Estudo Científico, Reunião (encontro de pequena dimensão, tal como uma reunião ministerial), Evento/Cimeira (acontecimento de nível internacional de grande dimensão, como a Cimeira do Rio de Janeiro ou a Cimeira de Bona), Conferência de Imprensa, Entrevista, Declaração/Discurso, Decisão/Proposta Política, Fenómeno Meteorológico, Sondagem, Manifestação e Outro/Desconhecido (artigos que tiveram na origem factores que não correspondem às restantes categorias ou que não foi possível identificar). À partida, estas categorias parecem não ser mutuamente exclusivas uma vez que, por exemplo, uma decisão política pode ser apresentada numa conferência de imprensa. O princípio que orientou a nossa classificação foi o de privilegiar os eventos sobre os temas ou questões a que eles se referem. O que está em causa aqui é o tipo de ocorrência, acção ou acontecimento que possa ter estimulado a publicação de um determinado artigo. Assim, no exemplo anterior, a classificação seria, naturalmente, como ‘Conferência de Imprensa’. No entanto, se um artigo se referisse a uma decisão política sem que tivesse havido outra forma de acção mais imediata, ou especificamente dirigida aos media, para a anunciar, a classificação seria como ‘Decisão/Proposta Política’.

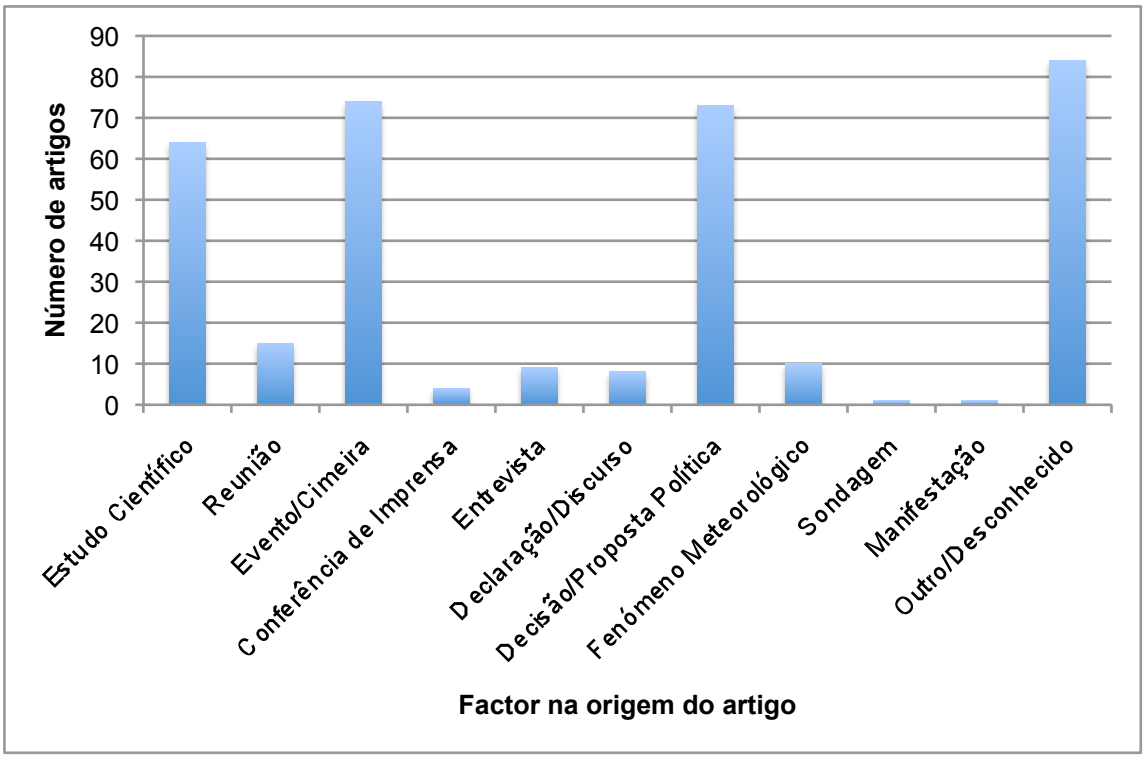


Gráfico 8: Factores na origem dos artigos jornalísticos.

A análise permite concluir que três factores se destacam claramente de todos os outros: Evento/Cimeira, Decisão/Proposta Política e Estudo Científico[5]. Vários aspectos, tanto ligados à natureza destes acontecimentos como às lógicas de produção mediática, terão concomitantemente contribuído para que Evento/Cimeira fosse o factor que motivou o maior número de artigos jornalísticos. Por um lado, a questão das alterações climáticas tem estado associada a várias cimeiras políticas com participação de chefes de Estado ou de Governo e a importância política destes eventos na procura de consensos para responder ao problema não pode ser subestimada pelo que seria, de alguma forma, expectável a atenção que lhes foi dada pelos media. Por outro lado, este tipo de acontecimentos são, em muitos aspectos, apetecíveis para os media pois vão de encontro a valores-notícia como o estatuto dos indivíduos envolvidos e o impacto social (potencial). São, também, acontecimentos cuja cobertura mediática é relativamente fácil, dada a concentração de actores políticos no espaço e no tempo e a grande quantidade de materiais produzidos pelas mais variadas fontes. O envio de correspondentes a estes eventos tende a dar origem a um volume de artigos relativamente elevado, uma vez que os media procuram 'rentabilizar' tal investimento. Para além de tudo isto, podemos presumir que os momentos críticos seleccionados terão contribuído para os resultados obtidos; contudo, tal contributo deve ser relativizado dado que apenas três desses momentos estiveram centrados em cimeiras internacionais (Rio, Berlim e Quioto) e dado que o

[5] Como é visível no gráfico 5, a categoria Outro, aglutinando os artigos cujo factor de origem não foi possível identificar bem como aqueles que tiveram na sua origem factores não contemplados nas outras categorias, obteve também uma frequência elevada.

período de recolha dos artigos em torno de cada momento crítico foi alargado (duas semanas antes e duas semanas depois).

Vários aspectos apontados acima sobre a cobertura mediática de cimeiras políticas serão também válidos relativamente ao factor Decisão/Proposta política, que surge quase ao mesmo nível. O peso do conjunto Evento/Cimeira e Decisão/Proposta política como determinantes de artigos jornalísticos é, tal como outras dimensões da nossa análise, indicativo da dominação do discurso sobre alterações climáticas por parte da esfera política.

A selecção dos momentos analisados poderá também explicar parcialmente a proporção de artigos que têm o Estudo científico como origem, já que quatro momentos-chave coincidem com a publicação de relatórios do IPCC. De qualquer modo, a investigação sobre alterações climáticas foi, historicamente, o motor desencadeador do debate social sobre o assunto e continua a ser central para o delineamento de acções face ao problema, não sendo portanto inesperada a atenção dada a esta dimensão do problema.

Apesar de dois dos momentos seleccionados se centrarem em Fenómenos Meteorológicos, nomeadamente a vaga de calor de 2003 e o furacão Katrina, esta categoria obteve valores bastante reduzidos, o que sugere que, tal como os cientistas recomendam, os jornalistas portugueses tendem a evitar associar manifestações climatéricas particulares ao problema das alterações climáticas.

Na análise dos factores que motivam cobertura mediática, deve ser ressaltada a quase ausência de factores associados às posições e perspectivas dos cidadãos, como as Sondagens, ou à sua iniciativa, como Manifestações.

5. O discurso jornalístico em momentos críticos recentes

Como é definida a questão das alterações climáticas na comunicação social portuguesa? Que riscos lhe são associados? Que formas de gestão do problema são privilegiadas? A quem é atribuída a responsabilidade pela acção? No sentido de responder a estas questões e compreender os significados das alterações climáticas que circulam nos media, procedeu-se à análise qualitativa dos textos jornalísticos publicados num conjunto de momentos recentes que foram (ou tinham o potencial para ser) críticos para a questão.

A abordagem escolhida inscreve-se na linha da Análise Crítica de Discurso (Fairclough, 1995; Richardson, 2007; Carvalho, 2008) e procura ter em conta não apenas os textos em si mas também os contextos sócio-político-culturais em que foram produzidos e 'consumidos'. Foram considerados os seguintes aspectos: estrutura do texto (e.g., o que foi escolhido para o título e para o primeiro parágrafo); temas ou objectos do discurso (que aspecto, ângulo ou dimensão das alterações climáticas é privilegiado); actores (que actores sociais estão presentes nos textos e quais são os seus papéis); linguagem, sintaxe e retórica (e.g., terminologia, figuras de estilo). Foram também analisadas as estratégias discursivas presentes nos textos (i.e., o modo como a realidade é discursivamente construída por parte do jornalista e/ou de determinados actores sociais no sentido de alcançar um determinado efeito ou objectivo), e procurou-se identificar os valores, preferências e visões do mundo (ou, de um modo mais geral, as ideologias) expressas na imprensa. Para além da análise de cada

artigo, fez-se uma análise comparativa dos vários meios de comunicação, o que contribuiu para o reconhecimento de modos alternativos de representação da realidade. Devido a limitações de espaço, só se poderá aqui dar conta desta análise de um modo muito sumário.

No curso da análise procurou-se mapear os discursos dominantes na imprensa. As principais dimensões consideradas foram o risco e a responsabilidade associadas às alterações climáticas. Para este efeito foram consideradas as tipificações propostas por Ereaut & Segnit (2006), descrita anteriormente neste capítulo, e por Dryzek (1997), apresentada no capítulo 3 e retomada abaixo.

Dryzek aponta nove discursos-tipo relativamente à responsabilidade e acção face aos problemas ambientais. O *sobrevivencialismo* emergiu nos anos 70 do século XX e assenta na ideia da existência de limites nos recursos planetários e portanto, também, na ideia de limites ao crescimento. O seu oposto é designado por Dryzek como *prometeanismo* e funda-se na crença de que, tal como Prometeu, os seres humanos são capazes de alcançar progresso e crescimento económico sem fim. Dryzek identifica três tipos de discursos reformistas orientados para a resolução de problemas: a *racionalidade administrativa*, um discurso que torna o Estado e os peritos técnicos nos principais agentes de resolução de problemas; o *pragmatismo democrático*, que crê na mobilização dos cidadãos e de grupos sociais e na sua influência sobre os processos de decisão política; e a *racionalidade económica*, que privilegia as forças de mercado na resposta a problemas ambientais. Na sua tipologia, Dryzek distingue dois discursos de sustentabilidade: *desenvolvimento sustentável* e *modernização ecológica*. Ambos os discursos procuram integrar protecção ambiental, crescimento económico e justiça social, salvaguardando os direitos das futuras gerações. O discurso da *modernização ecológica* vai mais além, defendendo a ideia de que a política 'verde' e a tecnologia 'verde' podem gerar riqueza, ou seja, ganhos em duas frentes. Por fim, Dryzek aponta dois discursos que advogam mudanças radicais na forma como lidamos com os problemas ambientais: *romantismo verde* e *racionalidade verde*. O primeiro apela a uma mudança na consciência humana e o segundo considera que os problemas ambientais só serão resolvidos através de transformações estruturais e de uma política substancialmente diferente. A análise de Dryzek (1997) é um ponto de partida útil para mapear os discursos sobre política ambiental e será tida em conta na análise dos discursos jornalísticos portugueses sobre alterações climáticas.

Os momentos-chave seleccionados para análise foram os seguintes: a vaga de calor que ocorreu em Portugal entre 29 de Julho e 15 de Agosto de 2003; a apresentação pública do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) 2005/2007 a 17 de Março de 2004; a entrada em vigor do Protocolo de Quioto a 16 de Fevereiro de 2005; e a publicação do Sumário Executivo do 4° Relatório do IPCC a 2 de Fevereiro de 2007. Com estas escolhas, procurou-se ter uma diversidade de acontecimentos recentes com relevância nacional e internacional. A análise centrou-se nos artigos que dizem respeito ao acontecimento considerado crítico (e não em todos os artigos publicados nos períodos de duas a quatro semanas que foram tidos em conta na análise quantitativa). Todos os géneros jornalísticos foram incluídos: notícias, notas editoriais, artigos de opinião, etc. Passaremos de seguida à análise do discurso jornalístico em cada momento.

5.1. A cobertura da onda de calor de 2003

Em Agosto de 2003, a Europa assistiu, durante cerca de duas semanas, a uma das ondas de calor mais graves alguma vez ocorridas desde que há registos. Nesse período, no conjunto de países afectados, ocorreram mais de 30000 mortes em excesso face aos dados habituais (mais de 2000 em Portugal) (UNEP, s/d). As elevadas temperaturas contribuíram também para a propagação de incêndios florestais em larga escala que, em Portugal, totalizaram uma área de 425000 hectares.

Num artigo de 10 de Agosto de 2003, o *Correio da Manhã* sugeriu que a onda de calor poderia estar relacionada com as alterações climáticas globais. O jornal entrevistou vários cientistas sobre esta questão mas parece não ter 'forçado a prova'. Referiu-se à onda de calor como podendo constituir um 'sinal de que a alteração climática está em curso' (Ramos, 2003b), nas palavras de um cientista. Em busca de confirmação da ligação entre este evento meteorológico e as alterações climáticas, o jornal colocou também a questão ao Secretário de Estado do Ambiente: 'Parece-lhe existir já sinal de mudança climática?'. A sua resposta foi muito mais assertiva do que a dos investigadores:

> 'Sim. Com efeito, os fenómenos que se têm vindo a observar (…) são absolutamente anormais. Poderão ser um sinal claro de que o aquecimento global induzido pela intervenção humana está a processar-se de forma mais rápida e mais forte do que o previsto pelos estudos apresentados no último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas' (Ramos, 2003c).

A revista *Visão* citou Filipe Duarte Santos e Carlos da Câmara, o vice-presidente do Instituto de Meteorologia, para sugerir uma relação causal entre o efeito de estufa e a onda de calor (Sá, 2003). Apesar das palavras dos cientistas que foram reproduzidas na revista não atribuírem a onda de calor às alterações climáticas, os excertos seleccionados e a sua justaposição criaram a implicação lógica de que os dois factores estavam relacionados. A *Visão* publicou um longo artigo sobre os impactos do calor nas vidas das pessoas, que incluía os seus nomes, estórias pessoais e estratégias para lidar com o problema, tal como atirar-se para o rio vestido (Oliveira, Ruela & Sá, 2003). Tais retratos da realidade social fazem parte de uma estratégia de indução de empatia que é comummente utilizada pela imprensa popular. Apesar de ter objectivos essencialmente comerciais, pode também considerar-se que tem efeitos sociais significativos de natureza disciplinar (e.g. aceitação do sofrimento porque os outros sofrem também). Uma 'caixa' associada a este artigo apresentava uma mensagem alarmista. Sob o título 'Futuro negro', podia ler-se o seguinte:

> 'Os últimos 15 dias (…) podem ter sido um aviso à navegação: o fim deste século será uma versão ampliada deste sufoco. Nos cenários previstos no projecto SIAM (…), as ondas de calor podem durar 20 dias consecutivos na costa e chegar aos dois meses no Interior Sul. Com o aumento da temperatura média no Verão superior a cinco graus e a diminuição das chuvas, o risco meteorológico de incêndio aumenta cerca de cinco vezes. (…) Salve-se quem puder.'

A imprensa popular é frequentemente acusada de simplificações excessivas, exageros e distorções do conhecimento científico (cf. Bell,1994). Na nossa análise emergiu uma imagem mais complexa. Tanto o *Correio da Manhã* como a *Visão* apelaram à autoridade científica na medida em que citaram vários cientistas; com efeito, mais do que o *Expresso* neste período. Num artigo, o

Correio da Manhã referiu-se a 'diferentes modelos de simulação de evolução do clima' (Ramos, 2003a), reconhecendo, assim, a não-unicidade do conhecimento. Contudo, o conhecimento científico foi, de facto, distorcido nalguns casos e foi possível detectar erros, o que, possivelmente, contribui para confundir os cidadão relativamente às alterações climáticas. Por exemplo, em vários artigos da *Visão* há confusão entre tempo e clima: o título de um artigo sobre a onda de calor era 'Clima: Um calor de loucos' (Oliveira, Ruela & Sá, 2003)[6]. A análise de discurso conduziu a uma conclusão diferente da análise quantitativa relativamente à relação entre a onda de calor e as alterações climáticas que foi construída por estes media.

Num dos seus artigos sobre a onda de calor, o *Público* apresentou uma visão geral do conhecimento sobre as alterações climáticas utilizando uma linguagem contida próxima da que é característica da ciência. Fazia-se aí menção ao facto de que os cientistas 'evitam concluir que o que está a acontecer é já uma prova irrefutável das alterações climáticas' (*Público*, 2003). Enquanto o título afirmava que a 'Onda de calor não prova alterações climáticas', a probabilidade de eventos semelhantes se tornarem mais frequentes era enfatizada na legenda de uma fotografia de jovens a refrescarem-se numa fonte: 'O que se está a viver é uma amostra do que espera o planeta num cenário de alterações climáticas'. A associação entre a onda de calor e os cenários do projecto SIAM foi também mencionada noutro artigo (Garcia, 2003).

O *Expresso* estabeleceu uma relação entre a onda de calor e as alterações climáticas com um elevado grau de certeza: 'O calor anormal vivido é já uma consequência das alterações climáticas sentidas no planeta.' (*Expresso*, 2003a). Porém, noutro artigo o jornal referiu-se às alterações climáticas como uma 'teoria' (e, portanto, algo por provar) e interpretou de forma acrítica os seus potenciais impactos como sendo positivos em termos de acesso a recursos naturais: 'a pesquisa (...) revela também um aspecto positivo na diminuição da área gelada. A Noruega e a Rússia acreditam que o mar de Barents pode ser uma região promissora para a exploração de petróleo e gás, que se tornará mais fácil sem o gelo hoje existente na região (*Expresso*, 2003b).

Este momento crítico tinha todos os ingredientes para potencialmente induzir uma leitura alarmista das alterações climáticas: calor extremo, incêndios florestais em larga escala e um número muito elevado de mortes associadas ao calor. Contudo, a imprensa não estabeleceu uma associação entre o aumento de óbitos e as alterações climáticas. De modo geral, apesar de termos encontrado um exemplo de alarmismo, não podemos afirmar que a representação predominante destes acontecimentos tenha sido de natureza fatalista.

Neste período, as reflexões sobre como responder ao problema das alterações climáticas estão ausentes da imprensa. Assim, as discursos elencados por Dryzek não têm aplicação, excepto o caso de um artigo do *Correio da Manhã* sobre a possibilidade de uma taxa do carbono onde se promove a confiança em medidas regulatórias pela voz do Secretario de Estado do Ambiente – um claro exemplo de *racionalidade administrativa*.

[6] Uma confusão semelhante estava presente noutro artigo (Sá, 2003).

5.2. Representações das responsabilidades nacionais e do papel da indústria

O segundo momento analisado coincide com a apresentação pública do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) a 17 de Março de 2004. O PNALE é um documento crítico porque determinou os níveis de emissões que o Estado permitiu que as empresas usufruíssem gratuitamente (i.e., sem comprar direitos de emissões). No entanto, gerou um nível muito baixo de atenção por parte dos media.

O *Correio da Manhã* publicou apenas um artigo sobre o assunto, que apresentava alguns eivos de *racionalidade administrativa* mas dava prioridade à competitividade das empresas:

> '"Portugal não avançará sozinho na introdução de ecotaxas", afirmou ontem o secretário de Estado do Ambiente durante a apresentação do [PNALE]. José Eduardo Martins disse que Portugal tem por objectivo cumprir os objectivos do Protocolo de Kyoto, mas não irá tomar medidas que prejudiquem a competitividades das suas empresas.' (Ganhão, 2004).

Pode-se identificar simpatia por esta decisão política no título do artigo: 'Governo trava ecotaxas'.

No *Público*, o PNALE foi objecto de dois artigos. Com o título 'Governo permite aumento das emissões poluentes até 2008' (Garcia, 2004), um deles representava um discurso muito diferente do do *Correio da Manhã*. Tratava-se de uma perspectiva crítica da permissividade do governo onde o lead destacava o facto das licenças atribuídas superarem as reivindicações da Confederação da Indústria Portuguesa. O artigo recordava que Portugal já tinha ultrapassado o seu compromisso no âmbito do Protocolo de Quioto e necessitava de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa. O artigo fazia também referência à crítica que o PNALE recebeu de organizações ambientais. O outro artigo intitulava-se 'EDP defende que o plano tem custos' (*Público*, 2004) e apresentava a perspectiva da empresa pública de electricidade sobre os custos financeiros da implementação do PNALE.

Enquanto um jornal escolheu destacar uma visão do interesse nacional associada à competitividade empresarial e ao livre mercado, revelando uma preferência por valores associados à *racionalidade económica* de Dryzek, o outro comunicou uma preferência por uma regulação governamental mais estrita.

O *Expresso* dedicou ao PNALE apenas uma pequena nota na secção de Economia, que realçava o 'bónus nas emissões' (título) numa altura em que Portugal já estava 'em derrapagem' (*Expresso*, 2004).

A *Visão* não publicou nenhum artigo sobre o PNALE.

5.3. Interpretações da entrada em vigor do Protocolo de Quioto

A entrada em vigor do Protocolo de Quioto a 16 de Fevereiro de 2005 era um momento potencialmente significativo para os media levantarem questões como as seguintes: Qual a importância do Protocolo de Quioto? Que desafios coloca? Que implicações tem para Portugal?

A 17 de Fevereiro de 2005, o *Correio da Manhã* relatou as críticas feitas pelos líderes do Bloco de Esquerda relativamente ao desempenho ambiental de algumas das maiores empresas portuguesas (Gonçalves, 2005). Trata-se de um exemplo de uma prática rara: a denúncia da responsabilidade empresarial por parte dos media. No entanto, o título do artigo – 'Protocolo de Quioto atacado em Setúbal' – é enganador e incorrecto. Tratara-se da violação do Protocolo – e não o Protocolo em si – o que fora 'atacado'. Numa peça sobre a retirada dos EUA do Protocolo de Quioto, o *Correio da Manhã* apelidou os gases com efeito estufa várias vezes de 'gases poluentes' e os países que emitem níveis mais elevados de gases com efeito de estufa de 'países mais poluidores' (e.g. B.C.M., 2005). Estas opções lexicais, que também se encontram em artigos da *Visão* (e.g. Ribeiro, 2005a), indicam que as alterações climáticas são construídas socialmente no contexto do quadro mental familiar (e bastante vago) da 'poluição', algo que pode, por si, ter implicações significativas para a compreensão pública da questão (cf. Bickerstaff & Walker, 2001).

O artigo principal da *Visão* sobre Quioto, 'Aí está ele!' (Ribeiro, 2005a), foi escrito num estilo popular e pontuado de ironia e sarcasmo relativamente ao Protocolo, a sua implementação e o seu impacto. Outra peça, 'O elo mais fraco' (Ribeiro, 2005b), criticava a performance ambiental de Portugal argumentando que enquanto o país estava longe de cumprir as suas obrigações, as alterações climáticas já se faziam sentir aí. Estes são exemplos de algum cepticismo relativamente às respostas políticas ao problema. Representam o oposto daquilo a que Ereaut & Segnit (2006) chamaram 'optimismo relativamente ao sistema'.

O *Expresso* também lançou um olhar crítico sobre a situação de Portugal face à entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Usando várias vozes, incluindo várias Organizações Não-Governamentais, um artigo intitulado 'Quioto por cumprir' (Tomás, 2005) chamava a atenção para o facto de Portugal estar a afastar-se seriamente dos seus objectivos e argumentava que os planos políticos para reduzir as emissões precisavam de ser urgentemente implementados. O tom era também pessimista numa peça na revista *Única* do *Expresso* de 18 de Fevereiro de 2005: 'É muito difícil encontrar sinais de esperança nas políticas ambientais em Portugal' (*Expresso*, 2005). Nestas representações mediáticas, o Estado é visto como o culpado pelos problemas mas é também o actor social que múltiplas vozes clamam que tem que actuar. Em contraste, uma peça na secção de Economia do jornal transmitia uma perspectiva tecno-gestionária do carbono e da 'economia do carbono'. Aí, tudo se tratava de lucros, custos, ganhos, e empresas (P.L., 2005).

A edição de 16 de Fevereiro de 2005 do *Público* continha quatro artigos sobre alterações climáticas e o Protocolo de Quioto. O artigo principal referia-se à política internacional das alterações climáticas e a dificuldades em chegar a acordo relativamente ao Protocolo (Fernandes & Garcia, 2005). Uma nota no jornal recordava os dias tensos da Cimeira de Quioto, em 1997, quando o Protocolo fora forjado (Fernandes, 2005a) e reforçava esta ideia; outra peça, em formato de perguntas e respostas, oferecia uma síntese didáctica do que estava em jogo (Fernandes, 2005c).

Ricardo Garcia (2005b) fez uma análise geral da implementação do plano português para as alterações climáticas. Examinando vários sectores, dos transportes às fontes de energia, da floresta à eficiência energética, traçou uma perspectiva negra da situação. Esta era também a mensagem na capa do jornal onde o título era: 'Protocolo de Quioto em vigor, mas Portugal longe das metas'. Um

artigo da edição do dia seguinte, intitulado 'Portugal poderá estar mais longe de cumprir Quioto do que se previa' (Garcia, 2005c), ía na mesma linha. Uns dias antes, a decisão da União Europeia de não definir novas metas quantitativas para as suas emissões e de optar por uma abordagem de esperar para ver foi também vista de modo crítico com a inclusão de comentários por Organizações Não-Governamentais como a Greenpeace (Garcia, 2005a).

A 17 de Fevereiro de 2005, duas peças centravam-se em questões intergovernamentais. Enquanto uma se referia às limitações de Quioto face às reduções necessárias para responder às alterações climáticas e mapeava as resistências e infracções com uma análise das posições da China, dos EUA e de outros países (Fernandes, 2005b), a segunda, intitulada 'Dois passos difíceis' (Garcia, 2005d), identificava os principais desafios enfrentados pela 'comunidade internacional': atingir os objectivos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto e alcançar um acordo pós-Quioto. As alterações climáticas eram aqui novamente perspectivadas como uma questão de política internacional.

Neste período, as representações das alterações climáticas nos quatro media analisados tinham algumas semelhanças. Não é, porventura, surpreendente que todos escolheram enfatizar a política internacional associada ao Protocolo de Quioto, bem como a retirada dos EUA do processo e as dificuldades envolvidas em alcançar consenso. Em vários artigos, o Protocolo surgiu como um passo positivo mas encontraram-se também reservas e dúvidas. Como tal, não se pode falar de optimismo generalizado. Todas as publicações se referiram ao desempenho de Portugal relativamente aos objectivos de emissões de gases com efeito de estufa e veicularam uma perspectiva negativa. O *Público* produziu a análise mais detalhada desta questão.

5.4. Leituras do estado do conhecimento e projecções para o futuro

O 4º relatório do IPCC foi preparado por mais de 600 autores de 40 países e revisto por um número idêntico de cientistas, bem como por governos. O Grupo de Trabalho I (GT I) do IPCC produziu uma síntese do estado do conhecimento científico sobre as causas das alterações climáticas e as projecções para o futuro. O Sumário Executivo da parte do relatório relativa ao GT I foi meticulosamente discutido e acordado linha a linha pelos representantes de 113 governos num encontro em Paris e apresentado publicamente a 2 de Fevereiro de 2007.

Neste momento crítico, vários artigos do *Correio da Manhã* aproximaram-se de um discurso *alarmista* na medida em que colocaram a tónica no risco (e nas ameaças) associadas às alterações climáticas. O léxico e as metáforas presentes nalguns textos apresentavam uma forte carga emocional e passavam a ideia de que estavam eminentes eventos negativos: 'A caminho do desastre climático' (I. Ramos, 2007); 'Clima virado do avesso' (D. Ramos, 2007); 'Terra ameaçada pelo aquecimento' (A.P./F.J.G., 2007); 'Água ameaça Portugal' (Saramago, 2007a). A mensagem de um artigo era particularmente desmoralizadora: 'Os especialistas dizem que o planeta Terra chegou ao ponto de não retorno. Isto significa que, mesmo com toda a boa vontade dos países mais desenvolvidos do Mundo, principais responsáveis pela emissão de gases com efeito de estufa para a

atmosfera, as alterações climáticas e as catástrofes ambientais são uma realidade prestes a acontecer.' (A.P./F.J.G., 2007).

Apesar de tudo, eram relativamente raros os artigos que sugeriam que já era 'demasiado tarde' e que não valeria a pena agir. Por exemplo, num artigo intitulado 'A caminho do desastre climático', a jornalista escreveu que: 'Já resta pouco tempo para ser possível travar o processo.' (I. Ramos, 2007). Isto é um reconhecimento da urgente necessidade de acção e não da inutilidade da acção. No entanto, o título pode ser considerado alarmista – a expressão adverbial 'a caminho de' coloca um sujeito indeterminado (presumivelmente o planeta e todos os seus habitantes) em direcção ao 'desastre'. Há um elevado nível de fatalismo nesta construção discursiva.

Para colocar a nossa análise em perspectiva, deve notar-se que os artigos que se encaixavam, de algum modo, no discurso *alarmista* eram apenas quatro dos 18 artigos sobre alterações climáticas publicados neste período.[7] Em muitos artigos não houve uma tomada de posição clara por um discurso dominado pelo medo ou pela esperança. Porém, em vários estava claramente presente o *optimismo* face à capacidade do *sistema* de lidar com a situação (Cotrim/Lusa, 2007; Queiroz, 2007).

A *Visão* não publicou quaisquer artigos sobre o relatório do IPCC. A 15 de Fevereiro publicou vários artigos sobre automóveis híbridos. Como seria expectável, eram feitas várias referências a emissões de dióxido de carbono mas o enfoque principal ía para o facto de ser 'moda' possuir estes carros, que muitas pessoas 'famosas' conduziam (Montez, 2007). Adquirir estes carros era apresentado como a solução para as alterações climáticas: um claro exemplo de *tecno-optimismo* associado a *acções individuais*.

O *Expresso* dedicou todo o mês de Fevereiro de 2007 ao ambiente. Na sua edição de 3 de Fevereiro, publicou 15 artigos que faziam menção à questão das alterações climáticas. Vários artigos centravam-se em temas de política intergovernamental (e.g., Cardoso, 2007; Gautrat, 2007) enquanto outros se referiam a temas específicos como o processamento de lixo, uma exposição artística com preocupações ambientais e o plano de várias instituições de compensarem as suas emissões de gases com efeito de estufa, do concerto Rock in Rio ao próprio *Expresso*. Estes artigos eram de vários géneros, do editorial ao texto humorístico. A sua principal importância reside no facto de denotarem um alargamento na análise das fontes de emissões de gases com efeito de estufa e dos significados das alterações climáticas, bem como alguma reflexividade.

O título do principal artigo do *Expresso* sobre o 4º relatório do IPCC, 'As alterações climáticas têm causa humana' (*Expresso*, 2007a), é uma curiosidade jornalística na medida em que transmitia uma mensagem que não era notícia. A natureza antropogénica das alterações climáticas tinha sido afirmada com um grau de confiança crescente desde o 2º Relatório do IPCC em 1996. Como tal, pode-se imaginar que a escolha desse título esteja associada a uma cultura de relativo cepticismo relativamente às alterações climáticas neste jornal.

[7] Um outro artigo continha alguns elementos do discurso alarmista – 'Políticos não antevêem dimensão da catástrofe' (Azenha, 2007) – mas também alguma esperança na resolução do problema. Sob o título 'Escândalo atinge aquecimento global' (Saramago, 2007b), típico de um jornal popular, o *Correio da Manhã* publicou uma peça a 3 de Fevereiro de 2007 que incluía referências a 'provas distorcidas' pelo IPCC para evitar alarmismo; a um 'clima de suspeita' entre os delegados da ONU na reunião de Paris; e a acusação de que os membros do IPCC teriam 'ced[ido] a pressões' para transmitir uma imagem menos dramática do conhecimento sobre alterações climáticas.

Uma nota editorial na mesma edição justificava o destaque dado ao ambiente e às alterações climáticas dizendo que se tratava de matérias importantes que mereciam atenção, apesar de '[n]ão sabe[r]mos até que ponto a actividade dos seres humanos contribui para [o aquecimento global] - e não interessa discutir as culpas' (*Expresso*, 2007b). O jornal optou por um discurso de *pragmatismo* e *moderação*:

> 'O *Expresso* não pretende doutrinar ou conduzir a opinião dos seus leitores. (...) Não pretendemos voltar à idade da pedra, não utilizar energia ou proibir os automóveis e as indústrias poluentes, mas sabemos que, se cada um de nós e se cada uma das empresas tiver um pouco mais de cuidado, viveremos melhor o nosso futuro.' (ibid.).

Os cenários do IPCC sugerem que esta aposta em *pequenos passos* é insuficiente para responder às alterações climáticas. Este discurso é típico de um período histórico em que a protecção ambiental se tornou 'mainstream' e a oposição à mesma não é socialmente aceitável. Exemplifica poderosas formas de resistência que prevalecem relativamente às transformações sociais que são necessárias para enfrentar a crise ambiental.

Num artigo de opinião com o título 'Uma discussão acalorada' (Coutinho, 2007), encontrava-se outra forma de negar a necessidade de mudança. O autor recorria aí a uma estratégia de desacreditação daqueles que clamam por acção relativamente às alterações climáticas. O excerto seguinte ilustra algumas das escolhas lexicais e das metáforas empregues neste tipo de retórica: 'Na *conversa do clima*, que ganhou entre os modernos um *estatuto sagrado*, o que impressiona não são apenas os *impulsos anticapitalistas* da maioria da *tribo*. O que impressiona é a velha ideia iluminista de que o *mundo é redesenhável por exclusiva acção humana*.' (nosso itálico).

O terreno discursivo do *Expresso* é complexo. Abarca múltiplos discursos e formas de perspectivação. A 3 de Fevereiro, o jornal publicou 'O risco e o desafio', um editorial redigido pelo líder do projecto SIAM, Filipe Duarte Santos (2007), a convite do *Expresso*. Santos explicava aí o que estava em jogo e apresentava a mitigação dos gases com efeito de estufa e a adaptação às alterações climáticas como duas formas possíveis de responder ao problema. A investigação e o desenvolvimento de energias renováveis e de tecnologias de captura e sequestro de CO_2 eram apresentadas como a solução para um mundo sustentável. Um discurso de *optimismo tecnológico* como este é particularmente poderoso quando tem origem no campo da ciência, cuja legitimidade social e política é considerável. Noutras peças as alterações climáticas eram vistas à luz do discurso de *racionalidade económica*; por exemplo, Tomás e Franco (2007) privilegiaram questões associadas ao mercado de carbono, transacções, flutuações de preço e afins, e representaram Quioto como um fardo financeiro.

Na edição de 3 de Fevereiro de 2007 do *Público* encontravam-se sete artigos sobre alterações climáticas. Citando vários cientistas ligados ao IPCC, o principal artigo sobre o 4º Relatório enfatizava o aumento de confiança nas teorias científicas sobre a natureza antropogénica das alterações climáticas e nas projecções de impactos futuros (Garcia, 2007). A perspectivação da questão era aqui mais próxima da ciência do que nos relatos dos outros media: por exemplo, o artigo explicava a diferença entre o significado de 'muito provável' e 'provável' [que ocorra uma determinada subida de

temperatura], expressões utilizadas no Relatório. Outra peça sobre as principais conclusões do Relatório (incluindo as áreas de incerteza remanescentes) seguia a mesma linha (*Público*, 2007).

Ricardo Garcia (2007) descreveu vários aspectos do processo de redacção e negociação de consenso relativamente ao Relatório do IPCC, incluindo a pressão de alguns governos, as concessões e os ajustamentos efectuados. Esta (re)construção discursiva da ciência no seu contexto social pode contribuir para uma melhor compreensão pública; ao mesmo tempo, tal retrato acarreta o risco de gerar suspeição pública em relação à ciência e ao conhecimento científico. No seu artigo, porém, o jornalista fomentou a confiança dos leitores no Relatório: 'Vários autores principais do relatório ouvidos pelo PÚBLICO afirmaram que a versão final não alterou as conclusões científicas.'

Outros artigos de 3 de Fevereiro de 2007 cobriram as seguintes questões: as posições de actores-chave em relação às alterações climáticas, como os EUA, a União Europeia e o Canadá; a ausência de Portugal na reunião do IPCC; as perspectivas de um representante da Quercus e de Ricardo Trigo, um investigador que participou no projecto SIAM. Apesar do evento que esteve no centro deste momento crítico se relacionar com a ciência, foram publicados 19 artigos sobre questões políticas e apenas nove sobre ciência.

6. As alterações climáticas na televisão

No último período analisado neste capítulo, que corresponde à publicação do 4º Relatório do IPCC, analisámos também a cobertura televisiva das alterações climáticas. Debruçámo-nos sobre o principal programa noticioso dos quatro canais generalistas emitidos por via hertziana terrestre em sinal aberto: RTP1, RTP2 (na altura designada 2:), SIC e TVI. De modo a tornar o nosso estudo mais exequível, limitámos os dados como se descreve de seguida. No dia da apresentação pública do 4º Relatório do IPCC, 2 de Fevereiro de 2007, comparámos a cobertura de dois canais generalistas que foram escolhidos aleatoriamente: 2: (parte da empresa pública de radiodifusão RDP) e SIC (um dos canais privados). No período restante (16 Janeiro-16 Fevereiro), optámos por uma amostragem aleatória de dias e canais, o que gerou um total de 22 peças com menção às 'alterações climáticas' ou uma das outras expressões de pesquisa elencadas acima neste capítulo.

Em termos de metodologia de análise, combinámos elementos característicos da Análise Crítica de Discurso e da análise semiótica (Fiske & Hartley, 1978) no sentido de analisar as mensagens multimodais dos programas noticiosos. Tendo presentes as principais referências teóricas e os objectivos deste capítulo, procurámos responder às seguintes questões: Como foram representados os riscos associados às alterações climáticas? Que cursos de acção foram privilegiados e a que agentes foi atribuída a responsabilidade de lidar com o problema?

A 2 de Fevereiro de 2007, a representação da SIC das conclusões do IPCC era relativamente alarmista devido às escolhas de palavras e imagens. O 'título' (i.e., as palavras que apareciam no écran no início da peça) que enquadrava esta notícia era o seguinte: 'Aquecimento global: ONU faz apelo dramático'. Tendo como pano de fundo um cenário em tons laranja com algo parecido com uma rocha (um meteorito?) e uma bola de fogo (um planeta?), o pivot afirmou que as conclusões do IPCC

eram ‘assustadores’ (figura 1). ‘Os peritos dizem que há já consequências inevitáveis mas que é ainda possível evitar o pior com uma intervenção urgente’, afirmava. Na peça seguinte, um jornalista dizia que o IPCC tinha avisado que ‘o mundo corre perigo’. Num bom exemplo das especificidades da comunicação televisiva sobre esta questão complexa, a SIC mostrou imagens de vários lugares em que as alterações climáticas já estariam a ser sentidas: poluição do ar na China, ruas inundadas em cidades asiáticas (figura 2), terra afectada pela seca, e glaciares a derreter. Esta relação causa-efeito entre o fenómeno das alterações climáticas e ocorrências específicas foi apresentada de modo ainda mais incisivo noutra peça que o pivot introduziu com as seguintes palavras: ‘Só hoje há vários exemplos concretos de que o clima parece estar de facto a enlouquecer’. As imagens que se seguiram eram de uma tempestade de areia que provocara a queda de neve amarela na Sibéria; uma tempestade na Florida com ventos e chuva forte; forte queda de neve e gelo que causara acidentes rodoviários noutras regiões dos EUA e no Canadá; chuva torrencial e inundações em Jacarta; um alerta de tornado e inundações na Austrália. Neste tipo de representação confunde-se claramente o tempo com o clima.

A televisão tem um potencial inigualável para a criação de um sentido de imediatismo e de urgência. Mas o que fazer face a tão grave problema como são as alterações climáticas? A forma como a televisão liga o problema a soluções possíveis é crucial para a percepção de como podemos responder ao problema. No Jornal da Noite da SIC de 2 de Fevereiro de 2007, os espectadores foram informados que ‘os peritos insistem que a energia alternativa é a única saída’, ao mesmo tempo que viam imagens de dezenas de torres eólicas. Após esta afirmação determinista sobre soluções técnicas, outra peça centrava-se na necessidade de reduzir o consumo de combustíveis fósseis e referia exemplos de soluções predominantemente associadas a medidas estatais: ‘a União Europeia exigiu carros que poluam menos’, ‘os ingleses até têm um novo imposto para quem anda de avião’ e o ‘estado americano da Califórnia processou a indústria automóvel exigindo ser compensado financeiramente pelos efeitos da poluição’. Não eram feitas quaisquer referências a indivíduos, a empresas ou ao governo local.



Figura 1. Jornal da Noite, SIC, 2 Fevereiro 2007



Figura 2. Jornal da Noite, SIC, 2 Fevereiro 2007

Na 2:, o seguinte título aparecia associado à peça de abertura de 2 de Fevereiro de 2007: 'Aquecimento global: uma causa humana'. Tal centrava a atenção na certeza científica sobre a responsabilidade humana face às alterações climáticas. A imagética inicial consistia essencialmente em mapas de temperaturas (figura 3). Trata-se de uma representação mais sóbria e mais próxima do discurso da ciência do que a que foi escolhida pela SIC. Pela voz da pivot, ouve-se falar de previsões de 'múltiplos fenómenos extremos' e da possibilidade de 'milhões de refugiados climáticos' no futuro. De seguida, foram emitidas entrevistas com participantes na reunião do IPCC, que foram entrecruzadas com imagens do desaparecimento de glaciares e de inundações, com semelhanças ao que vimos na SIC.



Figura 3. Jornal 2, 2:, 2 Fevereiro 2007



Figura 4. Jornal 2, 2:, 2 Fevereiro 2007

Os entrevistados propunham diferentes cursos de acção. Primeiro, um entrevistado não identificado, que poderia ser um cientista ou um político, dizia: 'O que hoje temos é o poder da ciência que permite aos cidadãos dirigirem-se aos seus líderes, irem às lojas, aos supermercados, aos vendedores de automóveis, às empresas de energia e dizerem: "o que estão a fazer em relação a estas descobertas; em que sentido estão a participar na solução; como estão a ajudar a lidar com a maior ameaça à nossa vida neste planeta?"' A entrevista seguinte era com Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia (figura 4), que argumentava que existe 'todo um conjunto técnico de mecanismos que vão desde o investimento na tecnologia ao próprio lançamento do mercado de troca de emissões que permite, de acordo com toda a evidência científica disponível, atingir em 2020 uma redução de 20% dos gases com efeito de estufa'. Por fim, Jacques Chirac, então Presidente da República de França, aparecia a propor a criação de uma organização internacional no campo do ambiente com o objectivo de responder aos problemas que a humanidade enfrenta. Estas propostas representam diferentes discursos: *pragmatismo democrático* com alguns tons de *desenvolvimento sustentável*; *racionalidade económica* cruzada com *tecno-optimismo*; e fé na política internacional, que pode representar uma forma de *racionalidade administrativa*.

Devido a constrangimentos de espaço, só poderemos referir-nos de modo breve às restantes peças noticiosas que analisámos. Cinco peças centravam-se nos impactos das alterações climáticas; três dessas peças estavam ligadas à publicação de um relatório científico do projecto SIAM e foram emitidas no mesmo dia (22 de Janeiro). Uma delas era uma entrevista com Filipe Duarte Santos. Outras seis peças referiam-se a questões de política intergovernamental sobre alterações climáticas e especialmente sobre os planos da União Europeia neste domínio. A União Europeia e os governos de vários países eram aí os principais actores. Dez peças incidiam sobre energias renováveis nos programas noticiosos que analisámos. Porém, à excepção de uma, todas foram excluídas da nossa amostra porque não se referiam à questão das alterações climáticas (apesar de quase todas se referirem ao 'ambiente' ou a energia 'verde'); cinco destas peças envolviam actores governamentais. Finalmente, havia cinco peças que focavam outras políticas para reduzir as emissões de gases com

efeito de estufa, quatro das quais incidiam sobre alterações legislativas em Portugal nos impostos sobre automóveis. O argumento apresentado para as alterações era a necessidade de reduzir a 'poluição' mas não era feita qualquer ligação às alterações climáticas, o que levou à exclusão dessas estórias da nossa amostra. O resto das peças na amostra referiam-se a tópicos variados, tais como a visita de Al Gore a Portugal e uma acção da Greenpeace.

7. Conclusões

Neste capítulo, analisou-se a representação mediática das alterações climáticas através de diferentes metodologias. O volume de cobertura entre 1990 e 2007 indica que as cimeiras intergovernamentais obtiveram o máximo de visibilidade enquanto que acontecimentos nacionais de grande importância receberam pouca atenção. Tal significa que decisões-chave, como o PNAC e o PNALE, não foram suficientemente escrutinadas.

A análise de conteúdo dos artigos do *Público*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Visão* confirmou o grande peso da política e, em especial, da política internacional na mediatização das alterações climáticas. O segundo tema mais frequente nos media é a ciência, em particular, a investigação que diz respeito às consequências ambientais das alterações climáticas, e o terceiro é a economia, em particular as políticas económicas. Entre os sub-temas mais ausentes dos media encontramos Indústria/Comércio, um domínio com grande responsabilidade na geração de gases com efeito de estufa.

A análise da frequência de referências a diferentes actores sociais nos quatro media impressos entre 1990 e 2007 apontou para uma clara predominância do Governo Central, o que indicia uma forte politização do discurso sobre alterações climáticas e uma clara hegemonia dos governantes na reconstrução social desta questão. A interpretação que os actores políticos no poder fazem das alterações climáticas terá, portanto, uma elevada repercussão na reconstrução mediática da questão. As organizações internacionais são o segundo actor social mais referido, tratando-se na quase totalidade de entidades intergovernamentais, o que reforça ainda mais a importância dos Estados no discurso mediático sobre alterações climáticas. No ranking dos actores sociais, as universidades e centros de investigação (e os indivíduos a eles afiliados) surgem na terceira posição. É também de salientar que as vozes dos grupos cívicos têm uma visibilidade relativamente baixa nos meios de comunicação (a Quercus é a organização não-governamental mais citada, o que está em sintonia com o seu dinamismo na comunicação sobre as alterações climáticas).

Identificando, sempre que possível, os factores que deram origem aos artigos jornalísticos, verificou-se a primazia de Evento/Cimeira e Decisão/Proposta política, o que é, tal como outras dimensões da nossa análise, indicativo da dominação do discurso sobre alterações climáticas por parte da esfera política.

Para além da análise de conteúdo, este capítulo apresentou uma análise crítica do discurso de diferentes media. A análise da imprensa portuguesa sugere que o *alarmismo* não é um 'repertório linguístico' (Ereaut & Segnit, 2006) muito comum. No *Público* e no *Expresso*, mesmo os artigos que

apresentam algumas das previsões mais contundentes sobre os impactos das alterações climáticas não podem ser consideradas alarmistas na medida em que os dados científicos não parecem ter sido exagerados pelos jornalistas, nem pode ser razoavelmente argumentado que os jornais procuraram explorar sentimentos de medo ou promover uma leitura fatalista das alterações climáticas. Embora tenha alguma expressão na imprensa de cariz mais popular, o alarmismo também não é aí dominante.

O caso da televisão é algo diferente. As imagens são um elemento importante na sua busca de 'facticidade' e a sua utilização pode promover leituras da realidade com uma maior carga emocional e, porventura, cientificamente imprecisas. Enquanto a ciência evita estabelecer relações de causa-efeito entre o efeito de estufa e fenómenos meteorológicos específicos, a linguagem da televisão promove, como vimos, uma abordagem do tipo 'aqui e agora'. A própria natureza deste meio de comunicação gera, portanto, uma tendência para representar as alterações climáticas como um fenómeno mais tangível do que o que acontece na imprensa. A televisão também promove uma imagem mais dramática da questão, porque o vídeo só pode registar o que já aconteceu e que, portanto, não pode ser evitado. Ainda assim, as notícias na televisão tendem a enfatizar a necessidade de agir com urgência e não que a ideia de que 'é demasiado tarde' (e, portanto, de que estamos todos condenados) (Ereaut & Segnit, 2006: 12).

O *optimismo* também não pode ser considerado dominante na imprensa. A ideia de que cabe ao sistema político resolver o problema das alterações climáticas está presente em muitos artigos mas, apesar dessa atribuição de responsabilidade ao 'establishment', a maior parte dos meios de comunicação não promove a crença na capacidade das instituições políticas portuguesas para o fazer. Como vimos com o caso das peças televisivas, parece haver sinais de *tecno-optimismo* com a associação das energias renováveis a ideias como inovação, competitividade económica e protecção ambiental. No entanto, isto não é normalmente ligado explicitamente à luta contra as alterações climáticas.

O estudo apresentado neste capítulo leva-nos a concluir que a categorização dos discursos em termos de *alarmismo* e *optimismo* (com a variação de *optimismo pragmático*) proposta por Ereaut e Segnit (2006) é uma simplificação excessiva da variedade e complexidade das construções discursivas das alterações climáticas encontradas nos media.

Em termos das categorias discursivas de Dryzek (1997), verificámos que a *racionalidade administrativa* é dominante no discurso dos actores sociais e que também tem uma importante presença nos media. A *modernização ecológica* e a *racionalidade económica* têm, igualmente, uma expressão significativa. É globalmente esperado que a solução para as alterações climáticas provenha do Estado e/ou do mercado com a tecnologia a desempenhar aí, também, um papel. Não houve casos claros de sobrevivencialismo ou *prometeanismo* nos media portugueses que analisámos (apesar de algumas peças no *Expresso* terem ido um pouco na direcção do *prometeanismo*). O *romantismo verde* e a *racionalidade verde* estiveram também ausente dos discursos dos actores sociais e dos media: não houve apelos a transformações substanciais na consciência humana ou nas estruturas políticas.

Os actores governamentais – e, portanto, também, as suas opiniões, posições e propostas – estiveram frequentemente presentes nos discursos mediáticos sobre as alterações climáticas. Embora se encontrassem várias visões críticas do desempenho governamental na imprensa, as análises de alternativas políticas foram relativamente escassas (o *Público* destacou-se a este respeito, oferecendo uma análise mais frequente e aprofundada da política).

A responsabilidade empresarial, um aspecto fundamental em termos de causas e soluções para as alterações climáticas, foi raramente discutida nos media. A análise de um corpus de textos de dimensão superior ao que foi utilizado neste trabalho levou-nos a concluir que há também uma lacuna em termos de análise transversal, dado que nem os media nem os outros actores sociais normalmente analisam o impacto, em termos de emissões de gases com efeito de estufa, de novos sistemas de estradas ou de planos de ordenamento do território, por exemplo.

As alterações climáticas são vistas principalmente como uma questão de política internacional com o locus primário para a governação da questão a ser o 'global'. Há, portanto, uma desconexão entre o problema 'global' e a 'governança global' que é preferida pela maior parte dos discursos, por um lado, e muitos das formas nacionais e – especialmente – locais de causalidade, por outro lado. A naturalização deste modo particular de se relacionar com as alterações climáticas é susceptível de dissuadir os cidadãos individuais e formas colectivas de agenciamento.

O conhecimento científico sobre as alterações climáticas é geralmente representado, nos media portugueses, como consensual relativamente à natureza do problema e aos factores antropogénicos que o produzem. O *Expresso* dá, ocasionalmente, algum espaço às perspectivas cépticas, mas na maioria dos casos fá-lo em géneros jornalísticos menos 'sérios' do que a notícia, tais como artigos de opinião e de humor. O cepticismo surge, assim, de uma forma dissimulada; de qualquer forma, este cepticismo 'silencioso' representa menos de 5% do número total de textos.

Referências bibliográficas

A.P./F.J.G. (2007) 'Terra ameaçada pelo aquecimento', *Correio da Manhã*, 25 Janeiro.

APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação) (2009) 'Análise de dados', http://www.apct.pt/analisesimples_00.aspx?publicacaosegmentoid=2&segselecionado=13, acesso a 6 de Setembro de 2009

Azenha, A. S. (2007) 'Políticos não antevêem dimensão da catástrofe', *Correio da Manhã*, 11 Fevereiro.

Bareme Imprensa (2007) 'Dados', http://www.marktest.pt/produtos_servicos/Bareme_Imprensa/info/conteudos/dados/default.asp. acesso a 16 de Abril de 2007

B.C.M. (2005) 'Protocolo de Quioto entra em vigor', *Correio da Manhã*, 16 Fevereiro.

Bell, A. (1994) 'Media (mis)communication on the science of climate change', *Public Understanding of Science* 3: 259-75.

Bickerstaff, K. & Walker, G. (2001) 'Public understandings of air pollution: The 'localisation' of environmental risk', *Global Environmental Change* 11 (2): 133-45.

Boykoff, M.T. & Boykoff, J.M. (2007) 'Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage', *Geoforum* 38: 1190-204.

Brossard, D., Shanahan, J. & McComas, K. (2004) 'Are issue-cycles culturally constructed? A comparison of French and American coverage of global climate change', *Mass Communication & Society*, 7 (3): 359-77.

Carvalho, A. (2005) 'Representing the politics of the greenhouse effect: Discursive strategies in the British media', *Critical Discourse Studies* 2 (1): 1-29.

Carvalho, A. (2007) 'Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge: Re-reading news on climate change', *Public Understanding of Science* 16 (2): 223-43.

Carvalho, A. (2008) 'Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of Critical Discourse Analysis', *Journalism Studies* 9 (2): 161-77.

Carvalho, A. & Burgess, J. (2005) 'Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985-2003', *Risk Analysis* 25 (6): 1457-69.

Corbett, J. & Durfee, J. (2004) 'Testing public (un)certainty of Science: Media representations of global warming', *Science Communication* 26 (2): 129-51.

Cotrim, A./ Lusa (2007) 'Poluidores penalizados', *Correio da Manhã*, 25 Janeiro.

Coutinho, J. P. (2007) 'Uma discussão acalorada', *Expresso*, 9 Fevereiro.

Dryzek, J. (1997) *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.

Ereaut, G. and Segnit, N. (2006) *Warm Words: How are We Telling the Climate Story and Can We Tell it* Better? London: Institute for Public Policy Research.

Expresso, sem autor (2003a) 'Área ardida igual ao Algarve', *Expresso*, 28 Agosto.

Expresso, sem autor (2003b) 'Árctico a derreter', *Expresso*, 23 Agosto.

Expresso, sem autor (2004) 'Bónus nas emissões', *Expresso*, 20 Março.

Expresso, sem autor (2005) 'Impasse no ambiente', *Expresso*, 18 Fevereiro.

Expresso, sem autor (2007a) 'As alterações climáticas têm causa humana', *Expresso*, 3 Fevereiro.

Expresso, sem autor (2007b) 'Causas que valem a pena', *Expresso*, 3 Fevereiro.

Fairclough, N. (1995) *Media Discourse*, London: Edward Arnold.

Fernandes, A. (2005a) 'O martelo de Raúl Estrada', *Público*, 16 Fevereiro.

Fernandes, A. (2005b) 'O primeiro dia da luta contra as alterações climáticas', *Público*, 17 Fevereiro.

Fernandes, A. (2005c) 'Pequeno guia para Quioto', *Público*, 16 Fevereiro.

Fernandes, A. & Garcia, R. (2005) 'O mundo quase unido contra as alterações climáticas', *Público*, 16 Fevereiro.

Fiske, J. & Hartley, J. (1978) *Reading Television*. London: Methuen.

Foust, C. R. & Murphy, W. O. (2009) 'Revealing and reframing apocalyptic tragedy in global warming discourse', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture* 3 (2): 151-167.

Ganhão, M. (2004), 'Governo trava ecotaxas', *Correio da Manhã*, 18 Março.

Garcia, R. (2003) 'Este é o Verão de todos os recordes em Portugal', *Público*, 12 Agosto.

Garcia, R. (2004) 'Governo permite aumento das emissões poluentes até 2008', *Público*, 18 Março.

Garcia, R. (2005a) 'Bruxelas adia novas metas para gases com efeito de estufa', *Público*, 10 Fevereiro.

Garcia, R. (2005b) 'Plano nacional ainda está longe da concretização', *Público*, 16 Fevereiro.

Garcia, R. (2005c) 'Portugal poderá estar mais longe de cumprir Quioto do que se previa', *Público*, 17 Fevereiro.

Garcia, R. (2005d) 'Dois passos difíceis', *Público*, 17 Fevereiro.

Garcia, R. (2007) 'Cientistas e governos reforçam tese da culpa humana', *Público*, 3 Fevereiro.

Gautrat, P. (2007) 'Para uma governança ecológica mundial', *Expresso*, 3 Fevereiro.

Gonçalves, F. (2005) 'Protocolo de Quioto atacado em Setúbal', *Correio da Manhã*, 17 Fevereiro.

Grando, A. (1992) 'Compromisso final da Conferência do Rio, O mais cedo possível', *Público*, 15 Junho.

Impresa (2009a) '*Expresso*: Perfil de leitor', http://www.impresapublishing.pt/publicacoes/expresso/expresso_perfil.html, acesso a 6 de Setembro de 2009

Impresa (2009b) '*Visão*, Perfil de leitor', http://www.impresapublishing.pt/publicacoes/visao/visao_perfil.html, acesso a 6 de Setembro de 2009

L., P. (2005) 'Vem aí o carbono', *Expresso*, 18 Fevereiro.

Marktest (2006) 'Jornal de Notícias online sobe mais em Novembro, http://www.marktest.com/wap/a/n/id~cb5.aspx, acesso a 16 de Abril de 2007

Marktest (2007) 'Jornais e revistas: diferenças de género', http://www.marktest.com/wap/a/n/id~ef7.aspx, acesso a 1 de Outubro de 2007

Mazur, A. (1998) 'Global environmental change in the news', *International Sociology* 13 (4): 457-72.

McCright, A. & Dunlap, R. (2000) 'Challenging global warming as a social problem: An analysis of the conservative movement's counter-claims', *Social Problems* 47 (4): 499-522.

Olausson, U. (2009) 'Global warming-global responsibility? Media frames of collective action and scientific certainty', *Public Understanding of Science* 18: 421-436.

Oliveira, L., Ruela, R. & Sá, S. (2003) 'Clima: Um calor de loucos', *Visão*, 14 Agosto.

O'Neill, S. & Nicholson-Cole, S. (2009) '"Fear Won't Do It": Promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations', *Science Communication* 30(3): 355-379.

Público, sem autor (2003) 'Onda de calor não prova aquecimento global', *Público*, 8 Agosto.

Público, sem autor (2004) 'EDP defende que o plano tem custos', *Público*, 18 Março.

Público, sem autor (2007) 'As principais conclusões do relatório', *Público*, 3 Fevereiro.

Queiroz, M. (2007) 'Cientistas de acordo', *Correio da Manhã*, 3 Fevereiro.

Ramos, I. (2003c) 'Taxa sobre o carbono é decisiva', *Correio da Manhã*, 10 Agosto.

Ramos, I. (2007) 'A caminho do desastre climático', *Correio da Manhã*, 4 Fevereiro.

Ribeiro, L. (2005a) 'Aí está ele!', *Visão*, 10 Fevereiro.

Ribeiro, L. (2005b) 'O elo mais fraco', *Visão*, 10 Fevereiro.

Richardson, J.E. (2007) *Analysing Newspapers: An Approach from Critical Discourse Analysis*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Rodrigues, A.T (2008) *Representação da Problemática das Alterações Climáticas na Imprensa Portuguesa entre 1990 e 2005*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Braga: Universidade do Minho.

Sá, S. (2003) 'Sem fim à vista', *Visão*, 7 Agosto.

Santos, F. D. (2007) 'O risco e o desafio', *Expresso*, 3 Fevereiro.

Saramago, J. (2007a) 'Água ameaça Portugal', *Correio da Manhã*, 22 Janeiro.

Saramago, J. (2007b) 'Escândalo atinge aquecimento global', *Correio da Manhã*, 3 Fevereiro.

Tomás, C. (2005) 'Quioto por cumprir', *Expresso*, 18 Fevereiro.

Tomás, C. & Franco, H. (2007) 'Cumprir Quioto sai-nos do bolso', *Expresso*, 3 Fevereiro.

Trumbo, C. (1996) 'Constructing climate change: Claims and frames in US news coverage of an environmental issue', *Public Understanding of Science* 5: 269-73.

Wilkins, L. (1993) 'Between facts and values: Print media coverage of the greenhouse effect, 1987-1990', *Public Understanding of Science* 2 (1): 71-84.

Wilkins, L. & Patterson, P. (1990) 'Risky business: covering slow-onset hazards as rapidly developing news', *Political Communication and Persuasion* 7: 11-23.

Wilson, K. (1995) 'Mass media as sources of global warming knowledge', *Mass Communication Review* 22 (1-2): 75-89.

Capítulo 6
O trabalho de produção jornalística e a mediatização das alterações climáticas

Anabela Carvalho, Eulália Pereira e Rosa Cabecinhas

Resumo

A produção jornalística envolve procedimentos de selecção, pesquisa e reconstrução discursiva da realidade. Este capítulo analisa o trabalho jornalístico associado à mediatização das alterações climáticas. Através de entrevistas e de grupos focais, procurámos compreender o modo como a comunidade jornalística vê a questão das alterações climáticas e os factores que influenciam a sua cobertura. Como é que os critérios de selecção, as normas jornalísticas e as rotinas profissionais condicionam a produção jornalística e moldam o discurso mediático sobre alterações climáticas? Como é que os jornalistas percepcionam as suas relações com as fontes, ou seja, os vários actores sociais com relevância para a análise das alterações climáticas? Qual o peso da organização mediática e da sua cultura no exercício do jornalismo sobre esta questão? Estas são as principais questões a que este capítulo procura responder.

1. Introdução

Aquilo que recebemos regularmente sob o rótulo de 'notícias' é o resultado de um conjunto de escolhas e operações feitas por organizações e indivíduos específicos em contextos e circunstâncias concretas. A produção jornalística envolve procedimentos de selecção de alguns temas e questões em detrimento de tudo o resto que constitui a realidade num determinado momento, seguindo-se-lhe a recolha de informação e a sua reconstrução no discurso característico dos media.

As alterações climáticas são uma questão multi-dimensional e complexa que coloca vários desafios em termos jornalísticos. O capítulo anterior ofereceu uma perspectiva geral da forma como diferentes media portugueses representam a questão. Este capítulo centra-se sobre o trabalho que dá origem a essas representações.

Nos processos de produção de informação, o papel dos jornalistas é, obviamente, muito importante. Jornalistas e editores produzem discursos em torno das alterações climáticas que, sendo motivadas, pelo menos em parte, pelos discursos de diferentes actores sociais, são uma construção simbólica inédita. Assim, o sentido associado à questão nos media depende, em grande medida, dos seus profissionais e, portanto, dos seus valores, formação e experiência. A relação do jornalista com determinados sujeitos e organizações que constitui em fontes é, também, um factor crucial para a sua análise do mundo. No entanto, o jornalista não é completamente livre, na medida em que realiza o seu trabalho dentro de organizações específicas que têm modos de funcionamento, lógicas e culturas próprias que marcam, de múltiplas formas, o exercício profissional.

Como é que os jornalistas vêem a questão das alterações climáticas e lidam com as suas especificidades em termos jornalísticos? De que forma é que os critérios de noticiabilidade, as normas jornalísticas e as rotinas profissionais condicionam a produção noticiosa e moldam o discurso mediático sobre alterações climáticas? Como é que os jornalistas percepcionam as suas relações com as fontes, ou seja, os vários actores sociais com relevância para a análise das alterações climáticas? Qual o peso da organização mediática e da sua cultura no exercício do jornalismo sobre esta questão? Estas são algumas das questões a que este capítulo vai procurar responder.

O capítulo abre com uma revisão da investigação sobre a produção jornalística em matérias ambientais e, mais concretamente, as alterações climáticas. De seguida, será explicada a metodologia adoptada neste estudo e analisadas as percepções dos participantes.

2. Media, jornalistas e ambiente

A 'sociologia da produção noticiosa' tem entre as suas referências fundacionais os trabalhos de Gaye Tuchman (1973; 1979) e de Herbert Gans (1979). Tuchman relevou a importância das normas jornalísticas e do recurso a procedimentos estandardizados para 'rotinizar o inesperado' (1973) que é a realidade em constante fluxo e mutação. Duas décadas antes, David Manning White (1950) observara o processo de 'gate-keeping' que ocorre nas redacções jornalísticas realçando o papel do indivíduo nesse acto selectivo. Tal como Tuchman, Gans colocou a tónica em factores organizacionais, tais como os critérios intersubjectivos para 'decidir o que é notícia' (1979).

Vários estudos têm demonstrado que os critérios de noticiabilidade utilizados pelos jornalistas e outros profissionais dos media na selecção de notícias sobre temas científicos e ambientais são os mesmos que noutras áreas (e.g. Mazur & Lee, 1993; Hansen, 1994). Novidade, controvérsia e proximidade geográfica são exemplos de alguns dos mais importantes 'news values', em que a relevância para o leitor ou o 'interesse humano' tende a ocupar lugar cimeiro. Num estudo sobre jornalismo ambiental no Canadá, Einsiedel & Coughlan (1993: 137-8) constataram o seguinte: '[environmental reporters] considered themselves reporters first, environmental reporters second. The majority seemed to think the routines of newswork served them well. That is, for most hard news stories, accuracy and balance were considered key to doing a good job'. O impacto das normas jornalísticas, como o equilíbrio (Boykoff & Boykoff, 2004), a personalização e o dramatismo (Boykoff, 2007), na cobertura mediática das alterações climáticas foi também já sublinhado por outros autores.

Num estudo baseado num conjunto de workshops com editores da BBC e especialistas em questões ambientais, Joe Smith (2005: 1477) oferece o seguinte exemplo que por ser muito ilustrativo dos desafios e dificuldades no tratamento jornalístico das alterações climáticas justifica a citação alargada:

> 'In most areas of reporting journalists refuse to tell stories in the abstract, and the climate change dimensions of a story can be cut out, having been considered too complicated, or too uncertain. Alternatively, the scope of climate-change-related issues may be narrowed by journalistic practices. Commonly, the force of the specific story might be very visual, including perhaps a flood, storm, landslide, or drought, or politically immediate, such as a fuel tax protest or new jobs/job loss story, and the cross-cutting and long-term nature of the wider issues will be obscured.
> Discussion in the workshops (Sustainability, 2001) of the case of the Mozambican woman, Sofia

> Pedro, who gave birth to a baby daughter in a tree during a period of serious flooding in March 2000, was particularly revealing for the opportunity it gave editors to explain their decision making. They talked about why the "human fortitude in the face of cruel nature" story was an easier and better story to tell than the connections that might have been drawn between the devastated communities and possible impacts of processes of climate change. It was an emotionally engaging narrative, and a good "picture story." When challenged by climate change scientists and campaigners editors turned the charge around. They asked for ways that their understanding of global environmental change processes that link in uncertain and unpredictable ways to dangers such as flooding could be told engagingly in a 2 ½ -minute broadcast story. The response from specialists was muted (working groups, Sustainability, 2001).'

De facto, enquanto alguns problemas ambientais, tais como os desastres com navios petroleiros, têm uma inserção clara num determinado espaço-tempo, outros problemas são mais difusos em termos do espaço, do tempo e da responsabilidade pela sua origem, bem como em termos das suas expressões ou impactos. Smith (2005: 1477) refere-se ao caso das alterações climáticas nos seguintes termos: 'Editors have great difficulty placing climate change; an issue that not only spans these scales and categories but also is constituted by interactions between them.' Nestes casos, a investigação tem sugerido que o jornalismo ambiental se orienta tipicamente para a busca de 'eventos', ou seja ocorrências claramente identificáveis. Por exemplo, Wikins & Patterson (1990) notaram que, para se tornarem notícia, riscos ambientais com um desenvolvimento lento, como as chuvas ácidas, a destruição da camada de ozono e o efeito de estufa, tinham que 'encontrar um evento'. Num estudo mais recente com jornalistas ambientais, Sachsman, Simon & Valenti (2004) concluíram que estes tendem a colocar uma maior ênfase nas manifestações dos problemas ambientais do que na investigação científica e nos contextos complexos que estão na sua origem.

Wilson (2000) demonstrou que os jornalistas têm níveis de conhecimento relativamente baixos da questão das alterações climáticas e que a sua compreensão da questão é limitada. Na amostra estudada, os resultados foram significativamente melhores entre jornalistas especializados em ciência e em ambiente.

As alterações climáticas inscrevem-se fortemente no 'status quo' económico e social dominante no mundo industrializado e as mudanças requeridas para lidar com o problema são vistas por muitos como indesejáveis. Os estudos dos media têm demonstrado a importância dos valores e das posições ideológicas no tratamento jornalístico da questão (Wilkins, 1993; Carvalho, 2007) mas falta investigação que se debruce sobre os próprios jornalistas e os seus modos de pensar e de funcionar. Smith (2005: 1478) afirma que os profissionais dos media reconhecem a relação de múltiplas vertentes dos problemas ambientais com valores políticos, culturais e éticos mas procuram evitar assumir posições normativas, funcionando com base naquilo que designa como 'myth of detachment'.

No seu estudo sobre jornalistas ambientais, Sachsman, Simon & Valenti (2004) apontaram o trabalho de Slovic et al. (2002) sobre o modo como o 'afecto' pode condicionar as percepções de risco. Os jornalistas tomam decisões baseados na 'intuição' ou no 'instinto', e a 'heurística do afecto' pode influenciar o modo como avaliam a noticiabilidade de uma questão, a sua relação com as fontes e o modo como constroem a narrativa jornalística sobre um problema. No entanto, os jornalistas não tomam decisões de forma autónoma. O trabalho de produção jornalística é fortemente moldado por factores organizacionais, tais como a propriedade dos diferentes media, as estruturas de poder em cada empresa mediática e a sua política editorial. Carvalho (2007) demonstrou que a orientação

político-ideológica dos media estrutura o discurso aí dominante sobre alterações climáticas, sendo que, por exemplo, num jornal conservador como o *The Times* britânico, as alterações climáticas (que em muitos aspectos poderiam constituir uma ameaça ao status quo) foram, durante um largo período, representadas de forma relativamente céptica. A percepção que cada órgão de comunicação social tem dos seus públicos é, também, uma importante condicionante do discurso jornalístico, ligando-se, aliás, com a política editorial.

Sendo em muitos aspectos auto-referenciais (Luhmann, 2000), os media não são, porém, sistemas independentes de outros sistemas sociais. A sua relação com as fontes – das áreas da política, cultura, desporto e muitas outras – é vital para a construção noticiosa (e.g. Santos, 2003). A preferência mediática por determinados tipos de fontes tem sido apontada em múltiplos estudos. Stuart Hall et al. (1978) usaram a expressão 'definição primária' para designar a capacidade de determinadas fontes determinarem os termos do debate dos assuntos nos media. Tais fontes são, tipicamente, institucionais: governo, empresas, sindicatos, etc. Por seu lado, as organizações com baixo reconhecimento público e os cidadãos têm muito menos influência sobre o discurso mediático do que estes 'definidores primários'. O tratamento jornalístico das alterações climáticas parece ser conforme a esta caracterização geral. Trumbo (1996) e Carvalho & Burgess (2005) apontaram a prevalência de fontes políticas nos media americanos e britânicos, e o capítulo 5 deste livro retrata a mesma situação relativamente à imprensa portuguesa. Este projecto de investigação demonstrou não só a superior frequência do governo como fonte como o facto de os seus pontos de vista serem muitas vezes reproduzidos na imprensa. Constatou-se, também, que o discurso das empresas é raramente ou nunca sujeito a verificação e crítica, ou a sua performance em termos de emissões de gases com efeito de estufa monitorizada pela comunicação social. Vários investigadores têm apontado a crescente dependência dos jornalistas relativamente ao material que lhes chega em forma de comunicado de imprensa, 'press kits' ou afins, produzidos por profissionais de relações públicas e assessoria de imprensa para instituições públicas e privadas (e.g. Davis, 2000). Um estudo no Reino Unido revelou que cerca de um em cada cinco artigos de jornal se baseava em parte ou totalmente em materiais produzidos por agências e profissionais de comunicação (Lewis, Williams & Franklin, 2008). Em Portugal, Vasco Ribeiro (2009) concluiu que, em quatro jornais diários portugueses (*Correio da Manhã, Público, Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*), cerca de 60% das notícias publicadas entre 1990 e 2005 tinham sido induzidas por assessores de imprensa, relações públicas, consultores de comunicação, porta-vozes e outros peritos em 'spin doctoring'.

As pressões económicas a que está sujeita a produção jornalística têm vindo a agravar-se nos últimos anos com uma situação de crise económica generalizada associada a uma crescente migração dos públicos para os formatos digitais, que não se tem conseguido rentabilizar da mesma forma que o suporte de papel. Enquanto a diminuição de receitas tem levado ao despedimento de um grande número de jornalistas, aqueles que mantêm o seu emprego enfrentam um número crescente de solicitações, tais como escrever em simultâneo para as edições em papel e digital, produzir conteúdos multimédia e escrever para blogs associados aos media. A tendência para fazer um 'jornalismo de secretária' e para se basear cada vez mais em informação pré-preparada explica-se, em parte, pelas grandes pressões de tempo que afectam a comunidade dos jornalistas.

Garcia (2009) refere-se a outro dado que deve ser aqui apontado relativamente à condição sócio-profissional actual dos jornalistas: a precariedade dos vínculos profissionais. As dificuldades que têm marcado este sector, a par com o exponencial crescimento de licenciados em comunicação social, motivaram uma grande instabilidade nas afiliações profissionais dos jornalistas que, em inúmeros casos, trabalham durante muitos anos com salários muito baixos e sem contrato de trabalho. Na sua análise das profundas alterações que a comunidade portuguesa de jornalistas tem vindo a registar nas últimas décadas, Garcia aponta, também, o processo de feminização das redacções.

As questões e tendências discutidas nesta secção marcam, com certeza, a mediatização das alterações climáticas de múltiplas formas. Nas partes remanescentes deste capítulo, procuraremos ver como isso se concretiza.

3. Metodologia

Este capítulo baseia-se em dados recolhidos através de dois métodos diferentes: entrevistas com jornalistas que publicam regularmente artigos sobre alterações climáticas e grupos focais com jornalistas e com outros profissionais de comunicação sem experiência de tratamento da questão. No âmbito deste projecto, foram solicitadas entrevistas a mais de uma dezena de jornalistas de dois jornais diários que escrevem frequentemente sobre o assunto; no entanto, apenas acederam ao pedido três desses jornalistas. Esta classe profissional tem alguma tendência para a retracção perante a possibilidade de exame ou escrutínio externo pelo que esta taxa de resposta não foi surpreendente.

As três entrevistas foram presenciais, tendo tido lugar entre Dezembro de 2007 e Fevereiro de 2008, e basearam-se num guião semi-directivo. As perguntas colocadas nas entrevistas, bem como nos grupos focais, incidiram sobre as práticas de produção noticiosa sobre alterações climáticas, incluindo os critérios de selecção, a negociação do sentido da questão nas redacções, e a relação com diferentes actores sociais/fontes.

De entre os três profissionais do *Público* e do *Correio da Manhã* que foram entrevistados (dois do sexo masculino e um do sexo feminino) um pertencia à secção Sociedade, tratando preferencialmente assuntos das áreas do Ambiente e Ciência, o segundo integrava a secção Mundo, embora tivesse anteriormente integrado a área Ciências, e o último estava associado à secção Sociedade, não tendo assuntos em que se especializasse. Face ao reduzido número de jornalistas entrevistados, os dados discutidos abaixo devem ser entendidos como meras pistas acerca da visão dos profissionais dos media acerca do tratamento das alterações climáticas.

O segundo método de recolha de dados foram os grupos focais, como referido acima. Os grupos focais são um método de entrevista em grupo. A interacção entre diferentes participantes permite analisar dinâmicas sociais e captar processos de influência que ocorrem em contextos reais e, como tal, os grupos focais oferecem algumas vantagens sobre outros métodos de estudo de opiniões e percepções (Morgan, 1997).

Foram realizadas duas sessões de grupos focais em Abril de 2007 com um total de 21 participantes (todos então estudantes no Mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho). O grupo 1 era um grupo 'homogéneo' em que todos os participantes tinham, no mínimo, três anos de experiência em jornalismo, sendo seis elementos do sexo feminino e seis do sexo masculino (idade média: 32 anos). O grupo 2 era um grupo 'heterogéneo' em termos de contacto com o mundo do jornalismo, que ía de ausência de experiência a 30 anos de trabalho no meio. Os participantes que não tinham experiência de exercício do jornalismo tinham exercido outras funções profissionais na área da comunicação pelo que considerámos pertinente incluí-los na sessão. Seis participantes eram do sexo feminino e três do sexo masculino (idade média: 32 anos).

Os jornalistas de ambos os grupos focais trabalhavam numa grande variedade de meios – diários, semanários, rádio e televisão – e em órgãos como o *Expresso*, o *Diário Económico*, a RTP, a SIC, a Antena 1 e a Rádio Nova. Ao contrário dos entrevistados, estes não tinham anteriormente trabalhado regularmente a temática das alterações climáticas, embora alguns tivessem já feito peças em que a questão tinha surgido (como é o caso da erosão na costa portuguesa – participante 4). Apesar da sua falta de experiência com o tratamento das alterações climáticas, considerámos relevante perscrutar as opiniões destes jornalistas e dos outros profissionais de comunicação que integraram os grupos focais sobre a mediatização da questão e sobre o modo como hipoteticamente trabalhariam o tema.

As sessões foram iniciadas com o preenchimento de um breve questionário para caracterização dos participantes e um exercício de associação livre de palavras (este procedimento será explicado mais abaixo no capítulo), tendo-se seguido a entrevista colectiva com base em guião previamente elaborado. Foi ainda realizado um exercício com comunicados de imprensa (também detalhado mais abaixo). Cada sessão teve a duração aproximada de 1h50m.

De modo idêntico ao estudo efectuado com actores sociais (ver capítulo 4), a análise das respostas nas entrevistas e nos grupos focais foi realizada através da comparação sistemática e da criação de categorias temáticas. No caso das entrevistas, a comparação foi feita a dois níveis: a) comparação dentro de cada entrevista – comparação do discurso de cada jornalista em diferentes momentos da entrevista; b) comparação entre diferentes entrevistas – opiniões e posições expressas nas entrevistas de diferentes jornalistas. No caso dos grupos focais, o procedimento foi semelhante, tendo-se também analisado a dinâmica de interacção e inter-influência entre os participantes. A categorização assentou em dois elementos – as questões da investigação e o discurso dos participantes. O confronto sucessivo das respostas dadas às diferentes perguntas colocadas permitiu a construção de categorias temáticas que foram progressivamente ajustadas para dar conta das ideias mais significativas.

4. Percepções do jornalismo e da produção noticiosa sobre alterações climáticas

Nesta secção iremos dar conta dos principais traços da percepção dos participantes neste estudo sobre a produção noticiosa sobre alterações climáticas e a mediatização desta questão. A secção está estruturada em função dos temas que emergiram das entrevistas e dos grupos focais.

4. 1. Quadros interpretativos das alterações climáticas

Entre os jornalistas dos dois jornais diários que foram entrevistados, foram expressas duas formas de interpretação dominantes das alterações climáticas que podemos resumir do seguinte modo: 'alterações climáticas como questão científica sólida', por parte dos jornalistas 1 e 2 do jornal *Público* e 'alterações climáticas como estados do tempo estranhos' por parte do jornalista 3, do *Correio da Manhã*.

Os jornalistas do *Público* referiram-se ao 'consenso científico' (jornalista 2) em torno das alterações climáticas e analisaram o fenómeno e os seus impactos em termos idênticos aos dos relatórios do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), tendo referido múltiplas vertentes e escalas associadas à questão.

Embora definisse as alterações climáticas como 'uma ligeira subida da temperatura', o jornalista 3 deu vários exemplos que se relacionam com o estado do tempo no espaço-alvo principal do jornal, tal como ocorrência de neve em Lisboa ou o registo de 42°C na capital. O destaque foi, portanto, para eventos atmosféricos anormais ou pouco usuais com uma maior ênfase nos 'dados em si' do que na sua explicação. Deu o seguinte exemplo: 'se o espaço da notícia for muito limitado e estiverem 42 graus em Lisboa, o destaque vai para os 42 graus em Lisboa e só depois, se houver espaço, é que se vai explicar que é resultado de o anti-ciclone dos Açores estar mais perto ou mais longe, se é uma vaga de ar quente e de onde é que vem.' Na mesma linha, referiu-se várias vezes ao Instituto de Meteorologia como fonte preferencial e mesmo aquela, de entre as potenciais fontes sobre alterações climáticas, que terá maior poder de definição da agenda no seu jornal. Em contraste, afirmou que não costuma contactar fontes ligadas à ciência (note-se, no entanto, que o Instituto de Meteorologia tem uma importante componente científica). Este jornalista expressou mesmo algumas dúvidas sobre as alterações climáticas quando referiu que a maior dificuldade que o tema coloca 'é a de sabermos se de facto há alterações climáticas ou não. Há autores que dizem que sim, há autores que dizem que não.'

Apesar das diferenças entre os dois jornais, as catástrofes 'naturais' são a dimensão das alterações climáticas considerada mais noticiável pelos profissionais tanto do jornal de referência como do jornal popular. São, portanto, privilegiadas as manifestações das alterações climáticas. Quando estas assumem dimensões extremas é expectável que integrem a agenda mediática.

A percepção dos participantes nos grupos focais relativamente às alterações climáticas expressou-se particularmente no exercício de associação livre de palavras efectuado no início de cada sessão. Neste exercício solicitou-se aos respondentes que redigissem numa folha de papel as ideias que associam às alterações climáticas em forma de palavras ou pequenas frases. A técnica de associação livre de palavras é considerada como uma das mais apropriadas para a realização de estudos exploratórios (e.g. Szalay & Deese, 1978) na medida em que minimiza as distorções que possam ser criadas por questões fechadas utilizadas em inquéritos, sendo as respostas espontâneas e não condicionadas, e possibilitando a análise de sentidos subjectivos (Lorenzoni et al., 2006).

Nas palavras escolhidas pelos participantes, os impactos (ou, se quisermos, as manifestações) das alterações climáticas (e.g. degelo polar, calor) foram muito mais frequentes do que as causas

(e.g. indústria, automóvel), com a excepção das referências à 'poluição'. Foram predominantes as referências à natureza e à ecologia, sendo escassas as menções de aspectos políticos (à excepção de 'Quioto') e sobretudo económicos (e.g. Carbono Zero, empresas), e estando ausentes as referências a aspectos sociais (e.g. migrações forçadas). Não se verificou qualquer referência a possíveis acções de mitigação. Globalmente, o tipo de palavras que estes jornalistas e profissionais de comunicação associaram às alterações climáticas não diferiu do padrão de resultados obtido num estudo prévio com a população em geral, de que se dará conta no capítulo 7.

Em conclusão, a forma como diferentes jornalistas pensam a questão das alterações climáticas difere: enquanto alguns a associam fundamentalmente à investigação científica e vêem-na como uma questão consensual e complexa, outros associam-na a estados do tempo e a manifestações afins. Isto é muito importante porque significa que, para os últimos, a saliência das alterações climáticas é função de ocorrências atmosféricas específicas.

4. 2. Estatuto simbólico das alterações climáticas e do ambiente nas organizações noticiosas

As alterações climáticas e, mais globalmente, o ambiente parecem ter estatutos simbólicos diferentes entre as organizações mediáticas cujos profissionais entrevistámos (através de entrevista unipessoal ou em situação de grupo focal).

O jornalista 1 do *Público* avaliou como 'muito elevada' a importância dada às alterações climáticas. 'No *Público*, desde o começo, todas as questões ambientais, e também as questões de ciência sempre tiveram grande destaque. Eu não tenho dúvidas. Acho que o *Público* é o jornal que mais escreve sobre alterações climáticas.'

Já o jornalista do *Correio da Manhã* afirma que a importância dada ao tema no jornal 'depende da dimensão do acontecimento; por exemplo – aqui estou a falar das questões mais meteorológicas, não tanto de alterações climáticas – mas, por exemplo, se cair neve em Lisboa, é um assunto prioritário'.

No grupo focal 1, um participante, com uma longa experiência de jornalismo num semanário de referência, referiu-se à posição relativa das questões ambientais nas redacções nos seguintes termos:

> 'Imaginemos que havia uma secção de Ambiente. O estatuto de uma secção de Ambiente dentro de organização jornalística é completamente diferente do estatuto uma secção de Economia. O próprio estatuto discursivo é diferente. Na Economia, estamos a falar de coisas sérias… (risos) (...) Estamos a falar de dinheiro. Vamos lá ver, a gente não anda aqui a brincar, isto dos negócios, da economia não é a brincar. E o ambiente a gente sabe que também não é, mas (...) vai-se dizer: 'pois, mas olha que o Ambiente também é'. 'Pois, está bem, está bem. Continua'. Esta incomunicabilidade deriva de estatutos que são diferentes também na avaliação da sociedade. 'Pagas ao tipo em pássaros coloridos, é?' (risos). (participante 11)

A desvalorização genérica do ambiente como matéria jornalística fica bem expressa no relato deste participante. Afirmando que é considerado 'de bom tom [para os media] fazer umas coisas sobre ambiente', reforçou o modo pejorativo como considera que este domínio é tratado: 'Há um cinismo no discurso, na retórica íntima desta profissão. E todos nós sabemos. (...) 'Isto é engraçado. Oh! Dá ali ao tipo do Ambiente.' É assim. Isto é tratado com este desrespeito profundo.'

Vários outros participantes indiciaram visões semelhantes da importância relativa das questões ambientais nos meios jornalísticos nas afirmações que fizeram sobre a acção das organizações não-governamentais de defesa do ambiente e das empresas, como será discriminado em secções específicas mais abaixo.

4. 3. Relações com as fontes

A primazia jornalística das fontes institucionais e/ou oficiais é justificada pela importância para o país da informação que produzem: 'para sabermos o que é que vai ser feito no país precisamos de saber de fontes institucionais, não é?' (jornalista 2); 'Se o governo tem um plano nacional para as alterações climáticas isso é importante porque é a política nacional para o assunto' (jornalista 1). O jornalista 1 acrescentou outro factor que se prende com a cooptação de matérias por diferentes órgãos: 'Eu acho que o privilégio em relação ao oficial existe porque diz-se: "O ministro vai amanhã não sei aonde. Temos que lá ir porque ele pode dizer alguma coisa sobre isso". E mesmo que não se vá, a *Lusa* vai e, porque acompanha tudo, o seu jornal acaba por noticiar.'

Paradoxalmente, os participantes nos grupos focais (muitos dos quais jornalistas) expressaram um grau de confiança relativamente baixo face à informação fornecida pelo governo e autarquias, bem como por empresas. Tal avaliação foi formulada através de um breve questionário (uma página) que, como referido acima, foi aplicado no início de cada sessão. Os cientistas, profissionais da saúde e professores receberam notas mais elevadas na escala de confiança. Este padrão é semelhante ao da população em geral, como será discutido no capítulo 8.

As estratégias de pesquisa de informação e selecção de fontes pelos jornalistas revelou-se profundamente diferenciada, mesmo entre profissionais do mesmo jornal. Enquanto a jornalista 2 aponta a *Science*, a *Nature* e o *New Scientist* como principais alvos na sua rotina de procura de informação, o jornalista 1 criticou a excessiva dependência de alguns jornais relativamente às duas primeiras revistas e a forma como estas gerem a sua relação com os media. '[A] *Nature* e a *Science* monopolizaram o jornalismo de ciência', afirmou.

O jornalista 1 disse aceder a informação de múltiplas formas e não ter rotinas de pesquisa, recebendo muita informação por listas de distribuição, por email ou por outros canais e indo, concretamente, à procura de dados em momentos pontuais: 'vou atrás dos dados, há datas certas em que eu procuro determinadas fontes porque sei que vão sair os dados, por exemplo, das emissões de Portugal (...). O governo não faz publicidade disso, não é? Há determinadas coisas de que tem que se ir atrás.'

O jornalista 3 afirmou que adquire informação 'sobretudo através da Internet, no site do Instituto de Meteorologia, também no site do Weather Channel, e de alguns meteorologistas portugueses com alguns anos de experiência (...) também de agências de comunicação.' Disse não ser leitor assíduo de publicações sobre ciência e ambiente.

Os jornalistas reconhecem a necessidade de manter relações de confiança com as fontes para que as mesmas sejam abordadas. Tal pode reduzir a diversidade de actores sociais contactados pelos media:

Pergunta – 'Acha que é difícil diversificar as fontes?'
Jornalista 1 – 'Não é difícil, mas dá um pouquinho mais de trabalho. Dá um pouquinho mais de trabalho porque, primeiro, tem que se procurar outras fontes, depois, tem que se ganhar a confiança das fontes.'

Os riscos associados às relações de confiança foram evocados espontaneamente por uma das entrevistadas, que refere que: 'Muitas vezes, os jornalistas escrevem para as fontes (...) As fontes também querem que escrevamos o que elas querem. E há algumas que levam a mal se a gente não escreve.' (jornalista 2). Algo idêntico foi enunciado a propósito dos jornalistas especializados em determinadas áreas:

'O jornalista muito especializado começa a entrar numa relação [com a fonte] em que começa a escrever da mesma forma que a fonte, que é para agradar às próprias fontes. E quem sai prejudicado é o leitor, que é o beneficiário da notícia. No da seguinte, temos o cientista a telefonar e a dizer: "muito bem, muito bom artigo". Só que ninguém entendeu nada.' (jornalista 1)

A facilidade de acesso às fontes foi também considerada um importante factor de selecção das fontes: aquelas que são mais fáceis de contactar e que regularmente demonstram disponibilidade para falar com os jornalistas têm uma maior probabilidade de voltar a ser solicitadas. A Quercus (e, particularmente, Francisco Ferreira) foi referida pelos dois jornalistas do *Público* como correspondendo a este perfil. O jornalista 1 referiu-se também à disponibilidade do investigador Filipe Duarte Santos para aceder aos pedidos dos jornalistas.

Curiosamente, ambos os jornalistas notaram que a facilidade de acesso pode levar à não-diversificação das fontes: 'algumas fontes podem até ter algum peso excessivo, porque se tornam acessíveis' (jornalista 2); '[Uma determinada fonte] fala sempre. (...) responde a tudo. E acaba por se ir bater sempre aos mesmos' (jornalista 1).

Há uma reconhecida influência da pró-actividade das fontes no envio de comunicados, relatórios e outros documentos aos jornalistas, como veremos em maior detalhe na secção seguinte. A pró-actividade das fontes é usada para explicar tanto a sua presença nos media como a sua invisibilidade.

Pergunta – (...) 'Não se costuma ver, pelo menos nas notícias sobre Portugal, muitas ONG's a falar, para além da Quercus'.
Jornalista 2 – 'A Quercus. Há outras, mas a Quercus é, de facto, a mais interventiva em todas as questões que têm a ver com o ambiente.'

Na mesma linha, o jornalista 1 afirmou que 'as outras organizações [ONGs] não têm estratégias de comunicação' e é razão pela qual 'não aparecem' nos media.

4. 4. Percepções da comunicação estratégica de diferentes actores sociais

No capítulo 4, foram discutidas as estratégias comunicativas de diferentes actores sociais e, como vimos, enquanto alguns se manifestaram receptivos a contactos com jornalistas mas disseram não os iniciar outros têm uma significativa pró-actividade nesse contacto com os media. Qual a experiência e percepção dos jornalistas relativamente a esta questão? Como vêem os jornalistas a gestão

estratégica da informação por parte de diferentes actores sociais? Que valor atribuem às informações não solicitadas que lhes chegam?

Os jornalistas entrevistados dizem receber uma grande quantidade de informação nas redacções dos jornais para que trabalham. O jornalista 1 expressou essa experiência da seguinte forma:

> 'Eu recebo muita informação (...) sou bombardeado por coisas que aparecem. (...) Há instituições que querem vender o seu peixe e que emitem comunicados de imprensa. E isso, em número, é muito mais do que as fontes que eu contacto. Recebo muito mais informação do que o que eu vou à procura.'

Este entrevistado afirmou, porém, que no caso das fontes 'que não são institucionais, que são individuais, [como os] cientistas, é mais o jornalista que vai à procura.'

Ao contrário do que se poderia imaginar, os jornalistas entrevistados caracterizaram de forma tipicamente positiva a comunicação estratégica dos actores sociais, referindo-a mesmo como factor favorável à sua selecção para a construção de notícias: 'as fontes institucionais fazem comunicação institucional, tornam o discurso interessante...' (jornalista 2).

O jornalista 1 apontou a pró-actividade comunicativa dos governos como factor explicativo da sua visibilidade mediática: 'As fontes de jornalismo de ambiente (...) na maior parte são fontes dos governos. O que (...) tem uma explicação lógica, porque os governos têm maior capacidade de soltar coisas cá para fora, não é? De divulgar relatórios, de divulgar planos.'

O reconhecimento da influência dos profissionais de comunicação/relações públicas sobre o jornalismo surge também da parte do jornalista 3 que afirmou expressamente recorrer a agências de comunicação na busca de informação sobre alterações climáticas, como já referido acima.

No sentido de simular as opções que diariamente têm que ser feitas pelos jornalistas e editores, fizemos um exercício com os participantes dos grupos focais que envolveu a leitura e discussão em torno de dois comunicados de imprensa. Deliberadamente, escolhemos comunicados de instituições muito diferentes e com estilos também bastante distintos. O primeiro comunicado é da Quercus e tem como título 'Dia Mundial do Ambiente - Quercus sensibiliza governo a escolher opções correctas'. No topo do documento lê-se: 'No Dia Mundial do Ambiente, 5 de Junho [de 2006], a Quercus ofereceu ao Ministro do Ambiente o AMBIENTOLÓGICO, um aparelho equipado com alta tecnologia de inteligência artificial (e uma boa dose de humor), com o objectivo de auxiliar o governo a tomar decisões acertadas na área do Ambiente.' A Quercus diz também que com 'esta acção simbólica (...) pretendeu chamar a atenção sobre várias opções incorrectas que têm sido seguidas nos últimos anos' e 'apontar o caminho certo' numa série de áreas que são listadas de seguida no documento e que vão da Conservação da Natureza à Energia. Para a última área, refere-se a necessidade de aumentar a eficiência energética e aplicar de forma adequada os novos regulamentos energéticos para a habitação, entre outras medidas.

O outro comunicado é do então Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPTH) e surge encabeçado pelo brasão de armas da República Portuguesa e pelo nome do ministério e as palavras 'Auditoria Ambiental'. O documento tem como título 'Movimentos pendulares na AMP; Hotel Ipanema Porto, 27 de Fevereiro de 2003'. É referido no texto que a Auditoria Ambiental é 'o

organismo do MOPTH responsável por promover a integração ambiental no sector dos transportes' e também 'a representante do Ministério na Comissão Interminesterial [sic] para as Alterações Climáticas e na Comissão para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento sustentável.' O comunicado dá conta dos principais resultados de um estudo realizado no âmbito do MOPTH sobre a contribuição dos transportes na Área Metropolitana do Porto (AMP) para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). São apresentados dados quantitativos (números e percentagens) que apontam para a prevalência do transporte rodoviário individual. O documento termina com referências ao Sistema de Metropolitano Ligeiro da AMP que, refere-se, pretende captar tráfego ao transporte rodoviário 'traduzindo-se num sistema de transportes urbanos mais eficiente do ponto de vista energético e das emissões de GEEs'.

No debate que se seguiu à leitura dos dois comunicados, emergiram múltiplas questões de relevo associadas às estratégias de comunicação de diferentes actores sociais, tais como a credibilidade da mensagem e dos seus autores, a 'autoridade' associada a um determinado estilo e o trabalho jornalístico envolvido no tratamento de determinadas formas de comunicação.

O risco de desvalorização jornalística associado a determinadas opções comunicativas está expresso nas palavras do participante 11, com grande experiência de jornalismo: 'Isto da Quercus é um fait-divers, não é? É fácil de ver que vai para a secção de fait-divers. Como uma curiosidade: "olha que engraçado".' De modo semelhante, o participante 4 antecipou que o comunicado da Quercus fosse reduzido à sua dimensão visual: 'o que passa é a fotografia com o ambientológico. E, portanto, o texto, por muito que possa conter…'. É fácil adivinhar a conclusão desta frase inacabada.

O participante 11 referiu-se também ao que considera ser um paradoxo – o estilo humorístico da mensagem e a complexidade/gravidade das questões:

> Participante 11 – 'Aqui não há problematização… o jogo do ambientológico ou do ambientómetro, este jogo depois, não joga a cara com a careta. Das duas, uma: ou a gente fica na graçola e então é eficaz. A graçola sai, a graçola passa. Ou então problematizamos. Porque a questão… da forma como está colocada, não parece de ordem a poder ser aligeirada e depois tornada respeitável, não é? Há aqui uma contradição de termos.'

Estas observações sugerem que a estratégia de 'espectacularização' adoptada por muitas ONGs não é produtiva em termos mediáticos porque se por um lado tem algum apelo pelo seu carácter inesperado por outro lado pode gerar algum descrédito jornalístico. Há também uma crítica à percepção que as ONGs têm do seu impacto mediático: 'E depois vão medir a sua eficácia como entendida, dizendo que não sei quantos jornais e não sei quantas câmaras de televisão pegaram na sua graçola e isso é bom lá para o senhor da Quercus…' (participante 11).

Apesar disto, é referido que o comunicado da Quercus poderia estimular a pesquisa jornalística mas essa opção é descartada face às condições reais do exercício do jornalismo:

> Participante 11 – 'Mas isto é em guião para a investigação, repara. Diz aqui, a opção correcta, está-se mesmo a ver, claro, passa por aplicar de forma adequada os novos regulamentos energéticos. Claro que isto é evidente. O que não é evidente é se eles estão a ser aplicados. Podemos é, do ponto de vista jornalístico, ir lá ver, telefonar para a Quercus e dizer: "explique-me lá que conversa é esta de aplicar de forma… Que regulamentos é que não são aplicados?". E vamos fazer uma reportagem sobre regulamentos que não são aplicados. Mas isto, para já, dá uma trabalheira.'

Relativamente ao comunicado do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, começou por ser apontado o facto do 'selo' (brasão de armas) da República 'forçar' a atenção jornalística 'com este selo (...): alto! Ministério das Obras Públicas… daqui já não me safo nunca.' (participante 11). Várias pessoas destacaram o recurso que Ministério das Obras Públicas fez dos números: 'faz uma apologia do metro, sustentando-se em números' (participante 1); ' Usa a estratégia dos números…' (participante 8); '[Os números] agradam às pessoas (...); medem' (participante 19).

O participante 4, jornalista de televisão, referiu que, nesse meio, 'teríamos que ir buscar o soundbyte que justificava "devem usar o metro porque"….'. O participante 11, ligado ao jornalismo impresso, disse que 'como editor, eu faria uma notícia sobre isto [do Ministério das Obras Públicas] e uma breve sobre isto [da Quercus]. Uma notícia com isto porque se calhar até telefonas e o ministro ou o secretário de Estado lá te informa… para fazer uma declaração a dizer o que está aqui.' Este participante ironiza:

> 'Nunca me lembrarei de perguntar quanto é que custa um bilhete de metro – que por acaso é proibitivo para a generalidade das pessoas – nunca me lembrarei de perguntar quais são os seus horários, quais são as carreiras (...) E não podia adivinhar – embora pudesse, embora pudesse – que três anos mais tarde[1] vão ser extintas 14 linhas de autocarro na cidade do Porto. (...) Agora, isto tem selo... tem selo…'

4. 5. Conhecimento científico e mediatização

Nas entrevistas e nas sessões dos grupos focais, procurou-se conhecer a percepção dos inquiridos relativamente a diferentes tipos de actores sociais que se perfilam como relevantes para o tratamento jornalístico das alterações climáticas. Assim, esta secção e as duas seguintes centram-se, respectivamente, sobre a comunidade científica, as organizações não-governamentais de defesa do ambiente e as empresas.

Como seria de prever, dada a natureza das alterações climáticas, os jornalistas entrevistados valorizaram os cientistas como fonte de informação sobre alterações climáticas. O jornalista 1 considerou mesmo que as alterações climáticas 'são um dos assuntos em que os especialistas têm mais importância. Como existe muita falta de consenso político, perguntamo-nos: 'onde está o cientista que vai me orientar nisso?'' O jornalista 3 considerou os especialistas especialmente importantes como fontes de 'dados, números, dados concretos'.

Um dos critérios de avaliação da credibilidade das fontes ligadas à investigação científica é a publicação 'numa revista com peer review, numa revista conhecida e conceituada', segundo a jornalista 2. No entanto, tal como o jornalista 1, considerou que este não é um imperativo, desde que se 'reconheça competência' à fonte.

Tradicionalmente, a ciência investia menos do que outras áreas na promoção mediática. No entanto, como referido anteriormente, essa é uma realidade que tem vindo a mudar:

[1] Refere-se a 2006. Recorde-se que o comunicado é de 2003 e que as sessões de grupos focais tiveram lugar em 2007.

> ‘A ciência das alterações climáticas faz-se aos poucos, quer dizer, não se avança tanto em termos de conclusões como os jornais gostariam, não é? Então, a própria ciência, a própria comunidade científica trata de apimentar, por vezes, os seus relatórios, os seus comunicados de imprensa.’ (Jornalista 1)

O jornalista 1 criticou a forma como algumas entidades, como as prestigiadas revistas *Science* e *Nature*, procuram marcar a agenda mediática, através da publicação estratégica de artigos sobre determinados temas em momentos politicamente sensíveis e da disseminação de informação à comunicação social com uma política de embargo dos artigos durante um determinado período de tempo.

Por outro lado, o mesmo jornalista considerou válida a organização das universidades no sentido de divulgar melhor a sua investigação e de apresentar nomes de investigadores especializados em diferentes temas que estejam disponíveis para falar com jornalistas, considerando mesmo que tal poderia contribuir para aumentar a diversidade de fontes mediáticas: ‘Em Portugal, o meio científico é sempre um pouco relutante. (...) aparecem universidades que querem promover os seus trabalhos… mas é pouco. Nos Estados Unidos isso é muito mais forte, não é? E eu acho muito bem. Assim, abre-se mais o leque.’

Apesar do investimento que as universidades portuguesas têm feito na comunicação institucional sobre a investigação que desenvolvem, através de gabinetes de comunicação com profissionais da área, o jornalista 1 considerou que em muitos casos as universidades ‘divulgam mal’ e referiu-se negativamente a um exemplo de uma universidade que disseminou um estudo que ‘não estava publicado, não estava terminado, não tinha dados validados’. E acrescentou: ‘Há um corpo grande de cientistas que gostaria de ver o seu trabalho mais divulgado mas não sabem como fazer. Não sabem e as instituições em que estão também não fazem.’

O tratamento jornalístico do conhecimento científico sobre alterações climáticas apresenta várias dificuldades. Um dos problemas apontadas pelos participantes nas sessões dos grupos focais diz respeito às várias escalas geográficas envolvidas. O jornalismo busca acontecimentos que ocorrem em locais concretos; no entanto, o conhecimento científico não permite fazer a atribuição de ocorrências locais específicas à intensificação do efeito de estufa e os cientistas evitam estabelecer esse laço. A frustração jornalística é especialmente clara nas palavras de um jornalista de televisão:

> Participante 4 – ‘ainda não encontrei nenhum cientista que me dissesse: ‘isto tem a ver com o aquecimento global’. E eu penso que isso é um dos grandes problemas da comunicação mediática deste assunto. Ou seja, não é possível, cientificamente sequer, estabelecer, além da futurologia e das frases genéricas acerca do tal fenómeno global, depois, o fenómeno local, que nós possamos perceber… (...) Eu acho que o grande problema em torno da discussão do aquecimento global é que o aquecimento é global, mas os problemas são locais. E, portanto, as pessoas dificilmente percebem… (...) não há provas tangíveis de que aquilo seja, de facto, por causa do aquecimento global.’
> Participante 8 – ‘Parece que, quando falamos de aquecimento global, falamos de problemas dos outros e não do nosso problema. (...) as notícias [sugerem que] é um problema, mas se calhar não nos atinge assim tanto, por confronto com a questão do local, não é?’
> Participante 4 – ‘Qual é a imagem que nós, na televisão, vamos buscar para simbolizar o aquecimento global, normalmente? (...) Eu digo-lhes: o degelo polar. É óbvio. E onde é que fica o degelo polar? É aqui ao nosso lado? É que esse é o único que os cientistas atribuem: “isto está a acontecer por causa do aquecimento global.”’

Outra das dificuldades referidas foi a não-linearidade entre causas e efeitos das alterações climáticas e a falta de vozes da comunidade científica que façam a ligação entre as duas coisas:

> Participante 4 – 'A que é que isto se deve? Isto deve-se àquela fábrica que faz isto aqui? A esta fábrica, aos carros que existem na cidade, à poluição? (...) O problema é que é sempre um discurso muito vago. (...) Eu penso que o grande problema do discurso dos cientistas é a demonstração cabal de que este comportamento que você tem localmente afecta, vai afectá-lo, mais tarde ou mais cedo.'

O estilo de comunicação da comunidade científica foi apontado como uma barreira. Na análise da participante 1, terá havido uma alteração na cimeira em que foi lançado o 4° Relatório de Avaliação do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas) em Paris:

> Participante 1 – 'Os cientistas têm um discursos muito técnico. (...) não é um discurso acessível. O que aconteceu em Paris é que subitamente os cientistas fizeram o discurso muito idêntico ao das organizações não governamentais, mais radical, muito mais incisivo e a dizer: 'há isto e vai acontecer isto daqui a x anos' (...). Tornou-se mais acessível, mas ao mesmo tempo, tornou-se muito mais radical, muito mais duro.'

Esta participante aprova o que diz ser uma aproximação do discurso científico por altura do lançamento do último relatório do IPCC do discurso das organizações ambientais. Ironicamente, como veremos, a mesma participante formula duras críticas relativamente ao último.

4. 6. Activismo e jornalismo

As organizações não-governamentais (ONGs) de defesa do ambiente têm como missão contribuir para a protecção do meio ambiente. Dado que não ocupam uma posição formal de poder, as ONGs vêem nos media uma das principais arenas de intervenção. Como percepcionam os jornalistas estas organizações e as suas formas de comunicação?

O jornalista 1 afirmou que 'para os jornalistas, as ONGs são credíveis porque estão a defender o interesse público.' No entanto, nas sessões dos grupos focais, as referências às organizações ambientais foram bastante diferentes. Quase todas as considerações foram críticas relativamente a estas e foram apresentadas pelos participantes como sendo o pensamento dos cidadãos 'comuns'.

As palavras da participante 1 são exemplificativas: 'As organizações não governamentais são vistas como extremistas, não credíveis, não é? (...) São aqueles tipos que chateiam sempre que se quer construir alguma coisa. Basicamente, é essa a ideia do senso comum.' Extremismo, falta de credibilidade e oposição ao desenvolvimento foram características repetidamente referidas. Veja-se como, na seguinte interacção entre duas participantes, é criada uma oposição entre protecção da natureza e progresso material e como um certo 'senso comum' do jornalismo/dos jornalistas é representado como o 'senso comum' das 'pessoas'.

> Participante 1 – 'Provavelmente o problema está nas estratégias que desenvolvem sobre outros assuntos. Colocam a imagem deles em causa, não é? Quer dizer, se eu tenho uma organização ambientalista – o exemplo que vou dar é um facto – que impede a construção de uma estrada porque está a perturbar um ninho de ratos, é completamente… (risos). Depois, perdem a credibilidade para outras coisas, não é? As pessoas acham que é ridículo.'

Moderadora – 'Mesmo que seja uma espécie de ratos que só existe ali?'
Participante 1 – 'Só que há o senso comum.' (...)
Participante 8 – 'Quando eles mexem com os empregos das pessoas… ou seja, agora a fábrica do Ikea, em Paços de Ferreira, que vai ser construída em reserva natural, a Quercus vai interpor um processo em tribunal. Para as pessoas, para a opinião pública, principalmente de Paços de Ferreira, é uma ameaça, são menos mil postos de trabalho ali na região, não é?'
Participante 1 – 'E noutros aspectos em que poderão ter algum ganho, ficam….'
Participante 8 – '… têm toda a legitimidade para defenderem a reserva natural, atenção.'

A última intervenção da participante 8 mostra como é negociado o sentido da protecção ambiental com um reconhecimento da sua legitimidade (legal, moral?) após a mesma ter sido contrariada com base em razões sociais.

Outros participantes referiram-se também à desvalorização do ambiente por parte do público. Por exemplo, a propósito de alterações no plano de construção de uma estrada para proteger lobos que vivem numa região montanhosa, o participante 2 disse que '(...) as pessoas perguntam: 'mas vamos gastar milhões de euros do nosso dinheiro por causa de meia dúzia de lobos?''. Por sua vez, o participante argumentou que 'as pessoas só entendem uma linguagem (...): a do bolso.'

À crítica das estratégias de comunicação das organizações ambientais é também associada uma crítica do jornalismo, como se evidencia no excerto seguinte:

Participante 3 – 'Algumas organizações tipo Greenpeace e Quercus… algumas das acções têm sido contraproducentes, na medida em que exageram no mediatismo, na encenação e criam nas pessoas uma sensação de… fraude.'
Participante 9 – 'Palhaçada.'
Participante 3 – 'De fraude, de palhaçada, porque depois o discurso exagerado é facilmente desconstruído por quem está do outro lado.'
Participante 10 – 'Mas é muito aproveitado pelos meios de comunicação…'
Participante 3 – 'Exactamente.'
Participante 10 - Porque serve o objectivo espectacular.

Num outro exemplo, a participante 19 referiu-se ao esvaziamento da mensagem das organizações não-governamentais e, novamente, aludiu à responsabilidade jornalística:

Há tempos (...) a Quercus pôs uma faixa (...) na Ponte D. Luís, no Porto, sobre qualquer coisa de ambiente. Eu fiquei com a noção de que a Quercus colocou uma faixa e chamou os jornalistas. Eu não sei foi é o que a Quercus lá escreveu. Eu sei que era qualquer coisa sobre ambiente, que foi noticiado, porque foi um evento, não é? Foi bombástico porque eles puseram uma faixa a dizer qualquer coisa sobre ambiente, só que onde está o conteúdo? Depois também não houve, se calhar, por parte dos jornais... noticiaram o evento, só que depois não houve…'

4. 7. O poder económico e os media

As empresas são agentes cruciais relativamente à questão das alterações climáticas. Uma fasquia muito significativa das emissões de gases com efeito de estufa resulta da sua actividade pelo que, se a responsabilidade das empresas é evidente, é também certa a sua possibilidade de desenvolver medidas de mitigação. Como vêem os jornalistas a representação das empresas no jornalismo sobre alterações climáticas? Como percepcionam as suas práticas de comunicação?

As empresas têm vindo a tornar-se mais pró-activas na comunicação sobre alterações climáticas, em particular as grandes empresas. O jornalista 1 considerou, aliás, que, actualmente, 'quem não fala

[publicamente sobre alterações climáticas] são [apenas] as pequenas empresas'. Vários entrevistados referiram-se à integração de considerações ambientais no discurso das empresas como estando associado a uma tentativa de parecer 'verde' que nem sempre corresponde a uma mudança efectiva de práticas. As empresas 'aproveitam a onda' (jornalista 2) dos discursos de protecção ambiental, sobretudo as 'vilãs, que são as maiores emissoras. Toda a empresa que trabalha com petróleo, com gasolina, teve que se modificar. Passaram a ser também empresas verdes, que apostam nas energias renováveis, que apostam nas eólicas' (jornalista 1). Tal poderá estar associado, segundo o jornalista 1, a vários tipos de motivações:

> 'Em algumas, entrou de uma forma colateral porque estavam interessadas em melhorar a sua performance, em poupar energia, e descobriram que isso podia melhorar a sua performance ambiental; mas a motivação eram os resultados operacionais. Outras, porque tinham, de facto, uma responsabilidade social e queriam realmente fazer alguma coisa para ajudar; outros, porque a concorrência estava a fazer.'

Em muitos casos, notou a jornalista 2, o discurso empresarial é uma forma de 'green washing (...) e muitos dos anúncios e notícias são fachada'.

Mas será fácil para os jornalistas denunciar os reais contributos das empresas para as alterações climáticas e as suas falhas por acção ou por omissão? Este tema foi particularmente aprofundado nas sessões dos grupos focais e os participantes apontaram vários obstáculos que impedem ou, pelo menos, limitam a exposição da responsabilidade empresarial por parte dos profissionais dos media. Por um lado, as empresas surgem associadas a um estatuto social que as torna incriticáveis.

> Participante 7 – 'Acho complicado [denunciar responsabilidades empresariais]. Hoje só se faz ambiente se for para bater no governo. Porque se for para bater na fábrica, não se vai fazer.'

Por outro lado, foram também referidas dependências entre os poderes políticos e económicos como impeditivas do trabalho jornalístico.

> Moderadora – 'Se alguém quisesse falar das responsabilidades da EDP e da Galp sobre esta matéria, não era possível? (...)'
> Participante 1 – 'Há uma relação muito estreita entre o poder político e a vertente económica destas coisas, não é? Dou-lhe o exemplo da refinaria de Leça. A conexão que há entre Câmara, portanto, poder político, o governo, não é?... Portanto, quando acontece alguma coisa, está tudo bem, não é? E, quando acontece alguma coisa, há aqui uma articulação muito forte em que, às vezes, é a Câmara que defende acerrimamente a empresa, que nem tem que abrir a boca. Portanto, há aqui uma… há outros interesses entre o poder político e o poder económico, que fazem com que as coisas…'

Os jornalistas disseram também confrontar-se com falta de fontes que estejam disponíveis para expor problemas e apontar o dedo a empresas.

> Participante 8 – 'Nessa questão, às vezes é difícil para o jornalista encontrar uma fonte credível que lhe diga exactamente isso, em vivo e não em off. Porque se a administração da Galp me diz que está tudo bem, o presidente da Câmara de Matosinhos diz que está tudo fantástico, para a associação de trabalhadores também não há problema nenhum… Como é que…?'
> Participante 1 – 'E vais falar com a Quercus, também não há…'
> Participante 8 – '… a Quercus também não…Suspeitando que há algum problema, como é que eu ponho isso no ar se eu não tenho nenhuma fonte que dê a cara por isso? Não posso ser eu a dar a cara, porque senão deixava de ser reportagem e passava a ser opinião. Essa é que é a dificuldade.'

Finalmente, foram também apontadas razões de natureza ideológica para explicar a ausência de crítica jornalística relativamente aos grandes emissores de gases com efeito de estufa. Segundo o participante 7, o discurso do crescimento ilimitado tem bastantes adeptos nos meios jornalísticos: 'Boa parte dos jornalistas, na verdade, está de acordo com esse discurso de que o progresso está acima… (...) Muitos deles até alinham nesse discurso desenvolvimentista e desenfreado.'

4. 8. Contingências profissionais e organizacionais

O jornalismo é produzido no âmbito de organizações concretas e as suas dinâmicas e culturas funcionam inevitavelmente como constrangimentos para a prática do jornalista. Na secção anterior, foram já referidas algumas dessas pressões e limitações, que redundam numa relativa falta de liberdade dos jornalistas na organização a que pertencem. Como referiram os participantes 7 e 9, os jornalistas são 'funcionários' que têm que 'alinhar' com as orientações do órgão para que trabalham. Nas palavras do participante 4, 'quando falamos dos jornalistas, não estamos a falar apenas do jornalista individual, mas da corporação que alberga o jornalista (...) o grande problema (...) é a lógica de funcionamento da sua empresa, as lógicas escondidas'. Este jornalista sugeriu que, se não há mais trabalho jornalístico de investigação sobre a responsabilidade empresarial, por exemplo, a explicação pode ser encontrada nas empresas mediáticas e não nos jornalistas individualmente considerados:

> 'Todos os assuntos, à partida, são investigáveis. A questão é que condições são dadas, ou existem, para investigar. (...) A questão é se de facto as empresas jornalísticas (...) estão a patrocinar ou não os esforços dos jornalistas que estão a investigar. Agora, o que me parece é que é aí que a porca torce o rabo, se me permitem a expressão.'

Para além disso, entre os participantes dos grupos focais, evidenciou-se a extrema dificuldade em desenvolver práticas alternativas de pesquisa e produção de informação devido às condições profissionais e organizacionais, nomeadamente as frágeis condições contratuais em que uma grande parte dos jornalistas se encontram, em particular os mais novos, e ao excessivo poder das hierarquias.

Atentemos nas palavras de um jornalista já reformado (participante 21) e de uma jovem profissional (participante 17):

> 'Eu já estou há quatro anos fora das redacções (...) mas tenho a impressão que a hierarquização dentro do jornal se rigidificou muito (...) os jornalistas estão, hoje, mais no extremo de uma cadeia de comando do que estavam. Eu ainda sou do tempo em que a gente quase insultava o director, quando o director fazia mal. (...) Hoje, acabou. Os jornalistas estão muito diante do poder e caladinhos, se não o salário vai à vida.' (participante 21)

Este estado de coisas sujeita, alegadamente, os jornalistas a obedecer a ordens e a servir interesses:

> 'Eu não tenho grande experiência de jornalismo, mas realmente não tinha palavra nenhuma quando estive a fazer o meu estágio (...) Uma vez, eu e [uma colega] fomos cobrir uma coisa que

achávamos que não deveríamos ir cobrir e tivemos que ir e depois tivemos que arranjar uma notícia fabricada, que depois ainda foi re-fabricada.' (participante 17)

Para além da precariedade profissional, outro jornalista (participante 16) referiu-se a uma 'situação de fragmentação da classe', considerando que a falta de união e coesão acentua a vulnerabilidade individual.

5. Conclusões

Neste capítulo, começámos por reflectir sobre as práticas jornalísticas em torno das questões ambientais com base na literatura existente, tendo depois analisado a percepção de jornalistas portugueses sobre o trabalho de cobertura das alterações climáticas. Das entrevistas e grupos focais emergiram perspectivas que são nalguns aspectos divergentes e noutros coincidentes, reflectindo diferenças entre as concepções individuais dos jornalistas mas também a multiplicidade de culturas organizacionais e políticas editoriais no panorama mediático nacional.

As interpretações das alterações climáticas parecem variar bastante entre os jornalistas. Enquanto alguns a inscrevem na ciência e a vêem como uma questão complexa e multifacetada que diz, sobretudo, respeito ao futuro, outros vêem-na pelo prisma das suas manifestações (ou seja, ocorrências presentes ou no passado recente) a nível meteorológico e de outros impactos afins (cf. Sachsman, Simon & Valenti, 2004). Isto pode significar que, nalguns casos, as alterações climáticas não conquistem espaço jornalístico senão em associação com estados do tempo invulgares (e vice-versa: que possa haver uma tendência para atribuir tais estados do tempo às alterações climáticas). Por outro lado, uma percepção assente em manifestações/impactos é potencialmente redutora, podendo excluir outras dimensões essenciais da questão (por exemplo, as múltiplas práticas que estão na sua origem e as formas de mitigação).

Enquanto as entrevistas e as sessões dos grupos focais nos permitiram captar (em parte) o pensamento dos indivíduos foram também apontadas inúmeras pistas para pensar factores organizacionais associados ao trabalho jornalístico. Vejamos como. A importância das alterações climáticas e, mais globalmente, das questões ambientais nas organizações mediáticas parece ser bastante variável. Enquanto num jornal como o *Público* o estatuto dessas questões é sentido como elevado pelos jornalistas, em vários outros media grassa uma cultura de desvalorização do ambiente, o que provavelmente tem impacto sobre a selecção das temáticas a noticiar. Num contexto profissional que menospreza o ambiente, as alterações climáticas (e outras matérias) poderão requerer o 'prestígio' das elites (sobretudo as políticas) para ascender à agenda mediática. No entanto, esta cultura jornalística de não-apreciação do ambiente poderá estar em mutação à medida que o ambiente penetra crescentemente as agendas políticas e os discursos empresariais (e é, porventura, apropriado por estes).

O impacto do poder económico sobre a prática jornalística foi considerado limitador da possibilidade de noticiar certas questões e denunciar algumas responsabilidades. Os participantes nos grupos focais destacaram a dependência das empresas jornalísticas relativamente aos agentes económicos e a necessidade de os jornalistas funcionarem dentro dos limites que a sua organização

define. Mais globalmente, foram apontados factores relacionados com as condições de emprego e as relações hierárquicas nas organizações jornalísticas como impeditivos de um trabalho mais investigativo e crítico. Muitos participantes sentem que existe pouco espaço para inovar e que o jornalista é um mero 'peão' numa posição de subalternidade face às respectivas chefias. A economia política dos media na actualidade, tal como discutida na parte inicial deste capítulo, contribuirá, certamente, para este estado de coisas (Garcia, 2009).

O contacto dos jornalistas com as fontes é essencial para a produção noticiosa. A pesquisa que desenvolvemos permitiu identificar, para além do governo e dos cientistas, outras fontes importantes, como o Instituto de Meteorologia, referido como a principal fonte para o *Correio da Manhã*, um dos meios de comunicação analisados no capítulo 5. Este estudo permitiu confirmar a importância da relação de confiança entre jornalistas e fontes, que pode mesmo resultar em excessiva cumplicidade. Para além disso, os jornalistas com quem falámos relevaram a importância da facilidade de acesso às fontes, que pode, segundo os entrevistados, ser uma das explicações para visibilidade de algumas, como Francisco Ferreira da Quercus e o investigador Francisco Duarte Santos, e a ausência de outras. A pró-actividade das fontes na comunicação com os jornalistas foi também considerada um factor favorável à sua representação nos media.

É de destacar a forma como os jornalistas valorizaram, pela positiva, a actividade de comunicação estratégica de diferentes actores sociais. Apesar de serem 'bombardeados' por materiais de comunicação (cf. Ribeiro, 2009), os jornalistas consideraram útil que indivíduos e instituições, como os cientistas e as universidades, se organizem no sentido de comunicar regular e adequadamente com os media. No entanto, nem todos os estilos ou estratégias de comunicação obtêm receptividade jornalística. Através de um exercício com comunicados de imprensa, verificámos que o humor, ironia ou 'espectáculo' que, com frequência, é usado pelas organizações não-governamentais de defesa do ambiente podem gerar descrédito nos meios jornalísticos.

Estas organizações não-governamentais parecem ter uma imagem predominantemente negativa entre os jornalistas não-especializados em ambiente ou ciência que integraram os grupos focais. As ONGs foram consideradas por vários como forças de bloqueio ao desenvolvimento que, de modo sistemático, se opõem a projectos que podem contribuir para o crescimento económico e para o emprego (curiosamente, os jornalistas referiram-se sempre a esta ideia como sendo o 'senso comum': aquilo que o público pensa). Por oposição, os participantes nos grupos focais consideraram que há um conjunto de factores que, de alguma forma, 'protege' ou 'torna imunes' as empresas ao perscrutamento jornalístico que lhes possa ser desfavorável: tais factores incluem a dependência entre poderes políticos e económicos, bem como dos media relativamente aos agentes económicos, como referido acima.

O tratamento jornalístico da ciência das alterações climáticas foi objecto de ampla análise por parte dos participantes deste estudo. Daí relevou a importância dos critérios jornalísticos de proximidade geográfica, proximidade temporal (novidade) e atribuição (cf. Wilkins & Paterson, 1990; Hansen, 2004; Smith, 2005), tendo o carácter global e a causalidade difusa das alterações climáticas sido apresentados como barreiras à sua transformação em notícia.

Finalmente, refira-se um outro aspecto que marca o trabalho jornalístico: as visões do público e dos seus interesses. Vindo ao encontro das referências que fizemos no início deste capítulo à 'intuição' dos jornalistas sobre os valores e expectativas do seu público, nas sessões dos grupos focais, os participantes referiram-se frequentemente ao que consideravam ser as opiniões e preferências do público: 'as pessoas acham', 'as pessoas não percebem', 'as pessoas querem'. Por vezes, esta linguagem era substituída pelos termos 'nós' ou 'todos nós'. As posições e visões dos profissionais de comunicação eram assim implicitamente associadas ou legitimadas por referência a noções de interesse do público, mais do que 'interesse público'. Tal é particularmente notório no que diz respeito à importância relativa do ambiente e às organizações ambientais. A relação de mútua influência entre o discurso mediático e as representações sociais (que serão objecto do próximo capítulo) surge aqui indiciada. Note-se, no entanto, que esta percepção dos jornalistas não se funda em dados concretos sobre a percepção dos cidadãos mas antes em certas ideias sobre o 'senso comum'. Estaremos, afinal, a falar de sistemas de ideias e de valores que são naturalizados e que funcionam como lentes jornalísticas para ver a realidade, incluindo o público.

Referências bibliográficas

Boykoff, M. & Boykoff, J. (2004) 'Balance as bias: Global warming and the US prestige press', *Global Environmental Change* 14: 125-36.

Boykoff, M. & Boykoff, J. (2007) 'Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage', *Geoforum* 38: 1190-204.

Carvalho, A. (2007) 'Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge. Re-reading news on climate change', *Public Understanding of Science* 16: 223-43.

Carvalho, A. & Burgess, J. (2005) 'Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985-2003', *Risk Analysis* 25 (6): 1457-69.

Davis, A. (2000) 'Public relations, news production and changing patterns of source access in the British national press', *Media, Culture & Society* 22 (1): 39-59.

Einsiedel, E. & Coughlan, E. (1993) 'The Canadian press and the environment: reconstructing a social reality', in A. Hansen (ed.) *The Mass Media and Environmental Issues*, pp. 134-49, Leicester: Leicester University Press.

Gans, H. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time,* New York: Pantheon.

Garcia, J. L. (2009) *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa.

Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1978) *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*, London: Macmillan.

Hansen, A. (1994) 'Journalistic practices and science reporting in the British press', *Public Understanding of Science* 3: 111-34.

Lewis, J., Williams, A. & Franklin, B. (2008) 'A compromised fourth estate? UK news journalism, public relations and news sources', *Journalism Studies* 9 (1): 1-20.

Lorenzoni, I., Leiserowitz, A., Doria, M.F., Poortinga, W. & Pidgeon, N.F. (2006) 'Cross-national comparisons of image associations with 'global warming' and 'climate change' among lay people in the United States of America and Great Britain', *Journal of Risk Research* 9 (3): 265-81.

Luhmann, N. (2000) *The Reality of the Mass Media*, Cambridge: Polity Press.

Mazur, A. & J. Lee (1993) 'Sounding the global alarm. Environmental issues in the United States national news', *Social Studies of Science* 23 (4): 681-720.

Morgan, D. (1997) *Focus Groups as Qualitative Research*, Thousand Oaks, CA, London and New Delhi: Sage.

Ribeiro, V. (2009) *Fontes Sofisticadas de Informação*, Lisboa: Media XXI.

Sachsman, D.B., Simon, J., & *Valenti*, J.M. (*2004*) 'Risk and the *environment reporters*: A four-region analysis', *Public Understanding of Science* 13: 399-416.

Santos, R. (2003) *Jornalistas e Fontes de Informação*, Coimbra: Minerva.

Slovic, P., Finucane, M.L., Peters, E. & MacGregor, D.C. (2002) 'The affect heuristic,' in T. Gilovich, D. Griffin & D. Kahneman (eds.) *Heuristics and Biases: The Psychology of Intuitive Judgment*, pp. 397-420, New York: Cambridge University Press.

Smith, J. (2005) 'Dangerous news: Media decision making about climate change risk', *Risk Analysis*, 25 (6): 1471-82.

Szalay, L. B. & Deese, J. (1978) *Subjective Meaning and Culture: An Assessment Through Word Associations*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Trumbo, C. (1996) 'Constructing climate change: Claims and frames in US news coverage of an environmental issue', *Public Understanding of Science* 5: 269-73.

Tuchman, G. (1973) 'Making news by doing work: routinizing the unexpected', *American Journal of Sociology* 79: 110-31.

Tuchman, G. (1978) *Making News. A Study in the Construction of Reality*, New York: Free Press.

Wilkins, L. & Patterson, P. (1990) 'Risky business: covering slow-onset hazards as rapidly developing news', *Political Communication and Persuasion* 7: 11-23.

Wilkins, L. (1993) 'Between facts and values: Print media coverage of the greenhouse effect, 1987-1990', *Public Understanding of Science* 2 (1): 71-84.

Wilson, K. (2000) 'Drought, debate, and uncertainty: measuring reporters' knowledge and ignorance about climate change', *Public Understanding of Science* 9: 1-13.

White, D. M. (1950) 'The gatekeeper: A case study in the selection of news', *Journalism Quarterly* 27 (4): 383-90.

Capítulo 7
Representações sociais sobre alterações climáticas

Rosa Cabecinhas, Anabela Carvalho e Alexandra Lázaro

Resumo

Neste capítulo abordamos os resultados de três estudos empíricos sobre as representações das alterações climáticas. A metodologia de recolha de dados utilizada foi a associação livre de palavras. Os participantes foram solicitados a pronunciarem-se livremente sobre 'os grandes problemas que enfrenta hoje a humanidade' (Estudo 1) ou especificamente sobre as 'alterações climáticas' (Estudos 2 e 3). Nos dois primeiros estudos, realizados em 2005, participaram estudantes universitários enquanto que o terceiro estudo, realizado em 2007, contou com a participação de uma amostra bastante diversificada.

No Estudo 1 constatámos a ausência de centralidade das questões ambientais. A 'poluição' foi considerada como o quinto maior problema com que se depara a humanidade, mas as referências a outras questões ambientais foram muito baixas e as 'alterações climáticas' não foram evocadas espontaneamente pelos participantes, o que demonstra a baixa saliência deste fenómeno para os jovens inquiridos. No entanto, no Estudo 2 verificámos que as 'alterações climáticas' são percebidas como uma ameaça, já que são associadas com doenças, morte e destruição. As potenciais acções de mitigação do problema são referidas apenas por 4% dos participantes. Os resultados sugerem que os participantes se percebem como eventuais *vítimas* mas não como potenciais *agentes* de mudança. No Estudo 3, para além do conteúdo das imagens associadas às alterações climáticas analisámos também a valência emocional dessas imagens e a sua estruturação em função dos grupos de identificação dos participantes.

1. Introdução

Neste capítulo[1] efectuamos um mapeamento das representações sociais sobre alterações climáticas através do uso de uma técnica de recolha de dados aberta: a associação livre de palavras. Como foi referido na introdução desta obra, os objectivos gerais deste projecto de investigação foram os seguintes: mapear os significados associados às alterações climáticas produzidos por diferentes actores sociais, os media e o público leigo, e identificar as ligações entre esses significados. A recolha de dados empíricos foi organizada em três linhas de investigação, uma das quais correspondente ao estudo das representações sociais sobre alterações climáticas.

[1] Várias partes deste capítulo são uma tradução do seguinte texto: Cabecinhas, R., Lázaro, A. & Carvalho, A. (2006) 'Lay representations on climate change', *Proceedings of the 25th conference of the International Association for Media and Communication Research*, pp. 504-508, s/l: IAMCR.

Os três estudos aqui apresentados correspondem a essa linha de investigação, tendo os seguintes objectivos específicos: verificar a pertinência e saliência das alterações climáticas no âmbito dos 'problemas com que se defronta actualmente a humanidade' e mapear as representações sobre alterações climáticas, usando o método de associação livre de palavras.

No meio científico é hoje consensual que as alterações climáticas constituem um grande risco para as sociedades humanas nas próximas décadas e séculos e que, para se evitarem danos maiores, é necessário reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa resultantes das actividades humanas (IPCC, 2007).

Alguns autores têm defendido que um bom nível de conhecimento sobre as alterações climáticas é condição necessária para os cidadãos adoptarem comportamentos apropriados à resolução do problema e para se envolverem em discussões informadas sobre dimensões científicas e políticas (e.g., Dunlap, 1998). No entanto, estudos realizados junto do público leigo têm revelado, em geral, um baixo nível de conhecimento das causas das alterações climáticas (e.g., Brechin, 2003; Dunlap, 1988). O conhecimento dos efeitos das alterações climáticas tende a centrar-se em problemas ecológicos e em mudanças nas condições meteorológicas e não nos impactos a nível da saúde humana e bem-estar (Dunlap, 1998). Alguns autores sugeriram que as pessoas interpretariam a questão das alterações climáticas tendo como referência a questão da poluição atmosférica (Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Brechin, 2003; Dunlap, 1998) – as pessoas mencionam frequentemente a poluição do ar como uma causa das alterações climáticas e confundem frequentemente a destruição da camada de ozono com alterações climáticas.

Vários estudos têm sugerido que as mensagens que põem a tónica na ameaça e que apelam ao medo face às alterações climáticas podem ser contraproducentes, induzindo sentimentos de incredulidade, apatia ou impotência em relação ao problema (e.g. Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007; Moser & Dilling, 2007). Num estudo recente que combinou várias metodologias qualitativas e quantitativas, O'Neill & Nicholson-Cole (2009: 373) demonstraram tais tensões: 'climate change images can evoke powerful feelings of issue salience, but these do not necessarily make participants feel able to do anything about it; in fact, it may do the reverse'. Entre as imagens que fizeram as alterações climáticas parecer *mais importantes* para os participantes no estudo e que, simultaneamente, os fizeram sentir-se *mais incapazes de fazer algo* em relação ao problema, encontram-se as seguintes: crianças subnutridas/fome; lago seco com peixes mortos; chaminés/fumo de fábricas; inundação no Bangladesh; gráfico a indicar subida de temperatura; casa inundada. Os participantes consideraram que, apesar de aumentarem o seu nível de preocupação com as alterações climáticas, estas imagens faziam com que se sentissem ameaçados, deprimidos e impotentes em relação ao problema. Por contraste, as imagens que fizeram os participantes sentirem-se *mais capazes de fazer algo* em relação às alterações climáticas foram as seguintes: termóstato; colocação de uma lâmpada de baixo consumo; ciclista; casa com painéis solares; turbinas eólicas; eléctrico ('tram'). Enquanto as primeiras imagens remetem sobretudo para as consequências das alterações climáticas, as segundas remetem para possíveis acções de mitigação.

De acordo com Ockwell, Whitmarsh e O'Neill (2009), embora as pesquisas mostrem que o nível

de preocupação com as alterações climáticas tem aumentado ao longo das últimas duas décadas (DEFRA, 2002, 2007), as alterações climáticas são ainda consideradas com uma baixa prioridade no contexto de outras questões ambientais (por exemplo, Poortinga & Pidgeon, 2003). Segundo os autores a menor preocupação com as alterações climáticas pode dever-se a uma percepção generalizada por parte do público como uma questão remota no espaço e no tempo, isto é, afectando as gerações futuras e outros países. Uma pesquisa da BBC revelou que 52% de pessoas no Reino Unido acreditavam que as alterações climáticas não constituíam uma ameaça importante em termos pessoais (BBC, 2004), enquanto um estudo do Energy Saving Trust (EST, 2004), realizado no mesmo ano, constatou que 85% dos residentes no Reino Unido acreditavam que os efeitos das alterações climáticas não seriam visíveis nas próximas décadas. No entanto, sondagens recentes indicam que os níveis de preocupação com a questão subiram significativamente em diferentes regiões do mundo (e.g. European Parliament & European Commission, 2008; GlobeScan/BBC, 2009). Como sugere a teoria de agenda-setting (e.g. McCombs & Shaw, 1972), é muito provável que a elevada cobertura mediática das alterações climáticas nos últimos anos, associada a acontecimentos como a difusão do filme e livro de Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*, a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao IPCC e a Al Gore em 2007 e a publicação do Quarto Relatório do IPCC, também em 2007, tenha contribuído para tornar a questão mais presente e prioritária nas mentes dos cidadãos.

As percepções da responsabilidade relativamente a acções de mitigação e adaptação face às alterações climáticas têm-se revelado consistentes ao longo de vários estudos e indicam que as pessoas estão dispostas a fazer alguns sacrifícios pessoais mas não apoiam políticas que interfiram significativamente no conforto do seu dia-a-dia (e.g., Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Bord, O'Connor & Fisher, 2000).

Na maioria dos estudos foram usados questionários para analisar as visões do público leigo sobre as alterações climáticas (e.g., Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Bord, O'Connor & Fisher, 2000; Brechin, 2003; Dunlap, 1998; Krosnick; Holbrook & Visser, 2000; Stamm, Clark & Eblacas, 2000). Diversos estudos sobre outras problemáticas ambientais têm usado metodologias qualitativas (e.g., Castro, 2003; Lima, 2004), mas são ainda escassos os estudos sobre as percepções leigas das alterações climáticas utilizando métodos qualitativos: entrevistas (e.g., Niemeyer, Petts & Hobson, 2005), grupos focais (e.g., Shackley, McLachlan & Gough, 2004; Schackley, Reiche & Mander, 2004), associação livre de palavras (e.g., Leiserowitz, 2005; Lorenzoni et al., 2006) e a combinação de vários métodos qualitativos (O'Neill & Nicholson-Cole, 2009).

Através do método da associação de palavras, Leiserowitz (2005) estudou as imagens afectivas dos cidadãos dos EUA sobre as alterações climáticas. Deste modo, foi solicitado a cada participante que verbalizasse os primeiros pensamentos ou imagens que lhe viessem à mente sobre 'aquecimento global' e que posteriormente classificasse a sua valência emocional. O autor realizou uma análise de conteúdo das palavras espontaneamente evocadas pelos participantes, as quais foram agrupadas em 24 categorias distintas. As oito categorias mais representativas em termos numéricos foram as seguintes: degelo dos glaciares e calotes polares; calor e aumento das

temperaturas; impactos sobre a natureza; destruição da camada de ozono; imagens alarmantes de catástrofe; subida do nível médio do mar e inundações fluviais e costeiras; referências às alterações climáticas; e associações indicando cepticismo ou cinismo relativamente a esta problemática. As alterações climáticas foram avaliadas negativamente por quase todos os participantes, sendo as avaliações mais negativas associadas a catástrofes.

Num estudo comparativo entre as percepções de cidadãos americanos e britânicos, Lorenzoni e colaboradores (2006) concluíram que os britânicos expressam menor cepticismo quanto às alterações climáticas. Estes tendem a associar mais frequentemente que os americanos o problema a 'ozono', 'poluição' e 'meteorologia' e a fazer menos associações a catástrofes. Proporções semelhantes de pessoas em ambos os países mencionaram imagens relativas a 'inundação/ nível do mar'. Tal como os americanos, os britânicos também associam as alterações climáticas a imagens negativas e remotas.

Os estudos que aqui apresentamos baseiam-se na mesma técnica de recolha de dados. O método qualitativo utilizado para mapear representações sociais foi a associação livre de palavras. Esta técnica tem sido considerada como uma das mais apropriadas para a realização de estudos exploratórios (Szalay & Deese, 1978; Peters & Slovic, 1996). Considera-se que esta técnica minimiza as distorções do investigador tipicamente criadas por questões fechadas utilizadas em inquéritos na medida em que as respostas produzidas são 'unfiltered, relatively context-free, and spontaneous, thus providing a unique means to access and assess subjective meanings' (Lorenzoni et al., 2006: 269).

Esta técnica afigura-se muito adequada para o estudo das representações sociais (e.g., Doise, Clemence & Lorenzi-Cioldi, 1992), uma vez que permite estudar tanto os conteúdos das representações como a forma como esses conteúdos se organizam em termos de dimensões estruturais. Neste trabalho, vamos focalizar-nos no conteúdo e valência emocional das representações.

Na obra fundadora da Teoria das Representações Sociais, Moscovici (1961/1976) definiu as representações sociais como incluindo tendências comportamentais, crenças e atitudes. Estas últimas foram definidas como avaliações globais de um objecto, como positivo ou negativo, ou seja, as atitudes são conceptualizadas como a componente avaliativa das representações (Moscovici, 1961/1976: 66-69). Como salienta Castro (2003: 265), esta forma de conceptualizar as atitudes 'permite clarificar, em simultâneo, o que se entende por crenças. Estas são consideradas como antecedentes das atitudes, no sentido em que, instadas a explicar por que motivo avaliam negativamente um objecto, as pessoas irão recorrer a um conjunto de crenças para o fazer - isto é, irão produzir afirmações às quais pode ser ligado um gradiente de concordância e discordância, ou de verdade e falsidade'. Esta questão tem grandes implicações na forma de pesquisar as 'ideias' do público leigo. Em primeiro lugar, é necessário separar conceptualmente e operacionalizar distintamente os conceitos de crenças e de atitudes. Em segundo lugar, é preciso estudar como as crenças se organizam e se estruturam em constelações que possam verdadeiramente ser chamadas representações sociais (Doise, Clemence & Cioldi, 1992).

Com base nesta linha de investigação realizámos dois estudos usando a técnica de associação livre de palavras e investigando a saliência cognitiva das questões ambientais (estudo 1), os significados associados às alterações climáticas (estudo 2 e estudo 3) e a sua valência emocional (estudo 3).

2. Os 'problemas da humanidade' e as alterações climáticas

Os estudos 1 e 2 seguiram o mesmo método, procedimento e análise de dados – deste modo, a informação relativa a estes estudos será apresentada de forma conjunta nesta secção.

Participaram em cada estudo cinquenta estudantes de cursos de ciências sociais na faixa etária dos 18 aos 24 anos, sendo cerca de 60% do sexo feminino. A recolha de dados decorreu em sala de aula em Outubro de 2005. O material utilizado foi simplesmente uma página em branco distribuída a cada estudante. A cada participante foi pedido para apresentar os cinco primeiros pensamentos ou imagens que lhes viessem à mente assim que pensassem nos 'grandes problemas enfrentados pela humanidade hoje em dia' (estudo 1) e nas 'alterações climáticas' (estudo 2).

As associações efectuadas pelos inquiridos, decorrentes desta técnica de recolha de dados, revestiram a forma tanto de respostas de uma única palavra (e.g., 'natureza') como de frases curtas (e.g., 'o homem não pode controlar a natureza'). Raramente os participantes escreveram frases mais longas (e.g., 'o mal que fazemos todos os dias ao nosso planeta, que mais tarde vai nos prejudicar a nós, porque vivemos nele'). As palavras utilizadas livremente pelos participantes foram reduzidas a sinónimos, o que deu origem a um conjunto de 102 associações aos 'problemas da humanidade' e de 124 associações a 'alterações climáticas'. A Tabela 1 indica a percentagem dos inquiridos que mencionaram um determinado problema da humanidade (estudo 1) ou determinado pensamento associado às alterações climáticas (estudo 2).

Tabela 1. As 10 associações livres mais frequentes nos estudos 1 e 2

	Estudo 1		Estudo 2	
Ordem	Problemas da humanidade	%	Alterações climáticas	%
1	Guerra	50	Poluição	36
2	Racismo	38	Destruição	28
3	Pobreza	30	Doenças	24
4	Terrorismo	20	Morte	22
5	Poluição	16	Buraco do ozono	22
5	Xenofobia	16	Degelo dos glaciares	16
7	Egoísmo	14	Furacões	16
7	SIDA	14	Seca	16
9	Drogas	12	Aquecimento global	14
10	Ganância	10	Tempestades	12

% = Percentagem de evocação espontânea em cada estudo.

Os resultados do primeiro estudo (Tabela 1) indicam que as alterações climáticas não foram evocadas espontaneamente pelos estudantes ao pensarem nos grandes problemas da humanidade. Guerra (50%), racismo (38%), pobreza (30%) e terrorismo (20%) foram considerados pelos estudantes como os problemas mais importantes com que se defronta actualmente a humanidade. Apesar da poluição (16%) estar entre os problemas mais mencionados, não se verificou nenhuma referência explícita nem em relação às 'alterações climáticas' nem ao 'aquecimento global'. Alguns participantes referiram 'problemas ambientais' em geral (6%) ou questões ambientais específicas, tais como, seca ou escassez de água (8%) e 'sobre-exploração da natureza' (4%). No total, as questões relacionadas com o ambiente corresponderam a menos de 10% das respostas dos participantes (cada participante mencionou, em média, cinco problemas, o que correspondeu a um total de 246 respostas). Estes resultados sugerem que as alterações climáticas, no momento em que foi realizado o estudo (Outubro de 2005), não constituíam uma ameaça saliente na mente dos participantes. Em contrapartida, quando foi pedido aos participantes para associarem livremente palavras a 'alterações climáticas', no estudo 2 (Tabela 1), os resultados demonstraram que as alterações climáticas são consideradas uma ameaça, já que foram espontaneamente associadas a destruição (28%), doenças (24%) e morte (22%). Os sentimentos de ameaça parecem ser sustentados pelo conhecimento leigo que associa 'alterações climáticas' a poluição (36%) e ao buraco de ozono (22%), como demonstrado pela investigação anterior (e.g, Bord, Fisher & O`Connor, 1998; Brechin, 2003; Dunlap, 1998).

As respostas dos participantes fizeram mais referência aos *efeitos* das alterações climáticas (e.g., degelo dos glaciares: 16%) do que às suas *causas* (e.g., desflorestação: 4%). Entre as associações mais frequentes estavam problemas locais ou nacionais, nomeadamente seca (16%) e fogos (8%), que têm sido os problemas ambientais mais dramáticos e visíveis em Portugal durante os últimos anos. Verificaram-se também referências a problemas mais remotos, especialmente furacões (16%). Tanto os problemas locais ou nacionais como os remotos podem ter-se tornado muito salientes na mente dos participantes devido ao carácter recente de alguns acontecimentos dramáticos (com diferentes causas) que foram mencionados espontaneamente pelos inquiridos: vaga de incêndios em Portugal, tsunami asiático (mencionado por 8% dos participantes), furacão Katrina (4%), entre outros[2].

Eventuais acções de mitigação (e.g., uso de energias renováveis) foram mencionadas por apenas 4% dos participantes. Nas suas respostas, os participantes pareceram projectar a sua condição de potenciais *vítimas* das alterações climáticas e não se assumiram como potenciais *agentes* de mitigação do problema. Estes resultados demonstram uma brecha entre os sentimentos ameaçadores de risco associados às alterações climáticas e a possível mobilização de comportamentos pró-ambientais.

Tomados em conjunto, estes dois estudos exploratórios evidenciam que as alterações climáticas não são uma questão saliente na mente dos jovens, visto que não surgiram

[2] Recordamos que o 'tsumani asiático' ocorreu em Dezembro de 2004 e o furação Katrina em Agosto de 2005. No Verão de 2005, os incêndios consumiram em Portugal uma área superior a 300 000 hectares. Os dados foram recolhidos em Outubro de 2005.

espontaneamente nas respostas do primeiro estudo. Contudo, quando as alterações climáticas se tornam salientes devido às instruções dadas pelo investigador, os jovens pensam no assunto como uma questão muito alarmante. No que concerne às visões da natureza (e.g., Dake, 1992; Castro, 2003), as respostas dos participantes em ambos os estudos pareceram projectar principalmente uma visão de uma 'natureza frágil' (nas palavras dos participantes: 'os seres humanos não respeitam a natureza'; 'o Homem quer mandar na natureza'), seguida por uma visão de uma 'natureza caprichosa' (exemplos: 'não podemos controlar a natureza'; 'a natureza está virada do avesso'). As acções humanas 'contra' o equilíbrio da natureza estão salientes na mente dos estudantes mas os gestos do quotidiano e as acções mais estruturais que cada indivíduo pode levar a cabo para melhorar a qualidade do ambiente não estão.

Os resultados obtidos no estudo 1 vão ao encontro dos obtidos em outros estudos sobre questões ambientais efectuados em Portugal, recorrendo a metodologias abertas. No I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses, da responsabilidade do Observa, cujos dados foram recolhidos junto de uma amostra representativa da população portuguesa em 1997 (Almeida, 2000), foram incluídas duas questões abertas: era solicitado aos participantes que identificassem 'os dois problemas do mundo que mais os preocupam de momento' e 'os dois problemas do país que mais os preocupam no momento' (Schmidt, Valente & Pinheiro, 2000: 51-62). No que respeita aos 'problemas do mundo', destacaram-se a guerra, a fome e a droga. O 'ambiente' (17%), globalmente considerado[3], surgiu em quarto lugar no elenco dos problemas mundiais. Seguiu-se saúde (sida e outras doenças graves), exclusão social, desemprego, problemas sociais (outros), educação cívica/ degradação de valores, e em 10º lugar no ranking dos problemas mundiais, a segurança e violência. No que respeita aos 'problemas do país', destacaram-se a droga e o desemprego, seguidos da saúde (sida) e a exclusão social. O 'ambiente' (13,7%), globalmente considerado, surgiu em quinto lugar no elenco dos problemas nacionais. Seguiu-se o custo de vida, segurança/violência, problemas sociais (outros), problemas económicos (outros), habitação, ensino/educação, educação cívica/ degradação de valores, problemas políticos, etc. Verifica-se assim que 'o desemprego, a exclusão social e o custo de vida constituem uma tríade de problemas ligados a um quadro de questões económicas, num país onde ainda não se asseguraram condições de vida básicas elementares' (id.: 51).

Atendendo às carências básicas sentidas por grande parte da população portuguesa, os autores destacam o facto do 'ambiente' ser uma das questões mais mencionadas pelos participantes: 'é interessante verificar que no *ranking* dos problemas mais referidos aparece o ambiente em quinto lugar (...), acima do custo de vida, da segurança e criminalidade, da habitação e do ensino/educação' (Schmidt, Valente & Pinheiro, 2000: 52). Face a tal padrão de resultados, os autores oferecem a seguinte leitura:

[3] Não é fornecida informação detalhada das respostas concretas que entraram nesta categoria global. Os autores referem que nas 'calamidades ecológicas planetárias' foram incluídas respostas que vão desde o 'ozono ao nuclear, passando por diversas poluições', sem indicar as percentagens respectivas (Schmidt, Valente & Pinheiro, 2000: 59). Mais adiante, especificam que '[n]este ambiente mundialmente preocupante enfatizam-se, para além da poluição e do ambiente genericamente nomeados, os problemas globais com destaque para o ozono, os perigos nucleares e as catástrofes naturais; esgotamento de recursos naturais e extinção das espécies são problemas mais raramente mencionados' (2000: 61).

> 'Consolida-se pois a emergência do tema, muitas vezes não assim nomeado, mas de qualquer modo identificável sobretudo nas suas componentes de poluição e lixos, degradação do ambiente e desordenamento do território, com destaque para o trânsito e o caos urbano. Trata-se de um ambiente muito ligado às más condições de vida quotidianas e não a uma ideia de mais-valia acrescentada a uma qualidade de vida já alcançada. O ambiente é visto como um problema básico e não como um "luxo verde" que nos falta' (2000: 52-53).

De referir que no estudo em causa, tanto numa questão como na outra, as questões ambientais foram sobretudo referidas pelos jovens e pelos que frequentam ou frequentaram o ensino superior.

No II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses, da responsabilidade do Observa, cujos dados foram recolhidos junto de uma amostra representativa da população portuguesa em 2000 (Almeida, 2004), foram igualmente incluídas questões abertas. Para averiguar quais os problemas ambientais que mais afectavam os portugueses, foi colocada a questão 'Quais os problemas ambientais que mais afectam o seu dia-a-dia?'. Globalmente, os problemas ambientais mais mencionados foram a poluição ('poluição' em geral - 8,1%; poluição do ar - 29,2%; poluição sonora e ruído - 17,6%, poluição das águas - 6%), o lixo (13,6%), o caos urbano (9,6%), e os incêndios e degradação da floresta (2,5%) (ver Schmidt, Trüninger & Valente, 2004: 90-91).

Delicado & Gonçalves (2007) efectuaram um estudo (baseado nos dados de um questionário do Observa aplicado em 2003) no qual procuravam averiguar quais os 'riscos' que mais preocupavam a população portuguesa e qual a importância relativa atribuída aos 'riscos ambientais'. Num primeiro momento era colocada uma questão aberta sobre os 'riscos' em geral - 'Qual é o risco que actualmente mais o preocupa?' - e em seguida era colocada uma segunda questão aberta 'Pensando agora especificamente nos riscos ambientais, qual é o risco que actualmente mais o preocupa?'. O risco considerado mais preocupante foi a violência *(*mencionado por 24% dos respondentes). Nesta categoria foram incluídas 'tanto a insegurança de proximidade (assaltos, agressões e homicídios) quanto os fenómenos mais longínquos da guerra e do terrorismo' (id.: 689). Em segundo lugar foram apontados os riscos ambientais[4] (21% dos respondentes)*,* o que na opinião das autoras 'é indicativo da centralidade desta problemática nas preocupações da população' (ibid.). Em terceiro lugar, foram referidos acidentes*,* especialmente os de viação (cerca de 16% dos inquiridos). Em quarto lugar, surgiram os riscos sócio-económicos (14%), em quinto as doenças (10%), seguidas de toxicodependência (8%), riscos naturais[5] (2%) e outras respostas (2%).

As autoras referem ainda um conjunto de riscos relativos ao período concreto em que o questionário foi aplicado, como por exemplo, os riscos envolvendo crianças foram referidos por 4% dos inquiridos, o que pode 'dever-se à forte atenção pública devotada ao caso Casa Pia', com enorme cobertura mediática na altura (id.: 690). Tal vai ao encontro de resultados encontrados

[4] Não é disponibilizada informação detalhada das respostas concretas que entraram nesta categoria de 'riscos ambientais'.
[5] Também não dispomos de informação sobre que tipo de riscos foram considerados 'riscos naturais'.

noutros estudos (Douglas, 1985; Peretti-Watel, 2001; Theys, 1987; referidos por Delicado & Gonçalves, 2007).

Delicado & Gonçalves (2007) salientam o facto de todos os riscos mencionados serem 'involuntários' ou 'externos', uma vez que escapam 'ao controlo dos indivíduos (que têm reduzidas possibilidades de agirem para os evitarem), aumentando a sua sensação de vulnerabilidade (Schmidt et al., 2004, p. 199).' (id.: 689).

Ainda relativamente ao 'risco em geral', os inquiridos foram questionados se o risco tem vindo a aumentar ou a diminuir e qual a tendência que previam para o futuro. A grande maioria dos respondentes considerou que os riscos têm vindo a agravar-se (84%) e que esta tendência de agravamento se manterá no futuro (71%). Estes resultados vão ao encontro dos obtidos em estudos anteriores, tanto a nível nacional (Schmidt et al., 2000) como a nível internacional (Slovic, 2002).

No que respeita à segunda questão aberta, na qual foi pedido aos inquiridos que nomeassem o risco ambiental ou de saúde pública que mais os preocupava, a poluição foi o risco mais mencionado (53% dos inquiridos, sendo a poluição dos rios e dos mares referida por 12% dos inquiridos e a poluição do ar por 7% dos inquiridos). Os incêndios foram referidos por 14% dos inquiridos. Os 'riscos ambientais globais' foram mencionados por 10% dos respondentes: a destruição da camada de ozono [7%] e as alterações climáticas [3%]' (Delicado & Gonçalves, 2007: 690).

Outro aspecto relevante neste estudo é a percentagem de não-respostas (14%). De referir ainda que 5% dos inquiridos declararam não estar preocupados com nenhum risco ambiental em particular, o que poderá 'dever-se a falta de informação ou mesmo de interesse pelo tema' (ibid.).

De salientar que, embora as alterações climáticas não tenham sido evocadas espontaneamente pelos inquiridos quando questionados sobre o 'risco que mais os preocupa no momento' e de só terem sido mencionadas por 3% dos inquiridos na questão aberta sobre problemas ambientais, quando questionados, usando uma lista de itens e uma escala de resposta fechada, sobre o nível de gravidade das alterações climáticas, estas foram consideradas 'graves', sendo que 40% consideraram-nas 'muito graves'.

De um modo geral, os 'novos riscos' suscitam maior preocupação do que os 'riscos tradicionais'. Esta reacção negativa aos 'novos riscos' pode dever-se ao facto de, por um lado, provocar indignação moral e atribuição de culpa, e, por outro lado, às próprias características inerentes a estes riscos (e.g. Beck, 1992; 1999; van Loon, 2002; Giddens, 2000; Lidskog, 2000; Peretti-Watel, 2001; Lagadec, 1981; Theys, 1987; Douglas, 1985; Slovic et al., 2002; referidos por Delicado & Gonçalves, 2007).

As autoras afirmam o seguinte sobre o perfil dos 'novos riscos':

> 'Caracterizam-se por serem geralmente invisíveis à percepção humana, embora as suas consequências adquiram uma forte «visibilidade» nos *media,* e de difícil contenção no tempo e no espaço, existindo normalmente um desfasamento espácio-temporal entre as acções e os seus impactos, com efeito, por vezes, apenas sobre futuras gerações. Os «novos riscos» escapam ao controlo dos Estados (transcendem fronteiras, são indeterminados e incertos, com efeitos difíceis de antecipar, prevenir e resolver). Alguns são de baixa probabilidade (por exemplo, o acidente nuclear de larga escala), mas de efeitos potencialmente catastróficos,

susceptíveis de afectarem toda a humanidade e as diferentes formas de vida animal e vegetal, produzindo consequências impremeditadas, desconhecidas, incalculáveis e irreversíveis.' (id.: 695).

Os inquiridos revelaram um nível de preocupação maior em relação aos *riscos globais* do que em relação aos *riscos de proximidade*. Na opinião das autoras, tal poderá dever-se ao 'desconhecimento, aliado à ausência de controlo dos riscos globais' (idib.). Os maiores níveis de familiaridade e de habituação com os riscos mais próximos, assim como os sentimentos de 'identidade com o lugar' (Lima, 2005: 236), poderão contribuir para o 'menosprezo dos riscos de proximidade, denominado por alguns autores como 'hiperopia ambiental'' (Lima & Castro, 2005: 23). Na opinião de Delicado & Gonçalves (2007: 696), tal poderá também relacionar-se com a percepção de uma certa 'imunidade de Portugal aos riscos que afectam países mais industrializados', o que poderá ajudar a compreender as baixas taxas de participação no activismo ambiental por parte da população portuguesa (Lima & Castro, 2005: 25-26). No entanto, estudos mais recentes relevaram que apesar do nível de preocupação face aos problemas ambientais ser actualmente mais elevado, tal não se traduz necessariamente em maiores níveis de acção pró-ambiental (e.g. Castro & Mouro, no prelo).

3. A valência emocional das alterações climáticas

Os estudos precedentes da nossa autoria foram conduzidos junto de jovens estudantes do ensino superior. Tornava-se assim necessário alargar o contexto da investigação à população em geral. O objectivo do estudo 3 foi precisamente analisar as imagens das alterações climáticas junto de uma população mais diversificada. Por outro lado, quisemos também averiguar qual a valência emocional das imagens evocadas, aspecto que não foi explorado nos estudos anteriores.

Este estudo contou com 614 participantes, 308 do sexo feminino e 306 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 75 anos (idade média = 30.59 anos; desvio-padrão = 12.99), 237 residentes em zonas rurais e 377 em zonas urbanas. Os participantes tinham diferentes níveis educacionais, diferentes situações e níveis profissionais e diversificados sectores de actividade.

A recolha de dados decorreu em Março de 2007 em várias zonas do norte de Portugal. O exercício de associação livre de palavras era apresentado na primeira página de um questionário mais geral, cuja estrutura e resultados serão apresentados no próximo capítulo.

Tal como no estudo 2, a cada participante foi pedido para apresentar os cinco primeiros pensamentos ou imagens que lhes viessem à mente assim que pensassem nas 'alterações climáticas'. Era também solicitado que os participantes indicassem em que medida consideravam essa imagem ou pensamento positivo ou negativo, através de uma escala de cinco pontos (1 = muito positivo; 2 = moderadamente positivo; 3 = nem positivo nem negativo; 4 = moderadamente negativo; 5 = muito negativo).

As associações dos inquiridos decorrentes desta técnica revestiram sobretudo a forma de respostas de uma ou duas palavras (e.g., 'degelo polar'), sendo muito raras as pequenas frases

(talvez porque o espaço disponível para escrever cada associação era mais exíguo do que no estudo 2, no qual tinha sido usada uma página em branco, o que induziu respostas em formato mais livre).

A Tabela 2 indica as dez associações sobre as alterações climáticas com maior percentagem de evocação espontânea por parte dos inquiridos no estudo 3, comparativamente com o estudo 2.

Tabela 2. As 10 associações livres mais frequentes nos estudos 2 e 3

	Alterações climáticas			
Ordem	Estudo 2 (2005; N=50)	%	Estudo 3 (2007; N=614)	%
1	Poluição	36	Seca	40
2	Destruição	28	Inundações	29
3	Doenças	24	Subida do nível do mar	27
4	Morte	22	Degelo dos glaciares	25
5	Buraco do ozono	22	Incêndios	24
5	Degelo dos glaciares	16	Aquecimento global	22
7	Furacões	16	Perda de biodiversidade	15
7	Seca	16	Poluição	13
9	Aquecimento global	14	Problemas de saúde	11
10	Tempestades	12	Vagas de calor	10

% = Percentagem de evocação espontânea em cada estudo.

Como podemos verificar, as alterações climáticas são consideradas uma ameaça, sendo associadas com diversas catástrofes e com 'problemas de saúde do ser humano' e aumento de doenças (ex: 'cancro'), mas as referências explicitas à 'destruição' e 'morte' diminuíram em termos percentuais[6].

As alterações climáticas são associadas à 'poluição' e ao 'buraco de ozono', mas esta associação tornou-se menos forte, o que pode dever-se à maior divulgação de informação sobre as causas das alterações climáticas durante este último ano. As respostas continuam a mostrar uma maior focalização nos *efeitos* das alterações climáticas (ex. degelo dos glaciares) do que nas *causas* (ex. desflorestação).

Entre as associações mais frequentes encontram-se alguns problemas locais ou nacionais, por exemplo, seca (40%) e incêndios (24%), problemas ambientais mais visíveis e dramáticos em Portugal nos últimos anos. As referências a problemas mais distantes diminuíram face ao estudo 2 (por exemplo: furacões, tufões, tsunamis).

Tal como no Estudo 2, os participantes projectam nas suas respostas a sua condição de eventuais *vítimas* das alterações climáticas, mas não se vêem a si próprios como potenciais *agentes* de mitigação. Neste caso, possíveis acções de mitigação (ex: uso de energias renováveis;

[6] Talvez devido à menor saliência cognitiva das grandes catástrofes mencionadas pelos participantes no estudo anterior, uma vez que os dados foram recolhidos em Março de 2007, não tendo voltado a haver uma cobertura mediática exaustiva comparável à que se registou como o tsumani asiático e o furação Katrina.

reciclagem; transportes públicos) foram mencionadas por apenas 1,3% dos participantes, ou seja, uma percentagem menor do que no estudo anterior.

Estes resultados indicam distanciamento entre os sentimentos de ameaça com o risco associado às alterações climáticas e a possível mobilização de comportamentos pró-ambientais. Tal pode dever-se ao facto de no estudo anterior terem participado estudantes, à partida com mais acesso a informação sobre as acções de mitigação, enquanto neste a população era bastante diversificada, nomeadamente em termos de níveis de habilitações escolares.

Globalmente, a valência emocional das imagens associadas às alterações climáticas é muito negativa: Média = 4,46 (escala: 1=muito positivo; 5=muito negativo).

A valência emocional não varia significativamente em função das diversas variáveis de caracterização: idade, nível de escolaridade, situação laboral, profissão, níveis de identificação com diversos grupos (exemplo: associações ambientalistas), residência rural ou urbana, etc.

A única diferença estatisticamente significativa prende-se com o sexo dos participantes: as mulheres (M=4,56) associam imagens mais negativas às alterações climáticas do que os homens (M=4,36) ($F=8.96$; $p<.003$). As mulheres fazem maior número de associações a efeitos sociais das alterações climáticas (exemplos: fome, migrações) do que os homens. Estes resultados podem dever-se aos diferentes padrões de socialização de homens e mulheres, nomeadamente ao facto das mulheres continuam a ser educadas no sentido de prestarem maior atenção e cuidados aos outros do que os homens. Apesar destas diferenças, as associações a efeitos sobre a natureza e ecossistemas são nitidamente predominantes em ambos os sexos.

Verifica-se uma correlação positiva ($r = .107$, $p<.012$) entre a valência emocional das imagens associadas às alterações climáticas e o nível de preocupação expresso face às alterações climáticas, aspecto que será abordado com maior detalhe no capítulo seguinte. No entanto, não se verificam correlações significativas entre a valência emocional e o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas (dimensão cognitiva) nem com as intenções comportamentais e acções de mitigação (dimensões comportamentais).

Estes resultados podem relacionar-se com o facto de a imagética das alterações climáticas que tende a ser dominante nos media centrar-se mais nos efeitos (secas, inundações, degelo dos pólos) do que nas causas do problema (cf. O'Neill & Nicholson-Cole, 2009). A análise apresentada no capítulo 5 indica que a imprensa portuguesa de referência, tipicamente, não construiu uma imagem alarmista das alterações climáticas. Na imprensa de cariz mais popular, regista-se uma maior carga emocional e, por vezes, assertividade excessiva na informação sobre os impactos das alterações climáticas. Por parte da televisão, há uma tendência para a utilização de imagens expressivas do que poderão ser impactos dramáticos das alterações climáticas, estabelecendo-se frequentemente, de forma implícita ou explícita, um nexo de causalidade entre este fenómeno e eventos atmosféricos específicos (e.g. imagens da destruição causada por uma dada tempestade de grandes dimensões). Este tipo de representação simbólica continuada, naquela que é a principal fonte de informação do público (ver capítulo 8), poderá criar um sentido de inevitabilidade e estimular algum fatalismo.

4. Considerações finais

As representações leigas sobre alterações climáticas foram mapeadas através do método da associação livre de palavras em três estudos, dois estudos pilotos realizados com uma população estudantil em 2005 e um estudo final realizado em 2007 com uma amostra da população (amostra mais alargada e diversificada, estratificada em função de diversas variáveis sócio-demográficas).

Os resultados do primeiro estudo mostraram que as questões ambientais não eram mencionadas pela maioria dos estudantes quando pensavam nos problemas enfrentados pela humanidade. As alterações climáticas não foram evocadas espontaneamente pelos participantes e as referências a outras questões ambientais foram muito baixas, à excepção da 'poluição', que estava entre os dez principais problemas mencionados. Estes resultados sugerem que alterações climáticas não estão cognitivamente salientes para os participantes enquanto 'problema da humanidade'.

Quando foi pedido aos participantes para associarem livremente palavras a 'alterações climáticas' emergiu um padrão diferente de resultados: as alterações climáticas foram consideradas uma ameaça, tendo sido associadas a doenças, morte e destruição. Isto significa que os participantes pensam apenas nesta ameaça quando lhes é perguntado explicitamente.

Os participantes associaram alterações climáticas à poluição e ao buraco de ozono. Estes resultados são consistentes com estudos precedentes que mostram que as pessoas vêem a questão das alterações climáticas à luz do problema da poluição do ar (Bord, Fisher & O`Connor, 1998; Brechin, 2003; Dunlap, 1998). Estudos anteriores relataram que o conhecimento leigo sobre alterações climáticas tende preferencialmente a privilegiar os impactos associados a problemas ecológicos e meteorológicos, em vez de impactos a nível da saúde humana e bem-estar (Dunlap, 1998). No nosso estudo, os impactos meteorológicos e ecológicos emergiam fortemente, mas também os impactos na saúde humana, na medida que as alterações climáticas eram associadas a doenças e morte.

Os participantes estavam mais concentrados nos *efeitos* do que nas *causas* das alterações climáticas. Eventuais acções de mitigação foram mencionadas por poucos deles. No geral, apresentaram-se como potenciais *vítimas* e não como potenciais *agentes* de mitigação. Estes resultados sugerem que sentimentos de risco associados a alterações climáticas não estão directamente relacionados com comportamentos pró-ambientais. Os impactos das alterações climáticas estão salientes nas mentes dos jovens mas não as possíveis acções para combater o problema.

No entanto, durante o ano seguinte à realização destes dois estudos piloto, aumentou significativamente a cobertura mediática sobre a problemática das alterações climáticas (ver capítulo 4) e as campanhas de promoção de comportamentos de mitigação. Nesse sentido, seria de esperar que se registassem mudanças nas representações leigas sobre esta questão.

De facto registaram-se algumas alterações, mas as continuidades são mais visíveis do que as mudanças. As alterações climáticas continuam a ser associadas à 'poluição' e ao 'buraco de

ozono', mas esta associação tornou-se menos forte, o que pode indicar um maior conhecimento sobre as alterações climáticas. No entanto, as respostas continuam a mostrar uma maior focalização nos *efeitos* das alterações climáticas do que nas *causas*, o que pode indicar que as pessoas estão mais preocupadas com os eventuais efeitos das alterações nas suas vidas do que em tomar medidas de mitigação. Tal como no Estudo 2, os participantes projectam nas suas respostas a sua condição de eventuais *vítimas* das alterações climáticas, mas não se vêem a si próprios como potenciais *agentes* de mitigação. As acções humanas 'contra' o equilíbrio da natureza estão salientes nas mentes dos inquiridos mas as acções individuais diárias para melhorar a qualidade do ambiente não estão.

Este estudos parecem indicar que muito há ainda a fazer para que os sentimentos de ameaça face às alterações climáticas se venham a traduzir em acções de mitigação quotidianas por parte dos cidadãos. Os participantes nestes estudos parecem ter uma visão alarmada do problema, porventura estimulada pela imagética dominante nos media, mas pouca mobilização para a acção. Envolver o público em geral e os jovens em particular, nesta questão é, pois, uma tarefa desafiante e muito exigente.

Referências bibliográficas

Almeida, J. F. (org.) (2000) *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta.

Almeida, J. F. (org.) (2004) *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta.

Bord, R. J., Fisher, A. & O'Connor, R. E. (1998) 'Public perceptions of global warming: United States and international perspectives', *Climate Research* 11: 75-84.

Bord, R. J., O´Connor, R. E. & Fisher, A. (2000) 'In what sense does the public need to understand global climate change?', *Public Understanding of Science* 9: 205-18.

Brechin, S. R. (2003) 'Comparative public opinion and knowledge on global climatic change and the Kyoto Protocol: the U.S. versus the world?', *International Journal of Sociology and Social Policy 23* (10): 106-134.

Castro, P. (2003) 'Pensar a natureza e o ambiente - alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais', *Estudos de Psicologia* 8(2): 263-71.

Castro, P. & Mouro, C. (no prelo) 'Socio-psychological processes in dealing with legal innovation in the community: insights from biodiversity conservation'*, American Journal of Community Psychology.*

Dake, P. (1992) 'Myths of nature: Culture and the social construction of risk'. *Journal of Social Issues* 48: 21-37.

Delicado, A. & Gonçalves, M.E. (2007) 'Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito', *Análise Social* vol. XLII (184): 687-718.

Doise, W., Clemence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992) *Représentations sociales et analyses de données*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Dunlap, R. E. (1998) 'Lay perceptions of global risk – public views of global warming in cross-national context', *International Sociology 13* (4): 473-98.

European Parliament and European Commission (2008) 'Europeans' attitudes towards climate change', Special Eurobarometer 300.

GlobeScan/BBC (2009) 'Climate concerns continue to increase: Global poll', 7 Dezembro 2009, http://www.globescan.com/news_archives/bbc2009_climate_change/, acesso a 12 de Abril de 2010.

IPCC (2007) *Climate Change 2007: Synthesis Report*, http://www.ipcc.ch/ipccreports/ar4-syr.htm, acesso a 17 de Junho de 2009.

Krosnick, J. A., Holbrook, A. L. & Visser, P. S. (2000) 'The impact of the Fall 1997 debate about global warming on American public opinion', *Public Understanding of Science 9*: 239-60.

Leiserowitz, A. A. (2005) 'American risk perceptions: is climate change dangerous?', *Risk Analysis 25* (6): 1433-42.

Lima, M. L. (2004) 'Percepção de riscos ambientais: realismo ou ilusão?', *in* L. Lima, M. V. Cabral & J. Vala (orgs.) *Ambiente e Desenvolvimento: Atitudes Sociais dos Portugueses,* pp. 157-86*,* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Lima, M. L. (2005) 'Percepção de riscos ambientais', *in* L. Soczka (ed.) *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental,* pp. 203-45, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, M. L. & Castro, P. (2005) 'Cultural theory meets the community: worldviews and local issues', *Journal of Environmental Psychology* 25: 23-35.

Lorenzoni, I., Leiserowitz, A., Doria, M.F., Poortinga, W. & Pidgeon, N.F. (2006) 'Cross-national comparisons of image associations with 'global warming' and 'climate change' among lay people in the United States of America and Great Britain', *Journal of Risk Research* 9 (3): 265-81.

Lorenzoni, I., Nicholson-Cole, S. & Whitmarsh, L. (2007) 'Barriers Perceived to Engaging with Climate Change among the UK Public and their Policy Implications', *Global Environmental Change* 17: 445–59.

McCombs, M., & Shaw, D. (1972) 'The agenda-setting function of mass media', *Public Opinion Quarterly* 36: 176-87.

Moscovici, S. (1961/1976) *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris: PUF.

Moser, S.C. & Dilling, L. (2004) 'Making climate hot: Communicating the urgency and challenge of global climate change', *Environment* 46 (10): 32-46.

Niemeyer, S., Petts, J. & Hobson, K. (2005) 'Rapid climate change and society: assessing responses and thresholds', *Risk Analysis 25* (6): 1443-56.

O'Neill, S. & Nicholson-Cole, S. (2009) '"Fear won't do it": Promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations', *Science Communication* 30 (3): 355-79.

Ockwell, D., Whitmarsh, L. & O'Neill, S. (2009) 'Reorienting climate change communication for effective mitigation: Forcing people to be green or fostering grass-roots engagement? *Science Communication* 30 (3): 305-27.

Peters, E. & Slovic, P. (1996) 'The role of affect and worldview as orienting disposition in the perception and acceptance of nuclear power', *Journal of Applied Social Psychology 26*: 1427-53.

Poortinga, W., & Pidgeon, N. (2003) *Public perceptions of risk, science and government: Main findings of a British survey of five risk cases.* Norwich, UK: University of East Anglia, Centre for Environmental Risk.

Schackley, S., Reiche, A. & Mander, S. (2004) *The public perceptions of underground coal gasification (UCG): a pilot study*. Tyndall Centre working paper no. 57. Manchester: Tyndall Centre for Climate Change Research.

Schackley, S., McLachlan, C., & Gough, C. (2004) 'The public perception of carbon dioxide capture and storage in the UK: Results from focus groups and a survey', *Climate Policy* 4 (4): 377-98.

Schmidt, L., Trüninger, M. & Valente, S. (2004) 'Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida', in J. F. Almeida (org.) *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, pp. 65-172, Oeiras: Celta.

Schmidt, L., Valente, S. & Pinheiro, J. (2000) 'País, percepção, retrato e desejo', in J. F. Almeida (org.) *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, pp. 33-101, Oeiras: Celta.

Slovic, P. (ed). (2002) *The Perception of Risk,* London: Earthscan.

Stamm, K. R., Clark, F. & Eblacas, P. R. (2000) 'Mass communication and public understanding of environmental problems: The case of global warming,' *Public Understanding of Science* 9: 219-37.

Szalay, L. B. & Deese, J. (1978) *Subjective Meaning and Culture: An Assessment Through Word Associations*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Capítulo 8

Uso dos media e envolvimento com as alterações climáticas

Alexandra Lázaro, Rosa Cabecinhas e Anabela Carvalho

Resumo

Será que existe congruência entre o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas, as percepções de risco, o nível de preocupação e as intenções comportamentais para mitigar as alterações climáticas? E será que o consumo de informação mediatizada influencia significativamente o conhecimento e o envolvimento afectivo com a questão das alterações climáticas? Os resultados de um questionário com uma amostra portuguesa mostram um nível de conhecimento moderado, e preocupação e percepção de risco elevadas, que influenciam parcialmente o comportamento face às alterações climáticas. Os media são a fonte principal de informação sobre as alterações climáticas e as práticas de uso das fontes de informação têm um impacto significativo em algumas dimensões do envolvimento pessoal com a questão – preocupação e, em menor grau, conhecimento das causas, acções de mitigação e intenções comportamentais. Contudo, o grau de utilização das fontes de informação parece ter pouco impacto nas percepções de risco e na valência afectiva das imagens associadas com as alterações climáticas.

1. Introdução

O estudo reportado neste capítulo[1] foca-se nos factores que afectam o conhecimento sobre as alterações climáticas, particularmente o consumo de informação proveniente dos media, e nos factores afectivos e comportamentais que afectam o envolvimento com a questão. Diversos estudos sugerem que a cobertura mediática das alterações climáticas parece influenciar o nível de preocupação com a questão; contudo, o consumo de informação sobre alterações climáticas não conduz necessariamente nem a um bom nível de conhecimento sobre a área em questão nem a um conjunto previsível de atitudes e comportamentos (e.g., Krosnick, Holbrook & Visser, 2000; Mazur & Lee, 1993). Factores cognitivos (como o conhecimento sobre as alterações climáticas), afectivos e comportamentais são aqui perspectivados com base na teoria das representações sociais, pois esta procura compreender o conhecimento comum baseado na linguagem e nas interacções quotidianas e como o conhecimento científico é integrado no pensamento e acções

[1] Este capítulo é uma tradução modificada do seguinte texto: Cabecinhas, R., Lázaro, A. & Carvalho, A. (2008) 'Media uses and social representations of climate change' in A. Carvalho (ed.) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, pp. 170-89, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

diárias (e.g., Bauer & Gaskell, 1999; Jovchelovitch, 1996; Moscovici, 1961, 1984; ver também o capítulo 7). As representações sociais sobre um determinado assunto definem-se como um conjunto de conceitos, e as relações entre eles, que integram cognições, afectos e emoções, e comportamentos, construídos na interacção quotidiana com base na comunicação interpessoal e na informação proveniente dos media (Moscovici, 1981). Tal como o conceito de atitudes, as representações sociais incluem cognições, afectos e emoções e comportamentos, mas focam-se na construção social e partilha de significados enquanto que as atitudes são vistas habitualmente como estados individuais, mas que podem ser influenciados pelo ambiente social (e.g., Jovchelovitch, 1996).

2. Enquadramento teórico

2.1 Conhecimento sobre as alterações climáticas. A investigação sobre o conhecimento sobre as alterações climáticas (e.g., Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Brechin, 2003; Dunlap, 1998; Stamm, Clark & Eblacas, 2000) e sobre o impacto dos conteúdos dos media neste conhecimento (Bell, 1994; Corbett & Durfee, 2004) teve início nos anos 90. Os estudos sobre a relação entre o conhecimento sobre as alterações climáticas e factores afectivos (e.g., preocupação, percepção dos riscos associados) e comportamentais (comportamentos e intenções comportamentais) são mais recentes (e.g., Leiserowitz, 2005; Lorenzoni et al., 2006; Nave, Schmidt & Pato, 2002). Os métodos mais comuns para avaliar este conhecimento têm consistido em perguntas abertas sobre quais são as causas e efeitos das alterações climáticas (e.g., Dunlap, 1988) ou em avaliações das contribuição de possíveis causas, incluindo causas estabelecidas e incorrectas (e.g., Bord, O'Connor & Fisher, 2000; Stamm, Clark & Eblacas, 2000). No nosso estudo baseámo-nos no último método.

O nível de conhecimento leigo sobre as causas das alterações climáticas é baixo, tal como demonstrado por estudos multinacionais (e.g., Brechin, 2003; Dunlap, 1998). No entanto, o nível de conhecimento encontrado é contingente ao tipo de metodologia usada para aferir esse conhecimento. Quando os respondentes seleccionam as causas com base numa lista (e.g., diminuição das florestas, centrais termoeléctricas a carvão e petróleo, escape dos carros), que é uma tarefa de memória de reconhecimento, os resultados encontrados são mais elevados, mas, mesmo assim, há escolhas incorrectas (e.g., aerossóis). No estudo Gallup de 1992 – 'Health of the Planet' – a amostra portuguesa mostrou um padrão inconsistente de resposta, fazendo escolhas correctas e incorrectas das causas principais do aquecimento global: a perda de florestas (89%), centrais termoeléctricas a carvão e petróleo (83%), escape dos carros (77%) e frigoríficos e aparelhos de ar condicionado (45%) como causas correctas; centrais nucleares (85%) e aerossóis (67%) como causas incorrectas (Dunlap, 1998). Bord, O'Connor & Fisher (2000) também verificaram que os respondentes, por um lado, subestimam o papel dos automóveis, electrodomésticos, aquecimento central e ar condicionado nas alterações climáticas e, por outro lado, identificam causas incorrectas tais como aerossóis, insecticidas, centrais nucleares e diminuição do ozono atmosférico.

Em suma, as pessoas parecem ter uma representação genérica e alargada das questões ambientais, não distinguindo com rigor os factores específicos de problemas ambientais diferentes. As confusões mais comuns nestes estudos são a poluição do ar ser vista como uma causa das alterações climáticas e a confusão entre a diminuição do ozono atmosférico e as alterações climáticas (Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Brechin, 2003; Dunlap, 1998; Stamm, Clark & Eblacas, 2000).

Relativamente ao efeito de variáveis sócio-demográficas, o nível de escolaridade, o sexo e a idade não parecem estar relacionados com o conhecimento das causas das alterações climáticas de forma sistemática (e.g., Dunlap, 1988; Stamm, Clark & Eblacas, 2000), mas parece haver uma relação positiva entre ocupação profissional e a compreensão das alterações climáticas, com profissionais qualificados, pessoal de gestão e técnico mostrando uma melhor compreensão que trabalhadores manuais, reformados e desempregados (Stamm, Clark & Eblacas, 2000).

2.2 Preocupação com as alterações climáticas. O nível baixo de conhecimento não implica um nível baixo de preocupação com as questões ambientais e, particularmente, com as alterações climáticas. Vários estudos concluíram que as pessoas se mostravam preocupadas com as alterações climáticas mas menos do que com outros problemas ambientais, tais como a poluição do ar e da água (e.g. Brechin, 2003). Sondagens recentes indicam que o público atribui um nível de gravidade muito mais elevado às alterações climáticas do que anteriormente. Por exemplo, numa sondagem GlobeScan/BBC (2009), 63% dos inquiridos de 23 países considerou as alterações climáticas um problema 'muito sério', uma subida de 19% desde 1998 nas sondagens realizadas pela GlobeScan. Num Eurobarómetro de 2008 (European Parliament & European Commission, 2008), as alterações climáticas surgiram em segundo lugar como um dos mais sérios problemas mundiais (o primeiro classificado, de entre a lista fornecida aos respondentes, foi a pobreza, falta de comida e água potável).

A investigação publicada mostra que as pessoas estão mais preocupadas com problemas ambientais fisicamente distantes que com problemas locais e que consideram os problemas ambientais distantes mais sérios que os problemas locais. Este fenómeno tem sido designado como hiperopia ambiental (e.g. Lima & Castro, 2005). García-Mira, Real & Romay (2005) incluíram uma dimensão espacial e uma dimensão temporal no conceito de hiperopia ambiental. Verificaram que, com base em avaliações individuais do nível de preocupação com problemas ambientais, os participantes mostravam-se mais preocupados com problemas distantes que com problemas locais e que esta dimensão tinha maior importância na avaliação da preocupação com problemas futuros do que com problemas actuais. Os respondentes também se mostraram mais preocupados com problemas com pouca presença na sua vida quotidiana (e.g, poluição da atmosfera e do oceano, diminuição da camada de ozono, alterações climáticas) do que com problemas com potencial para os afectar directamente (e.g., manipulação genética de alimentos, aumento do número de carros localmente, incineração local de lixos). Contudo, as alterações climáticas, cujos efeitos se tornarão mais sérios no futuro e que é um problema global, não figurava no topo das preocupações dos respondentes. Na mesma linha, estudos indicam que a gravidade percebida

das alterações climáticas decresce na seguinte ordem: enquanto problema mundial, enquanto problema nacional, enquanto problema local (Cartea & Blanco, 2008).

Factores externos como as condições meteorológicas, a cobertura mediática e riqueza do país têm sido sugeridos como contribuindo para a preocupação pública com as alterações climáticas. Os participantes nos estudos mostram maior preocupação sob más condições de tempo (Ungar, 1992) e maior cobertura mediática (Krosnick, Holbrook & Visser, 2000). A preocupação com problemas ambientais ao nível transnacional não está sistematicamente relacionado com a riqueza do país e participantes de países mais pobres podem mostrar níveis mais elevados de preocupação com questões ambientais (Brechin, 2003 com dados do estudo Gallup de 1992). Relativamente a factores individuais, Bord, O'Connor & Fisher (2000) verificaram que o nível de preocupação com as alterações climáticas dependia das percepções de risco para a poluição ambiental em geral e não dependia do nível de escolaridade.

2.3 Percepções de risco. As percepções de risco leigas são habitualmente diferentes das dos peritos. As percepções de risco dos peritos tendem a assemelhar-se às frequências estatísticas observadas para um evento (e.g. Slovic, Fishhoff & Lichtenstein, 2000). Os julgamentos leigos baseiam-se não só na informação científica e tecnológica mas também em visões do mundo, nos significados afectivos associados com o risco específico e na confiança na gestão do risco (Slovic, 2000).

As percepções de risco associadas com as alterações climáticas e outros problemas ambientais têm sido avaliadas principalmente recorrendo a: a) avaliações da ameaça para a saúde e bem-estar do indivíduo e de impactos na sociedade de problemas como crime violento, acidentes de automóvel, SIDA, cancro, doenças cardiovasculares, substâncias químicas perigosas, poluição do ar, aquecimento global e poluição da água (Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Bord, O'Connor & Fisher, 2000); b) avaliações da gravidade de problemas diversos (e.g., Dunlap, 1998), a abordagem utilizada no nosso estudo; c) probabilidade das consequências futuras do aquecimento global (Bord, Fisher & O'Connor, 1998); d) imagens afectivas associadas com percepções de risco (Leiserowitz, 2005), abordadas no capítulo 7.

Em geral, as pessoas atribuem um risco moderado-alto às alterações climáticas, mas não as vêem como uma ameaça pessoal (e.g. Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Bord, O'Connor & Fisher, 2000; Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007). Com base em avaliações do risco pessoal e social em diferentes áreas, Bord, O'Connor & Fisher (2000) verificaram que as pessoas não consideram os problemas ambientais um risco muito provável – apenas cerca de 25% dos respondentes avaliaram o aquecimento global e substâncias químicas perigosas como um risco provável e menos de 40% avaliou as poluições do ar e da água como um risco provável (Bord, O'Connor & Fisher, 2000). A probabilidade destas ameaças aumentou consideravelmente quando os respondentes as avaliaram enquanto riscos para a sociedade – menos de 70% considerou as poluições do ar e da água e substâncias químicas perigosas como riscos prováveis, mas apenas 50% avaliou o aquecimento global como um risco social provável. No estudo Gallup de 1992 os

respondentes portugueses avaliaram os problemas ambientais apresentados como muito sérios, e as percentagens de respostas diminuem na ordem seguinte: perda de florestas húmidas, poluição da água, perda de ozono, poluição do ar e aquecimento global, problemas no solo e perda de espécies (Dunlap, 1998).

O risco é percebido como maior no futuro e em lugares distantes, mas não como algo que pode afectar o indivíduo no presente e na zona em que vive (Cartea & Blanco, 2008; Leiserowitz, 2005). Contudo, num dos nossos estudos em Portugal verificámos que nos respondentes na amostra associavam as alterações climáticas a riscos globais (degelo dos glaciares, furacões e tsunamis), mas também a riscos ambientais locais, nomeadamente secas e incêndios (ver capítulo 7). As imagens afectivas associadas com as alterações climáticas são congruentes com esta percepção de risco – os estudos demonstram que quando as pessoas pensam nas alterações climáticas pensam principalmente no degelo dos glaciares, no aumento da temperatura, em destruição e doenças e consideram estas imagens afectivamente negativas (Cabecinhas, Lázaro & al., 2006; Lorenzoni et al., 2006).

As percepções de risco não parecem variar sistemática e significativamente em função de variáveis sócio-demográficas como a idade, nível de escolaridade, sexo ou residência dos participantes (e.g., Dunlap, 1998).

2.4 Comportamento e intenções comportamentais na mitigação das alterações climáticas. Apesar do nível de preocupação e do risco associado com as alterações climáticas, os respondentes, em geral, reportam apenas vontade ou intenção para realizar algum esforço na mitigação das emissões de gases com efeito de estufa (por exemplo, intenção de adquirir electrodomésticos e automóveis energeticamente mais eficientes), mas não apoiam políticas que interfiram em demasia com a conveniência da sua vida quotidiana (por exemplo, usar menos o automóvel, partilhar o automóvel com outros, diminuir a utilização de ar condicionado e aquecimento central - Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Bord, O'Connor & Fisher, 2000; Nave, Schmidt & Pato, 2002).

Outros estudos e sondagens também mostram que as pessoas dizem estar dispostas a pagar para reduzir os impactos das alterações climáticas (por exemplo, preços mais altos para a electricidade e combustíveis), mas estas respostas podem ser devidas parcialmente a considerações de desejabilidade social (cf., Bord, Fisher & O'Connor, 1998). Por exemplo, Krosnick, Holbrook & Visser (2000) verificaram que, após a campanha de apoio ao protocolo de Quioto conduzida pela administração Clinton e o debate público subsequente, havia maior apoio público para soluções legislativas e menor apoio para sacrifícios pessoais.

2.5 Ambivalências e contradições. A inconsistência na relação entre o conhecimento sobre as alterações climáticas (dimensão cognitiva), a preocupação, a percepção de risco e imagens afectivas (dimensão afectiva), e as intenções comportamentais e os comportamentos (dimensão comportamental) é um fenómeno conhecido da investigação (e.g., Blake, 1999; Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007). Um exemplo de pesquisa sobre a

inconsistência entre atitudes e comportamento em Portugal mostra que as pessoas consideram as alterações climáticas como um problema preocupante e que é necessária uma solução, mas não identificam causas importantes, como o uso de combustíveis fósseis e o consumo de electricidade, e não reportam usar menos o carro (Nave, Schmidt & Pato, 2002). Noutra questão ambiental - protecção da biodiversidade - Castro e Mouro (no prelo) demonstram que a concordância geral com ideias normativas recentes (e.g., que as leis de protecção da biodiversidade são boas) coexiste com uma falta de consenso ao nível das práticas (e.g., um casal de morcegos protegidos não é considerado suficiente para adiar a construção de um edifício e consequentes ganhos individuais), isto é, as pessoas aceitam mudanças gerais que apoiam causas ambientais mas levantam objecções à aplicação destas mudanças na esfera privada.

2.6 Fontes de informação sobre alterações climáticas. Um dos objectivos do estudo aqui reportado é analisar o impacto do consumo de informação proveniente dos media nas representações sociais sobre as alterações climáticas. Os media são considerados uma fonte de informação importante sobre questões científicas (e.g. Nelkin, 1987), particularmente para a construção de significados relativos a questões ambientais como as alterações climáticas (Wilson, 1995; Corbett & Durfee, 2004). Contudo, existe pouca investigação sobre a relação entre consumo mediático e atitudes face a questões ambientais, percepções de risco e comportamentos.

As fontes de informação e de atitudes sobre as alterações climáticas podem ser jornais, televisão, revistas, rádio, Internet, livros, grupos ambientais, família e amigos, palestras ou classes (e.g., Stamm, Clark & Eblacas, 2000). Estes autores verificaram que o nível de compreensão das alterações climáticas aumentava com o aumento do consumo de todas as fontes de informação referidas, exceptuando a televisão, e aumentava principalmente com o consumo de livros e o recurso a familiares e amigos como fontes de informação. A confiança depositada em cada fonte pode explicar parcialmente as diferenças na contribuição de cada fonte para o conhecimento sobre as alterações climáticas. Contudo, a dimensão da confiança nas fontes de informação não tem sido incluída em muitos dos estudos publicados – o estudo reportado neste capítulo avalia a confiança das fontes de informação mas não aprofundamos a análise da relação entre confiança e outros factores.

A credibilidade da informação é importante para construir conhecimento sobre uma questão tão complexa e cheia de incertezas como são as alterações climáticas. Quando a incerteza provem de uma fonte credível, as pessoas parecem ser capazes de incluir incerteza nas suas discussões e julgamentos sobre questões com complexidade científica e tecnológica (Doble, 1995).

2.7 Predições. Em 2007 solicitámos a uma amostra de participantes portugueses que respondesse a um questionário sobre alterações climáticas. Os resultados visam analisar: (a) a relação entre as práticas de consumo mediático e as atitudes face às alterações climáticas, as percepções de risco e de responsabilidade, (b) a relação entre as dimensões cognitivas, afectivas e comportamentais das representações sociais sobre as alterações climáticas; (c) os factores preditores de atitudes e comportamentos pró-ambientais. Definimos a dimensão cognitiva como o

nível de conhecimento sobre as causas das alterações climáticas, a dimensão afectiva como a preocupação com a mudança climática, as percepções de risco e imagens mentais, e a dimensão comportamental como o comportamento reportado e as intenções comportamentais individuais.

Com base no nosso quadro teórico, esperamos que os nossos resultados demonstrem que: (a) os media são considerados a fonte principal de informação sobre alterações climáticas, (b) os padrões de consumo mediático afectam o nível de conhecimento sobre as causas das alterações climáticas e o nível de envolvimento afectivo com a questão, (c) existe inconsistência entre as dimensões cognitiva e afectiva e a dimensão comportamental (comportamentos reportados ou intenções). Visto que os estudos na área não têm encontrado efeitos sistemáticos de variáveis sócio-demográficas como sexo, idade e local de residência nas representações leigas sobre as alterações climáticas, também não esperamos que os nossos resultados sejam sistemática e significativamente afectados por estas variáveis.

3. Método

Participantes: 614 adultos (308 mulheres e 306 homens); idade média = 30.59 (*DV* = 12.99; amplitude: 18-75 anos); 237 vivendo em áreas rurais e 377 em áreas urbanas, e com níveis diversos de educação, actividade profissional e situação profissional.

Materiais: Questionário incluindo as dimensões analisadas neste capítulo: nível e padrão de consumo mediático, atitudes face às fontes de informação, conhecimento das causas das alterações climáticas, preocupação, percepções de risco, intenções comportamentais e práticas pró-ambientais, e percepção de obstáculos ao comportamento. Dimensões como atribuições de responsabilidade e percepções de justiça relativa integraram o questionário mas os respectivos resultados não são aqui analisados.

Procedimento para a administração do questionário: O questionário foi aplicado em Março de 2007 na região norte de Portugal, foi de participação voluntária e o tempo de resposta variou entre 25 e 40 minutos.

Procedimento para análise dos dados: Depois de uma análise descritiva exploratória dos dados, usámos uma análise factorial para agrupar os participantes em função dos seus padrões de consumo mediático. O impacto dos padrões de consumo mediático e das variáveis sócio-demográficas foi então analisado através de duas análises multivariadas de variância – MANCOVAS. As variáveis dependentes para a primeira MANCOVA foram: um índice de conhecimento das causas das alterações climáticas, percepções de risco, nível de preocupação com as alterações climáticas e valência emocional das imagens associadas com as alterações climáticas. As variáveis dependentes para a segunda MANCOVA foram: acções de mitigação reportadas e intenções comportamentais. Para analisar os preditores para cada uma das variáveis dependentes mencionadas, explorámos as correlações entre as variáveis e realizámos uma série de análises de regressão linear múltipla (MLRA em inglês; método *stepwise*).

4. Resultados

4.1. Nível e padrões de consumo mediático

Os respondentes avaliaram a frequência com que utilizam diferentes fontes de informação sobre alterações climáticas numa escala de 5 valores variando de 1 = 'muito frequentemente' a 5 = 'nunca' – ver tabela 1. Confirmando as nossas expectativas, os media foram considerados as fontes mais usadas para informação sobre as alterações climáticas. As notícias televisivas são a fonte mais utilizada, seguidas pelos jornais e depois pelos filmes e documentários televisivos. As fontes menos utilizadas são livros, publicações ou brochuras e eventos como conferências e exposições.

Tabela 1. Uso das fontes de informação sobre alterações climáticas

Fontes de informação	**Média (desvio-padrão)**	**Factor 1**	**Factor 2**
Notícias na televisão	1,81 (1,81)		0,810
Jornais (impressos ou *online*)	2,29 (1,14)		0,684
Filmes e documentários televisivos	2,57 (1,15)		0,530
Familiares, vizinhos, amigos ou colegas	2,71 (1,06)		
Internet (excluindo 'sites' de jornais, rádios ou televisões)	2,89 (1,36)	0,772	
Revistas	2,89 (1,10)		
Rádio	3,01 (1,14)		0,645
Escola ou universidade	3,36 (1,40)	0,774	
Livros	3,40 (1,10)	0,680	
Publicações ou brochuras	3,41 (1,08)		
Eventos (conferências, exposições, etc.)	3,97 (1,05)	0,701	
% variância explicada		38,15	12,72

Nota: As avaliações médias são baseadas numa escala de 5 pontos variando de 1 = 'muito frequentemente' a 5 = 'nunca'; Análise factorial: medida de adequação da amostra K-M-O = 0,818; teste de Bartlett– Qui-quadrado = 1457,95; $p < 0,001$.

As fontes de informação foram divididas em dois factores obtidos por uma Análise Factorial exploratória (método 'varimax'): factor 1 – fontes de informação procuradas de forma activa (Internet, escola ou universidade, livros e eventos) e factor 2 – 'mass media' (notícias televisivas, jornais, rádio, filmes e documentários televisivos). Em conjunto, estes factores explicam 50,87% da variância total (ver tabela 1). Itens com carga inferior a 0,5 foram excluídos do factor. Para cada factor, os respondentes foram divididos em função do grau de utilização das fontes de informação: utilizadores intensivos (acima da mediana) e utilizadores ocasionais (abaixo da mediana). A

mediana foi de 3,50 para o factor 1 (fontes de informação procuradas de forma activa) e de 2,25 para o factor 2 ('mass media'). Esta distinção foi utilizada nas análises reportadas nas secções 4.6 e 4.7 deste capítulo.

4.2. Percepção das fontes de informação sobre alterações climáticas

Os respondentes avaliaram a confiança que têm nas fontes de informação sobre alterações climáticas numa escala de 5 valores variando de 1= 'muito bom' a 5 = 'muito mau' – ver tabela 2. Em geral, o nível de confiança é elevado para os cientistas e peritos, seguidos pelos profissionais de saúde e médicos, associações ambientalistas e de consumidores, a União Europeia e os professores. Os respondentes têm alguma confiança nos media e pessoas conhecidas (família, amigos, vizinhos e amigos) e não confiam em informação proveniente de fontes como governo, autarquias locais e empresas.

Tabela 2. Confiança nas fontes de informação sobre alterações climáticas e avaliação da cobertura da questão

Confiança nas fontes de informação sobre alterações climáticas (escala de 5 pontos: 1= 'muita confiança', 5 = 'nenhuma confiança')	**Média (desvio-padrão)**
Cientistas/peritos	1,46 (0,64)
Profissionais de saúde/médicos	1,77 (0,73)
Associações ambientalistas/de consumidores	1,89 (0,73)
União Europeia	2,01 (0,77)
Professores	2,01 (0,71)
Jornais	2,05 (0,71)
Televisão	2,12 (0,72)
Rádio	2,16 (0,69)
Jornalistas	2,17 (0,71)
Internet (excluindo edições online de jornais, rádios, TVs)	2,25 (0,71)
Família, vizinhos, amigos ou colegas	2,37 (0,70)
Governo	2,67 (0,77)
Autarquias locais	2,72 (0,72)
Empresas	2,74 (0,78)
Avaliação do meio mais utilizado	
(escala de 5 valores: 1 = 'muito bom', 5 = 'muito mau')	
Clareza na explicação das alterações climáticas	1,90 (0,70)
Rigor na informação científica e tecnológica sobre as alterações climáticas	2,05 (0,73)
Análise das opções políticas e económicas para combater as alterações climáticas	2,22 (0,73)

Este padrão de resultados é consonante com os obtidos em estudos prévios em Portugal (e.g. Lázaro, Cabecinhas & Carvalho, 2008) e noutros países (e.g. Blake, 2001; Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007).

Os participantes indicaram qual o meio que usam mais frequentemente como fonte de informação sobre as alterações climáticas, que são, por ordem decrescente de importância: canais televisivos (76,4% no global; canais de serviço público RTP 1 e RTP 2 – 52,1%; canais comerciais SIC ou TVI – 24,3%), jornais (18%) e estações de rádio (2,2%). Como a maioria dos participantes referiu um canal televisivo, dividimos os participantes em três grupos em função das suas escolhas: utilizadores de canais televisivos de serviço público, utilizadores de um canal comercial e utilizadores da televisão como um meio secundário. Esta distinção foi utilizada nas análises reportadas nas secções 3.6 e 3.7 deste capítulo.

Os participantes também avaliaram o meio que usam mais frequentemente numa escala de 5 pontos (1= 'muito bom', 5 = 'muito mau') relativamente à clareza na explicação das alterações climáticas, rigor na informação científica e tecnológica sobre as alterações climáticas e análise das opções políticas e económicas para combater as alterações climáticas. No global, o meio mais utilizado por cada individuo foi avaliado como fornecendo explicações claras e informação científica e tecnológica rigorosa sobre as alterações climáticas e boa análise das opções políticas e económicas para combater as alterações climáticas (ver tabela 2). O nível de alarmismo das notícias sobre as alterações climáticas foi avaliado numa escala de 3 pontos (1 = 'excessivo', 3 = 'insuficiente') e, no global, foi considerado como moderado (média = 2,01, desvio padrão = 0,47). Em comparação com outros estudos, estes resultados são bastante positivos (e.g., Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007). Quando foi administrado, o questionário foi enquadrado institucionalmente no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. O possível prestígio da universidade na zona dos respondentes pode ter induzido um efeito de desejabilidade social e produzido respostas sobre os media menos críticas.

4.3. Conhecimento das causas das alterações climáticas

A questão sobre conhecimento das causas das alterações climáticas apresentava seis itens e cada um era avaliado como sendo ou não um factor contribuinte para as alterações climáticas (ver tabela 3). Para calcular um índice de conhecimento, somámos um ponto por cada resposta correcta e dividimos o resultado por seis, o número de itens. O índice variava entre 0 e 1.

Os resultados mostram um nível geral de conhecimento moderado sobre as causas das alterações climáticas (média = 0,67; desvio padrão = 0,17), o que parece ser mais elevado que o nível reportado por estudos prévios (e.g., Brechin, 2003; Dunlap, 1998). Contudo, a escala dicotómica que usámos permitia uma probabilidade de 50% na escolha da opção correcta, o que poder ter aumentado o desempenho dos respondentes.

Apesar deste nível moderado de conhecimento, os respondentes confundem as causas das alterações climáticas com as de outros problemas ambientais, particularmente com o 'buraco de

ozono' – apenas 5,7% dos respondentes respondeu correctamente ao item 'buraco de ozono'. Segundo os peritos, a diminuição da camada de ozono é um problema distinto e não é uma causa das alterações climáticas. Contudo, este item recebeu a maior percentagem de respostas afirmando-o como uma das causas das alterações climáticas (94,3%), um resultado comum a outros estudos (Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Brechin, 2003; Dunlap, 1998; Lázaro, Cabecinhas & Carvalho, 2008; Stamm, Clark & Eblacas, 2000).

Os processos industriais (93,6%) e o uso do carro (93,6%) foram causas correctamente identificadas. Os participantes também identificarem correctamente a diminuição das florestas e o funcionamento de centrais termoeléctricas (a carvão e petróleo). Contudo, 56% dos respondentes consideram que as actividades agro-pecuárias não contribuem para as alterações climáticas, quando estas são fontes significativas de emissões de gases com efeito de estufa. A ênfase nos processos industriais e no uso do carro sugerem uma melhor compreensão das causas das alterações climáticas do que os resultados da amostra portuguesa do estudo Gallup de 1992 (Dunlap, 1998): as escolhas das causas principais das alterações climáticas recaíram nesse estudo na diminuição das florestas tropicais (89%), centrais nucleares (85%), centrais energéticas a carvão e petróleo (83%), escape dos automóveis (77%), aerossóis (67%), frigoríficos e aparelhos de ar condicionado (45%). Contudo, os resultados não são completamente comparáveis visto que as questões nos dois estudos são ligeiramente diferentes.

Tabela 3. Conhecimento das causas das alterações climáticas

Percentagem de respondentes que considera que o factor contribui para as alterações climáticas	**%**
Buraco de ozono	94,3
Indústria	93,6
Uso do automóvel	93,6
Diminuição da área de florestas	86,9
Centrais termoeléctricas (a carvão e petróleo)	82,6
Actividades agro-pecuárias	44,4

O baixo/moderado nível de conhecimento sobre as alterações climáticas pode ser explicado com recurso a duas razões principais. Primeiro, as fontes de informação precisa e detalhada a que o público tem acesso são limitadas (Ungar, 2000). Segundo, a complexidade da questão das alterações climáticas dificulta a construção de representações leigas pelos indivíduos, representações estas que poderão guiar as suas atitudes e comportamentos. Esta complexidade prende-se com a interacção entre factores causais diferentes e o seu impacto em fenómenos climáticos e biológicos que também experimentam variações no curso de períodos temporais alargados. Por exemplo, a metáfora do 'buraco de ozono' permitiu que as pessoas visualizassem o fenómeno com facilidade, sentissem a ameaça pessoal em impactos quotidianos (ex., cancro da pele devido à exposição solar desprotegida), compreendessem as causas do fenómeno e se sentissem capazes de agir sobre essas causas. Tal não se verifica com as alterações climáticas,

que não elicitaram uma metáfora de fácil visualização e cujas causas e efeitos podem parecer mais alargados e difusos, fora do controlo do indivíduo, difíceis de isolar e com efeitos projectados no futuro (Ungar, 2000; 2003).

4.4. Percepções de risco e preocupação com as alterações climáticas

Percepções de risco face a problemas ambientais, de saúde e sociais

Os respondentes avaliaram a probabilidade de virem a ser afectados por um conjunto de factores, incluindo as alterações climáticas, numa escala de 5 pontos variando de 1= 'muitíssimo provável' a 5 = 'nada provável' (ver tabela 4).

Tabela 4. Percepção de risco média

Situação	Média (desvio padrão)
Poluição	2,19 (0,94)
Alterações climáticas/ aquecimento global	2,22 (0,94)
Acidente de viação	2,24 (0,97)
Cancro	2,48 (1,00)
Desemprego	2,50 (1,19)
Crime violento	2,88 (1,05)
Terrorismo	3,34 (1,04)
Infecção com o vírus da SIDA	3,37 (1,23)
Terramoto	3,38 (1,06)

Nota: escala de 5 pontos (1= muitíssimo provável, 5 = nada provável)

Os participantes consideram provável serem afectados pela 'poluição' e pelas 'alterações climáticas' e sofrerem um 'acidente de viação' – os valores médios destes itens não são significativamente diferentes. A probabilidade de serem afectados pelos outros factores foi considerada baixa. Os resultados indicam que as alterações climáticas são vistas como uma ameaça pessoal séria, o que contrasta com resultados de outros estudos noutros países (e.g., Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Bord, O'Connor & Fisher, 2000; Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007). Contudo, esta diferença pode ser devida ao aumento da cobertura mediática portuguesa deste tema em 2007.

Nos nossos resultados, os problemas ambientais figuram no topo das probabilidades de risco percebidas, o que converge com os resultados de um estudo em Portugal realizado por Delicado e Gonçalves (2007). Estas autoras pediram aos participantes para avaliar o grau de risco associado com um conjunto de riscos ambientais ou de saúde pública de carácter global. Os dados mostraram que todos os riscos foram considerados muito graves ou graves: a disponibilidade e a qualidade da água para consumo foram os riscos percepcionados como mais graves e as catástrofes naturais (terramotos, secas e inundações) foram os riscos percepcionados como menos graves, quer a nível global quer a nível nacional. A diminuição da camada de ozono e as

alterações climáticas foram considerados riscos globais importantes, mas, em Portugal, os respondentes atribuíram maior risco aos incêndios florestais e à poluição (Delicado e Gonçalves, 2007

Preocupação com as alterações climáticas

Os respondentes reportaram quão preocupados estavam com um conjunto de questões ambientais, incluindo as alterações climáticas, numa escala de 5 pontos de 1 = 'muitíssimo preocupado' a 5 = 'nada preocupado' (ver tabela 5).

Tabela 5. Preocupação média com questões ambientais

Questão ambiental	**Média (desvio padrão)**
Incêndios	1,74 (0,75)
Poluição do ar	1,75 (0,79)
Diminuição das florestas	1,82 (0,81)
Diminuição da camada de ozono	2,05 (0,84)
Alterações climáticas	2,05 (0,83)
Falta de espaços verdes	2,35 (1,03)
Uso de organismos geneticamente modificados	2,69 (0,99)

Nota: escala de 5 pontos (1 = 'muitíssimo preocupado', 5 = 'nada preocupado')

Os resultados mostram um nível de preocupação elevado com as alterações climáticas e com as outras questões ambientais (incêndios, poluição do ar e diminuição das florestas) e um nível médio de preocupação com o uso de organismos geneticamente modificados. As alterações climáticas e a diminuição da camada de ozono obtiveram o mesmo nível de preocupação.

Os nossos resultados não convergem com outros resultados na literatura, que mostram que, apesar do aumento da preocupação com as alterações climáticas nos últimos 20 anos (DEFRA, 2002, 2007), os participantes ainda mostravam uma preocupação baixa relativamente a outras questões ambientais (e.g., Brechin, 2003). Este baixo nível de preocupação poderia dever-se a uma percepção pública das alterações climáticas como uma questão distante no espaço e no tempo, como vimos na introdução, afectando principalmente gerações futura e outros países. No entanto, como referido acima, as sondagens recentes indicam níveis de preocupação muito mais altos em muitas regiões do mundo (e.g. Globescan/BBC, 2009). O nível elevado de preocupação em Portugal pode dever-se aos recentes períodos de Verões quentes, secas e incêndios florestais que têm assolado o país no últimos anos e, como será discutido mais abaixo, a uma mediatização mais intensa das alterações climáticas em 2007.

Percepções de risco associadas com o impacto das alterações climáticas

Os respondentes avaliaram um conjunto de consequências possíveis das alterações climáticas em função do nível de risco atribuído numa escala de 5 pontos de 1 = 'muito grave' a 5 = 'nada

grave' (ver tabela 6). Todas as possíveis consequências foram vistas como muito ou moderadamente sérias. As secas e os problemas de saúde foram considerados as consequências mais graves; o aumento das desigualdades entre países ricos e pobres e o aumento das migrações forçadas foram vistos como as consequências menos graves. Uma razão plausível para os respondentes no nosso estudo atribuírem maior risco às secas poderá ser a ocorrência frequente de problemas de falta de água e seca em Portugal.

Tabela 6. Percepções médias de risco para impactos possíveis das alterações climáticas

Impactos possíveis	**Média (desvio padrão)**
Secas	1,40 (0,66)
Problemas de saúde	1,42 (0,68)
Aumento da fome no mundo	1,52 (0,87)
Inundações	1,54 (0,73)
Extinção de animais e plantas	1,56 (0,81)
Subida do nível dos oceanos	1,56 (0,83)
Furacões e tempestades	1,64 (0,77)
Desertificação	1,66 (0,82)
Vagas de calor	1,73 (0,72)
Vagas de frio	1,73 (0,81)
Alterações na produção agrícola	1,99 (0,83)
Aumento das desigualdades entre países ricos e pobres	2,00 (1,01)
Aumento das migrações forçadas	2,10 (0,94)

Nota: escala de 5 pontos (1 = 'muito grave', 5 = 'nada grave')

Estes resultados não coincidem com os obtidos no estudo Gallup de 1992 (Dunlap, 1998) e com os de Stamm, Clark & Eblacas (2000). Estes autores encontraram, como efeitos das alterações climáticas mais prováveis, a sobrevivência/extinção de animais e plantas, seguidos de efeitos na agricultura (Dunlap, 1998) e de efeitos na saúde humana (ambos os estudos). Os efeitos económicos (Dunlap, 1998) e sociais e humanos (ex., escolha do sítio onde viver, Dunlap, 1998; falta de água, fome, Stamm, Clark & Eblacas, 2000) foram considerados os menos prováveis. As amostras dos diferentes países em Dunlap (1998) avaliaram de forma diferente a gravidade dos efeitos: respondentes de Portugal, México e Brasil viram os efeitos económicos e de saúde como mais sérios que os respondentes do Canadá e dos EUA, países economicamente mais desenvolvidos. É de considerar que a questão colocada por estes autores foi diferente da nossa. No estudo Gallup, os respondentes avaliaram o nível de gravidade de cada efeito (saúde humana, bem-estar económico, produção agrícola, escolhas que as pessoas têm sobre o sítio onde viver, sobrevivência de espécies de animais e de plantas, nível dos oceanos) nos 25 anos seguintes. Stamm, Clark & Eblacas (2000) usaram os seguintes efeitos: problemas de saúde, ondas de calor, subida do nível do mar, faltas de água, aumento da fome no mundo, agitação

social. Por outros lado, as avaliações dos riscos das alterações climáticas obtidas em questões de avaliação de um grupo de riscos não coincidem com questões abertas em que os respondentes fornecem livremente os riscos mais prováveis. Por exemplo, os efeitos mais reportados numa questão aberta estavam associados com problemas ecológicos e mudanças meteorológicas ou climáticas, e não efeitos na saúde ou bem-estar humano (Dunlap, 1998).

4.5. Comportamentos reportados, intenções comportamentais e barreiras à acção

Comportamentos pró-ambientais reportados

Os respondentes avaliaram a frequência dos seus comportamentos pró-ambientais numa escala de 5 pontos de 1 = 'muito frequentemente' a 5 = 'nunca'. As acções reportadas como mais frequentes foram 'Diminuir a utilização de aquecimento e ar condicionado' (média = 2,39, desvio-padrão = 1,23) e 'Separar o lixo e colocá-lo em recipientes para reciclagem' (média = 2,53, desvio-padrão = 1,30); o uso de transportes públicos foi reportado como pouco frequente (média = 3,07, desvio-padrão = 1,36). Estes resultados convergem parcialmente com a literatura – separar lixos para reciclagem e adoptar medidas de conservação de energia em casa são as acções mais frequentes (ver síntese de Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007; Castro & Mouro, no prelo). Poupar energia em casa é um comportamento positivo para combater as alterações climáticas, logo um resultado também positivo; a reciclagem de lixos é um comportamento mais eficaz no combate de outras questões ambientais que não as alterações climáticas.

Intenções comportamentais para mitigar as alterações climáticas

Os respondentes reportaram as acções de mitigação que já realizam ou que estão dispostos a realizar numa escala 4 pontos (1 = Já faço/fiz, 2 = Planeio fazer a curto prazo, 3 = Planeio fazer a médio/longo prazo, 4 = Não planeio fazer; 9 = Não se aplica à minha situação) – ver tabela 7. A maioria dos participantes afirma já substituir lâmpadas convencionais por lâmpadas de baixo consumo ou tencionar fazer isto no futuro próximo e planeia também adquirir electrodomésticos energeticamente mais eficientes. A instalação de painéis solares é uma acção ou para o longo termo ou não é considerada de todo. Em suma, as acções já realizadas ou planeadas para um futuro próximo acarretam um baixo investimento financeiro; acções mais dispendiosas, tais como melhorar a eficiência energética da habitação, ou são consideradas para um futuro distante ou não são consideradas.

Tabela 7. Intenções comportamentais para mitigar as alterações climáticas

Intenções comportamentais	**Média (desvio-padrão)**
Substituir lâmpadas convencionais por lâmpadas de baixo consumo	1,62 (0,93)
Adquirir electrodomésticos com maior eficiência energética	2,23 (1,07)
Considerar aspectos ambientais quando faz compras de custo elevado (ex., comprar um carro, construir uma casa)	2,53 (1,02)

Melhorar o isolamento das paredes e coberturas da casa	2,59 (1,11)
Instalar painéis solares	3,23 (0,23)

Nota: escala de 4 pontos (1 = 'Já faço/fiz', 2 = 'Planeio fazer a curto prazo', 3 = 'Planeio fazer a médio/longo prazo', 4 = 'Não planeio fazer'; 9 = 'Não se aplica à minha situação')

Barreiras percebidas ao envolvimento com as acções de mitigação

Com base numa lista de barreiras possíveis, os respondentes indicaram quais os motivos que os impediam de fazer mais para combater as alterações climáticas. O custo financeiro foi o motivo mais escolhido (40,1% dos respondentes), seguido por falta de informação (32,4%) e de tempo (29,2%). Apenas 3,9% dos respondentes afirmou não fazer mais por falta de preocupação com a questão, 16,6% não acredita poder resolver o problema e 14,3% considera-se preguiçoso para agir.

Este padrão de resultados é coerente com o nível elevado de preocupação com as alterações climáticas reportado na tabela 4, mas também sugere que os participantes se sentem impotentes para agir e que não estão suficientemente informados sobre as acções de mitigação. Até ao período em análise, os media portugueses tinham disponibilizado pouca informação prática útil sobre como reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa, o que pode ter contribuído para a falta de informação sentida pelos participantes. A Internet oferece informação sobre uma vasta variedade de abordagens e acções possíveis face às alterações climáticas, mas a análise dos 'websites' portugueses sugere que o discurso dominante é de natureza tecno-gestionária e com ênfase nos mecanismos regulatórios nacionais e internacionais (Carvalho, 2007).

4.6. Uso das fontes de informação

Uso das fontes de informação e conhecimento, preocupação, percepção de risco e imagens afectivas associadas com as alterações climáticas

Recorremos a uma MANCOVA para analisar os efeitos do consumo de fontes de informação e de variáveis sócio-demográficas nas dimensões cognitiva e afectiva das representações sociais sobre as alterações climáticas. A análise usou quatro factores: (1) 'mass media' e (2) 'fontes de informação procuradas de forma activa' (dois níveis em cada factor: alto e baixo consumo de informação), (3) tipo de canal televisivo (três níveis: utilizadores de canais públicos, utilizadores de canais comerciais e utilizadores de TV como um meio secundário) e sexo (dois níveis: mulher e homem). A idade dos participantes foi a variável covariante. As variáveis dependentes foram o índice de conhecimento das causas das alterações climáticas, a percepção de risco, o nível de preocupação e a valência afectiva das imagens associadas com as alterações climáticas, esta última discutida no capítulo 7.

Os resultados mostram que o tipo de fonte de informação afecta significativamente o índice de conhecimento [fontes de informação procuradas de forma activa: $F(4,533) = 3,37$, $p = 0,01$; tipo de canal televisivo: $F(8,1062) = 2,24$, $p = 0,01$]. Os consumidores frequentes das fontes procuradas de forma activa (Internet, escola ou universidade, livros e eventos) demonstraram um nível de conhecimento mais elevado sobre as causas das alterações climáticas do que os utilizadores

ocasionais [F(1,533) = 6,57, p = 0,01]. Não encontrámos diferenças significativas entre os utilizadores de 'mass media' (jornais, notícias televisivas, filmes e documentários televisivos e rádio). Os utilizadores de canais televisivos públicos mostraram um nível de conhecimento mais elevado que os utilizadores de canais comerciais [F (2,533) = 3.58, p = 0,03].

O padrão de utilização das fontes de informação não afectou significativamente a percepção da probabilidade de ser afectado pelas alterações climáticas, a valência afectiva das imagens associadas com as alterações climáticas e as percepções de risco associadas com os possíveis impactos das alterações climáticas. Afectou significativamente o nível de preocupação com as alterações climáticas (fontes de informação procuradas de forma activa: F(4,533) = 3,37, p = 0,01, tipo de canal televisivo: F(8,1062) = 2,24, p = 0,01]. Os consumidores frequentes de 'mass media' mostraram um nível mais elevado de preocupação com as alterações climáticas do que os consumidores ocasionais [F (1,533) = 5,65, p = 0,02].

O sexo dos participantes teve um efeito significativo nas variáveis dependentes combinadas [F (4,530) = 4,13, p = 0,01]. ANOVAs subsequentes mostraram que as mulheres consideraram mais provável serem afectadas pelas alterações climáticas [F (1,533) = 3,78, p = 0,05], estavam mais preocupadas [F (1,533) = 6,95, p = 0,001) e reportaram imagens afectivas mais negativas [F (1,533) = 8,34, p = 0,004]. As interacções entre as variáveis não produziram um padrão sistemático e, por isso, não serão aqui analisadas.

Confirmando as nossas expectativas, o tipo de uso das fontes de informação afectou significativamente o nível de conhecimento sobre as causas das alterações climáticas – os consumidores frequentes de fontes de informação procuradas de forma activa demonstraram um conhecimento melhor do que os utilizadores ocasionais e os utilizadores de canais televisivos públicos demonstraram um conhecimento melhor do que os utilizadores de canais comerciais.

No global, os padrões de uso das fontes de informação afectaram apenas parcialmente os aspectos emocionais avaliados no questionário, pois afectaram o nível de preocupação com as alterações climáticas mas não as percepções de risco, o que apoia parcialmente as nossas expectativas. Os consumidores frequentes de fontes mediáticas mostraram um nível de preocupação mais elevado que os consumidores ocasionais.

A cobertura mediática sobre as alterações climáticas foi intensa em Portugal durante 2007 (ver capítulo 5), o que pode ter contribuído para a elevada percepção da probabilidade de ser afectado pelas alterações climáticas e para a negatividade das imagens, mesmo entre consumidores ocasionais.

Uso das fontes de informação, acções de mitigação reportadas e intenções comportamentais associadas com as alterações climáticas

Esta MANCOVA analisou os efeitos do uso das fontes de informação e de variáveis sócio-demográficas nas dimensões comportamentais das representações sociais. Usou os mesmos factores e covariante que a análise prévia. As duas variáveis dependentes – acções de mitigação e as intenções comportamentais associadas com as alterações climáticas – foram significativamente afectadas pela idade [F(2,584) = 7,24, p =0,01], pelas fontes de informação

procuradas de forma activa [F(2,584) = 8,87, p =0,01], por fontes mediáticas [F(2,584) = 7,15, p =0,001] e pelo sexo do respondente [F(2,584) = 3,42, p =0,03]. ANOVAs subsequentes mostraram que: a idade afectou significativamente as intenções comportamentais [F(1,585) = 10,32, p < 0,01], que aumentavam à medida que a idade aumentava (β = -0,007, t = -3,21, p < 0,01); um consumo mais elevado de fontes de informação procuradas de forma activa aumentou a frequência das acções de mitigação reportadas [F(1,585) = 13,76, p <0,01] e das intenções comportamentais [F(1,585) = 7,84, p =0,005]; um consumo mais elevado de fontes mediáticas aumentou a frequência das acções de mitigação reportadas [F(1,585) = 9,12, p =0,003] e das intenções comportamentais [F(1,585) = 8,49, p =0,004]. O sexo do participante não mostrou efeitos significativos.

A interacção entre o uso de fontes mediáticas e o sexo dos respondentes foi significativa [F(2,584) = 3,53, p =0,03] e a ANOVA subsequente mostrou que as acções de mitigação reportadas eram mais elevadas para as mulheres com elevado consumo de informação que para os homens com elevado consumo de informação [F(1,585) = 6,33, p =0,01]

4.7. Preditores do envolvimento com a questão das alterações climáticas

Explorámos as correlações entre as variáveis e, em seguida, realizámos uma série de análise de regressão múltipla linear (MLRA, na sigla em inglês) usando o método 'stepwise', visto que a nossa abordagem era exploratória, para identificar os preditores de cada uma das variáveis dependentes usadas nas MANCOVAS: conhecimento das causas, percepção de risco, nível de preocupação, valência afectiva das imagens, acções de mitigação reportadas e intenções comportamentais associadas com as alterações climáticas.

O conhecimento sobre as causas das alterações climáticas foi significativamente predito por duas variáveis: nível de escolaridade (β = ,121, p < 0,003) e frequência reportada do uso de fontes de informação procuradas de forma activa (β = -,091, p<0,027). Os resultados mostraram que o conhecimento aumenta com a escolaridade e que os utilizadores frequentes de fontes de informação procuradas de forma activa tinham um conhecimento mais elevado que os utilizadores ocasionais. Contudo, a variância explicada por este modelo é baixa (R^2 ajustado = 0,027).

Encontrámos duas variáveis preditoras para a probabilidade percebida de ser afectado pelas alterações climáticas: sexo dos respondentes (β = 0,115, p < 0,005) e a frequência reportada de utilização de fontes de informação procuradas de forma activa (β = 0,087, p < 0,032). Os resultados mostram que as mulheres se sentem mais vulneráveis face às alterações climáticas do que os homens e que os consumidores frequentes de fontes de informação procuradas de forma activa se sentem menos vulneráveis do que os consumidores ocasionais. A variância explicada por este modelo é baixa (R^2 ajustado = 0,022).

O nível de preocupação com as alterações climáticas foi significativamente predito por duas variáveis: frequência reportada de utilização de fontes de informação procuradas de forma activa (β = 0,193, p < 0,001) e frequência da utilização de fontes mediáticas (β = 0,142, p < 0,001). Os consumidores frequentes de ambos os tipos de fontes de informação mostraram-se mais

preocupados com as alterações climáticas do que os consumidores ocasionais. A variância explicada por este modelo também é baixa (R^2 ajustado = 0,082).

Encontrámos três variáveis preditoras das acções de mitigação reportadas: frequência reportada de utilização de fontes de informação procuradas de forma activa (β = 0,194, p < 0,001); frequência da utilização de fontes mediáticas (β = 0,129, p < 0,001); e nível de preocupação com as alterações climáticas (β = 0,170, p < 0,001). Os utilizadores frequentes das fontes de informação reportaram uma frequência mais elevada nas acções de mitigação que os consumidores ocasionais e quanto mais elevado o nível de preocupação mais elevada a frequência das acções de mitigação. A variância explicada por este modelo é baixa, mas mais alta que as dos modelos anteriores (R^2 ajustado = 0,128).

Encontrámos quatro variáveis preditoras das intenções comportamentais: frequência reportada de utilização de fontes de informação procuradas de forma activa (β = 0,115, p < 0,010); frequência da utilização de fontes mediáticas (β = 0,159, p < 0,001); idade (β = -0,188, p < 0,001), e nível de conhecimento sobre as causas das alterações climáticas (β = -0,180, p < 0,001). Estes resultados mostram que os utilizadores frequentes de fontes de informação reportaram um maior grau de intenções comportamentais para realizar acções de mitigação do que os utilizadores ocasionais e que as intenções comportamentais aumentavam com a idade e conhecimento. A variância explicada por este modelo é baixa (R^2 ajustado = 0,099).

No global, as variáveis sócio-demográficas tiveram pouco impacto nos resultados: o sexo afectou apenas as dimensões afectivas, a idade afectou as intenções comportamentais e o nível de escolaridade afectou o e nível de conhecimento sobre as causas das alterações climáticas.

O grau e padrões de uso das fontes de informação revelaram impactos significativos. Encontrámos correlações estatisticamente significativas entre as práticas de uso das fontes de informação e as acções de mitigação reportadas, e entre as práticas de uso das fontes de informação e as intenções comportamentais. O uso das fontes de informação está também associado com a preocupação, que aumenta com o aumento da frequência de uso das fontes, e, em menor grau, com o conhecimento das causas das alterações climáticas, que aumenta com o aumento da frequência de uso das fontes. Contudo, as práticas de uso das fontes de informação parecem ter um baixo impacto nas percepções de risco e na valência afectiva das imagens associadas com as alterações climáticas.

É de salientar que a variância explicada pelos modelos é baixa e que é necessário investigar melhor as variáveis que afectam os níveis de envolvimento com a questão das alterações climáticas.

5. Considerações Finais

Nos nossos resultados, as intenções comportamentais face às alterações climáticas são parcialmente preditas por um elevado nível de conhecimento sobre as causas das alterações climáticas e as acções de mitigação reportadas pelo indivíduo são parcialmente preditas pelo seu

nível de preocupação com as alterações climáticas. Ou seja, ambos os aspectos cognitivo e afectivo parecem influenciar os aspectos comportamentais das alterações climáticas. Contudo, não se verifica um padrão consistente entre a dimensão cognitiva (conhecimento das causas das alterações climáticas), as dimensões afectivas (preocupação, percepção de risco e imagens afectivas) e as dimensões comportamentais (acções de mitigação e intenções comportamentais), o que foi ao encontro das nossas expectativas.

A amostra neste estudo mostrou um nível moderado de conhecimento das causas das alterações climáticas o que sugere um aumento lento do conhecimento nos passados 15 anos desde o estudo Gallup de 1992 (Dunlap, 1998 – neste a amostra portuguesa mostrou um nível baixo de conhecimento). Todavia, a maioria dos respondentes no estudo aqui reportado não reconhece a contribuição das actividades agro-pecuárias para as alterações climáticas e há ainda confusão sobre o papel do buraco de ozono, aqui considerado como o contribuinte principal para as alterações climáticas. Estudos recentes realizados noutros países também mostram que há uma associação generalizada entre o buraco de ozono e as alterações climáticas (Kirby, 2003; Lorenzoni et al., 2006). Este resultado suporta a perspectiva que as pessoas incorrectamente relacionam as alterações climáticas com outras questões ambientais, particularmente a diminuição do ozono estratosférico (Bostrom et al., 1994; Read et al., 1994) e que estão envolvidas outras dimensões (ex., imagética) que não apenas o conhecimento (Cabecinhas, Lázaro & Carvalho, 2006; Lorenzoni et al., 2006).

O conhecimento das alterações climáticas foi afectado significativamente pelos padrões e grau de consumo das fontes de informação: os utilizadores frequentes das fontes de informação procuradas de forma activa mostraram um conhecimento mais elevado que os utilizadores ocasionais e os utilizadores de canais de serviço público mostraram um conhecimento mais elevado que os utilizadores de canais comerciais.

As dimensões afectivas analisadas foram: percepções de risco gerais e sobre os impactos possíveis das alterações climáticas, preocupação com as alterações climáticas e valência afectiva das imagens associadas livremente com as alterações climáticas.

Os respondentes avaliaram o risco de serem afectados pela poluição e pelas alterações climáticas como sendo tão elevado quanto outros riscos e mostraram-se muito ou moderadamente preocupados com todas as questões ambientais apresentadas. A preocupação com incêndios e com a diminuição das florestas é elevada, seguida de perto pela preocupação com o buraco de ozono e com as alterações climáticas.

Todas as consequências possíveis das alterações climáticas foram vistas como muito ou moderadamente sérias. As consequências relativas ao mundo físico (secas, inundações) foram avaliadas como mais sérias do que as consequências de cariz social (aumento das desigualdades entre países ricos e pobres e das migrações forçadas). Os níveis elevados de percepção de risco e de preocupação com as alterações climáticas concordaram com a alta negatividade afectiva das imagens associadas livremente com a questão.

As reacções emocionais face às alterações climáticas foram significativamente afectadas pelo sexo dos respondentes e, em alguns casos, pelos padrões e grau de utilização das fontes de

informação: as mulheres mostraram percepções de risco mais elevadas, maior preocupação e evocaram imagens afectivamente mais negativas que os homens; os consumidores frequentes de fontes de informação mostraram-se mais preocupados do que os consumidores ocasionais (para ambos tipos de fontes – fontes de informação procuradas de forma activa e 'mass media'). Este resultado não permite concluir que é o elevado consumo de informação que causa maior preocupação; outra possibilidade é que esse consumo e a preocupação se inter-relacionam, com maior preocupação motivando a procura de mais informação, que reforça a preocupação. Esta é, aliás, a conclusão de Zhao (2009) num estudo estatístico sobre a relação entre a utilização dos media e a percepção do aquecimento global que confirma o chamado modelo de 'reinforcing spirals' (Slater, 2007). Segundo esse modelo, os efeitos dos media e a selectividade da audiência são processos que se reforçam mutuamente pelo que há uma tendência para a utilização continuada de um determinado conteúdo mediático e para o fortalecimento de uma determinada atitude. Futuros projectos de investigação poderão aprofundar, com diversas metodologias, a análise da relação entre os motivos para o consumo de fontes mediáticas relativamente às questões ambientais, particularmente as alterações climáticas, e os tipos de consumo e o modo como os motivos e o tipo de consumo se reforçam mutuamente.

O nível das intenções comportamentais para combater as alterações climáticas foi relativamente elevado. Estes resultados podem dever-se a desejabilidade social, mas sugerem que as pessoas estão conscientes de que podem contribuir para mitigar as alterações climáticas através das suas acções individuais.

As tendências comportamentais foram significativamente afectadas pelos padrões e grau de utilização das fontes de informação: os consumidores frequentes reportaram níveis mais elevados de acções e mais intenções comportamentais do que os consumidores ocasionais (para ambos tipos de fontes – fontes de informação procuradas de forma activa e 'mass media'); os utilizadores de canais de serviço público reportaram níveis mais elevados de acções e mais intenções comportamentais do que os utilizadores de canais comerciais. Tal como para a relação entre preocupação e consumo, a relação de causalidade entre consumo das fontes de informação e tendências comportamentais pode ser circular.

No global, o alto nível de preocupação e de percepção de risco e a imagética afectiva negativa não parecem estar ao mesmo nível que a frequência das acções de mitigação, mas o nível de preocupação prediz parcialmente a quantidade de acções reportadas. A percepção da probabilidade de ser afectado pelas alterações climáticas e os níveis de preocupação com a questão foram bastante elevados e aumentaram consideravelmente quando comparados com um estudo exploratório realizado em 2006 (Lázaro, Cabecinhas & Carvalho, 2008). Estudos noutros países também observaram um aumento da preocupação com as alterações climáticas, particularmente desde 2003 (GlobeScan, 2006; citado por Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007). Contudo, as acções e intenções comportamentais reportadas parecem ainda muito baixas para o nível elevado de preocupação e para o nível moderado de conhecimento das causas das alterações climáticas (e.g. Blake, 1999; Kollmuss & Agyeman, 2002).

Os resultados do nosso questionário também indicam inconsistência entre níveis de comportamento e de conhecimento: o aumento do conhecimento sobre as causas das alterações climáticas está associado a um aumento das intenções comportamentais, mas não afecta as acções de mitigação reportadas ou a preocupação com as alterações climáticas. Conceptualmente, podemos estar bastante preocupados com uma questão desde que estejamos conscientes dela, independentemente do nível de conhecimento. Contudo, para poder agir adequadamente para mitigar as alterações climáticas precisamos de saber quais são os comportamentos de mitigação correctos.

As principais razões apontadas pelos respondentes para não combaterem as alterações climáticas foram barreiras ao nível individual: o custo financeiro, a falta de informação e a falta de tempo. Outras barreiras individuais sugeridas por outros estudos são falta de conhecimento, incerteza e cepticismo, desconfiança nas fontes de informação, externalização da responsabilidade e culpa, dependência da tecnologia, as alterações climáticas percebidas como uma ameaça distante, a importância de outras prioridades, relutância em modificar estilos de vida, fatalismo e impotência; barreiras sociais apontadas são a inacção do governo, empresas e indústria, 'free rider effect', pressão de normas sociais e expectativas, e ausência de iniciativas facilitadoras da acção (Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007).

Em suma, os media são a fonte principal de informação sobre as alterações climáticas e as práticas de uso das fontes de informação têm um impacto significativo em algumas dimensões do envolvimento pessoal com a questão – preocupação e, em menor grau, conhecimento das causas, acções de mitigação e intenções comportamentais. Contudo, o grau de utilização das fontes de informação parece ter pouco impacto nas percepções de risco e na valência afectiva das imagens associadas com as alterações climáticas.

Desenvolvimentos teóricos futuros dever-se-ão focar em factores sociais. A identidade social é uma influência importante nos comportamentos pró-ambientais do indivíduo (ver a síntese de Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007) e a literatura sobre representações sociais enfatiza o papel da comunicação interpessoal na construção de um realidade partilhada. As representações sociais não resultam simplesmente da informação fornecida pelos media, mas são constantemente recriadas na interacção social quotidiana (Moscovici, 1981). A análise das redes sociais e da identidade social é uma via promissora para compreender o envolvimento do público com as alterações climáticas.

Referências bibliográficas

Bauer, M. W. & Gaskell, G. (1999) 'Towards a paradigm for research on social representations', *Journal of the Theory of Social Behaviour* 29 (2): 163-86.

Bell, A. (1994) 'Media (mis)communication on the science of climate change', *Public Understanding of Science* 3 (4): 259-75.

Blake, D. E. (2001) 'Contextual effects on environmental attitudes and behaviour', *Environment and Behaviour* 33: 708-25.

Blake, J. (1999) 'Overcoming the 'value-action gap' in environmental policy: Tensions between national policy and local experience', *Local Environment 4* (3): 257-78.

Bord, R. J., Fischer, A. & O'Connor, R. E. (1998) 'Public perceptions of global warming: United States and international perspectives', *Climate Research* 11: 75-84.

Bord, R. J., O´Connor, R. E. & Fisher, A. (2000) 'In what sense does the public need to understand global climate change?', *Public Understanding of Science* 9: 205-18.

Bostrom, A., Morgan, M. G., Fischhoff, B. & Read, D. (1994) 'What do people know about global climate change? 1. Mental models', *Risk Analysis* 14: 959-70.

Brechin, S. R. (2003) 'Comparative public opinion and knowledge on global climatic change and the Kyoto Protocol: the U.S. versus the world?', *International Journal of Sociology and Social Policy 23* (10): 106-34.

Cabecinhas, R., Lázaro, A. & Carvalho, A. (2006) 'Lay representations on climate change', *in Proceedings of IAMCR's 25th Conference*: 504-508. S.l.: IAMCR. [http://hdl.handle.net/1822/5335]

Cartea, P. A. M. & Blanco M. A. (2008) 'La representación del cambio climático en la sociedad española: De la conciencia a la acción', *Segurydad y Medio Ambiente* 109: 30-47.

Carvalho, A. (2007) 'As alterações climáticas no ciberespaço português: Mediações dos saberes e dos poderes', *Revista de Comunicação e Linguagens* 38: 253-63.

Castro, P. & Mouro, C. (no prelo) 'Socio-psychological processes in dealing with legal innovation in the community: insights from biodiversity conservation', *American Journal of Community Psychology* (Special Issue: Community Psychology and Global Climate Change).

Corbett, J. & Durfee, J. (2004) 'Testing public (un)certainty of science: Media representations of global warming', *Science Communication* 26 (2): 129-51.

DEFRA (2007) *Attitudes and Behaviour in relation to the Environment*, http://www.defra.gov.uk/evidence/statistics/environment/pubatt/, acesso a 15 de Maio de 2010.

DEFRA (2002) *Survey of public attitudes to quality of life and to the environment – 2001*, http://www.defra.gov.uk/evidence/statistics/environment/pubatt/, acesso a 15 de Maio de 2010.

Delicado, A. & Gonçalves, M. E. (2007) 'Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito', *Análise Social* XLII (184): 687-718.

Doble, J. (1995) 'Public opinion about issues characterized by technological complexity and scientific uncertainty', *Public Understanding of Science* 4: 95-118.

Dunlap, R. E. (1998) 'Lay perceptions of global risk: Public views of global warming in cross-national context', *International Sociology 13* (4): 473-98.

European Parliament & European Commission (2008) 'Europeans' attitudes towards climate change', Special Eurobarometer 300.

García-Mira, R., Real, J. E. & Romay, J. (2005) 'Temporal and spatial dimensions in the perception of environmental problems: An investigation of the concept of environmental hyperopia', *International Journal of Psychology* 40 (1): 5-10.

GlobeScan/BBC (2009) 'Climate concerns continue to increase: Global Poll', 7 December 2009.

Jovchelovitch, S. (1996) 'In defense of representation', *Journal of the Theory of Social Behaviour* 26: 121-36.

Kirby, D. A. (2003) 'Scientists on the set: Science consultants and the communication of science in visual fiction', *Public Understanding of Science* 12: 261-78.

Kollmuss, A. & Agyeman, J. (2002) 'Mind the gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior', *Environmental Education Research* 8: 239-60.

Krosnick, J. A., Holbrook, A. L. & Visser, P. S. (2000) 'The impact of the Fall 1997 debate about global warming on American public opinion', *Public Understanding of Science 9*: 239-60.

Lázaro, A., Cabecinhas, R. & Carvalho, A. (2008) 'Perceptions of climate change risks and mitigation behaviors: Understanding inconsistencies between representations and actions', in B. Willard & C. Green (eds.) *Communication at the Intersection of Nature and Culture, Proceedings of the Ninth Biennial Conference on Communication and the Environment*, pp. 264-75. Chicago: DePaul University. [http://www.esf.edu/ecn/coce2007prc.htm]

Leiserowitz, A. A. (2005) 'American risk perceptions: Is climate change dangerous?,' Risk *Analysis 25* (6): 1433-42.

Lima, M. L. & Castro, P. (2005) 'Cultural theory meets the community: worldviews and local issues', *Journal of Environmental Psychology* 25: 23-35.

Lorenzoni, I., Leiserowitz, A., Doria, M. F., Poortinga, W. & Pidgeon, N. (2006) 'Cross-national comparisons of image associations with 'global warming' and 'climate change' among laypeople in the United States of America and Great Britain', *Journal of Risk Research* 9 (3): 265-81.

Lorenzoni, I., Nicholson-Cole, S. & Whitmarsh, L. (2007) 'Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications', *Global Environmental Change* 17: 445-59.

Mazur, A. & Lee, J. (1993) 'Sounding the global alarm: Environmental issues in the US national news', *Social Studies of Science 23*: 681-720.

Moscovici, S. (1961) *La Psychanalyse, son Image et son Public*. Paris: PUF.

Moscovici, S. (1981) 'On social representations', in J. P. Forgas (ed.) *Social Cognition Perspectives on Everyday understanding*, pp.181-209. London: Academic Press.

Moscovici, S. (1984) 'The phenomenon of social representations', in R. Farr & S. Moscovici (eds.) *Social Representations*, pp. 3-69, Cambridge: Cambridge University Press.

Nave, J. G., Schmidt, L. & Pato, J. (2002*) As Alterações Climáticas no Quotidiano: Estudo Comportamental de Curta duração. Relatório Final.* Lisboa: ISCTE.

Nelkin, D. (1987) *Selling Science. How the Press Covers Science and Technology*. New York: W. H. Freeman.

Read, D., Bostrom, A., Morgan, M.G., Fischhoff, B. & Smuts, T. (1994) 'What do people know about global climate change? 2. Survey studies of educated laypeople,' *Risk Analysis* 14: 971-82.

Slater, M. D. (2007) ‘Reinforcing spirals: The mutual influence of media selectivity and media effects and their impact on individual behavior and social identity’, *Communication Theory* 17: 281-303.

Slovic, P. (ed.) (2000) *The Perception of Risk*. London: Earthscan.

Slovic, P., Fishhof, B. & Lichtenstein, S. (2000) ‘Rating the risks’, in P. Slovic (ed.), *The Perception of Risk*, pp. 104-20, London: Earthscan.

Stamm, K. R., Clark, F. & Eblacas, P. R. (2000) ‘Mass communication and public understanding of environmental problems: The case of global warming,’ *Public Understanding of Science* 9: 219-37.

Ungar, S. (1992) ‘The rise and (relative) decline of global warming as a social problem’, *Sociological Quarterly* 33 (4): 483-501.

Ungar, S. (2000) ‘Knowledge, ignorance and the popular culture: climate change versus the ozone hole’, *Public Understanding of Science* 9: 297-312.

Ungar, S. (2003) ‘Global warming versus ozone depletion: failure and success in North America’, *Climate Research* 23: 263-74.

Wilson, K. (1995) ‘Mass media as sources of global warming knowledge’, *Mass Communication Review* 22 (1-2): 75-89.

Zhao, X. (2009) ‘Media use and global warming perceptions A snapshot of the reinforcing spirals’, *Communication Research* 36 (5): 698-723.

Capítulo 9
Conclusões

Anabela Carvalho

Neste capítulo final faz-se uma síntese da contribuição do livro para a compreensão da relação entre os discursos produzidos por vários actores sociais, o discurso mediático, e as representações sociais sobre alterações climáticas. A pesquisa desenvolvida será confrontada com os resultados da investigação existente e serão identificadas oportunidades de estudo futuro. Abraçando uma dimensão de cidadania que move, também, o projecto de investigação de que o livro resulta, serão identificadas algumas pistas para a acção no campo da comunicação de ciência, de política e de activismo cívico.

Na introdução a este livro, foi referido que os discursos dos actores sociais e as suas estratégias de comunicação constituíam, a par com o discurso mediático e as representações sociais, os três elos do modelo conceptual que se designou como circuito social da comunicação. Os múltiplos estudos que integraram este projecto de investigação procuraram compreender a forma como as alterações climáticas são socialmente construídas em cada um dos elos deste circuito. Porém, a finalidade última do projecto é analisar a *relação* entre a comunicação sobre alterações climáticas por parte de vários actores sociais, o discurso mediático sobre a questão, e as representações sociais em Portugal. Trata-se, então, dirão alguns, de compreender a influência do discurso dos actores sociais sobre a cobertura mediática e a influência dos media sobre as percepções do público. Sim, poderemos responder, mas também de muito mais, incluindo a ordem inversa de influência na sequência enunciada. Trata-se, afinal, de analisar a contínua construção simbólica das alterações climáticas em diferentes arenas que interagem entre si de forma não linear. Vejamos, para cada um dos três elos do circuito, as conclusões deste projecto, procurando ir lendo, progressivamente, a forma como se inter-relacionam.

1. Discursos e estratégias de comunicação dos actores sociais

Sendo uma questão multi-dimensional cuja identificação, avaliação e possível mitigação depende de cientistas, políticos, empresários e activistas, entre outros actores sociais, as alterações climáticas são objecto de múltiplas definições e de múltiplas propostas de acção ou de inacção. O governo português, especialmente a partir do momento em que foi liderado por José Sócrates, assumiu um discurso de *modernização ecológica* com que tem procurado associar a expansão de energias renováveis ao investimento económico e à criação de emprego, falar de oportunidades e não de riscos, bem como de crescimento e não de limites. Em simultâneo, o governo tem excluído continuamente o sector dos transportes da sua comunicação sobre alterações climáticas no que não tem sido regularmente confrontado nem pelas organizações ambientais, nem pelos jornalistas.

Nalguns casos, a questão das alterações climáticas tem sido também 'resolvida', no discurso governamental, por medidas de regulação ou pelo próprio mercado, na linha dos discursos de *racionalidade administrativa* e *racionalidade económica* (Dryzek, 1997).

A Quercus, claramente dominante no plano comunicativo entre as organizações não-governamentais, não se tem distanciado muito deste tipo de discurso. Tipicamente, constitui o governo no principal responsável por lidar com as alterações climáticas através de medidas políticas (*racionalidade administrativa*) que podem ter um efeito económico positivo (*modernização ecológica*). Deve-se, porém, reconhecer que as propostas da Quercus apontam para maior exigência em termos de protecção ambiental do que aquilo que é avançado pelo governo.

Todos os actores sociais portugueses cujas práticas comunicativas analisámos inscrevem as suas posições numa lógica de *desenvolvimento sustentável*, estando ausentes discursos mais radicais ou transformadores (e.g. *romantismo verde*, que apela a uma mudança na consciência humana, ou *racionalidade verde*, que advoga transformações estruturais a nível social e político) O discurso do desenvolvimento sustentável é hegemónico pelo seu carácter de linguagem consensual. Tem um efeito disciplinador do campo discursivo já que não é possível falar fora desta linguagem que promete tudo – crescimento económico, protecção ambiental e justiça social – mesmo sem demonstrar a sua eficácia (Luke, 1995).

Face aos riscos associadas às alterações climáticas, os actores sociais, com a excepção relativa das ONGs ambientais, evidenciaram um optimismo moderado. O governo tende a promover, como vimos, a resolução do problema através de regulação e medidas económicas e os restantes actores evitam análises dramáticas da questão.

Que estratégias de comunicação têm os actores sociais relativamente às alterações climáticas? Foram identificadas diferenças e semelhanças entre os actores sociais no que diz respeito à pró-actividade na comunicação externa. A Quercus é, globalmente, a entidade que parece ter maior pró-actividade na comunicação das suas perspectivas sobre alterações climáticas. Tanto a análise da documentação disponível na Internet – que tomámos como 'montra' das posições dos diferentes actores sociais – como as entrevistas com jornalistas revelaram uma organização empenhada em difundir os seus pontos de vista e propostas.

Embora ainda sem a influência social e política dos media tradicionais, a Internet pode compensar o desequilíbrio na visibilidade mediática dos diferentes actores sociais (Miller, 2001) e algumas entidades parecem tirar proveito disso. No entanto, a expressão de múltiplas organizações não-governamentais portuguesas na Internet relativamente às alterações climáticas é bastante deficitária (cf. Neto, 2008). O potencial contributo deste meio para o desenvolvimento de formas deliberativas de participação política (e.g. Gimmler, 2001) e as oportunidades de comunicação dialógica que oferece têm sido subaproveitados. Mesmo entre as organizações que mais utilizam a Internet, um dos principais alvos parecem ser os próprios media, como sugere o predomínio de comunicados e notícias, um dado que foi também apontado noutros países (Lester & Hutchins, 2009).

Da parte do governo, tem havido, ao nível da comunicação online, alguma iniciativa de difusão de documentação oficial através dos 'sites' de entidades relevantes mas, para além dum discurso tecno-

gestionário que é dominante, faltam formas de comunicação que dêem sentido à política nacional para as alterações climáticas de um modo que motive e envolva os cidadãos.

À excepção de muito poucos casos, as entidades ligadas à governação local, como as autarquias, mantinham-se em silêncio relativamente às alterações climáticas à data do nosso estudo. Este poderá ser um dos factores que inibe a ligação desta questão à escala local por parte dos cidadãos e dos jornalistas, que será discutida mais abaixo. Pode-se imaginar que caso as câmaras e outras entidades municipais ou regionais se empenhassem na comunicação sobre alterações climáticas os meios de comunicação social reforçariam esse tipo de conexão e o mapa mental dos cidadãos em relação a esta questão poderia modificar-se.

A comunidade científica portuguesa recorre pouco à Internet como forma de disseminação exógena da investigação. Nos 'sites' das instituições de ensino superior e de investigação foi muito reduzida a informação encontrada sobre projectos de pesquisa e seus resultados. Foram também detectadas lacunas intertextuais já que a investigação científica portuguesa estava praticamente ausente dos 'sites' de outras entidades nacionais. Tal investigação poderia contribuir para relevar as causas e os impactos nacionais e locais e promover uma reconsideração das escalas das alterações climáticas mas, à época do estudo que efectuámos, tal não era o caso.

O actores sociais que entrevistámos valorizaram a mediatização das alterações climáticas e a maior parte disse dirigir-se aos media com alguma regularidade no âmbito das suas actividades (nem todas estando relacionadas com as alterações climáticas). As entrevistas evidenciaram uma diversidade de estratégias na relação com os media – a mais comum será a produção de comunicados de imprensa mas foram identificados outras como a produção partilhada de conteúdos com os media (e.g. artigos publicados na imprensa produzidos com a colaboração de determinados actores sociais) e o contacto pessoal com jornalistas .

No seu conjunto, cientistas e investigadores manifestaram-se mais reservados do que outros actores sociais na relação com os media, como emergiu das entrevistas tanto com os mesmos como com jornalistas. Enquanto alguns tomam a iniciativa de dar a conhecer o seu trabalho à comunidade jornalística, outros evitam esse tipo de interacção. A limitada visibilidade mediática de muitos investigadores portugueses na área das alterações climáticas poderá, pelo menos em parte, ser explicada pela ausência de iniciativa estratégica dirigida aos media. Paralelamente, a recorrente presença de algumas vozes da comunidade científica nos media resultará em boa parte, segundo jornalistas que entrevistámos, da disponibilidade e facilidade de acesso que cultivam relativamente aos jornalistas.

É muito significativo o facto dos jornalistas que entrevistámos terem sugerido a necessidade de uma postura mais pró-activa por parte da comunidade científica na comunicação com os media. Apesar dos desenvolvimentos dos últimos anos em termos de profissionalização da comunicação das universidades portuguesas, parece ainda ser necessário percorrer caminho na definição de estratégias produtivas de interacção com os media. Um maior investimento nesta área pode envolver a formação dos investigadores mas também o aumento e melhoria dos recursos dedicados pelas instituições à área da comunicação estratégica. Um outro aspecto que poderia, segundo os

jornalistas, contribuir para uma melhor mediatização das alterações climáticas seria o estabelecimento de conexões entre a investigação sobre esta questão e as realidades locais.

De entre as ONGs, o espaço mediático alcançado pela Quercus será, de modo idêntico ao que foi dito anteriormente, devido em parte à disponibilidade do seu porta-voz. O silêncio jornalístico relativamente às outras ONGs, para além da sua falta de pró-actividade na comunicação com os media, poderá dever-se, como indicado no capítulo 4, às formas de comunicação que privilegiam (e.g. determinados tipos de acção de protesto). Para além disso, registámos que algumas associações de defesa do ambiente não se referem explicitamente às alterações climáticas nas acções que organizam, preferindo orientar-se para outros problemas ambientais, o que certamente conduz à sua não inclusão na abordagem jornalística das alterações climáticas.

Da parte das empresas portuguesas, registou-se pouca expressão sobre as alterações climáticas na Internet. Esta realidade poderá ter, entretanto, vindo a mudar. No entanto, à data do nosso estudo, as empresas pareciam não sentir necessidade de se pronunciar publicamente sobre a questão, incluindo aquelas que têm uma elevada responsabilidade na emissão de gases com efeito de estufa. Verificámos que, ao contrário de interesses económicos dos EUA e de outros países, as empresas portuguesas não negam o consenso científico em torno das alterações climáticas antropogénicas. Um número crescente de blogs portugueses e outros tipos de 'sites' na Internet, da autoria de indivíduos ou pequenos grupos de pessoas, vêm assumindo esta posição 'céptica' ou 'negacionista'.

2. Discurso mediático

A esfera pública é, nas palavras de Robert Cox (2006), um lugar discursivo. É um espaço polifónico em que múltiplas perspectivas se confrontam e debatem em luta pela legitimação e pelo reconhecimento. Os media são instrumentais na conquista não só de visibilidade como de estatuto social e político.

Cientistas, políticos, empresários e activistas têm promovido leituras específicas das alterações climáticas e sugerido formas particulares de pensar ou agir sobre o problema. Os media apropriam e reconstroem esses discursos de forma variável, produzindo, reproduzindo e pondo em causa significados associados à questão, pelo que é fundamental proceder à sua análise sistemática.

Na análise que realizámos do *Público*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Visão*, foi identificada a prevalência do campo político e do Estado no discurso sobre alterações climáticas através de diferentes indicadores: o volume de cobertura mediática em diferentes períodos históricos; o peso de diferentes temas nos artigos jornalísticos; a proporção de referências a diferentes actores sociais; e o tipo de factores que estiveram no origem dos artigos.

Em primeiro lugar, destaque-se que os períodos marcados por cimeiras políticas intergovernamentais alcançaram o máximo de atenção mediática. Em contraste, o muito baixo volume de cobertura registada em períodos em que foram tomadas decisões-chave para Portugal (e.g. aprovação do Plano Nacional de Alterações Climáticas em 2001) sugere uma desvalorização da política nacional das alterações climáticas.

Em segundo lugar, a análise de conteúdo dos artigos jornalísticos confirmou o predomínio da política internacional, de entre todos os temas abordados nos artigos. Como seria de esperar, a ciência ocupa também uma posição importante no conjunto de temas, sobrepondo-se mesmo à política no *Expresso* e no *Correio da Manhã* (neste último, apenas quando consideramos os temas que são dominantes em cada artigo, em vez de todos os temas presentes), sendo as 'consequências ambientais' o subtema mais frequente no âmbito desta categoria temática. A economia surgiu como o terceiro grande tema mais importante, sendo de notar o muito baixo nível de referências a indústria e comércio, domínios que têm uma enorme responsabilidade na geração de gases com efeito de estufa.

A terceira conclusão a referir é que o Governo Central emergiu como o actor social com maior número de menções nos media impressos que analisámos. De notar que incluímos nesta categoria tanto o governo nacional como os governos de outros países. Apesar do tema 'política internacional' se sobrepor claramente ao tema 'política nacional', as Organizações Internacionais surgiram na segunda posição no ranking das referências a actores sociais, sendo quase todas de carácter intergovernamental, o que confere ainda mais peso aos Estados no discurso mediático.

As Empresas obtiveram níveis muito diferentes de destaque nos jornais diários e nos semanários analisados, tendo um maior peso nos últimos. A proporção de referências a empresas aumentou nos períodos mais recentes abrangidos pela nossa análise, coincidindo com a expansão das energias renováveis em Portugal e a criação de mercados de carbono.

As Associações Ambientais obtiveram um número de menções surpreendentemente baixo. Apesar do papel essencial que podem desempenhar na sensibilização e mobilização para responder às alterações climáticas, no conjunto dos quatro meios analisados, tiveram pouco mais de metade das referências a empresas. No entanto, ressalve-se que estes resultados se devem, sobretudo, à enorme assimetria na visibilidade de empresas e associações ambientais no *Expresso* e na *Visão*, já que no *Correio da Manhã* e no *Público*, os dois tipos de actores sociais estão praticamente ao mesmo nível.

As instâncias de governação local, cujas práticas e decisões têm grande importância para a emissão de gases com efeito de estufa a nível local, eram praticamente invisíveis nos media.

Em quarto lugar, quando tentámos identificar os factores concretos que estiveram na origem de cada artigo jornalístico, os Eventos/Cimeiras políticas surgiram como dominantes, seguidos das Decisões/Propostas Políticas. Uma poderosa forma de agendamento mediático por parte de actores sociais parece, portanto, ser a organização de eventos políticos de alto nível bem como o debate e/ou implementação de medidas políticas. Note-se, porém, que é o nível internacional de acção política que conquista visibilidade já que a escala nacional é, como vimos, secundarizada pelos media.

Analisada a posição do Estado no discurso mediático sobre alterações climáticas, olhemos agora outros actores sociais. Os resultados relativos à presença do Governo Local nos media são convergentes com aquilo que detectámos na Internet, em termos de expressão das autoridades locais. Contudo, no caso das Associação Ambientais, a repercussão da sua prática comunicativa parece ser muito limitada. Sendo a entidade com mais documentação disponível na Internet e

manifestando, segundo os jornalistas entrevistados, uma grande disponibilidade para o contacto com os media, a Quercus obteve o maior número de menções mediáticas nesta categoria de actor social mas, se comparada a sua pró-actividade na comunicação com a das empresas, damo-nos conta de um grande desequilíbrio na reconstrução mediática.

Nos grupos focais com jornalistas e outros profissionais de comunicação, identificámos posições de resistência relativamente às organizações não-governamentais de defesa do ambiente. Vários jornalistas consideraram que as mesmas não são credíveis e referiram-se a uma visão alegadamente negativa que o público terá das mesmas (o que foi infirmado por dados apresentados no capítulo 8 e que serão retomados na secção seguinte). Pode-se especular que estes pré-conceitos, bem como uma postura crítica dos jornalistas relativamente às estratégias de comunicação das associações ambientalistas (evidenciada ao longo das sessões dos grupos focais e no exercício com comunicados de imprensa que aí efectuámos), poderão explicar a relativa marginalidade que as mesmas têm no discurso mediático (cf. Anderson, 1997). No entanto, esta tese não vai ao encontro das posições expressas por um jornalista do *Público* (que, a par com o *Correio da Manhã*, foi o jornal que mais vezes se referiu a este tipo de actor social), que considerou que as ONGs defendem o interesse público, o que evidencia a existência de diferentes culturas jornalísticas.

Alguns actores sociais entrevistados (como o representante da GAIA, uma ONG sem visibilidade nos media) atribuíram os baixos níveis de mediatização de determinados pontos de vista a características dos media, como o sistema de propriedade e os valores-notícia dominantes. De facto, a nossa análise sugere que propostas que envolvem maiores perturbações do status quo social e político obtiveram muito reduzido acolhimento na comunicação social. Os media sustentam determinadas formas de lidar com as alterações climáticas mas também anulam o espaço para debater cursos alternativos de acção.

Os estudos que fizemos com jornalistas em torno da prática de produção noticiosa ofereceram também algumas pistas para compreender a visibilidade mediática das empresas e das suas áreas de operação. Alguns jornalistas que entrevistámos referiram-se ao fenómeno crescente do marketing 'verde', considerando que as empresas passaram a incluir as alterações climáticas e outras questões ambientais no seu discurso para capitalizarem em termos de imagem pública (cf. Ihlen, 2009). Por outro lado, vários jornalistas que participaram nos grupos focais consideraram que há barreiras, de natureza organizacional, social ou ideológica, que dificultam o escrutínio jornalístico das práticas empresariais, o que poderá contribuir para a muito baixa frequência do tema 'Indústria/Comércio' nos artigos analisados. A análise do discurso mediático que efectuámos levou-nos igualmente a concluir que a responsabilidade empresarial relativamente às alterações climáticas foi raramente discutida nos media.

O conhecimento científico sobre alterações climáticas ocupa, como vimos, uma posição importante no elenco de temas presentes nos textos jornalísticos. No entanto, os profissionais entrevistados referiram dificuldades relacionadas com a ligação entre a ciência e as realidades locais concretas e com a falta de atribuição, por parte da comunidade científica, de manifestações observáveis às alterações climáticas (cf. Wilkins & Patterson, 1990). Curiosamente, também vários actores sociais valorizaram a ligação da questão ao quotidiano, embora não a façam nas suas

práticas comunicativas. Como vimos, os riscos associados às alterações climáticas são tipicamente apresentados de forma mais vívida e, de certo modo, mais dramática na televisão do que nos meios impressos. A necessidade de acompanhar as palavras por imagens de um problema que é, em muitos aspectos, difuso e se desdobra em múltiplas escalas, leva a opções que, muitas vezes, acentuam a inevitabilidade dos impactos (cf. Smith, 2005). O 'cepticismo' ou 'negacionismo' relativamente às alterações climáticas, que tem tido um lugar de destaque nos media de vários países (e.g. Antilla, 2005; Boykoff & Boykoff, 2004), tem pequena expressão nos media portugueses, sendo o *Expresso* aquele que mais vezes lhe dá visibilidade.

O forte predomínio governamental no conjunto dos actores sociais referidos nos media, para além do prestígio social de que goza o governo e da dependência jornalística relativamente a fontes governamentais (cf. Herman & Chomsky, 1988), poderá resultar em parte do trabalho de comunicação estratégica levado a cabo por diferentes instâncias governamentais, que foi referido como um factor importante pelos jornalistas entrevistados. Isto poderá também repercutir-se ao nível da construção discursiva das alterações climáticas. Nos media portugueses, são dominantes os discursos da *modernização ecológica* e da *racionalidade administrativa*, com alguma expressão do discurso da *racionalidade económica* (Dryzek, 1997). Estes são, também, os discursos governamentais prevalecentes, o que evidencia uma forma de influência do governo ainda mais importante do que o número de menções do mesmo nos media. Vimos que, na maior parte dos órgãos de comunicação social, há pouca análise crítica das políticas governamentais nesta área e rara discussão de alternativas. O *Público* constitui uma relativa excepção, na medida em que mais frequentemente apresenta reflexões mais aprofundadas e perspectivas diversas.

Deve-se notar que os referidos discursos dominantes – *modernização ecológica* e *racionalidade administrativa* – são também subscritos, nos seus princípios essenciais, pela Quercus. Esta pugna, no entanto, por uma maior intervenção estatal para responder às alterações climáticas e metas mais ambiciosas em termos de redução de gases com efeito de estufa, algo que nem sempre encontra eco nos media.

Identificámos até aqui várias formas de impacto do discurso dos actores sociais nos media. Invertendo a direcção na reflexão, importa agora perguntar: de que modo é que a análise do discurso mediático nos permite compreender o discurso dos actores sociais? Como vimos, globalmente, os media tendem a legitimar as propostas e as modalidades de acção preferidas pelo governo, o que lhe permite prosseguir com as mesmas mais facilmente, deparando-se apenas ocasionalmente com um fraco nível de resistência crítica. Do mesmo modo, não sendo escrutinada a responsabilidade empresarial é possível dar continuidade a determinadas práticas sem oposição. Nesta óptica, os media não apenas reproduzem determinadas perspectivas sobre alterações climáticas e determinadas formas de agir relativamente à questão (como as que estão encarnadas no discurso de *modernização ecológica*) mas também 'alimentam' ou reforçam as mesmas, o que tem implicações para as práticas sociais. Contudo, seria redutor considerar que o papel dos media se resume a esta função. Na verdade, os media portugueses têm também *constrangido* várias posições relativamente

às alterações climáticas, tais como formas mais extremadas de lidar com a questão, quer no sentido de a negar e defender o 'business as usual' quer no sentido de iniciar mudanças estruturais na sociedade portuguesa para mitigar as emissões de gases com efeito de estufa.

Outra forma de reflexividade envolve analisar a percepção que os actores sociais têm da mediatização das alterações climáticas e de como isso se liga com os seus usos dos media. Cerca de metade dos actores sociais entrevistados considerou-se satisfeito com a forma como as suas opiniões e pontos de vista têm sido representados nos media. Contudo, de um modo mais geral, muitos formularam críticas negativas ao tratamento jornalístico das alterações climáticas. Esta diferença entre a percepção geral e a percepção da representação de si pode ter que ver com um processo de gestão selectiva dos contactos com os media por parte dos actores sociais e/ou com alguns estereótipos na avaliação do desempenho mediático.

Este projecto sugere que, a fim de compreender o discurso dos media sobre alterações climáticas, os investigadores precisam de ir além do jornalismo e analisar as práticas de comunicação dos diferentes actores sociais. Este trabalho analisou esses dois aspectos, mas fê-lo de uma forma relativamente separada. Futuros estudos devem procurar construir mais pontes entre esses domínios e incorporar a análise do discurso e das estratégias comunicativas dos actores sociais com a pesquisa sobre as práticas produtivas dos meios de comunicação, incluindo as rotinas profissionais, valores e constrangimentos organizacionais, através do método de observação e outros estudos 'in vivo'.

As entrevistas que efectuámos a alguns jornalistas e as duas sessões de grupos focais que organizámos com jornalistas e outros profissionais de comunicação evidenciaram a importância do perfil individual do jornalista, das culturas organizacionais (incluindo pré-conceitos jornalísticos em relação a diferentes actores sociais), da interacção entre jornalistas e fontes (relações de confiança, disponibilidade, facilidade de acesso) e das actividades de comunicação dos actores sociais (ou seja, da comunicação estratégica). A visão que os jornalistas têm do público, dos seus interesses, valores e expectativas poderá, como vimos, condicionar também a prática jornalística.

Apesar de alguns pontos em comum entre os órgãos de comunicação social, existem diferenças cruciais. Por exemplo, como vimos, a importância atribuída ao ambiente varia profundamente entre organizações mediáticas. No *Público*, o estatuto das questões ambientais e, mais especificamente, das alterações climáticas é, segundo os profissionais entrevistados, elevado, o que certamente contribuirá para explicar o volume de atenção dedicado a esta questão, que é incomparavelmente maior do que nos outros órgãos analisados (e, com base em dados não analisados neste livro, seguramente maior do que qualquer outro órgão de comunicação social em Portugal). As razões para essa valorização institucional das questões ambientais não foram exploradas neste trabalho, algo que seria um importante contributo de estudos futuros.

3. Representações sociais

Os media desempenham um papel crucial na amplificação de determinados discursos e na supressão de outros, criando condições de inteligibilidade das alterações climáticas. De que forma vêem os cidadãos portugueses as alterações climáticas e que relação existirá entre representações sociais, discurso mediático e práticas de comunicação dos actores sociais?

Embora não inédito, o primeiro aspecto a destacar relativamente à relação dos cidadãos com as alterações climáticas é a importância dos media enquanto fonte de informação (cf. Nave, Schmidt & Pato, 2002). Este projecto identificou claramente a posição cimeira das notícias na televisão, seguidas dos jornais (em versão impressa ou online), e de filmes e documentários na televisão entre as fontes utilizadas pelo público geral. Por si só, este aspecto continua a justificar a análise das representações mediáticas das alterações climáticas.

Os diferentes actores sociais que se pronunciam sobre a questão têm, certamente, uma influência significativa sobre os discursos que circulam na esfera pública. No entanto, para a maior parte dos cidadãos, os órgãos de comunicação social funcionam como elementos mediadores-chave na reconstrução e ampliação desses discursos. A Internet (excluindo 'sites' de jornais, rádios ou televisões), que permite a desintermediação da comunicação colectiva, surgiu na quinta posição, abaixo dos familiares, vizinhos, amigos ou colegas. Outras fontes que podem funcionar como canal entre actores sociais e cidadãos, como os livros, publicações ou brochuras, e eventos (conferências, exposições, etc), foram classificadas como raramente usadas ou pouco frequentes.

Os inquiridos expressaram um nível de confiança elevado em relação a cientistas e peritos, seguidos dos profissionais de saúde e das associações ambientalistas. O governo, as autarquias locais e as empresas obtiveram, por esta ordem, as classificações mais baixas. Quando comparamos estes resultados com as conclusões doutros estudos conduzidos no âmbito deste projecto, emergem vários paradoxos. Nas sessões de grupos focais, verificámos que as associações não governamentais que operam na área do ambiente são vistas por muitos jornalistas como não-credíveis; no entanto, surgem entre os lugares de topo na percepção de confiança dos cidadãos. Em parte, isto poderá dever-se ao facto de os jornalistas serem mais críticos relativamente às estratégias de comunicação que estas organizações utilizam, o que, para os cidadãos, não parece minar o capital de confiança que associam à sua defesa dos valores ambientais. Por outro lado, enquanto as empresas emergiram, nos grupos focais, como relativamente 'intocáveis' pelos jornalistas, os cidadãos colocam-nas no fundo da escala de confiança. Finalmente, o governo, apesar de dominar a agenda mediática, não convence o público, que disse ter pouca confiança no mesmo.

Os media mereceram, globalmente, 'alguma confiança' por parte dos inquiridos, que fizeram uma avaliação positiva da clareza, rigor e qualidade da análise das opções disponíveis para combater as alterações climáticas no meio de comunicação mais frequentemente usado, o que reforça a sua importância enquanto fonte de informação. Estes resultados parecem sugerir uma atitude mais positiva dos cidadãos portugueses relativamente aos media do que a dos cidadãos de outros países (e.g. Nisbet & Myers, 2007; Olausson, no prelo).

Os estudos sobre o modo como os cidadãos percepcionam as alterações climáticas apontam a existência de níveis de preocupação elevados (e.g. European Parliament & European Commission, 2008). Paradoxalmente, porém, no primeiro estudo de associação livre de palavras que realizámos, a questão não surgiu entre os 'grandes problemas enfrentados pela humanidade' indicados pelos participantes[1]. Isto sugere que as alterações climáticas não estão cognitivamente salientes na mente dos cidadãos, o que confirma estudos anteriores (e.g. Delicado & Gonçalves, 2007). Porém, quando estes foram instigados a pensarem sobre a questão emergiu uma imagem dramática. Do estudo efectuado em 2005, ressaltou a muito frequente associação das alterações climáticas a 'destruição', 'doenças' e 'morte'. No estudo realizado em 2007, as referências explícitas a estas consequências diminuíram em termos percentuais mas as alterações climáticas surgiram também como uma ameaça, sendo associadas a catástrofes como secas, inundações e subida do nível do mar. Investigação semelhante realizada nos EUA e no Reino Unido (Lorenzoni et al., 2006) revelaram uma ênfase idêntica em imagens negativas e dramáticas. Nos nossos estudos, foram muito escassas as referências a possíveis acções de mitigação das alterações climáticas, o que nos levou a concluir que os cidadãos se vêem como *vítimas* e não como potenciais *agentes* de mitigação do problema.

A vulnerabilidade percebida expressou-se como elevada também no inquérito, em que as pessoas consideraram ser bastante provável que a sua saúde ou bem-estar viessem a ser afectados pelas alterações climáticas. Estes resultados são também consistentes com o elevado nível de preocupação declarado.

Os discursos dominantes nos media e nos textos produzidos por actores sociais – *modernização ecológica* e optimismo moderado relativamente aos riscos – não parecem repercutir-se nas imagens mentais dos cidadãos (por exemplo, as pessoas não estabelecem a ligação entre energias renováveis e alterações climáticas), o que se nos afigura como um dado muito interessante e que deve constituir objecto de investigações futuras.

Dado que a televisão tem a supremacia enquanto fonte de informação sobre as alterações climáticas, podemos aventar a hipótese de esta ser um factor importante para compreender as representações sociais que identificámos. Embora os canais que analisámos não possam, na generalidade, ser considerados alarmistas (ou seja, em geral, não dramatizam excessivamente as alterações climáticas em termos do grau dos impactos ou da sua escala temporal), identificámos, pontualmente, discursos próximos do alarmismo (cf. Ereaut & Segnit, 2006). Recorde-se, também, que as imagens escolhidas pelas televisões para representar visualmente as alterações climáticas dizem, predominantemente, respeito a impactos severos, como o degelo dos pólos, inundações e tempestades. Como vimos, ocasionalmente, há atribuição implícita de recentes fenómenos meteorológicos extremos ou inesperados às alterações climáticas, sobretudo por parte de canais comerciais. As características do meio televisivo e a sua temporalidade específica – com permanente

[1] A 'poluição', sim, surgiu aí em quinto lugar. A poluição poderá funcionar como um quadro interpretativo geral dos cidadãos para os problemas ambientais, que inclui, também, as alterações climáticas (cf. Bickerstaff & Walker, 2001; Schmidt, Valente & Pinheiro, 2000; Whitmarsh, 2009). No entanto, a poluição é um problema relativamente vago, nas suas múltiplas expressões (do ar, da água, resíduos, etc) e causas.

incidência sobre o imediato – poderão explicar estas opções pela ligação das alterações climáticas 'ao que está a acontecer' em vez de colocar a questão estritamente no plano do futuro. No entanto, dado que esta relação de causa-efeito não é passível de prova ou verificação, esta pode ser considerada uma decisão jornalística indevida. Esta imagética poderá ter uma influência importante na compreensão pública das alterações climáticas. Conceber um design metodológico adequado para captar tais relações de influência seria um objectivo pertinente para projectos de investigação futuros.

Também os meios impressos que considerámos na nossa análise fizeram, pontualmente, a ligação entre determinados estados do tempo e as alterações climáticas, tendo sido mesmo possível detectar algum alarmismo nos media mais populares. Para além disso, a grande incidência temática dos media impressos sobre as 'consequências ambientais' das alterações climáticas, poderá ter, também, contribuído para a saliência de aspectos como secas e inundações na mente dos cidadãos.

Nos estudos que realizámos, a escala geográfica na percepção do risco constitui também um dado interessante. Vários estudos têm sugerido que os cidadãos têm um nível de preocupação mais elevado em relação aos riscos geograficamente distantes do que em relação aos riscos locais em associação com as alterações climáticas (Cartea & Blanco, 2008; Leiserowitz, 2005). A tónica em imagens como o degelo e o impacto sobre o urso polar, e a falta de ligação no discurso mediático sobre alterações climáticas com os contextos locais poderiam estar entre os factores na origem desse tipo de percepção. No entanto, nos estudos de associação livre de palavras que efectuámos, os problemas nacionais e locais, como secas e incêndios (que tinham afectado o país pouco tempo antes da realização do estudo) foram referidos com bastante frequência pelos cidadãos. No inquérito, os incêndios foram considerados como o problema ambiental mais preocupante e as secas como o risco associado às alterações climáticas mais provável. Nos media, porém, só ocasionalmente foram feitas alusões às alterações climáticas em conexão com estes problemas nacionais. Uma das hipóteses que podemos considerar é que as pessoas se baseiam em experiências quotidianas do tempo e dos seus impactos para interpretar as alterações climáticas (Lorenzoni & Hulme, 2009; Olausson, no prelo).

Os comportamentos reportados e as intenções comportamentais declaradas pelos inquiridos no nosso estudo para fazer face às alterações climáticas ficaram muito aquém do que seria necessário para mitigar eficazmente o problema e não são consistentes com o nível de preocupação e de risco percebido (Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007) Parece haver resistência a medidas que interfiram com a conveniência na vida quotidiana, como usar menos ou partilhar o automóvel. As barreiras para a acção indicadas são o custo financeiro das acções necessárias, falta de informação e de tempo. Há também uma percentagem significativa a dizer que não faz mais porque não acredita que poderia resolver o problema, um problema de impotência bem documentado noutros estudos (e.g. Lorenzoni, Nicholson-Cole & Whitmarsh, 2007).

A falta de informação e o sentimento de impotência, relacionado com a percepção de agência, podem, pelo menos parcialmente, ser atribuídos a falhas nos media e noutros meios de comunicação, como a Internet, onde, como vimos, o governo e outros actores sociais constroem as alterações

climáticas de forma predominantemente tecno-gestionária, com a tónica em medidas regulatórias. No discurso mediático, a acção sobre as alterações climáticas é essencialmente associada ao locus global, das cimeiras políticas intergovernamentais, não estando ao alcance dos cidadãos.

Isto conduz-nos, uma vez mais, à questão das escalas geográficas de representação do risco e da responsabilidade. Num estudo com o público britânico, O'Neill & Nicholson-Cole (2009) concluíram que as imagens de impactos locais são importantes para comunicar a relevância local das alterações climáticas e que as imagens de acções são necessárias para levar as pessoas a sentir que podem fazer a diferença com o seu comportamento. As investigadoras consideram que as imagens dramáticas de impactos das alterações climáticas em locais geograficamente distantes devem ser mostradas pelos media para se gere consciencialização da gravidade do problema, mas tais imagens 'must be partnered with those that enable a person to establish a sense of connection with the causes and consequences of climate change in a positive manner—so that they can see the relevance of climate change for their locality and life and see that there are ways in which they (and others) can positively respond.' (p. 376).

O'Neill & Nicholson-Cole (2009) mostraram ainda que as pessoas se podem sentir mais capacitadas para agir ao verem imagens como as de uma lâmpada de baixo consumo ou de um ciclista, e menos capacitadas ao verem imagens geradoras de sentimentos de medo, como tempestades. Para além da televisão, a comunicação visual é, também, muito importante nos media impressos e online. Este é um aspecto que não foi estudado de modo sistemático nos nossos estudos e que recomendamos que seja levado a cabo por outros investigadores.

Vários autores defendem a importância de factores cognitivos, considerando que a correcta compreensão do problema é um requisito para o desenvolvimento de efectivas acções individuais e políticas de mitigação dos gases com efeito de estufa (Bord, Connor & Fisher, 2000; Bostrom et al., 1994). Os nossos dados não sustentam esta ideia, uma vez que se registou alguma melhoria nos índices de conhecimento desde o final dos anos 90 (Dunlap, 1998) mas isto não conduziu a atitudes e comportamentos mais consistentes. Apesar de se ter registado alguma melhoria no conhecimento das causas das alterações climáticas, o buraco de ozono continuou a ser a causa mais referida (erradamente). Este resultado tem-se também registado noutros países (e.g. Brechin, 2003; Nisbet & Myers, 2007; Stam, Clark & Eblacas, 2000) e atesta a força simbólica da metáfora do buraco de ozono, que se mantém presente na mente do público e é usada para interpretar fenómenos díspares (Ungar, 2000).

Este projecto incluiu a realização de análises estatísticas sobre a relação entre o uso dos media e várias variáveis. Tal permitiu detectar a existência de uma relação entre o nível de conhecimento das alterações climáticas e os padrões e grau de consumo das fontes de informação: os utilizadores frequentes das fontes de informação procuradas de forma activa (Internet, escola ou universidade, livros e eventos) demostraram ter um conhecimento mais elevado que os utilizadores ocasionais e os

utilizadores de canais de serviço público demostraram ter um conhecimento mais elevado que os utilizadores de canais comerciais.

Para além deste efeito a nível cognitivo, foi também identificado um efeito a nível afectivo: o padrão de uso das fontes de informação afectou significativamente o nível de preocupação com as alterações climáticas, sendo que os consumidores frequentes de 'mass media' manifestaram um nível de preocupação mais elevado do que os consumidores ocasionais.

No entanto, o padrão de utilização das fontes de informação não afectou significativamente a percepção da probabilidade de ser afectado pelas alterações climáticas, a valência afectiva das imagens associadas com as alterações climáticas e as percepções de risco associadas com os possíveis impactos das alterações climáticas. A intensa cobertura mediática das alterações climáticas no início de 2007, data de aplicação do inquérito, poderá ter contribuído para a elevada percepção da probabilidade de ser afectado pelas alterações climáticas e para a negatividade das imagens, mesmo entre consumidores ocasionais dos media.

Foram também encontradas correlações estatisticamente significativas entre as práticas de uso das fontes de informação e as acções de mitigação reportadas, e entre as práticas de uso das fontes de informação e as intenções comportamentais: os consumidores frequentes reportaram níveis mais elevados de acções e mais intenções comportamentais do que os consumidores ocasionais (para ambos tipos de fontes – fontes de informação procuradas de forma activa e 'mass media'); os utilizadores de canais de serviço público reportaram níveis mais elevados de acções e mais intenções comportamentais do que os utilizadores de canais comerciais.

Como referimos no capítulo 8, devemos ser cautelosos na interpretação destes resultados e na atribuição de relações de causalidade. Assim, não deve ser assumido, por exemplo, que um elevado consumo de informação mediatizada causa maior preocupação; outra possibilidade é que o consumo de informação e a preocupação têm uma relação circular, sendo que níveis de preocupação mais elevados motivam a procura de mais informação, o que reforça a preocupação. Zhao (2009) conclui neste sentido, na linha do modelo de 'reinforcing spirals' (Slater, 2007). Segundo esse modelo, os efeitos dos media e a selectividade da audiência reforçam-se mutuamente pelo que há uma tendência para a utilização continuada de um determinado conteúdo mediático e para o fortalecimento de uma determinada atitude.

Os estudos que realizámos no âmbito deste projecto sobre representações sociais geraram todo um conjunto de novas questões. Assim, a análise da relação entre o uso de fontes de informação e as representações sociais das alterações climáticas deverá continuar a ser objecto de investigação em projectos futuros, através de diferentes metodologias. As representações sociais em torno da responsabilidade para lidar com as alterações climáticas e a sua ligação com os discursos dos media e de actores sociais são outra área meritória de pesquisa.

Para além da apropriação pelos cidadãos dos discursos que circulam nos media, será fundamental analisar a institucionalização desses discursos, bem como formas de resistência e contestação face aos mesmos, à luz do circuito de comunicação que foi apresentado no início deste

livro. A forma como diferentes actores sociais recriam e intregram as representações sociais na sua acção, e o papel dos media na reconstrução dessas representações sociais são questões importantes que atestam a necessidade de uma leitura não linear. A articulação entre as práticas comunicativas de diferentes actores sociais, os discursos mediáticos e as representações sociais coloca grandes desafios à investigação mas pode oferecer um contributo crucial para compreender a evolução histórica das respostas às alterações climáticas.

Este projecto procurou compreender essa articulação através de diferentes quadros teórico-conceptuais e de diferentes métodos de recolha e análise de dados. A combinação de diversas abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas, como o que foi aqui ensaiado, gera múltiplas dificuldades e perplexidades. Acreditamos, contudo, que este modo de pensar a investigação sobre o social pode ser muito produtivo.

Referências bibliográficas

Anderson, A. (1997) *Media, Culture and the Environment*, London: University College Press.

Antilla, L. (2005) 'Climate of scepticism: US newspaper coverage of the science of climate change', *Global Environmental Change* 15: 338-52.

Bickerstaff, K. & Walker, G. (2001) 'Public understandings of air pollution: The 'localisation' of environmental risk', *Global Environmental Change* 11 (2): 133-45.

Bord, R. J., Fischer, A. & O'Connor, R. E. (1998) 'Public perceptions of global warming: United States and international perspectives', *Climate Research* 11: 75-84.

Bord, R. J., O´Connor, R. E. & Fisher, A. (2000) 'In what sense does the public need to understand global climate change?', *Public Understanding of Science* 9: 205-18.

Bostrom, A., Morgan, M. G., Fischhoff, B. & Read, D. (1994) 'What do people know about global climate change? 1. Mental models', *Risk Analysis* 14: 959-70.

Boykoff, M.T. & Boykoff, J.M. (2007) 'Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage', *Geoforum* 38: 1190-204.

Brechin, S. R. (2003) 'Comparative public opinion and knowledge on global climatic change and the Kyoto Protocol: the U.S. versus the world?', *International Journal of Sociology and Social Policy 23* (10): 106-34.

Cartea, P. A. M. & Blanco M. A. (2008) 'La representación del cambio climático en la sociedad española: De la conciencia a la acción', *Segurydad y Medio Ambiente* 109: 30-47.

Cox, R. (2006) *Environmental Communication and the Public Sphere*, London: Sage.

Delicado, A. & Gonçalves, M.E. (2007) 'Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito', *Análise Social* vol. XLII (184): 687-718.

Dryzek, J. (1997) *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.

Dunlap, R. E. (1998) 'Lay perceptions of global risk: Public views of global warming in cross-national context', *International Sociology 13* (4): 473-98.

Ereaut, G. and Segnit, N. (2006) *Warm Words: How are We Telling the Climate Story and Can We Tell it* Better? London: Institute for Public Policy Research.

European Parliament & European Commission (2008) 'Europeans' attitudes towards climate change', Special Eurobarometer 300.

Gimmler, A. (2001) 'Deliberative democracy, the public sphere and the Internet', *Philosophy & Social Criticism* 27 (4): 21-39.

Herman, E. & Chomsky, N. (1988) *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, New York: Pantheon.

Ihlen, Ø. (2009) 'Business and climate change: The climate response of the world's 30 largest corporations', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture 3*(2): 244-62.

Leiserowitz, A. A. (2005) 'American risk perceptions: Is climate change dangerous?,' Risk *Analysis 25* (6): 1433-42.

Lester, L. & Hutchins, B. (2009) 'Power games: environmental protest, news media and the internet', *Media, Culture & Society* 31(4): 579-95.

Lorenzoni, I., Hulme, M. (2009) 'Believing is seeing: Laypeople's views of future socio-economic and climate change in England and in Italy', *Public Understanding of Science* 18(4): 383-400.

Lorenzoni, I., Leiserowitz, A., Doria, M.F., Poortinga, W. & Pidgeon, N.F. (2006) 'Cross-national comparisons of image associations with 'global warming' and 'climate change' among lay people in the United States of America and Great Britain', *Journal of Risk Research* 9 (3): 265-81.

Lorenzoni, I., Nicholson-Cole, S. & Whitmarsh, L. (2007) 'Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications', *Global Environmental Change* 17: 445-59.

Luke, T. (1995) 'Sustainable development as a power/knowledge system: The problem of 'governmentality', in F. Fischer & M. Black (eds.) *Greening Environmental Policy: The Politics of a Sustainable Future*, pp. 21-32, London: Paul Chapman.

Miller, N. (2001) *Environmental Politics: Interest Groups, The Media, and The Making of Policy*, London: Routledge.

Nave, J. G., Schmidt, L. & Pato, J. (2002*) As Alterações Climáticas no Quotidiano: Estudo Comportamental de Curta duração. Relatório Final.* Lisboa: ISCTE.

Neto, P. P. (2008) 'Internet-driven changes in environmental NGO action', *TripleC – Cognition, Communication, Co-operation* i (i): 125-33.

Nisbet, M. & Myers, T. (2007) 'Twenty years of public opinion about global warming', *Public Opinion Quarterly* 71 (3): 444-70.

O'Neill, S. & Nicholson-Cole, S. (2009) '"Fear Won't Do It": Promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations', *Science Communication* 30(3): 355-79.

Olausson, U. (no prelo) '"We're the ones to blame": Citizens' representations of climate change and the role of the media', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture.*

Schmidt, L., Valente, S. & Pinheiro, J. (2000) 'País, percepção, retrato e desejo', in J. F. Almeida (org.) *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, pp. 33-101, Oeiras: Celta.

Slater, M. D. (2007) ‘Reinforcing spirals: The mutual influence of media selectivity and media effects and their impact on individual behavior and social identity’, *Communication Theory* 17: 281-303.

Smith, J. (2005) ‘Dangerous news: Media decision making about climate change risk’, *Risk Analysis*, 25 (6): 1471-82.

Stamm, K. R., Clark, F. & Eblacas, P. R. (2000) ‘Mass communication and public understanding of environmental problems: The case of global warming,’ *Public Understanding of Science* 9: 219-37.

Ungar, S. (2000) ‘Knowledge, ignorance and the popular culture: Climate change versus the ozone hole’, *Public Understanding of Science* 9 (3): 297-312.

Wilkins, L. & Patterson, P. (1990) ‘Risky business: covering slow-onset hazards as rapidly developing news’, *Political Communication and Persuasion* 7: 11-23.

Whitmarsh, L. (2009) ‘What’s in a name? Commonalities and differences in public understanding of “climate change” and “global warming”’, *Public Understanding of Science* 18(4): 401-20.

Zhao, X. (2009) ‘Media use and global warming perceptions A snapshot of the reinforcing spirals’, *Communication Research* 36 (5): 698-723.